

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Simone Teixeira Martins**

**(Tele)informar é tomar partido?**

Uma análise sobre as representações das Políticas Públicas de Educação no jornalismo audiovisual brasileiro

**Juiz de Fora - MG**

**Abril de 2023**

**Simone Teixeira Martins**

**(Tele)informar é tomar partido?**

Uma análise sobre as representações das Políticas Públicas de Educação no jornalismo audiovisual brasileiro

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de doutora.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Mídias e Processos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora  
Abril de 2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MARTINS, Simone Teixeira.

(Tele)informar é tomar partido? : Uma análise sobre as representações das Políticas Públicas de Educação no jornalismo audiovisual brasileiro / Simone Teixeira Martins. -- 2023. 215 p.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. Políticas Públicas de Educação. 2. Educação. 3. Telejornalismo. 4. Governo Bolsonaro. 5. Análise da Materialidade Audiovisual.



**Simone Teixeira Martins**

**(Tele)informar é tomar partido?** Uma análise sobre as representações das Políticas Públicas de Educação no jornalismo audiovisual brasileiro

Tese apresentada ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 05 de maio de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Iluska Maria da Silva Coutinho** - Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Dra. Cláudia de Albuquerque Thomé**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof Dr. Jhonatan Alves Pereira Mata**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Dra. Ana Carolina Pessoa Temer**  
Universidade Federal de Goiás

**Profª Dra. Ana Paula Goulart de Andrade**

## Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 05/04/2023.

---



Documento assinado eletronicamente por **Iluska Maria da Silva Coutinho, Coordenador(a)**, em 05/05/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Alves Pereira Mata, Professor(a)**, em 05/05/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Professor(a)**, em 05/05/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ana paula goulart, Usuário Externo**, em 10/05/2023, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj ([www2.uffj.br/SEI](http://www2.uffj.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1223571** e o código CRC **94C4AEDB**.

---

Ao Lucas, luz do meu caminho e razão da minha trajetória!

## AGRADECIMENTOS

Encerrar ciclos é momento de reflexão. E gratidão: pela vida, pelas (re)descobertas, por novas e infinitas perspectivas e por mais conhecimento. Como diria Guimarães Rosa, “viver é um rasgar-se e emendar-se”. Por isso, sigo confiante e agradecida por tudo o que foi e pelo que há de vir.

Por (mais) essa conquista, agradeço:

À Iluska Coutinho, por nunca ter soltado da minha mão. Pela parceria, aprendizado, trocas infundáveis, apoio (sem o qual a construção dessa tese não seria possível), amizade e principalmente pelo afeto, ofertado sem moderação.

Aos demais professores do PPGCOM-UFJF, pelas discussões, troca de conhecimento, debates e pelas contribuições para que eu conseguisse desenvolver esse trabalho.

Ao Jhonatan Mata, pela amizade sincera, pelo apoio no processo de seleção e por toda doçura e sorriso largo ofertados quando eu pensava não haver mais fôlego.

Aos demais membros da(s) banca(s), de qualificação e defesa de tese, por aceitarem discutir as questões apresentadas por mim, por destinarem seu tempo ao debate de questões que, certamente, contribuem em muito para o desenvolvimento das pesquisas em Comunicação.

À UFJF, mais uma vez pela oportunidade de aprendizado, pelo ensino público gratuito e de qualidade, pelo fomento à pesquisa e à ciência. E ao PPGCOM-UFJF, pela formação e crescimento profissional.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior através da concessão de bolsa de estudo de Doutorado e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, em razão da Portaria nº 206 da CAPES, publicada em 04 de Setembro de 2018, e das regras indicadas nos Termos de Compromisso para concessão de Bolsas.

Aos amigos do NJA – Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, grupo de pesquisa da FACOM-UFJF, pelo incentivo e trocas, inclusive de afeto.

Aos colegas da turma de doutorado, por compartilharem as angústias, alegrias e a certeza de que o conhecimento é fundamental para transformar realidades.

O doutorado é, muitas vezes, um percurso solitário. A pesquisa efetuada, em meio a noites mal dormidas, medo e insegurança, fruto de uma realidade vivenciada em

tempos de pandemia dificultou bastante o processo. Mas diversas pessoas ainda foram fundamentais para auxiliar nesse percurso.

Por isso, também importa agradecer, sobretudo,

À minha família: mãe, pai (que continua me iluminando e abençoando de onde está), irmãos e sobrinhos. Vocês fizeram com que nossos laços se tornassem ainda mais fortes, demonstrando amor, respeito e cumplicidade por todos e cada um, quando nossa única alternativa era nos preservar, até como forma de sobrevivência.

Ao Lucas, razão do meu amor, incondicional, pelo apoio, colo, carinho, cumplicidade e leveza.

Ao Jefferson, pela mão estendida, pela compreensão, apoio e por muitas vezes acreditar mais em mim que eu mesma.

Vocês são as raízes que fortificam minha existência e (ainda) me fazem florescer.

“Mulheres e homens, somos os únicos seres humanos que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *apreender*. Por isso, somos os únicos em que *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós *é construir, reconstruir, contatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”.

(FREIRE, 2017, p. 68)

## RESUMO

Ao longo de pouco mais de 70 anos de existência, o telejornalismo brasileiro tornou-se um lugar de referência e de acesso à informação para toda a população. Por meio dos conteúdos veiculados pela TV o público passou a se informar, criar opiniões, tomar conhecimento do mundo em que está inserido e a se certificar dos problemas e acontecimentos que o rodeia. Nesse sentido, a proposta de nosso trabalho é a de analisar, por meio da metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016), as notícias veiculadas sobre as Políticas Públicas Educacionais Brasileiras ao longo do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (2019) pelo telejornal de maior audiência da TV aberta brasileira, o Jornal Nacional. Destacamos a centralidade dos noticiários televisivos como forma de conhecimento da maioria da população brasileira para questionar o modo como as informações são transmitidas (ou deixam de ser) a seus telespectadores. Nossa hipótese norteadora é a de que não é possível reconhecer, a partir da realidade mostrada nos noticiários televisivos, quais são as Políticas Públicas de Educação do governo Bolsonaro, tampouco a forma como a Educação foi proposta. As informações sobre Educação circuladas pareciam sinalizar uma oferta individualizada, não se constituindo em uma Política Pública. Julgamos que seja papel do telejornalismo reforçar que a Educação é um direito de todos e não uma escolha individual. Nossa hipótese, confirmada, é a de que não há cobertura sobre o tema como política social, de Estado, pelo Jornal Nacional. Consequentemente, o JN acaba por descumprir os princípios da TV – de educar, informar e entreter –, assim como não adota o papel orientador para a população.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação. Educação. Telejornalismo. Governo Bolsonaro. Análise da Materialidade Audiovisual.

## **ABSTRACT**

Over just over 70 years of existence, Brazilian television journalism has become a place of reference and access to information for the entire population. Through the contents aired on TV, the public began to inform themselves, create opinions, become aware of the world in which they are inserted and become aware of the problems and events that surround them. In this sense, the purpose of our work is to analyze, through the methodology of the Analysis of Audiovisual Materiality (COUTINHO, 2016), the news published about Brazilian Educational Public Policies during the first year of the Jair Bolsonaro government (2019) by the newscast with the highest audience on Brazilian open TV, Jornal Nacional. We highlight the centrality of television news as a form of knowledge for the majority of the Brazilian population to question the way in which information is transmitted (or ceases to be) to its viewers. Our guiding hypothesis is that it is not possible to recognize, from the reality shown on television news, what the Public Education Policies of the Bolsonaro government are, nor the way in which Education was proposed. The circulated information about Education seemed to signal an individualized offer, not constituting a Public Policy. We believe that it is the role of telejournalism to reinforce that Education is everyone's right and not an individual choice. Our hypothesis, confirmed, is that there is no coverage on the subject as a social policy, of the State, by Jornal Nacional. Consequently, JN ends up failing to comply with the principles of TV – to educate, inform and entertain –, just as it does not adopt the guiding role for the population.

**Key words:** Public Education Policies. Education. Telejournalism. Bolsonaro Government. Analysis of Audiovisual Materiality.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Ficha de Análise das Edições do Jornal Nacional em 2019 .....	131
Tabela 2 - Número de dias em que notícias relacionadas à Educação foram pautadas no JN em 2019 .....	135
Tabela 3 - Notícias veiculadas pelo JN no primeiro trimestre de 2019 .....	143
Tabela 4 - Notícias veiculadas pelo JN no segundo trimestre de 2019 .....	152
Tabela 5 - Notícias veiculadas pelo JN no terceiro trimestre de 2019 .....	161
Tabela 6 - Notícias veiculadas pelo JN no quarto trimestre de 2019 .....	166

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>O TELEJORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO ACESSÍVEL</b> .....	23
2.1	Um olhar sobre a produção de significados sociais e culturais da programação na TV .	26
2.2	Apropriação social da televisão .....	28
2.3	Sobre a programação televisiva: espaços de visibilidade e identificação .....	33
2.4	Os papéis de entreter, informar e educar na produção jornalística televisiva .....	36
2.5	O audiovisual e suas negociações: as promessas televisivas, a relação com a audiência e o perfil editorial .....	42
2.6	A dimensão narrativa espetacular da TV e do telejornalismo .....	52
<b>3</b>	<b>O TELEJORNALISMO EM REDE NO BRASIL: A INFORMAÇÃO COMO PARTE DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO</b> .....	56
3.1	Percurso histórico do jornalismo em telas .....	57
3.2	O processo de produção de notícias em telejornalismo: os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade .....	67
3.3	Dramaturgia do Telejornalismo: a informação como narrativa dramática .....	72
3.4	Jornal Nacional: o campeão de audiência .....	74
3.5	Visões diversas sobre um mesmo tema: que promessa de isenção é apresentada? .....	79
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	93
4.1	Um olhar sobre as Políticas Públicas .....	93
4.2	As Políticas Públicas de Educação Brasileiras: viés histórico .....	96
4.3	A Educação Libertadora em Paulo Freire .....	101
4.4	E a Educação, Brasil? As ações, inações e omissões do Governo Bolsonaro .....	104
<b>5</b>	<b>METODOLOGIAS DE PESQUISA: SABERES COMPARTILHADOS</b> .....	117
5.1	Considerações sobre os Enquadramentos e as Molduras Noticiosas: um olhar crítico sobre as linhas editoriais adotadas pelos telejornais brasileiros .....	118
5.2	A Análise Documental como forma de acesso .....	121
5.3	O Método da Análise da Materialidade Audiovisual: o produto em sua totalidade .....	125

5.3.1	<b>Ficha de Análise</b> .....	129
6	<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB O OLHAR DO TELEJORNALISMO</b> .....	133
6.1	Sobre processos e procedimentos: as lentes utilizadas em nossa análise das edições do Jornal Nacional .....	133
6.2	A posição do Jornal Nacional .....	134
7	<b>OUTROS OLHARES SOBRE A CIÊNCIA E OS RECORRENTES PROBLEMAS COM A EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA: O EMBATE DE NARRATIVAS ENTRE JN E GOVERNO BOLSONARO</b> .....	170
7.1	A queda de Weintraub, o pior ministro da Educação brasileiro .....	175
7.2	A negação da Ciência confrontada na tela do Jornal Nacional .....	182
7.3	Mais um episódio descaso com a Educação: a prisão de Milton Ribeiro e a postura contraditória do ex-chefe do executivo em evidência no Jornal Nacional .....	187
8	<b>CONCLUSÃO</b> .....	195
9	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	199

## 1 INTRODUÇÃO

A TV, em especial o Jornalismo veiculado em telas de TV e outros dispositivos, com destaque para as redes sociais na atualidade, atua como construtora de realidades e exerce papel fundamental na vida dos indivíduos na sociedade contemporânea, determinada por fenômenos de centralidade comunicacional e de midiaticização.

Menos de meio século após ter sido criada, a televisão rapidamente se transformou no principal veículo de difusão de informações e entretenimento no mundo, consolidando-se dentro das casas, criando hábitos de consumo e formando padrões a serem seguidos. Em função de toda essa importância, nosso trabalho tem como universo de investigação a televisão, e de forma mais específica as notícias veiculadas sobre as Políticas Públicas Educacionais Brasileiras, ao longo do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, no maior telejornal da TV aberta brasileiro: o Jornal Nacional (JN). Tal como a televisão, que permanece como mídia mais acessada para informação pública no país, o telejornal veiculado pela Rede Globo de Televisão mantém sua centralidade, e permanece líder de audiência desde a sua estreia, em setembro de 1969.

A escolha pelo noticiário se deu porque é o carro-chefe da Rede Globo de Televisão e o principal telejornal veiculado no país, já tendo conquistado a preferência do público e sido reconhecido como um dos mais respeitáveis do Brasil. Além disso, desde sua campanha para eleição, em 2018, o ex-presidente da República criticava a Rede Globo como se a emissora fosse opositora a seu governo, promovendo diversos embates com a maior rede de comunicação do país.

A hipótese principal é a de que os conteúdos sobre Educação veiculados no telejornal de referência tomado como objeto empírico apresentam o tema na perspectiva não de um direito social, mas como uma oferta individualizada, sem constituir nas reportagens como uma Política Pública. A proposta de analisar as informações acerca do tratamento das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras no JN considerou como premissa que o noticiário possui linha editorial construída e mantida há mais de 50 anos, tendo se posicionado de forma crítica à medida em que se avalia no trabalho como as (in)ações do governo Bolsonaro no campo da Educação, sobretudo.

Entre os temas que poderiam ser tensionados na cobertura, no viés das Políticas Públicas no setor, conforme contexto histórico do primeiro ano de um governo que se apresentava como conservador, destacam-se a Educação Familiar; o Future-se; e o modelo de Escola Cívico-Militar, que surgiram como propostas do Ministério da Educação, mas não se

constituíram como política social de Governo nem nas telas, com ausência de possíveis questionamentos no noticiário de horário nobre da Rede Globo de Comunicação. Ademais, o primeiro ano foi marcado pelo contingenciamento de gastos com o ensino superior. Em linha com a perspectiva do mandato, o governo de Jair Bolsonaro, em seu primeiro ano, recorte inicial da tese, tratou a Educação como se fosse tão somente uma decisão individual, uma escolha de cada cidadão/família, e não um dever do Estado. Se a expectativa possível fosse por um contraponto do telejornal, como quarto poder, isso não se evidenciou na tela do Jornal Nacional.

Como jornalista e pesquisadora assumimos postura diversa; acreditamos que a Educação seja um ato político e, portanto, imprescindível. Nesse contexto, partimos da premissa de que as mídias – e aqui especificamente o telejornalismo – têm o dever de promover a Educação, instruindo seus espectadores sobre os acontecimentos ao redor do mundo e, com essa informação, ser capaz de gerar reflexão, pensamento crítico e mobilizar-se em favor de uma sociedade democrática.

Se, como assinalado em nossa hipótese, apesar da postura crítica em relação ao governo Bolsonaro (2019-2022), não houve cobertura da Educação como política social, de Estado, no principal telejornal veiculado no país, este não cumpriria de forma plena as promessas da TV: educar, informar e entreter. Se o Jornal Nacional não assume o papel orientador para a população quanto à Educação como direito e política pública, buscou-se no trabalho observar se a ausência de informações existentes decorre da falta de cobertura do noticiário ou da inexistência de propostas.

Inicialmente julgamos importante destacar que nosso projeto não corresponde mais àquele entregue quando da seleção do Doutorado, tampouco da qualificação. Isso porque, na primeira versão, pretendíamos investigar a ausência de informações divulgadas sobre o Projeto *Escola Sem Partido* pelo Jornal Nacional em comparação à abordagem efetuada pela rede de comunicação livre Mídia Ninja.

Nossa escolha pela mudança de percurso se deu principalmente pelo arquivamento do projeto de lei em decorrência do fim da legislatura, visto que o Projeto de Lei 7180/2014 e seu substitutivo, que se autodenominavam leis contra o abuso e a liberdade de ensinar, geraram polêmica e, em razão da falta de consenso entre os parlamentares, ambos tiveram que ser arquivados no Congresso em função do término da legislatura porque, ao ser eleita uma nova Câmara dos Deputados, apesar de alguns deputados antigos serem reconduzidos a seus cargos, os projetos sem aprovação apresentados na legislatura anterior não podem continuar tramitando, devendo seguir uma regra regimental de arquivamento. Caso algum deputado

queira discutir novamente o assunto precisa apresentar um novo Projeto de Lei sobre o tema. Foi o que a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) fez ao protocolar um novo projeto – o PL 246/2019 – assim que iniciou seu mandato, e que também não foi aprovado ao término de mais uma gestão na Câmara dos Deputados. Entretanto, como o tema – que havia sido uma das bandeiras levantadas por Jair Bolsonaro em sua campanha eleitoral – deixou de ser debatido à exaustão, julgamos mais adequado investigar as Políticas Públicas Educacionais brasileiras ao longo do primeiro ano da gestão Bolsonaro por pensarmos ser um tema imprescindível para debate e que supúnhamos ser pouco abordado nas mensagens jornalísticas.

Ainda no que se refere à mudança de perspectiva do projeto, decidimos que a escolha por comparar as notícias veiculadas por duas emissoras de TV aberta seria mais pertinente à pesquisa que a opção pela análise entre uma emissora de TV e uma rede colaborativa na internet. Em função dessas novas decisões, optamos então por estudar os dois telejornais com maior audiência no país, o Jornal Nacional e o Jornal da Record, que possuem linhas editoriais distintas, para investigar de que forma as notícias veiculadas por ambos lançavam luz sobre as Políticas Públicas Educacionais Brasileiras.

Nesse contexto, nossa decisão por fazer a análise das edições do Jornal da Record aconteceu apenas no meio de ano de 2019, visto que nossa primeira proposta – a observação da Educação sob o prisma do *Projeto Escola sem Partido* – mostrou-se infértil. Dessa forma, a análise do JR se deu tomando por base as edições disponibilizadas pelo noticiário em seu repositório. Todavia, fomos surpreendidos por um novo problema: em diversas datas não encontramos as edições do Jornal da Record em seu repositório, tampouco em sua plataforma digital paga (a PlayPlus, serviço de streaming de vídeos sob demanda do Grupo Record, criado em 2018), o que vai de encontro ao discurso proferido em todas as edições do JR, de que o público poderia acompanhar e voltar nos fatos que foram notícia a qualquer momento e em qualquer dia, impossibilitando nossa análise das edições ao longo do ano de 2019. Assim, entendemos que a ausência de diversas edições do principal noticiário da Record TV consista em um desrespeito com a sua audiência, que deveria ser fidelizada (acreditamos!) com a manutenção e alimentação diárias de seu repositório.

Para além da falta de informações disponibilizadas, partimos da premissa de que o jornalismo produzido pelas emissoras de televisão deva ser didático e acessível – o que não se confirmou na Record TV – para com seus telespectadores visto que a TV atinge praticamente todo o território brasileiro e está consolidada como principal fonte de entretenimento e informação para a maioria da população, ocupando papel de fundamental

importância na formação dos cidadãos. Por esse motivo tivemos que nos ater à análise das edições do Jornal Nacional que, apesar de terem sido gravadas ao longo da programação ofertada pela Rede Globo de Televisão durante o ano de 2019, mantém as edições exibidas disponibilizadas na página oficial do noticiário, no Globoplay, inclusive para não-assinantes.

Após decidir sobre o nosso objeto de estudo, era hora de iniciar a pesquisa. Apesar de corroborar a tese de que o telejornalismo ainda seja essencial como veículo de informação e forma de conhecimento, alguns assuntos não são abordados pelos noticiários de TV. Entendemos que esse silenciamento seja nocivo em muitos casos, principalmente quando se tratar de temas essenciais para a compreensão dos indivíduos e que possa gerar mudanças irreversíveis para os cidadãos. Um exemplo claro da pouca (ou quase nenhuma) abordagem encontra-se em nossa hipótese de pesquisa, a de que não existe cobertura sobre as Políticas Públicas Educacionais pelo principal noticiário veiculado no país.

Por esse motivo acreditamos que pesquisar o jornalismo audiovisual – analisando as notícias veiculadas (e a falta delas, inclusive) sobre as Políticas Públicas Educacionais pelo Jornal Nacional – seja fundamental considerando o papel de agenda pública desse noticiário, responsável por fomentar a discussão de determinados temas, visto que os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem impacto em nossa sociedade.

Nosso primeiro capítulo discute o telejornalismo como forma de conhecimento acessível para todos os indivíduos. Por se tratar de um meio capaz de atingir a todos da mesma forma, fazendo com que os cidadãos estejam a altura de um mesmo olhar (WOLTON, 2004), e por oferecer um modelo mais fácil de comunicação, em função de a oralidade constituir-se em seu principal recurso comunicativo, possui grande alcance em um país com índices elevados de analfabetismo. Nesse sentido, entendemos que o jornalismo audiovisual consiga atingir a um público imenso e variado que necessita consumir informações apuradas com ética, critério e qualidade, visto que a notícia deve oferecer elementos para que as pessoas se orientem e tenham condições de exercer seus direitos.

Para além da apuração criteriosa, de fácil acesso aos cidadãos, também abordamos a produção de significados sociais e culturais ofertada pela programação televisiva, fazendo com os sujeitos sintam-se pertencentes a um determinado lugar e conectando-os a qualquer lugar do planeta. Em seguida, debatemos a apropriação social da televisão, que permite que um público variado e anônimo consuma a mesma programação, e compreenda as informações ofertadas a partir de suas próprias crenças, histórias e vivências. Ademais, os espaços de visibilidade e identificação da programação televisiva oferecem a seus espectadores a possibilidade de discussão, ajudando-os a construir suas próprias identidades. Mais que

possibilita um processo coletivo de construção de suas identidades (BERGER; LUCKMAN, 1985), a televisão ainda permite que haja debate e reflexão sobre si mesma, visto que a sociedade interage com e sobre o meio, assim como com os produtos oferecidos por ele.

Nosso objetivo neste capítulo, portanto, consiste em discutir o telejornalismo como forma de conhecimento acessível às maiorias. Reiteramos que o produto jornalístico audiovisual está presente em praticamente todo o território brasileiro, consolidado como a principal fonte de informação para a maioria da população e ocupando papel de fundamental importância na formação dos cidadãos.

Já nosso terceiro capítulo discute a informação como parte da grade de programação televisiva por meio do telejornalismo veiculado em rede no Brasil. Efetuamos um percurso histórico do jornalismo em telas no país, visto que tanto a TV quanto o telejornalismo tiveram seus percursos marcados por diversas transformações e evoluções tecnológicas. Nesse sentido, julgamos pertinente construir um paralelo entre a forma como se deu o desenvolvimento da TV e do telejornalismo apoiando-nos principalmente nos estudos de Edna Mello (2018), Sérgio Mattos (2010) e Guilherme Jorge de Rezende (2000; 2010). Em seguida, discutimos o processo de produção das notícias em telejornalismo, presente nas rotinas produtivas das emissoras de TV na elaboração de seus noticiários. Assim como Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2017), entendemos que o jornalismo deve ser identificado como espaço de saber, de conhecimento social. Para além das rotinas produtivas na construção das reportagens, também nos utilizamos do conceito de Dramaturgia do Telejornalismo, proposto por Coutinho (2012), reconhecendo a produção informativo como uma narrativa dramática para, finalmente, discorrer sobre o nosso objeto de estudo: o Jornal Nacional, percorrendo sua história, evolução técnica e perfil editorial ao longo de pouco mais de cinquenta anos de existência.

Como entendemos que os produtos audiovisuais jornalísticos produzidos pelas emissoras de TV funcionem como agentes de identificação para seus espectadores, efetuamos um estudo comparativo das notícias veiculadas pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Record, quando esse ainda era um dos nossos objetos de estudo, sobre os protestos ocorridos contra o corte de verbas feitos pelo governo para a Educação em 2019. Nosso objetivo era o de fazer um pré-teste de nossa ficha de análise, desenvolvida de acordo com a metodologia proposta em nossa tese, a Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016; 2018), que busca compreender e observar a linguagem televisiva em sua completude para verificar se os eixos propostos conseguiriam responder aos nossos questionamentos de pesquisa.

O quarto capítulo foi dedicado às Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. Inicialmente, julgamos necessário conceituar Políticas Públicas, direitos sociais dos cidadãos e muitas vezes negados a eles. Recorremos à Constituição Federal de 1988 para discorrer sobre os direitos sociais – dentre eles a Educação – que, da mesma forma que os individuais, são direitos fundamentais garantidos pela Constituição e que devem ser possibilitados por meio de Políticas Públicas, implementadas pelo Estado.

Em seguida percorremos as Políticas Públicas de Educação Brasileiras de forma mais específica, começando por um viés histórico e revelando a importância da Educação para toda a sociedade, visto que possui o compromisso de ser o motor do desenvolvimento e ainda se estabelece como um direito fundador da cidadania. Posteriormente, discorreremos sobre a Educação Libertadora em Paulo Freire, fundamental para o desenvolvimento e democratização do ensino no país, visto que instituiu um alicerce fundamental para a Educação, produzindo um método curricular de lógica crítica e emancipatória.

Finalmente, debatemos as inações do Governo Bolsonaro no que diz respeito à área educacional brasileira. A falta de Políticas Públicas para o setor, o descompromisso com o ensino no Brasil, a omissão e o descaso com a Educação ficaram marcados como um exemplo (mais um) negativo do antigo governo. Do mesmo modo, questionamos ainda a falta de reportagens sobre o assunto, como se a construção das notícias ficasse refém das pautas oferecidas para a Rede Globo de Televisão, e o jornalismo produzido não pudesse produzir seus próprios conteúdos, com temas fundamentais para a sociedade.

Já no quinto capítulo é realizada a apresentação dos métodos utilizados em nossa pesquisa. Em um primeiro momento, apresentamos os conceitos de molduras e enquadramentos noticiosos para abordar a linha editorial adotada pela Rede Globo de Televisão em seus programas jornalísticos. Posteriormente, discorreremos sobre a Análise Documental, técnica utilizada por nós em nossa pesquisa para gravar as edições do Jornal Nacional ao longo do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, nosso recorte de pesquisa. Essa foi a forma de acesso.

A metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2018) utilizada por nós em nossa observação, enquanto método capaz de analisar o jornalismo audiovisual, ressalta a comunicação do audiovisual em toda a sua complexidade, abarcando os textos verbais, os sons e as imagens, percorrendo, ainda, por todo o contexto temporal e de edição. Ao desenvolver a metodologia, Iluska Coutinho (2018, p. 175) apresenta o desafio de analisar produtos audiovisuais em sua inteireza, “sem decomposições que descaracterizem a

experiência do consumo e o dar a conhecer dos telejornais”. Por fim, depois de expostos os métodos empregados, apresentamos a ficha de análise elaborada para nossa observação.

O sexto capítulo compreende, de fato, nosso objeto empírico. Nele, discorremos sobre os processos e os procedimentos adotados em nossa análise. Reconhecemos que os produtos jornalísticos obedeçam ao processo editorial da emissora. Entretanto, questionamos a convivência, ou a omissão propriamente dita, da Rede Globo de Televisão no que diz respeito à falta de visibilidade a temas relacionados de fato às Políticas Públicas de Educação, ou pelo menos àqueles em que a Educação não seja vista, apenas, como um problema para o governo ou ainda como forma de cumprir um calendário acadêmico e compor a construção dos telejornais. Nessa perspectiva, partimos do pressuposto, assim como percebemos já haver acontecido ao longo de toda a campanha presidencial de 2018, de que a ausência de reportagens sobre Educação esteja atrelada à falta de programas efetivos criados para o setor pela gestão do MEC.

Para que nossa análise pudesse ser efetuada, assistimos, uma a uma, as 313 edições do Jornal Nacional veiculadas em 2019. Observamos, tabelamos, respondemos à nossa ficha de análise para verificar qual foi, de fato, a posição do Jornal Nacional no que diz respeito às reportagens relacionadas à Educação, ou às Políticas Públicas de Educação do governo Bolsonaro, praticamente inexistentes, para, finalmente, podermos chegar a uma conclusão baseada em evidências.

Como nosso processo de doutoramento foi atravessado pela pandemia de Covid-19, desenvolvemos, ainda, um último capítulo abordando diversos assuntos relacionados à ciência, à pesquisa e à Educação ao longo desse período. Dúvidas, medo e quase 700 mil mortes foram responsáveis por modificar comportamentos, gerar empatia e tentar fazer com que os cidadãos sobrevivessem em um momento de profunda dor e luto para muitas famílias brasileiras. Ainda assim, o coronavírus não foi tratado pelo governo de Jair Bolsonaro da forma como deveria ter acontecido, com a seriedade necessária para o momento e na busca por soluções de fato comprovadamente científicas. Ao contrário, o ex-presidente e seus seguidores promoviam aglomerações, negavam a ciência, questionavam as normas de segurança sanitária preconizadas por órgãos de saúde mundiais, duvidavam da eficácia da vacina, disseminavam notícias falsas sobre a mortalidade do vírus e promoviam remédios ineficientes, dentre tantos outros absurdos.

Para além da falta de compromisso e seriedade no enfrentamento da pandemia de coronavírus, alguns escândalos envolvendo a pasta da Educação (fora outros tantos problemas do governo Bolsonaro) também foram analisados em nossa pesquisa. Acreditamos que essa

tenha sido uma forma de validar a ineficiência da gestão do ex-chefe do executivo, o que se confirmou com a perda das eleições presidenciais de 2022.

Dado o exposto, reiteramos, portanto, que nossa proposta aqui consiste em questionar a forma como as informações sobre um tema essencial para o futuro do Brasil, a Educação foram veiculadas (ou deixaram de ser), para os telespectadores do Jornal Nacional. Ao ter como foco determinados assuntos ou abordagens, o risco seria do noticiário tornar-se refém de episódios pontuais, cenário que se apresenta na tese.

## 2 O TELEJORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO ACESSÍVEL

A TV constitui-se em um dos principais elos entre o homem e o mundo ocidental contemporâneo. Um mundo que se expandiu para o olhar dos indivíduos, sobretudo no final do século passado, a partir da década de 1990. Apesar do aumento expressivo do acesso à informação por meio da grande rede de computadores, ainda é sobretudo por meio das mensagens jornalísticas transmitidas pela TV que os indivíduos se tornam cidadãos do mundo.

A televisão ocupa protagonismo no Brasil por seu alcance e por sua forma de comunicação audiovisual, visto que consiste em um dos principais meios de acesso à informação no Brasil, presente em 96,4% dos lares brasileiros segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ACESSO, 2018). Pelos monitores da televisão muitos acompanham o desdobramento dos fatos, em tempo real ou não, informam-se, formam opinião, enfim, adquirem conhecimento.

Ademais, não podemos perder de vista ainda as muitas telas que configuram o espaço audiovisual contemporâneo. As pessoas estão submetidas a uma profusão de vídeos, áudios e materiais que, assim como a televisão em fluxo, assumem um papel de interação constante com os públicos, configurando-se como importante elemento para compreender os fenômenos de linguagem e interação na sociedade.

Nesse contexto, salientamos a importância do consumo de informações corretas, apuradas com critério e de qualidade por todos os cidadãos. Entendemos que a notícia oferece elementos para que as pessoas se orientem e tenham condições de exercitar seus direitos. É importante destacar que a televisão e os produtos audiovisuais oferecidos por ela, principalmente os jornalísticos, constituem-se em espaço de informação para os cidadãos. Assim, consideramos que o telejornalismo tem papel fundamental nesse contexto para o seu público porque o faz de forma audiovisual, ou seja, é construído baseado na oralidade como recurso comunicativo e de grande alcance em um país com índices elevados de analfabetismo; cerca de 11 milhões de pessoas (6,6% dos brasileiros com 15 anos ou mais) são analfabetos ou analfabetos funcionais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (IBGE, 2019).

Elizabeth Bastos Duarte, na apresentação do livro *Seis lições sobre televisão*, de François Jost (2004), salienta que a TV representa, para a maior parte da sociedade brasileira, “uma das únicas opções de informação e entretenimento” (DUARTE, 2004, p. 5). Por esse motivo, reafirmamos que a TV é a principal fonte de informação no Brasil por estar presente

em 96,4% dos lares brasileiros de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 (ACESSO, 2018).

Esse capítulo tem como proposta apresentar leituras múltiplas sobre a televisão, como instituição cultural, objeto de mediação e forma de acesso ao mundo. Para isso são mobilizados autores como Dominique Wolton (2004; 2006), Jesús Martín-Barbero (1987; 2001) e François Jost (2004, 2007), dentre outros, que abordam conceitos centrais para esse estudo, como a TV como laço social, mediada com enfoque maior nas pessoas que nos meios, buscando fazer da televisão um objeto de pensamento que pode ser conceituada para além dos julgamentos normativos. Vale destacar que, em meio aos distintos formatos e gêneros televisivos, o telejornalismo é o objeto de interesse central. Para tanto, nos utilizaremos ainda das pesquisas desenvolvidas por Alfredo Vizeu (2003; 2005; 2008; 2018), Iluska Coutinho (2012; 2016; 2018) e Ana Carolina Temer (2010; 2015; 2018), dentre tantos outros, para nos aprofundar nos conceitos sobre o jornalismo audiovisual.

A partir da centralidade da TV anteriormente mencionada, é fundamental refletir sobre a importância do telejornalismo em TV aberta. Isso porque entendemos ser importante reforçar que o produto jornalístico veiculado pelas emissoras de TV é responsável por apresentar uma informação certificada e ancorada no real. Ele deve ser pautado em critérios éticos e comprometido com a verdade. Deve ser checado. Temer (2015) ensina que a essência do jornalismo se encontra na produção simbólica periódica da informação que, por convicção, necessita ser atual e de interesse público.

Em princípio, portanto, o *jornalismo* é a atividade *informativa*, veiculada periodicamente e difundida por meios digitais. Constitui o jornalismo a tarefa de colher a informação verdadeira – ou com base em fatos e situações reais – no meio social; selecionar, hierarquizar e tratar essa informação de maneira a torná-la acessível, coerente e sedutora; e devolvê-la à sociedade, para que esta conheça essas informações e possa se posicionar ou se beneficiar delas. Ou, ainda, cabe ao jornalismo informar sobre todos os temas e assuntos que sejam de interesse social, isto é, questões políticas, econômicas, históricas, relativas ao bem-estar social ou qualquer outro elemento que seja de interesse da sociedade no tempo presente da produção jornalística. (TEMER, 2015, p. 22)

O jornalismo produzido na TV, que pode ser conceituado como um produto jornalístico editado em linguagem de televisão para ser transmitido pela TV, por ser de fácil acesso e assimilação para os cidadãos precisa, para além de ser uma atividade informativa como sugerida pela autora, fazer com que os indivíduos sejam contemplados com uma informação correta, responsável, ética, crítica, criteriosa e transformadora.

O telejornalismo, portanto, diz respeito à informação verdadeira, de interesse público e do interesse do público, podendo ser definido como um processo social que se articula na relação periódica e oportuna de divulgação de informações (fatos e opiniões) como uma prática social mediadora entre os fatos e o público, com o objetivo de facilitar o conhecimento e o entendimento desses fatos. (TEMER, 2010, p. 105)

Para que os indivíduos consigam – a partir da apreensão das mensagens veiculadas – depreender suas próprias ideias a respeito das informações recebidas, acrescentamos.

Elizabeth Bastos Duarte (2020) julga que os noticiários televisivos ocupem espaço garantido na grade de programação das emissoras de televisão, e corrobora a percepção de Ana Carolina Temer (2010) sobre a importância de se oferecer informações credíveis para públicos distintos.

Importados do jornalismo radiofônico, os telejornais foram, no decorrer do tempo, ganhando identidade e adaptando-se às potencialidades do televisual. Trata-se de um subgênero televisual, ligado ao gênero factual, cujo propósito maior, em princípio, é manter os telespectadores informados/atualizados sobre fatos e acontecimentos advindos do mundo real, considerados pela mídia televisão como relevantes, ocorridos entre uma emissão e outra do programa. Os telejornais contam histórias, produzem narrativas: seu discurso, datado, constrói-se tomando como referência direta o mundo real e exterior à televisão. É preciso lembrar, não obstante, que se trata de uma metarrealidade; não do real, mas de uma realidade discursiva, que, embora contenha índices do real, mundo exterior à mídia, é uma narrativa, uma história que cria história, aspirando à plena visibilidade. Sem ignorar a relevância da internet e a explosão de conteúdos por ela possibilitada, muitos deles, como se tem visto com frequência, falsos, é preciso reconhecer que os telejornais permanecem uma referência, agregando simultaneamente públicos diferenciados, com perfis sociais bastante variados, pois as informações que veiculam são apresentadas de forma organizada e comprometida com a verdade e fidedignidade dos acontecimentos noticiados, com os atores sociais envolvidos. (DUARTE, 2020, p. 122-123)

Já Cárilda Emerim (2017), ao sistematizar os resultados alcançados em diversas pesquisas em torno do telejornalismo, procurando apresentar conceitos ligados ao campo jornalístico, explica que os estudos a respeito do telejornalismo devam reconhecê-lo como um jornalismo para telas, múltiplas, e não somente àquele destinado estritamente ao suporte de transmissão televisual. Nesse sentido, a autora entende o telejornalismo como aquele que é

produzido e distribuído para telas e por diferentes telas, incluindo televisão, computador, smartphone, celular, tablets ou os demais dispositivos, suportes e plataformas (móveis ou não) que se utilizem de uma tela de visão ou uma tela reflexiva para exibir, distribuir e compartilhar dados que são regidos pelos preceitos do Jornalismo como um modo específico de produção de conteúdo e de conhecimento. (...) Mais do que efetivar um lugar de fala ou marcar um espaço legitimado no âmbito profissional, o termo telejornalismo

ou telejornalístico, como se pode comprovar, define com mais propriedade a essência das produções em jornalismo no suporte audiovisual para as diferentes telas da contemporaneidade, trazendo de imediato a compreensão da sociedade para a existência, a função e a aplicabilidade do jornalismo nas narrativas em áudio e vídeo distribuídas em diferentes plataformas e suportes. (EMERIM, 2017, p. 117)

Em artigo sobre o lugar do telejornalismo na contemporaneidade, Iluska Coutinho e Cárilda Emerim (2019, p. 37) reforçam esse entendimento ampliado do telejornalismo. As autoras destacam que as áreas de abrangência das emissoras também se amplificam em decorrência das “novas possibilidades de acesso às diferentes produções telejornalísticas via plataformas e suportes mobile” em função da busca por identificação e reconhecimento dos telespectadores com o que é veiculado. Nesse sentido, o telejornalismo deixa de ser um, mas diversos.

## **2.1 Um olhar sobre a produção de significados sociais e culturais da programação televisiva**

Produzir significados sociais e culturais são os principais fatores a serem levados em conta para qualificarmos a programação televisiva como meio de destaque na sociedade contemporânea. Vemos o mundo de dentro de casa: a televisão pode, em tese, nos conectar a tudo o que acontece na nossa esquina ou do outro lado do planeta.

Ao sintetizar o caráter da televisão como uma reunião de indivíduos e públicos que tudo tende a separar e oferecer-lhes a possibilidade de participar individualmente de uma atividade coletiva, o sociólogo francês Dominique Wolton (2006) acredita que a despeito de tudo aquilo que separa uns dos outros existe, nos programas oferecidos, a possibilidade de participar de uma forma de comunicação coletiva. Acreditamos que a TV mobilize muitas paixões (tanto no âmbito social quanto cultural). Wolton (2006, p. 16) acredita que a força da televisão esteja na ligação dos níveis da experiência individual e coletiva por ser a única atividade a fazer uma ligação equânime entre ricos e pobres, jovens e velhos, rurais e urbanos, cultos e menos cultos.

Nesse sentido soma-se a contribuição dada por Abrantes e Dayan (2006) ao analisarem as audiências e os públicos no ambiente televisivo. Os pesquisadores entendem que, enquanto público, as pessoas se distinguem da audiência. Enquanto público, as pessoas têm acesso a todo um conjunto de performances, incluído nas emissões telejornalísticas. O público tem na forma reflexiva o ponto de sustentação da sua existência que passa pela “sua capacidade de se

auto imaginar, pelos modos de representação do coletivo, por ratificações de pertença” (ABRANTES; DAYAN, 2006, p.32). A televisão se configuraria exatamente como um espaço onde normas de convivência também são aprendidas e constituem-se em instrumento de socialização. Segundo os autores, “ao desenhar a comunidade imaginada, à qual o espectador pode associar-se ou não, tais grupos de intervenientes podem contribuir não apenas para a criação de quadros participativos, mas constituir ainda um poderoso instrumento pedagógico” (ABRANTES; DAYAN, 2006, p. 40).

Corroboramos ainda a crença de Wolton (2004) de que a TV seja um objeto de conversação: assistimos e discutimos sua programação dentro e fora de casa. A televisão, portanto, acaba por promover o que o autor acredita ser uma de suas funções: atua como um laço social na sociedade, unindo indivíduos e público que tudo tende a separar. Importa destacar, sobretudo, a questão que precisa ser discutida nos dias atuais: a de como a televisão se utiliza de sua programação. Em *Elogio do grande público*, Dominique Wolton (2006) aponta a resistência à análise da televisão como um problema fundamental para criticá-la. Segundo o sociólogo francês, o distanciamento para a crítica do veículo é dificultado pela proximidade que ele oferece, resultando em dificuldade para analisá-lo. Já Jesús Martín-Barbero e German Rey (2001) argumentam que a televisão constitui, paradoxalmente, “o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular” (BARBERO; REY, 2001, p. 26). Os autores ressaltam a importância de uma análise crítica sobre a TV. Entendemos que seja preciso, portanto, que os telespectadores estejam conscientizados, e aprendam a ler e estudar a TV de forma crítica. A discussão encontra-se, então, relacionada à Educação para a TV. Isso porque o problema não é a condenação do veículo, mas dos usos que se fazem dele. É preciso que os telespectadores sejam educados, e estejam conscientes da programação que consomem pela televisão.

Joan Ferrés (1998) defende uma Educação para o meio.

Poderia ser dito que a televisão tem sucesso porque é dirigida a determinados esquemas mentais, capacidades cognitivas, estruturas perceptivas e sensibilidades previamente existentes no indivíduo. Mas ao mesmo tempo a televisão potencializa e modifica tais esquemas, estruturas, capacidades e sensibilidades (FERRÉS, 1998, p.16).

Nesse contexto, e no que concerne à informação produzida pelos veículos de TV, Ana Carolina Temer (2018) estuda a responsabilidade social do telejornalismo brasileiro, principal fonte de informação da grande maioria dos brasileiros, e sua relação com a formação de

cidadãos plenos. Segundo a autora, a leitura crítica do telejornalismo está principalmente voltada para as ações e intenções que envolvem sua produção e consumo. Isso porque “o método busca desconstruir conteúdos e discursos, desvelando as ideologias que se escondem por detrás de discursos de auto justificação ética e de outros aspectos apregoados pelos seus produtores” (TEMER, 2018, p. 198). A pesquisadora acrescenta que a leitura crítica exige ainda um conhecimento contextual e a percepção da comunicação como “espaço de interação social no qual a sociedade estabelece um diálogo social e conversa internamente” (TEMER, 2018, p. 199), indo ao encontro da visão otimista adotada por Wolton (2006), para quem a TV funciona como um espelho da sociedade, que se vê através da televisão, responsável por oferecer uma representação de si mesma. E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas a oferece a todos aqueles que a assistem simultaneamente.

Entendemos que seja exatamente a audiência da programação veiculada pela televisão que nos permite discutir a existência efetiva da influência da TV na vida das pessoas, modificando e transformando suas realidades. Muitas vezes o que é veiculado por uma emissora causa visibilidade a alguns assuntos e não a outros, define pautas e comportamentos na sociedade, além de mobilizar a opinião pública acerca de algum tema abordado em seus programas.

## **2.2 Apropriação social da televisão**

Em *A construção da notícia*, Gaye Tuchmann (1983) identifica a notícia como um registro da realidade social e ao mesmo tempo um produto dela. A autora acredita que as rotinas produtivas representem os conteúdos da informação. Já as notícias são responsáveis por mostrar ao público o modo de observar e interpretar a realidade. Neste contexto, Bucci (2005) destaca que, ao fornecer a autoimagem da brasilidade, a televisão ajuda a organizar a sociedade dentro de parâmetros internacionais, juntando a eles elementos característicos da TV brasileira.

Vizeu e Correia (2008, p. 12) acreditam que a importância da TV e da programação jornalística veiculada por ela na vida cotidiana dos brasileiros possam ser explicadas, hipoteticamente, pelo fato de o “telejornalismo representar um *lugar de referência* para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo”. Os autores defendem que o telejornal funcione como referência de estabilidade e segurança para as pessoas no mundo que as cerca.

Cabe aí destacar o entendimento que Jean Pierre Esquenazi (2006) tem da programação da TV. O acadêmico francês acredita se tratar de uma forma parecida de proximidade com os indivíduos. Para o autor, a televisão tem características próprias que a asseguram enquanto atividade principal ou ainda como acessório, como fundo sonoro para outras atividades. Entretanto, ressalta que os programas não são recebidos de maneira idêntica. Tal característica confere à TV um caráter doméstico e de proximidade que facilitaria o processo de apreensão e aprendizagem.

O caráter domiciliar da recepção televisiva parece ser um excelente candidato para explicar esse fenômeno: em casa está-se à vontade mais do que em qualquer outra parte. Além disso, a casa é o lugar onde cada um pode entregar-se às suas manias e rituais pessoais. (...) O aparelho televisivo não escapa às nossas cerimônias privadas: em cada família, 'ver televisão' obedece a leis estritas que tem a ver com horários, o telecomando, o lugar vago no sofá, tanto quanto os programas. (ESQUENAZI, 2006 p.88)

Paralelamente, Wolton (2006) entende que o espectador, ao assistir à televisão, agregase a um público potencialmente imenso e anônimo, que a assiste simultaneamente. O sociólogo francês argumenta que, em decorrência desse processo, diversas pessoas acabam por estabelecer um senso comum, interligando cidadãos em uma mesma sociedade. Dominique Wolton (2006) acrescenta que ninguém recebe uma mensagem destinada a um grande público de uma mesma maneira: “não só a televisão não engendra a passividade, como, pelo contrário, desenvolve o senso crítico, pois ao se dirigir a todos, obriga todo mundo a estar à altura de um determinado olhar” (WOLTON, 2006, p. 125).

Ao defender a televisão como um dos principais laços sociais da sociedade de massa e também uma figura desse laço, Wolton (2006) garante que a principal característica da TV brasileira seja a de promover a integração nacional através dos laços social e cultural estabelecidos por uma televisão generalista (de canal aberto e em rede nacional). Bucci (2005) compartilha da visão de Wolton (2006), de que a massa de telespectadores não obedeça, irrefletidamente, o que vê na tela da TV, reforçando que, dentro das forças legítimas está a questão da não passividade do telespectador quanto ao que lhe é imposto pela TV (2005, p. 12). Nessa mesma perspectiva, Temer (2018, p. 199) destaca a atuação do telejornalismo sobre a sociedade, “alterando-a, dialogando com ela, sentindo suas pressões, mas também respondendo com pressões que se modificam e se adaptam aos seus interesses, ou seja, com conteúdos cuja expectativa é obter respostas desejadas (ou desejáveis) do seu público”.

A partir da observação de Wolton (2004), de que a televisão se caracteriza essencialmente por articular o nível individual e o nível coletivo, reiteramos a visão de Vizeu (2003), que entende o jornalismo produzido na televisão como acessível para que os indivíduos possam conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e o modo como o universo social se transforma. O autor observa que, diante dos valores agregados pela televisão na contribuição da formação da sociedade, é necessário compreender que “as instituições jornalísticas que ocupam lugar central no desenvolvimento do capitalismo brasileiro devem estar em constante vigilância pela sociedade, uma vez que cumprem uma função relevante na construção da sociedade” (VIZEU, 2003, p. 129).

Vizeu (2003) caracteriza a informação televisiva como um bem público pelo fato de os cidadãos poderem adquiri-la livremente, e de seu consumo estar ao alcance de todos. Dito de outra forma, todos, e cada um dos indivíduos, têm a possibilidade de fazer uso do veículo da maneira que melhor lhe convir. É através da delimitação promovida pela TV que o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade.

Ademais, é preciso esclarecer que o telejornalismo mudou para se adaptar à nova realidade. Transformou-se. Isso porque o telejornalismo não é mais um, mas diversos. O jornalismo audiovisual é produzido por emissoras de TV, portais de internet, emissoras de rádio com programação veiculada pela *web*, dentre outros. Edna Mello (2018, p. 19) pondera que o telejornalismo tem sido desafiado a reexaminar “suas rotinas produtivas e adaptar seus conteúdos a múltiplas telas e múltiplos públicos”.

Ainda em 2007, François Jost ponderava vivermos em uma era de convergência.

O telefone, a televisão e o computador não são mais objetos delimitados por fronteiras intransponíveis, com usos claramente distintos. Nesse contexto, torna-se algumas vezes difícil saber a qual desses meios de comunicação deve-se reservar o nome de televisão: certamente a tela que reina ainda na sala de estar parece merecer mais que os outros esse título; mas, do ponto de vista da função, que é a de permitir ver a distância, ela não é a única a desempenhar essa tarefa. (JOST, 2007, p. 56)

François Jost (2007) salienta que a televisão pode ser vista de dentro de casa, assim como os telespectadores podem acompanhá-la por todos os lugares. Assim, a TV terá reforçada sua presença no cotidiano dos sujeitos. Retornamos aqui à contribuição de Esquenazi (2006), que afirma que quando o público é capaz de compreender e definir o quadro de recepção e o quadro de participação de um produto televisivo, ele consegue enxergar e perceber também o discurso televisivo:

Quando o espectador consegue conciliar o seu quadro de recepção e o seu quadro de participação, fica especialmente sensível ao objeto enquanto discurso televisivo. E sua apreciação desse objeto depende da sua relação com os estratos de significação que o objeto transporta. (ESQUENAZI, 2006, p.89)

Por esse motivo, corroboramos a afirmação de Cerqueira (2018, p. 44), para quem o jornalismo traz o viés da singularidade, do fenômeno. Para o autor, conhecer o que está acontecendo, estar informado para formar juízo e questionar permitem o exercício da cidadania. Dessa forma, os cidadãos têm a possibilidade de usufruir de um dos seus direitos como membro da sociedade.

O conhecimento produzido pelos telejornais (...) é feito para que seja acessível e entendido por um público disperso, heterogêneo, amplo, que mantém um acordo de confiança com os produtores daquele conteúdo. No caso do telejornalismo, as imagens ajudam a aproximar o telespectador ao real-referencial, construindo o mundo possível, que o abastece de conteúdo para as relações sociais. Ao longo dos anos o jornalismo televisivo brasileiro foi conseguindo um lugar, representa um “lugar” parecido com o da família, dos amigos, da escola, da religião (Vizeu, 2005; 2008; 2009). Em uma sociedade cada vez mais complexa, essa referência organiza o mundo para que ele seja “digerido” de maneira mais confortante, segura e compreensiva. (CERQUEIRA, 2018, p. 82)

O autor acrescenta que o telejornalismo possui atividades importantes, e uma delas está em sua função pedagógica, visto que é responsável por aproximar diferentes realidades, traduzindo fatos e acontecimentos para proporcionar conhecimento à sua audiência. Em seus estudos, o pesquisador destaca que o jornalismo possui um potencial educativo, com a prática noticiosa aproximando-se da construção de uma ideologia emancipatória. Dessa forma, Cerqueira (2018) entende o jornalismo como forma social de conhecimento, assim como a Educação.

Nesse contexto, defendemos a perspectiva pedagógica do telejornalismo porque acreditamos que a informação veiculada nos noticiários de TV transmite conhecimento e faz com que os cidadãos se reconheçam e produzam significado sobre o que foi veiculado. Freire (2017, p. 13) pondera que a “leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente”. A partir desta afirmação, reforçamos a perspectiva de Temer (2018, p. 200-201) ao destacar que a leitura crítica do telejornalismo “deve envolver um amplo conhecimento sobre suas rotinas produtivas, imposições técnicas e conjunturais e

suas relações com a sociedade, indo sempre além dos significados imediatos”. A autora acrescenta que, deste modo, a consequência de uma leitura crítica do telejornalismo vai ser de inquietação, questionamentos e anseios por mudanças.

No artigo *Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo*, Alfredo Vizeu e Alfredo Vizeu (2018) refletem sobre a importância da escuta e do estímulo ao diálogo no fazer jornalístico.

Ao admitir a escuta e estimular o diálogo, educadores (e comunicadores) sabem que há riscos, que é preciso *aceitar o novo e rejeitar qualquer tipo de discriminação*. Esse é mais um dos saberes da prática educativa que podem ser aplicados ao fazer jornalístico. Como intervir na sociedade? Lutar por quem não tem voz? Fiscalizar e denunciar equívocos, transgressões aos direitos humanos, exploração de grupos dominadores? Como produzir conhecimento institucional, singular, que serve para socialização das pessoas, carregando as mensagens de preconceitos e atos discriminatórios? (CERQUEIRA: VIZEU, 2018, p.53).

Nesse sentido, julgamos pertinente destacar que a forma como as informações são veiculadas pelos telejornais, em particular o Jornal Nacional, nosso objeto de pesquisa, a respeito de temas fundamentais para a Educação brasileira, como as Políticas Públicas de Educação, constitui-se em um ato político. A nosso ver, esta é uma discussão urgente que precisa ser debatida pelos cidadãos brasileiros. Isso porque o diálogo entre os meios de comunicação e suas incidências sociais, como na consolidação de conhecimentos, saberes e identidades, utiliza-se de linguagens para estabelecer vínculos com o espectador, de modo a tê-lo cúmplice de sua audiência. Alfredo Vizeu (2003, p. 90) considera o telejornal o “meio mais simples, cômodo, econômico e acessível para conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e como se transforma a sociedade”. Para além da definição de bem público dada por Alfredo Vizeu (2003), acreditamos que a TV funcione como uma forma de “validação” da realidade.

A partir do exposto, nossa compreensão é a de seja exatamente a audiência da programação veiculada pela televisão que nos permite discutir a existência efetiva da influência da TV na vida das pessoas, modificando e transformando suas realidades. Entendemos que a TV se constitui em um dos principais elos entre o homem e o mundo, assim como corroboramos a tese de que o telejornalismo ainda seja essencial como veículo de informação e forma de conhecimento, e por esse motivo é imprescindível que o produto jornalístico audiovisual seja de fácil compreensão, exatamente em função da importância de sua expressividade como veículo informativo.

### 2.3 Sobre a programação televisiva: espaços de visibilidade e identificação

Berger e Luckmann (1985) entendem que a realidade seja construída socialmente e, ainda, que os homens sejam os definidores da realidade: estar em sociedade significa participar da discussão em torno desta sociedade. Os autores ressaltam que a identidade é formada por processos sociais: “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 228). Já os processos sociais, implicados na formação e conservação das identidades, são determinados pela estrutura social, o que nos leva a concluir que as identidades sejam, portanto, construídas culturalmente. Ressaltamos, portanto, que a(s) identidade(s) não é(são) fixa(s), mas que faz(fazem) parte de um processo coletivo de construção.

Ao estudar a natureza das notícias, Park (1972) argumenta que elas têm como incumbência a construção da coesão social, na medida em que permitem às pessoas ficarem sabendo o que acontece em volta delas para tomarem atitudes e, através das suas atitudes, construírem uma identidade comum. Em tese, quanto maior for a identificação do público no que diz respeito aos telejornais, maior será seu interesse em acompanhar as edições diárias, fortalecendo assim um laço social tal qual sugerido por Wolton (2004) no qual tanto emissora quanto público são beneficiados.

Já Douglas Kellner (2001) nos oferece ajuda para a compreensão da cultura da mídia, indicando a forma como ela pode ser entendida, usada e apreciada. A intenção do autor é fornecer meios de aprender a estudar, analisar, interpretar e criticar a mídia, assim como avaliar seus efeitos. Isso porque várias formas da cultura transmitida pelos meios de comunicação induzem os indivíduos a se identificarem com as ideologias, posições e representações sociais e políticas dominantes. Assim como Kellner, Pierre Bourdieu (1989) entende que a ideologia seja um dos conceitos para a compreensão daquilo que denomina Poder Simbólico porque atende a interesses individuais – mas que são apresentados como coletivos, além de mostrar-se uma forma de luta por poder. O autor acredita que a cultura seja responsável por unir e separar os indivíduos, simultaneamente.

Reforçamos nossa crença de que a produção telejornalística siga na direção de buscar a identificação de seu(s) público(s) com o que é veiculado. Nosso estudo parte do pressuposto de que os indivíduos interpretam as mensagens veiculadas de forma diversa, visto que cada um tem seu próprio repertório e, conseqüentemente, sua forma particular de apropriar-se da chamada “cultura de massa”. Dominique Wolton (2006, p. 06) esclarece que “uma das conclusões mais interessantes do ponto de vista da teoria da recepção e da influência das

mídias” é a de que “o público é inteligente”. Essa afirmação do sociólogo francês vai ao encontro do pensamento de Kellner (2001) ao verificar que a cultura veiculada pela mídia, ao mesmo tempo que tenta levar os indivíduos a permanecerem conformados com a organização vigente da sociedade, também produz recursos para o contrário.

(...) contrariando a noção pós-moderna de desintegração da cultura na imagem pura sem referentes, conteúdos ou efeitos – ruído puro, em última análise –, argumentaremos que a televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos. (KELLNER, 2001, p. 303)

Assim como Kellner (2001), Wolton (2006, p. 6) entende que a televisão não manipula os indivíduos. “Evidentemente os influencia, mas todas as pesquisas (...) provam que o público sabe assistir às imagens que recebe. Não é jamais passivo. Nem neutro. O público filtra as imagens em função dos seus valores, ideologias, lembranças, conhecimentos”. Compartilhamos da visão dos autores, visto que entendemos que cada cidadão depreende a mensagem que recebe de forma diferente, a partir de sua própria visão de mundo e de suas experiências de vida.

Jésus Martín-Barbero (1987), ao estudar o meio televisivo, sugere fazer a investigação partindo “das mediações, isto é, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (BARBERO, 1987, p. 163). Para que essa pesquisa tomando por base a mediação seja feita, o autor propõe a cotidianidade familiar<sup>1</sup>, a temporalidade social<sup>2</sup> e a competência cultural<sup>3</sup> como requisitos fundamentais. Utilizando-nos dos estudos de Barbero (1987), julgamos válido deslocar o olhar dos meios para as mediações. Sabemos que os telejornais são importantes porque aumentam

---

<sup>1</sup> Barbero (1987, p. 163) entende a família como unidade básica de audiência porque representa, para a maioria das pessoas, a situação primordial de reconhecimento. “A mediação que a cotidianidade familiar cumpre na configuração da televisão não se limita ao que pode ser examinado do âmbito da recepção, pois inscreve suas marcas no próprio discurso televisivo”. Segundo Barbero, o discurso da TV familiariza, traz proximidade e apresenta as imagens de forma transparente, de um jeito simples e claro. O autor pondera que aí se encontra a marca da hegemonia da TV, “na construção de uma interpelação que fala às pessoas a partir dos dispositivos que dão forma a uma cotidianidade familiar, que não é apenas subproduto da pobreza e das artimanhas da ideologia, mas também espaço de algumas formas de relação primordial” (1987, p.168).

<sup>2</sup> Para Barbero (1987, p. 168), “enquanto em nossa sociedade o tempo produtivo, valorizado pelo capital, é o tempo que ‘transcorre’ e é medido, o outro, constituinte da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, um tempo feito não de unidades contáveis, mas sim de fragmentos”, assim como a programação televisiva.

<sup>3</sup> “(...) a dinâmica cultural da televisão atua pelos seus gêneros. A partir deles, ela ativa a competência cultural e a seu modo dá conta das diferenças sociais que a atravessam. Os gêneros, que articulam narrativamente as serialidades, constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos” (BARBERO, 1987, p.176).

a discussão de determinados temas na sociedade, e também fazem com que os indivíduos produzam sentido para se sentirem representados.

Iluska Coutinho (2009) ressalta o caráter socializador do jornalismo de TV “na medida em que as notícias compartilhadas via telejornal criaram uma espécie de repertório comum entre espectadores, e a partir dele a possibilidade de novas interações sociais” (COUTINHO, 2009, p. 119). Indo ao encontro dos estudos da autora, Becker (2018) também reflete sobre as mediações ao explicar que, por meio delas, o meio televisivo oferece conhecimentos sobre a vida social cotidiana dos indivíduos, permitindo a eles a produção de vínculos de pertencimento e partilha de experiências por cidadãos de múltiplos grupos sociais, não devendo mais ser compreendido apenas como um meio de massa. A autora sustenta que os noticiários televisivos sejam vistos por “vários grupos sociais que buscam entender conflitos e problemas sociais organizados em narrativas familiares e pedagógicas que lhes servem de referência e tornam o mundo mais compreensível” (BECKER, 2018, 161). Nesse sentido, podemos afirmar que a televisão desempenha papel determinante na afirmação cotidiana dos laços que unem os cidadãos, seja em uma mesma comunidade ou em todo o país, e ainda hoje está consolidada como a principal fonte de diversão e conhecimento para a maioria da população, funcionando como agente unificador da sociedade brasileira.

Gutmann (2012) defende ainda que o telejornalismo brasileiro seja uma construção cultural, estruturada ao longo de toda a sua trajetória. A autora ressalta que o êxito dos noticiários televisivos em suas funções de informar e formar cidadãos esteja sujeito a ligações com modos de interagir, ver e ainda do tempo relacionado à experiência cotidiana. “Isso significa que a produção de sentido de atualidade e interesse público depende de como o ‘outro’ é convocado e se constroem posições e vínculos com o interlocutor, que vão responder pelos sentidos pleiteados pelos programas (...)”. (GUTMANN, 2012, p. 255)

Alfredo Vizeu (2003) observa que, diante dos valores agregados pela televisão na contribuição da formação da sociedade, é necessário compreender que “as instituições jornalísticas que ocupam lugar central no desenvolvimento do capitalismo brasileiro devem estar em constante vigilância pela sociedade, uma vez que cumprem uma função relevante na construção da sociedade” (VIZEU, 2003, p. 129). Nesse sentido, ressaltamos a importância da construção noticiosa pelas emissoras de TV, visto que os telespectadores consomem as informações veiculadas e passam a formar opinião e a interagir com outros indivíduos, (re)afirmando suas posturas perante a sociedade.

## 2.4 Os papéis de entreter, informar e educar na produção jornalística televisiva

A informação veiculada pelas emissoras de TV possibilita a seus espectadores encontrar soluções para outras questões semelhantes, causando um sentimento de participação nesses que se sentem envolvidos e se identificam com os acontecimentos da humanidade, constituindo-se em potente recurso de conscientização e sensibilização dos cidadãos. Joan Ferrés (1998) destaca que, por esse motivo, a informação pode ser conceituada como sinônimo de poder. Isso porque os indivíduos se posicionam na sociedade tomando por base o conhecimento que têm da realidade e das expectativas de cada um diante dela.

Braga e Calazans (2001, p. 61) acrescentam que a sociedade mediatizada impõe sua presença, visto que “os espaços de permeação (interação social mediatizada ampla) parecem, ao contrário, mais amplos que a escola, mais vívidos, mais ágeis, sedutores, renovados, diversificados”. Ademais, acrescentam que a sociedade interage com e sobre o meio e os produtos oferecidos por ele. Nesse sentido, destacam que “ao se dotar de mediações tecnológicas para desenvolver as interações sociais, a sociedade não apenas acrescenta instrumentos que aceleram e diversificam sua comunicação, mas acaba por modificar seus próprios processos” (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 30). Para os autores, os saberes circulam por toda a sociedade de modo acelerado e variado, a partir de fontes diversas e vinculados a objetivos diferenciados, em função do aparato complexo de comunicações gerais. Assim como os autores, Barbero e Rey (2001) destacam o poder da TV sobre a sociedade e, conseqüentemente, os cidadãos, reforçando nossa crença sobre a importância dos estudos sobre a televisão e a informação produzida e veiculada por ela, assim como sua função educativa.

Impossível saber o que a televisão faz com as pessoas, se desconhecemos as demandas sociais e culturais que as pessoas fazem à televisão. Demandas que põem em jogo o contínuo desfazer-se e refazer-se das identidades coletivas e os modos como elas se alimentam de, e se projetam sobre, as representações da vida social oferecidas pela televisão. (BARBERO; REY, 2001, p. 40)

No livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2017) enfatiza que o ato de ensinar exige o reconhecimento e a aceitação da identidade cultural dos indivíduos. O educador destaca o fato de que “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas”

(FREIRE, 2017, p. 67). O patrono da educação brasileira conceitua a Educação como uma prática libertadora. Segundo o pedagogo, a Educação libertadora consiste, acima de tudo, em um ensino conscientizador, porque além de conhecer a realidade, procura transformá-la. Dessa forma, todos os envolvidos no processo educativo conseguem aprofundar seus conhecimentos em torno do objeto estudado para poder intervir sobre ele. “Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar” (FREIRE, 2017, p. 68). E acrescenta existir a necessidade do debate, da discussão em torno daquilo que se diz, que se mostra e como se mostra na TV. Entendemos que esse processo faça com que os telespectadores adquiram conhecimento e, sobretudo, consciência crítica.

Nesse sentido, ao explicitar o papel ativo tanto do educador quanto do educando, responsáveis por debater e refletir sobre a TV, o pedagogo enfatiza a importância do entendimento do poder e da força da televisão. Para além desta discussão, acreditamos ainda que o telejornalismo esteja em constante construção (e transformação), assim como a sociedade e os indivíduos. Dessa forma, compreendemos que, assim como as instituições de ensino, também a TV – e particularmente o telejornalismo – devem participar da Educação de seus telespectadores em uma sociedade em que o grau de instrução é baixíssimo, como a brasileira, e onde a oralidade é essencial para a transmissão de informação e, sobretudo, conhecimento. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 havia 11,3 milhões de brasileiros analfabetos com 15 anos ou mais de idade (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Reforçamos, portanto, o nosso entendimento de que as mídias têm o dever de promover a Educação, instruindo seus espectadores sobre os acontecimentos ao redor do mundo, porque muitos deles não têm acesso a um ensino formal.

Ao estudar as ideias e a importância de Paulo Freire para a comunicação, Venício de Lima (2011) destaca que os conceitos de comunicação e cultura defendidos pelo educador podem ser vistos de forma complementar, visto que se relacionam diretamente com a liberdade e a libertação humanas. O sociólogo compreende que Freire, em suas obras, orienta que – para alcançar uma consciência crítica – os indivíduos precisam estar comprometidos com um constante processo dialético de transformação da realidade por meio da ação e da reflexão, ou seja, devem estar envolvidos em “uma ação cultural voltada para a liberdade. É no bojo desse processo que a comunicação e o conhecimento verdadeiro são produzidos” (LIMA, 2011, p. 141). Todavia, o autor ressalta que as ideias do educador só serão de fato compreendidas se aqueles que se propuserem a estudá-lo levarem em consideração o contexto histórico em que os estudos foram feitos por Freire.

Eduardo Meditsch e Mariana Faraco (2003, p. 26) ressaltam que os ensinamentos de Paulo Freire podem ser vistos de forma estranha ao serem utilizados no jornalismo por não ter sido esse o foco de suas obras. Entretanto, “analisando-se em profundidade suas teorias, é possível verificar que podem ser aplicadas também no jornalismo, tanto por sua universalidade como pela utilidade de suas concepções de ‘diálogo’, ‘rigor’, ‘leitura do mundo’, ‘percepção crítica da realidade’, entre tantas outras”.

Indo ao encontro da ponderação feita por Meditsch e Faraco, Laerte Cerqueira (2018, p.127), ao abordar o que denomina função pedagógica do telejornalismo, utiliza-se dos ensinamentos de Paulo Freire e resalta que “caíram por terra os mitos da neutralidade, da imparcialidade santa, discursiva”. O autor acrescenta que outras vozes têm sido criadas, com pluralidade e transparência, ao longo de todo o processo e não apenas no produto final. E cabe ao espectador decidir o que deseja consumir, destacamos.

As múltiplas possibilidades para obter informação jornalística deixaram mais claro para o consumidor do jornalismo de televisão que tudo não passa de uma escolha de ponto de vista, da seleção de um ângulo, de um plano, de um ritmo de filmagem que conferem ao jornalismo de televisão um valor. O valor que o emissor deseja passar. A televisão, em especial o telejornalismo, independentemente de suas falhas e distorções, tem uma dimensão social que já a transformou em autenticador da realidade. (CERQUEIRA, 2018, p. 133)

Beatriz Becker (2018, p. 146) resalta que os telejornais “exercem centralidade como forma de conhecimento dos principais acontecimentos no Brasil e em diferentes países do mundo”. Corroboramos a tese de que o telejornalismo ainda seja essencial como veículo de informação e forma de conhecimento, e por esse motivo é imprescindível que o produto jornalístico audiovisual seja de fácil compreensão, exatamente em função da importância de sua expressividade como veículo informativo, devendo reforçar, como sugere Temer (2018), seu compromisso com parcelas menos privilegiadas do seu público.

Nesse sentido, compartilhamos a afirmação de Laerte Cerqueira (2018) sobre a necessidade de existir uma função pedagógica no telejornalismo:

A nossa hipótese é de que essa função pedagógica no telejornalismo se concretiza em três dimensões: a) a dos saberes, que estão ligados à formação, atuação e comportamento do jornalista e sua prática diária, através do método de construção social da realidade, saberes que têm como base aqueles descritos por Paulo Freire na construção de uma eficiente prática educativa e estão descritos na teoria pedagógica do educador (2002, 2000, 1997, 1984); b) a da linguagem, no domínio e adoção de uma forma própria

de produzir o conhecimento, utilizando signos e o acervo de conhecimento compartilhável, onde mapas mentais se entrecruzam em entendimento. c) e dos dispositivos didáticos, que são operações na produção de uma reportagem que tornam o conteúdo mais compreensível, oriundos de ações individuais ou coletivas internalizadas nas rotinas produtivas. Essas dimensões, conhecimentos e práticas se complementam com objetivo de fornecer saber e poder que passam pela presentificação dos fatos, processos de investigação/apuração e uso da linguagem para elaboração da mensagem, condicionados, em tese, por normas de uma ética jornalística e de códigos deontológicos. (CERQUEIRA, 2018, p. 133)

A experimentação audiovisual depende de fatores individuais e coletivos, assim como as percepções de uma mesma emissão televisiva não são as mesmas e levam em consideração toda uma bagagem cultural e formativa. Ora, se as pessoas dominassem o entendimento de todo o processo de produção da notícia, se elas se dessem conta das potencialidades e conseguissem discernir sobre aquilo que veem e produzissem pensamento crítico, a TV deixaria de ser a vilã construída na narrativa popular da sociedade brasileira. Passaria a ser entendida como potencial aliada e, assim, trabalhada como parte integrante no processo de aprendizagem. Reconhecer as potencialidades, entender as disputas por poder nela estabelecidas, saber direcionar os usos e trabalhar numa perspectiva emancipatória do cidadão podem ser um caminho bastante interessante e eficaz no uso do telejornalismo para a formação de indivíduos mais conscientes. Por esse motivo entendemos que uma das funções do telejornalismo seja a de oferecer conteúdo de forma didática para o correto exercício da democracia por parte dos cidadãos.

Assim como Alfredo Vizeu e Laerte Cerqueira (2018), acreditamos que o jornalismo produzido pelas emissoras de TV – ao adotar um comportamento crítico diante da realidade e, portanto, daquilo que vai ser noticiado – aliado à arte de educar pode contribuir sobremaneira para a sociedade, visto que serve como meio de informação e educação para os telespectadores.

Em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lilia Schwarcz (2019), ao tratar da Desigualdade Social, promove uma interface direta com a desigualdade de acesso, sobretudo à Educação. Nas normas e políticas de Educação (mais privadas que públicas, desde sempre) estão as raízes da perpetuação de nossa desigualdade social. Segundo a autora, “educação nunca foi um direito de todos neste país de proporções continentais, passado escravocrata e estruturada concentração de renda. Enquanto existiu, o sistema escravista construiu um país de realidades apartadas também nesse quesito”. (SCHWARCZ, 2019, p. 133)

Lilia Schwarcz (2019) também destaca que o acesso à Educação, desde o Brasil colônia, sempre manifestava um ganho para a cidadania, que tinha o ensino primário como suficiente para as classes mais pobres visto que o ensino secundário não era obrigatório e, conseqüentemente, restringia-se às elites. Reforçamos a proposição da antropóloga de que “educar para libertar, para formar cidadãos mais autônomos, é projeto que concede à escola o local que, de fato, ela merece” (SCHWARCZ, 2019, p. 139-140). A historiadora acrescenta ser a escola pública (de qualidade, universal e gratuita) a única com poder de diminuir desigualdades e promover de fato a inclusão social, mas que ainda não corresponde a uma realidade no país. Dessa forma, a autora ressalta que “são muitos os fatores que explicam a nossa desigualdade social, mas, entre eles, as políticas educacionais continuam a funcionar como um importante gatilho de reprodução das desigualdades” (SCHWARCZ, 2019, p. 149).

Em consonância com as proposições de Lilia Schwarcz (2019), Eduardo Meditsch (1997) defende que a informação se constitui em uma forma de conhecimento, e que informar também é educar. Segundo o autor, o jornalismo é uma forma de conhecimento distinta, algo que se encontra singular nos fatos, na realidade construída. E ressalta a questão: impossibilitados de conhecer todos os fatos universais, os cidadãos utilizam-se do jornalismo como forma de conhecimento para trazer o universal a partir do singular para a percepção individual, sugerindo que cada indivíduo recebe e compreende a informação oferecida de forma distinta, também única. Compartilhamos do pensamento do autor na medida em que acreditamos que o jornalismo de TV seja responsável pela informação que gera conhecimento crítico e funciona como uma forma de orientação para os indivíduos na sociedade em que vivemos. Importante destacar o fato de que o público não absorve a programação veiculada pelos noticiários de TV de forma maniqueísta. Os telespectadores assistem TV e adquirem conhecimento a partir do que foi veiculado, somado à sua análise crítica (juízos de valor, costumes e crenças, dentre outros). Dessa forma, cada indivíduo interpreta a mensagem que recebe da programação veiculada como um todo, inclusive, da sua forma, porque as vontades são diferentes e o modo de assimilação também.

Ao analisar o jornalismo sob uma perspectiva e releitura Weberiana, na tentativa de atribuir sentidos contemporâneos à sua prática, as pesquisadoras Virgínia Fonseca e Taís Seibt (2015) entendem o jornalismo no séc. XXI alinhado a uma ação social racional em conformidade com os fins e com os valores. Elas estabelecem o que convencionaram chamar de “paradigma do conhecimento”. Nessa perspectiva, o jornalismo é visto como sendo uma

instituição socialmente autorizada a produzir conhecimento sobre a realidade cotidiana, por meio dos relatos dos acontecimentos públicos e relevantes (ou seja, através de conteúdos de interesse público), que dariam escopo a um novo paradigma: ‘paradigma do conhecimento’. (FONSECA; SEIBT, 2015, p.653-654)

Nesse sentido, julgamos importante discutir a forma como as informações são veiculadas, para que cumpram com seu papel na formação de cidadãos, em vez de apenas informar fatos e narrar a realidade construída. Para isso, utilizamo-nos das observações de Vizeu e Cerqueira (2018), que se baseiam nos estudos de Paulo Freire acerca dos saberes da prática educativa, para quem educadores e jornalistas, “que são produtores de conhecimento, construtores de realidade e, de alguma forma, responsáveis pela reprodução de valores, hábitos e pela consolidação e declínio de representações sociais, podem demonstrar que é possível mudar” (VIZEU; CERQUEIRA, 2018, p. 42-43), adotando postura crítica e questionadora no que diz respeito às informações coletadas.

Ao estudar a função pedagógica do telejornalismo, Vizeu e Cerqueira (2018, p. 43) destacam que a procura pela informação correta, responsável por instruir, orientar e gerar o debate social, constitui-se no “início do processo de construção da realidade de maneira responsável e pedagógica do jornalismo”. Segundo os autores, não existe verdade sem a apuração correta dos fatos, o levantamento de dados, a polifonia e a contextualização do acontecimento. Além disso, não basta ter apenas acesso à informação, à pesquisa e à apuração de uma notícia; o “olhar sobre o conteúdo faz a diferença na constituição desse conhecimento” (VIZEU; CERQUEIRA, 2018, p. 43-44). É preciso ter criticidade, portanto.

Nessa perspectiva, os trabalhos que se utilizam dos estudos de Paulo Freire, como é o caso de Vizeu e Cerqueira (2018), Cerqueira (2018), Venício de Lima (2011) e Temer (2018), dentre outros, enfatizam as mídias como espaços não apenas de comunicação e socialização, mas também de aprendizagem. Desse modo, nosso objetivo é o de perscrutar a importância da função pedagógica do jornalismo produzido na e para a TV. Isso porque devemos destacar o papel influente do conhecimento produzido pelo telejornalismo, visto que compartilhamos da ideia de Vizeu e Cerqueira (2018, p. 54) de que não se pode negar que, por traz da atividade produzida pelo jornalismo de TV, existe um papel educativo, não como o da família, escola ou igreja, mas tão forte e influente quanto estes.

## 2.5 O audiovisual e seus conceitos: as promessas televisivas, a relação com a audiência e o perfil editorial

François Jost (2004) entende que as produções televisuais se referem a universos simbólicos. Em *Seis lições sobre a televisão*, o autor apresenta a dicotomia entre os modelos de contrato e promessa. Jost (2004, p. 9) explica que, “em televisão, pode-se definir a noção de contrato como um acordo graças ao qual emissor e receptor reconhecem que se comunicam e o fazem por razões compartilhadas”. O autor explica que a ideia de contrato foi utilizada por ele tomando por base os estudos de Verón (1985) sobre a imprensa escrita, que debatem as pressuposições daquilo que denomina contrato de leitura, e as pesquisas feitas pelo linguista Charaudeau (2004, p. 17), para quem “todo ato de comunicação depende de um contrato de comunicação”, relacionando-se tanto nas interações face a face quanto nas tecnicamente mediadas.

Por entender que o conceito de contrato não consegue abarcar de fato toda a relação existente entre mídia e sujeitos, François Jost (2004) propõe outro modo de conhecer essa correlação com o seu modelo de promessa. Isso porque o autor acredita que o conceito de contrato defendido principalmente por Verón (1985) seja sustentado por uma base condenada por seus defensores: a imanência do texto. Jost (2004) salienta que, na perspectiva de Verón, a relação entre enunciador e destinatário presente no contrato está exclusivamente dentro do texto. “Fica-se, então, numa relação construída entre dois seres virtuais, esboçados no interior do texto” (JOST, 2004, p. 10), o que parece ser insuficiente para o autor quanto ao entendimento da relação entre meios de comunicação e públicos. Já no que diz respeito ao conceito de contrato de comunicação de Charaudeau (2004), Jost (2004) salienta que a proposta desse acordo é a de “tentar fazer com que o outro entre na própria intencionalidade do proponente. Esse contrato se define pelos próprios elementos envolvidos no processo discursivo. Essa concepção é estendida a todo processo de comunicação, seja ele verbal ou não”. (JOST, 2004, p. 11).

Como o objeto de pesquisa de François Jost (2004; 2007) é a televisão, o autor entende que o contrato de comunicação desenhado por Charaudeau (2004) opere somente em uma comunicação face a face, pois “opera-se especificamente no campo do contrato da comunicação linguageira” (JOST, 2004, p. 11). Nesse sentido, frente às limitações encontradas por François Jost (2004; 2007) no que diz respeito aos conceitos de contratos, especialmente para o estudo da televisão, reiteramos a ideia de promessa apresentada pelo autor com o objetivo de refletir sobre a relação entre meios de comunicação, que se baseia na

crença do telespectador em relação ao que é veiculado pela TV, estabelecendo vínculos com a audiência por meio de gêneros televisivos, definindo-os como uma interface, que permite a conexão entre emissor e telespectador.

Na promessa televisiva proposta por Jost (2004), os espectadores estariam envolvidos com a crença na ação de ver TV, visto que poderiam depreender se o prometido pelo canal/emissora seria cumprido ou não. Todavia, apesar de a crença constituir-se em ponto crucial da noção de promessa, não é apenas nela que se estabelece a relação entre público e TV. As competências e os saberes dos espectadores que consomem os conteúdos veiculados pelos canais também são importantes, porque os gêneros (assim como a multiplicação de suas denominações, como tele realidade, docuficção e outras docurrealidades), responsáveis por estruturar toda a programação televisiva, são anteriores ao surgimento da TV (JOST, 2007, p. 23). Dessa forma, o autor aconselha que todo gênero televisivo seja organizado sobre um mundo cuja categoria de existência confere a apreciação ou participação do espectador.

Assim, Jost (2004) explica que o modelo de promessa se fundamenta em duas hipóteses: a de que o gênero promove a interligação entre a TV e o espectador (por exemplo, a comédia promete fazer o público rir; o informativo, se informar; o dramático, chorar), e a de que a promessa não se encontra somente no programa analisado, mas também em toda a programação, seja anterior ou posterior à sua transmissão, como a publicidade ou o que é exibido sobre o programa em outras atrações veiculadas. Desse modo, reiteramos que o autor sugere que a análise de um programa televisivo não deva estar baseada unicamente na emissão do programa, mas ainda no estudo do que se fala a seu respeito e em qual contexto essa atração foi disposta (JOST, 2004, p. 18). Isso porque a relação comunicacional no modelo proposto ocorre em dois momentos: quando o espectador aceita a promessa do programa televisivo e quando o espectador tem o dever de verificar se a promessa foi cumprida, o que exige uma participação ativa do telespectador<sup>4</sup>.

Nesse sentido, essas hipóteses apresentam os modos como os gêneros televisivos são imaginados pela produção e ainda demonstram cuidado com o espectador, uma vez que o autor julga imprescindível considerar os repertórios compartilhados socialmente sobre o que é um drama, um programa jornalístico ou uma comédia. Jost (2004) salienta ainda que a maneira como o programa é planejado, naquilo que repercute sobre ele em toda a

---

<sup>4</sup> Podemos observar que o mesmo se dá na metodologia conceituada por Iluska Coutinho (2016), cuja proposta é a de observar não apenas o conteúdo de um programa de forma isolada, mas a totalidade da emissão audiovisual. Cabe ressaltar que esse método será melhor explicitado em nosso capítulo 5, e se constitui na metodologia de análise utilizada na parte empírica deste trabalho.

programação, e na forma como é apresentado que conseguimos entender a construção feita pela televisão do receptor e ainda a relação pretendida por meio da interação realizada com os seus espectadores. Entretanto, o autor ressalta que, apesar de a promessa ser disposta unilateralmente (os programas são exibidos e cabe ao espectador verificar se a promessa prometida foi ou não cumprida), ela não é feita sem levar em conta o resultado da recepção. Jost (2004) salienta que os espectadores possuem liberdade de escolha e podem não se ater ao que está sendo veiculado, assim como mudar de canal ou não pretender mais assistir a determinado programa. Nesse sentido, o autor acredita que “o modelo da promessa é mais cidadão [se comparado ao modelo de contrato]. Esse modelo exige do espectador uma contribuição ativa, embora ela não se dê simultaneamente ao momento da própria promessa” (JOST, 2004, p. 19).

Já no que diz respeito às audiências, Mesquita e Vizeu (2020) entendem que estas, mais do que discutir o contrato de leitura proposto por Verón (1985), podem depreender outra interpretação diferente daquela que os veículos de comunicação propagam, inclusive do olhar dos próprios jornalistas.

Com a possibilidade de olhar em tempo real para a movimentação da audiência nas redes sociais, o jornalista tem acesso a temáticas antes não muito privilegiadas nos telejornais. Por outro lado, nessa relação mediada pelas redes sociais, as empresas têm acesso também em tempo real à insatisfação da audiência com sua cobertura, o que pode evitar a quebra do “contrato de leitura”, a cumplicidade com o veículo, por meio do qual fica implícito que a audiência concorda – ou pelo menos aceita – o filtro seletivo realizado diariamente pelos jornalistas e que produz um modo de leitura da realidade social. (MESQUITA; VIZEU, 2020, p. 34)

Vista inicialmente como passiva, a(s) audiência(s) tem se modificado com o tempo. No livro *Elogio do grande público*, o sociólogo francês Dominique Wolton (2006) pondera que a televisão seja um dos principais laços sociais da sociedade, e também uma figura desse laço social. Isso porque, na visão do autor, as reflexões contemporâneas sugerem que a mídia televisiva contém o formato adequado para a recepção do telespectador. Wolton (2006) explica que a visão de laço social está mudando o foco das pesquisas que anteriormente viam no telespectador um ser passivo diante da TV, entregando-se ao que o produto pronto e acabado lhe oferecia. Entendemos que o conceito de laço social esteja relacionado a um discurso televisivo que pressupõe um telespectador ativo, não mais passivo. Ganham cada vez mais força os argumentos que apresentam o espectador como aquele que encontra na programação uma fonte de informações para conversas sociais. Tal fato representa de maneira

inequívoca uma ressignificação do discurso da informação televisiva sobre os processos comunicacionais. Itania Gomes (2004) compartilha da assertiva de Wolton (2006) ao destacar que

os receptores são entendidos de início como uma massa de indivíduos anônimos, fácil de conduzir, absolutamente à mercê dos poderosos meios e emissores; ou, o que não é contraditório, como indivíduos socialmente isolados. Mas aos poucos começa-se a levar em consideração características socio estruturais e culturais dos indivíduos que integram a audiência, tais como grau de instrução, classe social, profissão, faixa etária, gênero, e outros mais relativos ao grau e tipo de consumo dos *mass media*. Vai-se mostrando, pouco a pouco, que os receptores não comparecem vazios à relação com emissores, meios e mensagens. Essas características funcionam como “filtros” ou “instâncias mediadoras” e serão responsáveis por determinar a “seletividade” e, portanto, a limitar os efeitos (GOMES, 2004, p. 225).

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a construção da identidade dos sujeitos seja feita a partir de suas relações com outros indivíduos e com a sociedade na qual se inserem. E hoje essa relação é mediada também pelos meios de comunicação, principalmente pelos telejornais.

Como um lugar de referência os telejornais desempenham funções relevantes no contexto social do país. Estabelecem o que Wolton (2006) chamou de “laços sociais”. Ou seja, no momento em que é assistido, milhares, milhões de pessoas que nunca se viram, talvez nunca se vejam, formam uma grande “Nação Midiática”, formam um “laço” de pessoas que se relacionam, mediadas por um noticiário. Foi o que Anderson (2005) chamou de “comunidades imaginadas”. Partilhamos do mesmo contexto, formamos uma comunidade imaginária. Acreditamos que esse olhar sobre o telejornal merece estudos mais atentos. É dentro desse contexto que trabalhamos. O noticiário como uma espécie de “instituição intermediária” (Berger e Luckmann, 2012). Com base em pesquisas realizadas, é possível dizer que o telejornal ocupa, na contemporaneidade, o espaço das grandes instituições que nos davam segurança, como a Igreja, a escola, entre outras. (MESQUITA; VIZEU, 2020, p. 30-31)

Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2008), ao estudarem a chamada audiência ativa, salientam que sua busca, para além da informação, também se encontra na busca da compreensão do mundo. Para os autores, “se a notícia televisiva contribui para a construção da realidade social, é possível se afirmar que a informação noticiosa é uma forma de conhecimento. (...) Não há notícia sem conhecimento” (VIZEU; CORREIA, 2008, p. 15). E esse conhecimento se dá na procura das informações oferecidas pelos veículos de comunicação, principalmente pelas emissoras de TV, porque as notícias produzidas são

importantes para as audiências por ajudarem a entender o cotidiano. “Os telejornais funcionariam como uma janela para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe, está lá e tudo não se transformou num caos e a vida segue sua normalidade”. (VIZEU; CORREIA, 2008, P. 21).

Iluska Coutinho e Jhonatan Mata (2010) acrescentam que, apesar dos limites existentes de forma padronizada na edição de um produto telejornalístico, os telespectadores constituem-se em cidadãos ativos. Ademais, entendem que seja por meio de seus depoimentos, das vozes dos indivíduos agregadas ao noticiário televisivo que são ofertadas as lições morais ao término das notícias exibidas. Para os autores, “é por meio da inserção de falas e depoimentos de populares que os jornalistas investem nas relações de confiança, de pertencimento com os telespectadores” (COUTINHO; MATA, 2010, p. 244).

Para além da discussão sobre audiência ativa, Alfredo Vizeu (2005) também propõe a hipótese da audiência presumida. O autor faz uso dos conceitos da teoria etnoconstrucionista<sup>5</sup> ao defender que as notícias são o resultado de um processo de produção, que pode ser definido como percepção, seleção e transformação de um fato (matéria-prima) em uma notícia (produto). Dessa forma, chega-se às questões da noticiabilidade (possibilidade de um fato virar notícia) e dos valores-notícia (critérios de avaliação de relevância e pertinência espalhados ao longo de todo o processo de produção) que estão implicitamente relacionados à construção da audiência presumida. Em seu livro *O lado oculto do telejornalismo*, Alfredo Vizeu (2005) mostrou sua inquietação quanto à compreensão das técnicas utilizadas para entender de que forma a audiência estava presente nas notícias. O foco do seu trabalho foi verificar marcas textuais, nas informações jornalísticas, que se referem à conduta dos profissionais de presumir, construir, antecipar ou presentificar a audiência.

(...) os jornalistas constroem antecipadamente a audiência a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. E o trabalho que os profissionais do jornalismo realizam, ao operar sobre os vários discursos, resulta em construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias. (VIZEU, 2005, p. 13-14)

Em seus estudos, Vizeu (2005) observou que a imagem que os jornalistas construía de seus públicos era intuitiva, visto que identificou que os profissionais não haviam feito uma

---

<sup>5</sup> Alfredo Vizeu explica que as teorias “*estruturalista e etnoconstrucionista* partilham de um mesmo paradigma que emergiu na década de 70: o jornalismo como construção social da realidade” (VIZEU, 2003a).

pesquisa de audiência, mas tinham uma ideia de quem eram seus espectadores. Nesse sentido, o autor considera que a audiência seja presumida no próprio processo de produção jornalística. Isso porque o “outro, que compôs a cadeia interativa da atividade jornalística, não é só um personagem revestido de certas marcas de indicadores sociais, mas alguém construído na própria produção imaginária dos organizadores e enunciadore do discurso” (VIZEU, 2005, p. 185).

Reiteramos que o jornalismo, como parte da sociedade e ainda como uma prática social, está se reinventando continuamente, e tem sido reconstruído a partir das mudanças da sociedade e da participação de diversos atores sociais. Raymond Williams (2016) destaca que novas tecnologias sociais estão movendo o jornalismo de diversas formas, e uma delas consiste na participação do público, não jornalista, como um novo ator no processo de construção das informações. Nesse sentido, a relação entre produção e audiência – com participação cada vez mais efetiva dessa – tem sido estreitada com o passar dos anos. A não passividade da audiência diante das mensagens midiáticas é hoje consenso entre os pesquisadores de comunicação. Vizeu, Rocha e Siqueira (2010) ponderam que, especificamente no que diz respeito ao jornalismo, a entrada no século XXI promove uma participação mais ativa da audiência, particularmente no telejornalismo, em decorrência das tecnologias existentes e da apropriação destas, além da pressão dos movimentos sociais. Isso porque a audiência se envolve ou é envolvida pelo telejornalismo das mais variadas formas, provocando mudanças no campo jornalístico ao se apresentar com mais possibilidades de interagir.

Compartilhamos com Barker (2004) do paradigma da audiência ativa. Segundo essa perspectiva, as audiências não são “zumbis” culturais, mas participantes ativas dentro dos seus próprios contextos culturais. Como também observa Hall (2003), um telespectador pode decodificar uma mensagem de uma forma completamente diferente da proposta pelo campo da produção (VIZEU; ROCHA; SIQUEIRA, 2010, p. 6)

Os autores salientam que um indivíduo vai interpretar uma mensagem tomando por base os seus quadros de referência, e que isso se constitui em um dos modos de manifestação da audiência ativa. Entretanto, existe outra maneira que mais os interessa, a chamada audiência comunicativa, ou seja,

aquela audiência que registra fatos públicos ou privados para enviar as emissoras de televisão, influenciando, dessa forma, no processo de produção. Mais do que isso, aquelas pessoas que as empresas nomeiam de cidadãos-repórteres interpelam a agenda televisiva. Não vemos essas

peças como Jornalistas que representam uma profissão que têm que coletar fatos, classificá-los, sistematizá-los, hierarquizá-los, checá-los a bem não só da credibilidade, mas da ética pública. Consideramos essas pessoas o que podemos chamar de mediadores públicos, que agora não se limitam a assistir à televisão, mas intervêm no próprio processo produtivo, funcionando como coprodutores da notícia (VIZEU; ROCHA; SIQUEIRA, 2010, p. 6).

Em sua tese de doutoramento, Giovana Mesquita (2014) estuda um tipo de audiência que, apesar de se envolver e contribuir crescentemente no campo jornalístico, não é formada por jornalistas. A autora pondera que esses indivíduos mantêm relações ativas com os veículos de comunicação, circundando ou sendo circundados por eles nos processos produtivos e nas rotinas jornalísticas, e os denomina audiência potente.

Também entendemos, como muitos autores do campo do jornalismo, superada a ideia da mídia que funciona como emissor e de uma audiência passiva e amorfa, que recebe a informação. Estudos sobre recepção, principalmente a partir da década de 1980, já repensaram o processo de recepção, vendo-o como decodificação, ou seja, um processo de significação e de ressignificação, e lançaram um novo olhar sobre o receptor como um sujeito ativo. A Audiência Potente surge em um contexto de mudanças sociais, culturais e tecnológicas, de democratização das ferramentas de produção, redução dos custos do consumo da informação pela democratização da distribuição (ANDERSON, 2006) e da interatividade. A facilidade de acesso às ferramentas de produção possibilita à Audiência Potente dois caminhos: criar e alimentar seus próprios espaços de visibilidade (blogs e outros sites de redes sociais); e disponibilizar um grande número de conteúdos, principalmente em redes sociais, bastando que tenha disponibilidade, habilidade para usar algumas ferramentas e acesso a um computador ou a dispositivos móveis, como celulares, smartphones, tablets, dentre outros, conectados à Internet (MESQUITA, 2014, p. 58).

Dessa forma, corroboramos a hipótese da autora de que atualmente não podemos mais desconsiderar o envolvimento da audiência na construção da notícia e na produção dos telejornais. Isso porque o telejornal de TV aberta, como nos ensina Vizeu e Correia (2008), consiste em um lugar de centralidade na sociedade brasileira, contribuindo para a compreensão do mundo pelos cidadãos. Os autores salientam que, tomando por base as informações recebidas pelos noticiários televisivos, de fácil acesso, os indivíduos podem mobilizar essas notícias para poderem se adaptar ao cotidiano em que vivem, adequar-se, conformar-se ou mudá-lo.

Ademais, importa destacar que a presença das fontes ativas modificou o processo produtivo noticioso no telejornalismo. Isso porque a interpretação da realidade social dos fatos se utiliza progressivamente da participação e da colaboração das fontes ativas. No entanto,

Mesquita e Vizeu (2020) ressaltam não serem ingênuos quanto ao papel das empresas de comunicação no mercado, mas entendem que não se pode subestimar a capacidade de interpretar, tampouco reinterpretar, dos cidadãos frente a um telejornal, não se constituindo como simples “depósitos bancários”<sup>6</sup>, termo utilizado por Paulo Freire (1987).

Dessa forma, reiteramos que a hipótese da audiência potente apregoada pelos autores (MESQUITA, 2014; MESQUITA; VIZEU, 2011, 2014, 2020) entende a audiência como um novo ator que se envolve ou é envolvido nos processos produtivos e possui habilidade de amplificação da informação, capacidade de ação – possibilitada pelo acesso aos meios de produção – e predisposição para transformação ao passo que transforma seu modo de agir, assim como seu comportamento, ao longo do tempo, em decorrência de condições culturais, econômicas, sociais e tecnológicas, dentre outras.

A audiência potente não só ressignifica as mensagens que recebe, nem atua apenas enviando conteúdos, por meio de vídeos, áudios, fotografias, ou sugestão de pauta para a mídia, ou seja, uma relação no sentido de coprodução de notícias - onde a audiência ocupa cada vez mais espaço de intervenção para a democratização da informação (Vizeu & Mesquita 2011). Com as redes sociais, a audiência passa a agir num diálogo onde manifesta seu interesse sobre assuntos que gostaria de ver enfocados na mídia e pressiona os veículos, quando entende que houve omissão de determinado assunto ou até mesmo uma cobertura inapropriada (MESQUITA; VIZEU, 2014, p. 597).

Nesse sentido, o telejornalismo relaciona-se com a audiência de diversos modos, a depender de suas necessidades e motivações. Mesquita e Vizeu (2020, p. 40) revelam que essa ligação pode ser de forma espontânea ou convocada pelo telejornal. Isso porque, segundo os autores, as empresas de comunicação identificaram que, aproximando-se da audiência e deixando-a participar dos noticiários – o que se consistia em um processo inevitável –, teriam um retorno positivo visto que encontrariam ali a possibilidade de incorporar olhares de variados lugares, promoveriam maior aproximação e ampliariam a chance de fidelizar seu público, acarretando em aumento numérico da audiência da emissora.

---

<sup>6</sup> No livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) descreve o termo “bancário” como se professores vissem os alunos como bancos, depositando neles conhecimento. Isso significa que os professores entendiam os alunos como cofres vazios em que os profissionais da educação depositariam conhecimento científico, fórmulas e letras até conseguir enriquecer os discentes. Segundo o autor, esse é o tipo de educação tradicional disponibilizada no Brasil. Contra esse tipo de educação, Freire sugere uma educação ativa, libertadora, estimulando os alunos a participarem efetiva e ativamente quando aprendem e questionam as realidades. Assim, os professores seriam os responsáveis por promover o diálogo, o debate e aproximar o mundo teórico do cotidiano dos alunos.

Todavia, apesar de ressaltarem que o envolvimento da audiência e de suas habilidades ressignificaram o fazer jornalístico, contribuindo para a construção da informação, os autores destacam que a produção da notícia permanece sendo uma atividade executada pelo jornalista, que apreende todo o processo de produção da notícia ao longo de sua formação, garantindo qualidade da notícia e ética na informação.

Apesar de dever ser produzido com ética, seguindo os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, importa destacar, como sugerem Beatriz Becker e Mateus Lara (2010), que todos os produtos telejornalísticos são parciais em suas coberturas. Isso significa que, para além da apuração criteriosa na construção da informação, as empresas possuem perfis editoriais que devem ser seguidos por seus profissionais. Porcello e Gadres (2010) explicam que

as notícias veiculadas nos telejornais, que constroem enquadramentos sobre a realidade social através de recursos verbais e visuais, são resultado de uma disputa de forças entre jornalistas com seus códigos deontológicos, empresas de comunicação e suas estruturas organizacionais e, por fim, interação com outros campos, em especial, o campo político – todos imersos em uma cultura. (PORCELLO; GADRES, 2010, p. 215)

Nesse contexto, reiteramos que a notícia seja uma construção. Assim, em sua rotina produtiva, o jornalista, tomando por base os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, assim como a estrutura organizacional da empresa jornalística da qual faz parte, seleciona aquilo que deve ser transformado em notícia. E o que deve ser omitido também.

Ana Carolina Temer (2010, p. 112) acrescenta que os espectadores ignoram ou estão propensos a “desconsiderar que o telejornal é um produto vendido a dois públicos diferentes: um público genérico, a audiência, e o outro cliente diferenciado, o anunciante”. Isso porque, como destacamos anteriormente, a televisão no Brasil sempre foi voltada para o lucro.

Guilherme Jorge de Rezende (2000) acredita que o significado dos telejornais brasileiros ultrapasse a questão da familiarização e do lugar de referência por estar vinculado a fatores econômicos e sociais.

É improvável que o telejornalismo esteja cumprindo satisfatoriamente esta missão social, uma vez que está atrelado às grandes corporações que controlam as estações de TV, motivadas muito mais por seus interesses econômicos e políticos do que pelas necessidades das camadas populares de audiência. De uma forma ou de outra, porém, razões mercadológicas impelem a produção telejornalística, como de resto toda a programação televisiva, a procurar atender aos desejos e às expectativas de um expressivo contingente de telespectadores que se situam no outro extremo do processo de comunicação. É essa fatia da audiência de baixo nível instrucional, tão

cobiçada pelos departamentos de venda das emissoras, encontra na televisão uma das poucas oportunidades para sonhar com a esperança de tornarem-se verdadeiros cidadãos. (REZENDE, 2000, p. 24)

Em estudo posterior, Rezende (2010, p. 64) sustenta que as emissoras de TV, principalmente a Rede Globo de Televisão, ao produzir conteúdo jornalístico até o final da década de 1980, tentavam passar para seus espectadores “uma aparência de neutralidade e formalismo, essencial para uma imagem de isenção na abordagem dos fatos e credibilidade junto aos telespectadores”. Todavia, ressalta que o mesmo grau de importância não era empregado no conteúdo, e o telejornalismo brasileiro – principalmente nos anos de censura – estava afastado da realidade do país, noticiando os fatos apenas de forma superficial. Segundo o autor, com o fim da censura um novo problema acometia as emissoras de TV: a autocensura.

Rezende (2010, p. 72) acrescenta que, nos anos 1990, um atributo do telejornalismo no Brasil herdado da década anterior indicava propensão à “uniformização dos conteúdos informativos”. Entretanto, o jornalismo audiovisual produzido no país demonstrou indícios de força como consequência dos progressos alcançados pelas emissoras de TV segmentadas e ainda em função das redes de TV abertas. Já nos anos 2000, notadamente em função do aumento da concorrência entre os telejornais, cada noticiário decidiu adotar diferentes técnicas com os objetivos de cativar novos espectadores e fugir do padrão global. O autor explica que o “envolvimento de ex-jornalistas da *Globo* em telejornais de emissoras concorrentes marcaria, aliás, uma das tendências da intensa competição entre telejornais no novo milênio” (REZENDE, 2010, p. 74).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p. 273) sustentam que seja dever do jornalista anunciar as notícias de forma proporcional e compreensível, visto que, para os autores, o jornalismo constitui-se em uma “questão de caráter”. No entanto, acrescentam que “a estrutura de cima para baixo das oligarquias normalmente faz mais difícil para o indivíduo ser ouvido sobre assuntos abstratos, como ética ou questões de consciência”, sinalizando que, mesmo que os profissionais defendam o seu compromisso com a ética, precisam acatar as decisões editoriais das emissoras para as quais trabalham.

François Jost (2004) também reflete sobre o tema ao destacar que

fazendo as escolhas de programas e de programação, a emissora afirma-se não só como responsável editorial, mas contribui para construir uma imagem de si própria como pessoa e como parceira do telespectador. (...) Tanto para as escolhas editoriais, como para a de suas emissões, a emissora, como o orador, constrói uma imagem de seus valores, de seu *ethos* (Soulez, 2002). Se, aqui como alhures, dizer é fazer, na medida em que constrói uma

personalidade aos olhos do telespectador, a emissora dispõe de numerosos meios de comunicação para construir sua identidade. (JOST, 2004, p. 53)

Nesse sentido, julgamos importante destacar, neste trabalho, que as decisões editoriais das emissoras estão intimamente ligadas ao contexto e à realidade socioeconômica do país. A partir do momento em que Jair Bolsonaro é eleito e afirma querer suspender as verbas publicitárias do governo destinadas à Rede Globo de Televisão, essa começa a assumir postura contrária às decisões do presidente, como veremos em nossa análise.

## **2.6 A dimensão narrativa espetacular da TV e do Telejornalismo**

Pensando também sobre o outro lado da tela, uma primeira reflexão que pode ser lançada é sobre a dimensão teatral e espetacular da TV e do Telejornalismo. Em um primeiro momento, recorreremos aos estudos do sociólogo Erving Goffman (1985), para quem a vida em sociedade é fruto de representações. Vinculado ao interacionismo simbólico, Goffman analisa as relações sociais cotidianas que, para o autor, são pautadas por representações ou encenações vivenciadas sob uma permanente teatralização.

O sociólogo acredita que, em geral, existe alguma razão que leve as pessoas a atuar de forma a transmitir aos outros, e à sociedade em geral, a impressão que lhes interessa transmitir. Para ele, existe uma crença na representação individual ou coletiva da sociedade. Dito de outra forma, todos os indivíduos vivem representando seu próprio papel ou o criado para representar seus ideais de realidade. Vivemos de “fachada”.

Para além da percepção de Goffman (1985) de que vivemos representando diversos papéis na sociedade em que vivemos, Guy Debord (1967) faz uma crítica acirrada à sociedade de consumo, à cultura da imagem e à invasão da economia em todas as esferas. Debord, ao lançar o livro-manifesto *A sociedade do espetáculo*, no contexto da contracultura nos anos 1960, argumenta que a sociedade é movida pelo capitalismo, que exerce um sistema de controle social em que a realidade é transmitida por meio de imagens vistas e pelo ambiente construído em que vivemos. Para o autor, o espetáculo constitui-se em uma informação codificada na sociedade através dos meios de comunicação de massa onde tudo é considerado mercadoria. A mídia interpreta (e reduz) o mundo com o uso de narrativas simples em que o ser é substituído pelo ter, e o ter é substituído pelo aparecimento. Nesse sentido, o autor pondera que, pela mediação, os indivíduos abdicam da realidade e passam a viver em um

mundo movido pelas aparências e consumo permanente de fatos, notícias, produtos e mercadorias.

Tomando por base os estudos de Debord (1967), partimos do pressuposto de que o aumento da circulação de notícias falsas em âmbito mundial possa ser explicado em função da crença dos indivíduos em tudo o que é veiculado (principalmente pelas redes sociais, que oferecem informação sem qualquer credibilidade, reiteramos) sem a confirmação da veracidade dos fatos. Vale destacar que, no caso da televisão, o meio tem maior valor de verdade.

Por outro lado, Eugênio Bucci (2005) destaca que a visibilidade social brasileira se tornou tão arraigada à tela da TV que, para ganhar o estatuto de realidade, as “coisas” precisavam aparecer nela, ou seja, elas só aconteceriam de verdade, no Brasil, quando acontecessem na TV (BUCCI, 2005, p. 228). O jornalista garante que esta ligação faz da televisão a sede do espaço público, e que seu estabelecimento como tal deve-se à junção da ficção com a realidade. Bucci (2005) propõe, dessa forma, uma inversão de papéis durante o processo de construção da realidade ao observar que alguns programas de cunho jornalístico são produzidos não apenas por fatos reais, mas por acontecimentos fictícios. Já a ficção muitas vezes é construída através de acontecimentos da realidade cotidiana.

Os programas da ficção cada vez mais buscam sustentar-se em argumentos de realidade (tanto que, no Brasil, a telenovela é tanto mais presente quanto mais consegue propor uma síntese do imaginário nacional); quanto aos programas de telejornalismo, estes precisam se adequar a uma narrativa mais ou menos melodramática (o andamento dos telejornais busca capturar o telespectador pelo desejo e pela emoção). Ou seja, ficção e realidade se invertem na (estética da) nova ordem (BUCCI, 2005, p.41).

A observação de Bucci (2005) também é compartilhada por Rezende (2000, p. 35) ao destacar que a abolição das fronteiras entre o real e o imaginário é frequente na televisão brasileira. Os autores remetem a origem desta proximidade do real e da ficção na televisão brasileira à inserção dos telejornais entre as telenovelas de horário nobre, sobretudo as da Rede Globo. Valendo-se da estratégia de “prender” o público que possui gosto pela teledramaturgia, o telejornal segura a audiência da novela anterior (a das “19 horas”) para a “das nove horas” e, assim, “a aproximação de jornalismo com novela acabou dando ao primeiro uma função ainda mais emocional” (BUCCI, 2005, p. 30).

Guilherme Jorge de Rezende (2000, p. 25) acredita que a mistura de ficção com realidade na televisão brasileira “representa a fórmula mágica capaz de magnetizar a atenção

de um público tão diversificado”. Desta forma, ao entreter para conquistar audiência, a televisão privilegia a forma como espetáculo.

É por isso [onde quer que a notícia esteja a serviço do espetáculo] que, hoje, o telejornalismo no Brasil dificilmente pode ser compreendido como o resultado de um reforço autêntico pela busca da verdade. Há exceções, por certo. (...) Há momentos ou coberturas de excelência jornalística mesmo nas redes comerciais – mas não constituem a regra. O negócio do telejornalismo não é jornalismo. Seu negócio é outro. (BUCCI, 2005, p. 130).

A partir da premissa de que o noticiário televisivo se organiza, no Brasil, “como um tipo específico de melodrama”, Bucci (2005) garante que o telejornalismo passou a seguir algumas regras próprias do drama, dentre elas o permanente conflito entre bem e mal, a apresentação de “moral da história”, a exaltação ao interior ao que lhe é próprio, e o pessimismo rebatido com otimismo.

A regra central é o permanente conflito entre bem e mal, que culmina no “boa noite”, com um *happy end* de preferência. Em cada bloco, ou a cada dois blocos, o bem vence o mal (ou, no mínimo, tenta vencê-lo). A cada respiração, vem uma moral da história. Se uma informação trata de uma guerra no exterior, a outra busca realçar a fraternidade que temos em nosso país (...) se morre um ídolo nacional, o programa jornalístico ganha trilha sonora bem tristonha, um ritmo mais fúnebre, e termina com a despedida que afirma que o morto foi para o céu (BUCCI, 2005, p. 31).

João Canavilhas (2007, p. 5) também analisa a informação vista de forma espetacular. O autor ressalta que os programas televisivos precisam de audiência para se manterem no ar. Para isso, destaca que “o impacto da informação reside na capacidade de oferecer uma imagem do mundo mais completa do que aquela que o telespectador pode colher directamente no local. Este processo de melhoria da realidade é, só por si, uma espectacularização da informação”.

Em consonância com as afirmações de Eugênio Bucci (2005) e João Canavilhas (2007), Iluska Coutinho (2012) acrescenta o fato de que a simples menção do termo drama representa – para os defensores do jornalismo imparcial – uma perigosa aproximação com o campo do entretenimento ou, pior ainda, da esfera do sensacionalismo (2012, p. 99). Após análise comparativa realizada entre edições do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura – noticiários exibidos em rede nacional, a autora reitera que a notícia nestes dois telejornais é estruturada como um drama cotidiano por meio da existência de um antagonismo narrativo.

No primeiro momento essa associação foi evidenciada pela existência de um conflito narrativo nas matérias veiculadas. Seria através desses conflitos, que

a(s) narrativa(s) do telejornal se organizaria(m). A estruturação do noticiário televisivo em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que classificamos como um drama cotidiano (COUTINHO, 2005, p. 99).

A pesquisadora garante que “haveria assim a existência de uma dramaturgia do telejornalismo que se daria na organização dos telejornais como narrativa dramática” (COUTINHO, 2012, p. 100), proposta teórica que vamos nos aprofundar em nosso terceiro capítulo.

Nesse sentido, e tomando por base os referenciais teóricos e as discussões levantadas, reconhecemos que o telejornalismo se constitui como uma forma de conhecimento acessível. Isso porque a informação televisiva ainda se caracteriza como um agente produtor de significados sociais e culturais para a sociedade brasileira.

### **3 O TELEJORNALISMO EM REDE NO BRASIL: A INFORMAÇÃO COMO PARTE DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO**

Esse capítulo pretende apresentar e discutir o direcionamento empregado pela Rede Globo de Televisão, objeto de nosso estudo, para verificar qual a construção narrativa adotada pelo principal noticiário veiculado em rede nacional pela TV aberta no Brasil no que diz respeito à produção das notícias. Nesse contexto, vamos nos utilizar dos conceitos estudados por Alfredo Vizeu (2003; 2005; 2008; 2018), Nelson Traquina (2004), Iluska Coutinho (2012; 2016; 2018); Guilherme Jorge de Rezende (2000; 2010), Sérgio Mattos (2002; 2010) e Edna Mello (2018), dentre outros.

Antes de abordarmos diretamente nosso objeto de pesquisa, julgamos pertinente contextualizar o fato de que, apesar de estar presente em praticamente 97% dos lares brasileiros, a televisão aberta no Brasil – assim como nos Estados Unidos e ao contrário da Europa, cuja marca é a construção histórica de um modelo público de radiodifusão –, é caracterizada, desde o início, pelo predomínio do sistema comercial.

Da mesma forma e, ao contrário de outras nações desenvolvidas, o público foi um ator que ficou ausente da discussão e formulação de políticas para o setor. A radiodifusão permanece regida por uma legislação antiga, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. No decorrer das últimas décadas, a mídia privada se tornou ainda mais poderosa e questões fundamentais sobre o marco regulatório, como a propriedade privada e a complementaridade dos sistemas, não tiveram andamento. (KERBAUY; DEMARCHI, 2017, p. 59-60)

Para que se consiga alterar essa realidade, Maria Teresa Kerbauy e Carlos Henrique Dermarchi (2017) ressaltam a importância da democratização da mídia e da construção de políticas públicas de comunicação no Brasil para possibilitar a participação popular na mídia. Os autores explicam que a democratização da comunicação pode ser entendida como um processo em que indivíduos e organizações da sociedade se mobilizam com o objetivo de aumentar o número de atores envolvidos na produção, difusão e circulação de informações. Corroboramos o pensamento dos autores e julgamos que a defesa da liberdade de informar, de se expressar e de ter uma imprensa livre seja papel de cada um dos cidadãos que procuram assegurar seus direitos, ampliando as formas de fiscalização dos poderes e aumentando o acesso a serviços e garantias constitucionais. Isso porque o que defendemos neste trabalho é que o exercício do jornalismo – central na sociedade brasileira – seja uma das ferramentas para a Educação dos indivíduos.

Para além de ser uma ferramenta capaz de ajudar na Educação de seus espectadores, na introdução do livro *Compreender a Televisão*, François Jost (2007) ainda afirma ser a TV, inquestionavelmente, a única mídia capaz de mobilizar diariamente a atenção de todas as outras. E acrescenta que algumas “emissões de televisão se propõem mesmo a se deter sobre a imagem para melhor compreender a maneira como a realidade é construída pela informação”. (JOST, 2007, p. 21)

### **3.1 Percurso histórico do jornalismo em telas**

Desde a exibição das primeiras imagens, por volta de 1940, a TV teve seu percurso marcado por diversas transformações e evoluções tecnológicas. O sociólogo francês Dominique Wolton (2006) destaca que pelo acesso ao que é veiculado por meio da televisão um indivíduo torna-se membro de uma sociedade na medida em que ela pode ser considerada o espelho de sua identidade, e um fator – em potencial – de transformação social. A televisão, portanto, utiliza a imagem veiculada para criar sua identidade, fazendo com que, através dela [televisão], as pessoas se identifiquem com o que é transmitido. Ter-se-ia, a partir daí, o retorno em audiência. Acreditamos ser exatamente o poder de sedução da imagem a marca que caracteriza da melhor maneira o ponto chave do processo de identificação.

A criação da televisão – que herdou do cinema algumas características – implementou novas realidades, como a proximidade e o imediatismo, tornando possível ao veículo entrar nos lares (e fazer parte deles, acrescentamos), dando a esse meio de comunicação o poder de transformar ideias e ideais. O novo veículo foi criado, portanto, à medida que recursos eram desenvolvidos na área de comunicação e rapidamente incorporados às inovações tecnológicas da época.

Já a partir de 1940 a televisão firma-se como um meio eletrônico, tornando-se, desde então, o veículo de comunicação mais importante do mundo. Ao assumir o papel de principal veículo de comunicação de massa, a TV passa por revoluções tecnológicas que acontecem até os dias atuais, garantindo aos telespectadores qualidade de imagem e transmissão cada vez melhores.

No Brasil, a introdução da televisão acaba por coincidir com um importante momento de mudanças na estrutura econômica, política e social pelas quais o país passava, fazendo com que o veículo seguisse o modelo do desenvolvimento dependente de forma cultural, econômica, política e tecnológica (MATTOS, 2002, p. 27). A visão de Mattos (2002) encontra eco na afirmação de Caparelli (1982), de que a televisão atua como instrumento de

manutenção da ideologia e da classe dominante, além de ampliar o mercado de consumo da indústria cultural (CAPARELLI, 1982).

Os estudos feitos tanto por Sérgio Mattos (2010) quanto Edna Mello (2018) destacam que a TV no Brasil esteja subdividida em fases distintas, levando-se em conta um panorama histórico, além de fatores socioeconômicos e culturais. Mattos (2010) divide em sete as fases da TV brasileira. Já Edna Mello (2018) debruça-se mais especificamente no telejornalismo, dividindo-o em seis fases no Brasil.

A primeira fase, segundo Mattos (2010), compreende o período de 1950 a 1964, época em que a programação veiculada voltava-se para as elites e seguia notadamente os paradigmas de produção aplicados ao rádio, deslocando os programas radiofônicos de maior sucesso para o novo veículo. Era a chamada fase elitista.

Foi nessa época que a *TV Record*, fundada em 1953, viveu o seu período de ouro com os programas musicais e o sucesso dos festivais de música, que revelaram os cantores e compositores que ainda hoje dominam a música popular brasileira. A *TV Record* chegou a ocupar o primeiro lugar entre as emissoras de maior audiência no país (Furtado, 1988:62) até que, devido a uma série de incêndios ocorridos entre 1968 e 1969, entrou em decadência. (MATTOS, 2010, p. 30).

Guilherme Jorge de Rezende (2000) explica que, no início, a televisão brasileira era baseada na fala, sem imagens para serem mostradas aos telespectadores. Ademais, Sérgio Mattos (2010) compara o lançamento da televisão com outras inovações tecnológicas que, posteriormente, também seriam consumidas pelos brasileiros, como o videocassete, na década de 80, e o computador, nos anos 90.

Edna Mello (2018), por sua vez, explica que o telejornalismo brasileiro vem sendo provocado a revisar suas rotinas produtivas e adequar seus conteúdos a múltiplas telas e múltiplos públicos desde o início da TV no Brasil. A autora argumenta que televisão e tecnologia andam juntas no que se refere a formato e conteúdo, assim como com o jornalismo produzido para ser veiculado em TV. Como dissemos, ao contrário de Mattos (2010), que se dedica à TV como um todo, Edna Mello (2018, p. 20) categoriza fases para o telejornalismo brasileiro, “identificando as características históricas de desenvolvimento técnico e de linguagem de cada época, bem como a influência desses elementos nos formatos da informação veiculada”. Para a autora, a primeira fase do telejornalismo produzido no Brasil é caracterizada pelo telejornalismo falado, quando os apresentadores dos noticiários se sentavam atrás de uma bancada e liam as notícias ao vivo. “Neste telejornal, em que o apuro

técnico não supria todas as exigências com boas imagens dos acontecimentos, o apresentador ocupava um lugar de destaque no noticiário” (MELLO, 2018, p. 22).

Em *O Monopólio da Fala*, Muniz Sodré (1984) ressalta que a ausência de uma estrutura comercial aliada à pequena audiência da televisão (formada apenas pela elite do país) foram alteradas a partir dos anos 60 no país, quando “a televisão começa a assumir o seu caráter comercial e a disputar verbas publicitárias com base na busca de maior audiência” (SODRÉ, 1984, p. 97). A partir de então, a TV transformou-se no meio de publicidade favorito do país em função do grande potencial de audiência, adquirido ao adaptar a programação para atingir todas as classes sociais e satisfazendo, assim, as necessidades das agências publicitárias (MATTOS, 2002). Cabe ainda destacarmos que, desde o seu surgimento [da TV no Brasil] até os dias atuais, a programação veiculada é dirigida às populações urbanas e orientada para o lucro, à exceção do que está disposto como missão das emissoras estatais<sup>7</sup>.

À medida que a televisão vai se firmando como principal opção mercadológica entre os meios de comunicação no Brasil, os telejornais ganham força e vão adequando a sua programação ao gosto de seus espectadores. Desta forma, os noticiários na TV passam a ter um papel ainda mais importante na programação televisiva. É neste período, portanto, que os telejornais começam a se consolidar como principal meio de informação do país.

Com a sofisticação dos métodos de pesquisa de opinião, a televisão passa a transformar o espetáculo num acontecimento do cotidiano e o telejornalismo passa a ser aferido pelos mesmos princípios de audiência do restante da programação. (...) O meio telejornalístico passa a selecionar aquelas porções da realidade que melhor respondem às exigências do meio e criam um espaço na forma de realidade alternativa. Impõem um tratamento indiferenciado entre o entretenimento e a realidade, entre a programação voltada simplesmente para o lazer. Trata-se de uma equação numérica onde o espetáculo é audiência, a opinião pública é publicidade, o consumo é faturamento financeiro (BRASIL, 2005, p. 51).

O telejornalismo reportado foi a segunda fase identificada por Edna Mello (2018), quando a chegada do aparelho de videoteipe possibilitou que os programas de TV pudessem

---

<sup>7</sup> “(...) No caso brasileiro, a situação foi invertida. Os canais estatais, posteriores aos comerciais, foram implantados sem nenhuma estrutura de controle do público. Somente em 1988 a Constituição Federal, ao separar em três os regimes de exploração do serviço de radiodifusão, buscou trazer a sociedade para o controle da radiodifusão. Assim, o problema se resumiria hoje em criar uma emissora com controle social, tanto na sua programação quanto na definição de seu plano de trabalho, tornando-a independente do Governo. Ocorre, no entanto, que essa inclusão da participação direta da sociedade no aparato estatal representa, na prática, aceitar o fato de que os princípios constitucionais de impessoalidade e de eficiência, que deveriam reger a Administração, não são cumpridos em alguns casos. Em outras palavras, que certas emissoras estatais são, na verdade, emissoras "chapa branca" (para promoção pessoal ou desvirtuando o cumprimento da missão e dos objetivos da emissora) e não conseguem dissociar os interesses dos governantes dos da sociedade”. (NAZARENO, 2007, p. 17)

ser gravados, substituindo a programação ao vivo. Nos anos 60, a utilização desse gravador de imagens com fitas magnéticas permitiu a implantação de uma estratégia de programação horizontal, que consiste na veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana. O objetivo era criar, nos telespectadores, o hábito de assistir televisão rotineiramente, além de proporcionar a exibição de novelas diárias e de diminuir o improviso, melhorando a qualidade técnica da programação veiculada pelas emissoras. No entanto, o avanço do jornalismo televisivo não aconteceu somente em função da inovação tecnológica, mas também porque o jornalismo brasileiro entrava em uma fase de grande criatividade e expansão intelectual. Guilherme Jorge de Rezende (2000) avalia que o símbolo desta mudança aconteceu, principalmente, a partir da criação do premiado Jornal de Vanguarda, veiculado pela TV Excelsior a partir de 1962. Dirigido por Fernando Barbosa Lima, o noticiário apresentava um novo estilo de telejornalismo, com linguagem e profissionais trazidos do jornalismo impresso. Mello (2018, p. 23) destaca que “o programa rompeu com o modelo radiofônico da primeira fase do telejornalismo e pela primeira vez trouxe jornalistas, muitos oriundos do jornal impresso, para criar um novo modelo de jornalismo televisivo”. Além disso, o cuidado com a imagem refletia-se no visual limpo e dinâmico do cenário. Todavia, a vitalidade e inovação do Jornal de Vanguarda não conseguiram sobreviver ao golpe militar de 1964: após a edição do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), o programa foi retirado do ar.

Dá-se início, portanto, a segunda fase da TV no Brasil na classificação feita por Sérgio Mattos (2010). Compreendendo o período entre os anos 1964 a 1975, a nova fase foi denominada de populista, “quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível ocupavam grande parte da programação” (MATTOS, 2010, p. 26). Essa fase também teve como atributo essencial o investimento de recursos financeiros pelo Governo Federal e, conseqüentemente, acarretou maior intervenção do regime militar nos conteúdos produzidos pelas emissoras. Rezende (2000) acrescenta que a rígida censura em função do golpe de 64, a partir da promulgação do AI-5, aliada à revolução tecnológica da TV, resultaram no término do formato anteriormente consolidado do Repórter Esso e no jornalismo comentado de forma irreverente pelo Jornal de Vanguarda: diante do rígido controle político exercido por parte da censura, o telejornalismo brasileiro voltava a assumir, definitivamente, o modelo norte-americano como inspiração (REZENDE, 2000, p.108). Dito de outra forma, os jornalistas perderam o poder de fala na produção do telejornal, voltando apenas a conduzir os noticiários. Por outro lado, também houve a ampliação do sistema de telecomunicações e equipamentos de alta qualidade foram comprados. Todavia, a manutenção do formato adotado no início do jornalismo produzido para a televisão no país

consolidou a adoção do estilo radiofônico, não permitindo que, durante a década de 70, o telejornalismo brasileiro desenvolvesse uma linguagem própria. O grande potencial da televisão – o poder da imagem – não era explorado, resultando em falta de entrosamento entre informação verbal e visual.

A criação do Ministério das Comunicações, em 1967, contribuiu para a implantação de importantes mudanças estruturais no setor das telecomunicações, como também para a redução da interferência de organizações privadas sobre as agências reguladoras, reforçando a influência oficial no setor. Isso facilitou a ingerência política nos meios de comunicação, evidenciada até mesmo nos conteúdos veiculados e sempre sob a justificativa de um controle técnico. (MATTOS, 2010, p. 31)

O final da década de 1960 e o início da de 1970 foi marcado por dois acontecimentos que assinalam uma nova fase no telejornalismo brasileiro; a criação, em 1969, do Jornal Nacional, pela Rede Globo de Televisão, e o fim do Repórter Esso, em 1970. Ao mesmo tempo em que o JN passava a comandar a audiência entre os telejornais brasileiros, o Repórter Esso encerrava suas atividades, no dia 31 de dezembro de 1970.

Nesse contexto, reiteramos que a década de 1970 ficou marcada pelo desenvolvimento técnico e pela censura nas emissoras de televisão. Acreditamos ser válido ressaltar ainda que, embora o telejornalismo brasileiro enfrentasse momentos difíceis, sofrendo a interferência dos censores militares sobre o conteúdo veiculado, cada emissora de TV no país desejava ter o seu telejornal de sucesso, a exemplo do pioneiro Jornal Nacional. Consequentemente, em busca de um número maior de telespectadores, as redes de televisão começavam a criar seus próprios noticiários, como Os Titulares da Notícia (TV Bandeirantes, 1970), A Hora da Notícia (TV Cultura, 1970), Rede Nacional de Notícias (TV Tupi, 1971), Jornal Hoje (Rede Globo, 1971) e Bom dia São Paulo (Rede Globo, 1977), dentre outros. Isso porque o telejornalismo já era visto “como uma pródiga fonte de recursos publicitários” (MATTOS, 2002, p.117), e o investimento no jornalismo televisivo significava garantia de lucro para as emissoras.

Mattos (2002) explica que, passada a fase de implantação de redes de TV no Brasil – na qual o governo ofereceu condições favoráveis para a expansão dos serviços de transmissão –, os militares começaram, ainda em 1970, a se mostrar preocupados com a influência dos conteúdos dos programas veiculados que, finalmente, eram exibidos simultaneamente para todo o país. Começa, então, a terceira fase da TV no Brasil, com início em 1975. A fase do desenvolvimento tecnológico, segundo Mattos (2010, p. 27), se instaurou “quando as redes de

TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com profissionalismo, os seus próprios programas com estímulo de órgãos oficiais, visando a exportação”. Foi entre os anos de 1975 a 1985 que todas as emissoras de televisão brasileiras, principalmente a Rede Globo de Televisão, investiram em programas para garantir audiência. Segundo Mattos (2002), foi nesse período que a emissora carioca solidificou o reconhecido Padrão Globo de Qualidade.

A terceira fase caracteriza-se pela padronização da programação televisiva em todo o país e pela solidificação do conceito de rede de televisão. Em 1980, o governo cassou a concessão de todos os canais da *Rede Tupi (Diários Associados)*, dividindo-os entre os grupos Silvio Santos e Adolfo Bloch. (...) Nesta fase foram outorgadas 83 concessões de canais de televisão, sendo 47 no governo Geisel e 36 no de João Baptista Figueiredo. (MATTOS, 2010, p, 38)

A chegada dos anos 1980 significou o fim da censura prévia aos noticiários, fruto também da revogação do AI-5 pelo general Ernesto Geisel, em 1978. Como exemplos de programas jornalísticos deste momento de distensão podemos citar os semanais Abertura (TV Tupi, 1979) e outro que, posteriormente, viria sucedê-lo com a falência da TV Tupi, em 1980: o Canal Livre (TV Bandeirantes, 1980). Sob o comando de Fernando Barbosa Lima, esses programas traziam um espírito de libertação democrática e mostravam inovações estéticas; buscavam criticar a ditadura militar, que ainda permanecia no país. Todavia, essa nova maneira de fazer telejornalismo não ameaçou a hegemônica audiência do JN que, praticamente, manteve-se inalterada graças a um fato estratégico em sua grade de programação: o telejornal estava inserido entre as novelas das sete e oito, que também eram líderes de audiência na televisão brasileira. Apesar de permanecer pouco tempo no ar, os programas semanais anteriormente citados, idealizados por Barbosa Lima, bem como outros telejornais e programas de entrevistas e debates, simbolizaram uma nova etapa do telejornalismo brasileiro: a sua revitalização, proporcionando ao jornalismo de TV sua busca pela liberdade. Aos poucos os repórteres ganhavam espaço no vídeo; a participação de comentaristas especializados aumentava, e os jornalistas voltavam a ocupar um lugar de destaque nos noticiários. Duas novas redes de televisão são implantadas no país, provenientes da falida TV Tupi: o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), do empresário e radialista Sílvio Santos, e a Rede Manchete, do grupo Bloch.

A quarta fase da televisão compreende os anos de 1985 a 1990, marcando a expansão e o trânsito internacional, visto que as emissoras firmaram acordos internacionais para a exportação de seus programas. Além disso, a briga por audiência fez com que as emissoras

desenvolvessem também métodos para criar uma grade de programação mais atrativa, com programas mais competitivos.

Nesta quarta fase, a televisão alcançou uma maior maturidade técnica e empresarial e passou a usar sua própria produção, reprisando sucessos para preencher horários, antes ocupados por “enlatados” estrangeiros. O potencial da influência da televisão pode ser comprovado durante a campanha da primeira eleição presidencial pelo voto popular, que resultou na eleição de Fernando Collor de Mello. Durante a campanha, os partidos políticos usaram o horário gratuito na TV para divulgar suas propostas em peças produzidas por agências de publicidade. Os debates entre os candidatos na televisão atingiram os mais altos índices de audiência, influenciando decisivamente nos resultados. Pela primeira vez na história do país, foi possível acompanhar todo o processo eleitoral e os debates entre os candidatos, transmitidos ao vivo pela televisão. A manipulação das peças publicitárias e a edição dos debates na TV foram também objeto de estudos acadêmicos ao longo de toda a década de noventa. (MATTOS, 2010, p. 41)

Já no que se refere exclusivamente ao telejornalismo, a terceira fase identificada por Edna Mello (2018) como Telejornalismo *All News* corresponde à quarta fase da TV brasileira, na classificação de Sérgio Mattos (2010). Assim como Mattos (2010), Edna Mello (2018) identifica o avanço tecnológico como propulsor de uma transmissão televisiva de melhor qualidade via satélite para diversas localidades brasileiras, inclusive outros países. Nessa fase, Mello (2018) explica que os canais que veiculavam jornalismo audiovisual ofereceram a seus telespectadores a oportunidade de

acompanhar mais de perto as notícias do dia, não ficando preso exclusivamente aos horários da grade de programação. Com os serviços via satélite, esses canais também inovam com as transmissões ao vivo dos acontecimentos locais e internacionais, investindo na instantaneidade da notícia. Além das grandes reportagens, trazem também programas especializados em formatos jornalísticos de entrevistas e debates. (MELLO, 2018, p. 26)

Já a quinta fase da TV (1990 a 2000) definida por Mattos (2010, p. 27) como período em que o Brasil “busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da redemocratização” foi a fase da globalização e da TV Paga, e da guerra pela audiência entre as emissoras de TV aberta.

Na busca por aumentar a audiência, a televisão promoveu comoção nacional na transmissão de várias reportagens, tais como o caso do assassinato da atriz de TV Daniela Pérez, em 1992, quando se deu mais destaque ao crime do que à decisão do *impeachment* do Presidente Collor. Em 1994, nova

comoção nacional foi comandada pelas emissoras de TV com o acidente e enterro de Ayrton Senna. (...) O baixo nível do conteúdo dos programas levou o governo a tomar atitudes e a se pronunciar. Em novembro de 1998, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, tentou implantar o que ele chamou de “manual de qualidade contra o baixo nível da programação da nossa televisão”. Como até agosto de 2000 o código de ética feito pelas emissoras e discutido desde 1998 ainda não havia sido implantado, José Gregori, já ocupando o Ministério da Justiça, anunciou que iria impor limites à programação por meio de portaria. No dia 8 de setembro de 2000, o ministro fez publicar a Portaria nº 796, contendo dezoito artigos, obrigando as televisões a respeitar e informar os limites classificatórios, por faixa etária adaptada ao horário. (MATTOS, 2010, p. 45)

A sexta fase, a da convergência e da qualidade digital, compreende o período entre os anos de 2000 a 2010,

com a tecnologia apontando para uma interatividade cada vez maior dos veículos de comunicação, principalmente a televisão, com a Internet e outras tecnologias da informação. Nesta fase é adotado o sistema de Televisão Digital do país e iniciado sua implantação até a substituição total do sistema analógico que deve ocorrer até o ano de 2016 (MATTOS, 2010, p. 27).

Já relacionado ao telejornalismo, Edna Mello (2108) classifica a quarta fase em Telejornalismo Convergente. Segundo a autora, as tecnologias digitais suscitaram mudanças nas rotinas produtivas do jornalismo, como a adoção da edição não linear, que permitiu que fossem acrescentadas informações gráficas às notícias, facilitando o entendimento. Ademais, os telejornais começaram a se utilizar com mais frequência de “imagens gravadas por telespectadores, geralmente flagrantes que registravam acontecimentos de repercussão e interesse do público, ou em virtude do número de pessoas atingidas pelo fenômeno ou pelo caráter de excepcionalidade da ocorrência” (MELLO, 2018, p. 27). O telejornalismo começou a se utilizar do que Vizeu e Mesquita (2019) denominam audiência potente, já anteriormente explicitado, visto que, além de publicizar imagens de telespectadores, os noticiários ainda ofereceram a possibilidade de o público participar de seu telejornal, incentivando os espectadores a enviarem perguntas, sugestões e até emitir opiniões, estabelecendo

uma relação mais próxima com os produtores e convidados dos telejornais. Por sua vez, a equipe responsável pelo telejornal pode conhecer mais de perto o seu público e perceber quais eram suas preferências, o que pode favorecer a busca pela qualidade e a conquista de maior audiência do programa televisivo (MELLO, 2018, p. 27-28).

A sétima e última fase da TV brasileira, segundo Mattos (2010), é a que estamos vivenciando atualmente. O autor aponta que o começo da fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital se deu em 2010, época em que tanto o mercado de comunicação quanto o modelo de negócio precisaram se reorganizar em função do espaço conquistado pelas novas mídias.

Com a convergência digital o telefone celular vai ser usado, cada vez mais, para a transmissão e recepção da voz, acessar a Internet, verificar *e-mails*, fazer *download* de músicas, vídeos e filmes, fotografar, assistir programas de televisão, ouvir emissora de rádio, além de armazenar conteúdos e dados. Acrescente-se a isso o fato de que usando o celular, o usuário pode assumir o papel de receptor, transmissor e fonte de informações, rompendo assim alguns paradigmas da comunicação. (MATTOS, 2010, p. 50-51)

Por sua vez, Edna Mello (2018) aborda o chamado telejornalismo expandido como a quinta fase do telejornalismo brasileiro, que teve seu surgimento “no contexto de apropriação dos veículos de televisão pelas redes sociais que têm o audiovisual como ferramenta (principal ou não)” (MELLO, 2018, p. 28). Entendemos ser nítida a percepção da influência da informação compartilhada via internet no jornalismo audiovisual que, muitas vezes, tem dado visibilidade às postagens dos espectadores nas redes sociais ou na própria cobertura jornalística.

Em *O Amador no Audiovisual*, Jhonatan Mata (2019) estuda a presença dos denominados “amadores”, não-jornalistas, na cobertura telejornalística. Corroborando a perspectiva utilizada por Edna Mello (2018) sobre o telejornalismo expandido, o autor entende que, na atualidade, a produção colaborativa dos indivíduos aconteça, principalmente, como consequência da “valorização do antiessencialismo das coisas (e aqui incluímos as vozes amadoras e seus múltiplos discursos) e o agir pela mobilização afetiva, que a nosso ver, tem forte relação com a cultura participativa na tevê” (MATA, 2019, p. 81). Nesse sentido, Mata (2019) revela que o amador, mais que captar intuitivamente imagens e gerar conteúdo a ser enviado para as emissoras de TV, seria o responsável por produzir

uma prática social consciente de oferta de modos de ver e ouvir o mundo que, aparentemente pode ser gratuita e apenas instintiva, mas que não deixa de estabelecer uma disputa de vozes e de percepções na tela da tevê, tal qual o faz o campo dito “profissional”. (...) Embora imersos em um processo intenso de redefinição das fronteiras entre amadorismo e profissionalismo, ao caracterizarmos o amador – como uma estrategista sensível, entendemos que ele coloca na balança, a todo momento, os prós e contras de seu desempenho audiovisual. Mesmo não sendo detentor de uma especialização da profissão, o amador nos dá pistas de que tem razões e necessidades

econômicas, sociais e políticas para suas projeções. (MATA, 2019, p. 83-84)

Dessa forma, ajuda a construir as notícias revelando e muitas vezes retratando seu próprio olhar. Ademais, Mello (2018, p. 30) acrescenta que o telejornalismo, com o passar dos anos, “vem construindo sua identidade em torno de sua legitimidade e dos laços criados com o público”, o que acreditamos ter-se expandido com a possibilidade cada vez maior de interação dos espectadores com o produto veiculado. Dominique Wolton (2004) defende que os espectadores veem TV e produzem sentido a partir dessa interação com o veículo, aprimorando conhecimento. E tornando-se cada vez mais críticos, uma vez que as relações entre emissores e receptores não podem ser consideradas passivas. Ao contrário, entende-se que podem contribuir para transformar o indivíduo enquanto sujeito sociocultural. Nesse sentido, julgamos válido enfatizar a dimensão discursiva do telejornalismo enquanto meio de comunicação interventor na sociedade, em consonância com os conceitos formulados por Vizeu (2005), de que a informação televisiva seja um bem público. E que atualmente também pode ser produzida pelo seu público, acrescentamos.

Por fim, a sexta e última fase estudada por Edna Mello (2018) para o telejornalismo brasileiro é a denominada Telejornalismo Imersivo, que se utiliza de tecnologias de realidade virtual ou de realidade aumentada para aumentar a oportunidade de interação do espectador com a notícia.

Desde 2015, as principais emissoras brasileiras fazem uso de narrativas imersivas em seus telejornais ou programas jornalísticos de televisão. Considerando que o telejornalismo é transmitido por aparelhos televisivos, as produções imersivas dependem de outros suportes para serem consumidas, sendo mais comum a oferta destes conteúdos nos portais das emissoras e nas redes sociais como o Facebook. (MELLO, 2018, p. 32)

Fato é que os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem grandes consequências em nossa sociedade. Mello (2018, p. 33) pondera que a produção de sentidos se faz presente ao longo de toda prática de mediação, inclusive no telejornalismo. Isso porque tudo faz parte de uma “construção discursiva”. Dessa forma, percebemos que as relações jornalísticas são estimuladas pelos movimentos sociais, e não apenas pelas etapas de produção dos noticiários, constituindo-se em um compromisso com a cidadania e cumprindo com os princípios da TV.

Tomando por base o percurso histórico apresentado neste primeiro tópico, com considerações sobre a história da televisão e do telejornalismo brasileiros, apresentando como

as emissoras idealizaram seus programas jornalísticos, pretendemos agora abordar o processo de produção das notícias no Jornal Nacional, discutindo os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade empregados pela Rede Globo de Televisão na elaboração de seu principal noticiário, e ainda de que forma a construção narrativa da informação se reflete nas relações estabelecidas entre a emissora e suas audiências.

### **3.2 O processo de produção de notícias em telejornalismo: os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade**

Importa reforçar, inicialmente, que a televisão – e o telejornalismo – estão presentes no cotidiano dos cidadãos brasileiros. É principalmente por meio das informações obtidas pelas mensagens telejornalísticas que os indivíduos se informam sobre o que acontece à sua volta ou ao redor do mundo. Sabemos que uma das funções dos telejornais consiste em transmitir ao público informações sobre notícias relevantes para seus públicos. Mas como saber se um acontecimento é realmente importante para se tornar notícia? Esta é a questão que nos norteia aqui, e que acreditamos deveria estar presente nas rotinas produtivas de todas as emissoras de TV na elaboração de seus telejornais.

Alfredo Vizeu (2005, p. 12) pondera que os noticiários televisivos possuem espaço importante na vida das pessoas, ocupando um “papel relevante na imagem que elas constroem da realidade”. O autor acredita que o entendimento sobre o modo como os telejornais são estruturados contribui para o fortalecimento da democracia na sociedade.

Assim como Vizeu (2005), que se baseia nos conceitos da teoria etnoconstrucionista, de que a notícia seja uma construção da cultura profissional dos jornalistas, a socióloga estadunidense Gaye Tuchmann (1993) ressalta que as instituições noticiosas – ao reconhecer os fatos em notícias – praticam o exercício de conferir sentido ao conhecimento rotineiro do mundo atual, que se orienta tomando por base a utilização do tempo. Dessa forma, a autora elenca as notícias em factuais, leves (quando não estão relacionadas ao tempo), imprevisíveis, as em desenvolvimento (que estão em progresso, ainda acontecendo) e, finalmente, as em sequência (aquelas que foram programadas). Tuchmann (1983, p. 63-70) explica que não existe rigor entre as notícias, assim como enfatiza que suas fronteiras são tênues a fim de auxiliarem os jornalistas em suas rotinas produtivas em um esforço de abrandar a imprevisibilidade dos acontecimentos, sendo imprescindíveis no processo de produção noticioso.

Já Olga Curado (2002), tomando por base sua experiência profissional, acrescenta que as normas de comunicabilidade utilizadas no jornalismo impresso não são as mesmas usadas pelos jornalistas de televisão. A autora acredita que a primeira regra a ser observada no jornalismo televisivo, no que concerne à compreensão do fato, seja a clareza, seguida por precisão e imparcialidade (CURADO, 2002, p. 19). É fundamental que a informação visual seja complementar à sonora. Guilherme Jorge de Rezende (2000) compartilha da observação de Curado (2002) ao ressaltar uma observação feita por Stuart Hall (1971): a necessidade de transmitir informações com o máximo de clareza determina que o jornalista deve escrever as notícias para serem veiculadas em televisão em estilo de conversação, visto que esta é “a maneira informal através da qual uma pessoa comum fala” (HALL, 1971, p. 21 *apud* REZENDE, 2000, p. 87), por facilitar a compreensão da informação. Já Vera Iris Paternostro (1999) identifica o processo de edição de imagens como o responsável por conferir clareza, precisão e fidelidade às informações transmitidas no telejornal, além de lapidar a reportagem, acrescentando-lhe imagem, informação e emoção para contar uma história no tempo certo.

Em artigo que analisou o telejornalismo estudado e praticado nos cursos de graduação brasileiros, Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2017) realizaram um mapeamento dos trabalhos apresentados em Congressos Nacionais da Intercom<sup>8</sup> em cinco anos de recorte temporal (2012 – 2016). As autoras pretendiam, além de tentar entender o panorama contemporâneo do ensino e da pesquisa em telejornalismo, utilizar o período estudado para observar a inclusão de novas tecnologias.

Se os “manuais e ementas da disciplina de Laboratório de Telejornalismo trazem como sugestão a forma linear de aprendizado” (Alves, 2012, p. 6), tendo como perspectiva o domínio de uma visão “sistêmica” do universo das práticas profissionais em jornalismo audiovisual, há uma produção do universo acadêmico que registra as estratégias dos docentes para superar as limitações existentes ao colocar em diálogo os processos de ensino e de produção. (COUTINHO; PEREIRA, 2017, p. 194)

Nesse contexto, as autoras entendem que o jornalismo, além dos conceitos apresentados nos manuais, também deva ser reconhecido como campo de saber, de conhecimento social. Isso porque, em sua observação, Coutinho e Pereira (2017, p. 198)

---

<sup>8</sup> A Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, instituição sem fins lucrativos, destina-se ao desenvolvimento e à troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais atuantes no mercado, estimulando a melhoria e o crescimento da produção científica de qualidade em Comunicação.

destacam que “nas práticas laboratoriais é possível narrar, por suas escolhas de pauta e enquadramento, o compromisso do (tele)jornalismo com a justiça e transformação social”.

Em sua análise, Coutinho e Pereira (2017, p. 192) destacaram a importância da reflexão sobre duas bases fundamentais na discussão sobre a formação em telejornalismo, a inovação/repetição e a qualidade. As autoras observaram que os livros do tipo manual (como os acima mencionados, de Olga Curado (2002) e Vera Íris Paternostro (1999), por exemplo) constituem as bibliografias do ensino de telejornalismo. Mas também apresentaram um novo prisma, com outros autores que também estudam o telejornalismo como campo de conhecimento, alguns deles com vivência de mercado, e profissionais. Tais saberes distintos coincidem.

Alfredo Vizeu (2003) ensina que as principais fases da produção diária da informação veiculadas em TV são a captação, a seleção e a apresentação das notícias. O autor define a captação como a responsável por dar forma ao telejornal. A seleção é identificada como um processo mais complexo, que se desenvolve ao longo de toda a produção. Já a apresentação representa a fase final da construção da notícia. O autor ainda enfatiza que a recepção seja outra fase que não pode ser desconsiderada, ocupando lugar relevante no processo noticioso.

Para que um acontecimento vire notícia, os jornalistas têm que considerar aspectos como o tempo, a novidade, a atualidade e a dramatização, dentre outros. Gislene Silva (2005) defende que, teoricamente, a noticiabilidade de um fato deve ser entendida como todo e qualquer agente iminentemente apto para atuar no processo de produção da notícia.

Desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, p. 96).

Assim como Gislene Silva (2005), outro estudioso das teorias da comunicação, Nelson Traquina (2005), agrupa os valores-notícia em duas categorias distintas: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. O autor divide os valores de seleção em critérios substantivos – relacionados à avaliação direta do acontecimento em termos de importância, tais como: morte, relevância, novidade, tempo, notoriedade, proximidade, notabilidade, conflito, inesperado e infração –; e critérios contextuais, relativos ao contexto de produção da notícia. Dito de outra forma, tais critérios [contextuais] referem-se à composição da produção da notícia em que o acontecimento se insere. Em contrapartida, os valores-notícia destacados como de construção fazem referência às qualidades da construção do fato como notícia, tais

como a simplificação, amplitude/visibilidade, personalização, dramatização, personalização e consonância. Traquina (2005, p. 78) ressalta que eles funcionam como “linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia”.

Além de ter como uma de suas funções a transmissão de informações relevantes ao público sobre os fatos da semana, do dia, da hora, do momento, como destacamos anteriormente, a noticiabilidade de um fato deve estar vinculada à sua abrangência, ao número de pessoas que possa se interessar pela informação. Kellyanne Alves e Alfredo Vizeu (2020) ressaltam que a noticiabilidade de um acontecimento dentro da rotina produtiva de uma redação diz respeito à capacidade prática conquistada ao longo do tempo pelos repórteres, que escolhem o que deve e o que não deve ser produzido. Os autores acrescentam que a “noticiabilidade é responsável pelo gerenciamento e controle frente à grande quantidade e diversidade de acontecimentos presente no mundo social que alimenta o fluxo informativo diário nas redações” (ALVES; VIZEU, 2020, p. 51).

Nesse contexto, reforçamos o conceito de que as notícias são produzidas a partir das escolhas dos profissionais imbricados no processo de produção dos noticiários. Pierre Bourdieu (1997), no livro *Sobre a televisão*, salienta que os “jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Entretanto, essa realidade no processo de produção das notícias nas emissoras de TV sofreu alterações significativas com a denominada fonte ativa, que atualmente também alimenta os noticiários com materiais produzidos por ela. Agora os consumidores também se tornaram produtores de notícia.

No processo produtivo noticioso telejornalístico, a versão da realidade social dos acontecimentos conta cada vez mais com a participação e colaboração das fontes ativas. (...) Elas são definidas como fontes porque fornecem subsídio à notícia por meio de registros (imagens, áudios e vídeos). Elas são ativas devido esse provimento dar-se na geração dessa matéria-prima a partir das suas percepções e enquadramentos próprios carregadas de suas marcas autorais. (ALVES; VIZEU, 2020, p. 49-50)

Ademais, Alves e Vizeu (2020) ressaltam que outras mudanças sofridas na produção noticiosa, principalmente no que diz respeito ao formato e à linguagem, necessitam se adequar ao atual panorama de consumo televisivo em função do jornalismo colaborativo, agora presente na rotina produtiva, mas cuja veracidade necessita ser checada antes da publicação

da notícia. Em sua tese de doutorado, que analisa a participação das fontes ativas no processo de construção da notícia telejornalística observando como os noticiários televisivos se utilizam da colaboração dessas fontes e se essas audiências ativas ajudam os jornalistas em suas rotinas, Kellyanne Alves (2019) salienta que a prática do jornalismo colaborativo desenvolvida pelas fontes ativas se constitui em uma forma de fidelizar seus espectadores.

A colaboração faz parte das redes sociais, ferramentas e aplicativos que causam uma maior agilidade na forma de produzir diante do imediatismo exigido. A colaboração das audiências ativas como fontes ativas causa uma multiplicidade de conteúdos compartilhados que necessitam passar por um sistema de verificação antes de fazer parte da notícia. (ALVES, 2019, p. 54)

Outra abordagem pertinente para pensar sobre o fazer jornalístico na perspectiva de análise proposta neste trabalho diz respeito ao conceito de enquadramento (*framing*), cujo enfoque tem mobilizado os estudos no campo da comunicação. Porto (2002, p. 02) explica que o enquadramento foi percebido como uma nova perspectiva a ser adotada para “superar as limitações do ‘paradigma da objetividade’”. A teoria do enquadramento noticioso, que vamos estudar mais a fundo em nosso quinto capítulo, pode ser utilizada como exemplo para compreender o processo de enquadramento da realidade por meio de sua tarefa de produção e veiculação de notícias cotidianas.

Nessa perspectiva, as possibilidades narrativas são criadas a partir do hibridismo entre fragmentos telejornalísticos e ainda entre o trabalho com as referências dos imaginários contemporâneos estabelecidos entre os públicos. Além da noticiabilidade de um acontecimento, outro fator imprescindível ao longo de todo o processo são os denominados valores-notícia<sup>9</sup>. Alfredo Vizeu (2005) acredita que estes fatores estejam, implicitamente, relacionados à construção do que denomina audiência presumida, visto que ambos (noticiabilidade e valores-notícia) estão relacionados de uma forma implícita numa ideia de construção da audiência (VIZEU, 2005, p. 25). O pesquisador ainda ressalta que, durante o processo de produção de notícias, a noticiabilidade de um fato está voltada também para os interesses e restrições das empresas jornalísticas e para a cultura profissional, garantindo que a sua combinação com os valores-notícia tende a auxiliar o jornalista a definir os fatos que deverão ser noticiados, ou seja, virar notícia, e aqueles que deverão ser desprezados, acrescentamos. Estabelece-se, dessa forma, categorias de relevância responsáveis por definir a noticiabilidade de cada acontecimento.

---

<sup>9</sup> Critérios de avaliação de relevância e pertinência espalhados ao longo de todo o processo de produção.

Na percepção de Alfredo Vizeu (2003, p. 27-33), os infinitos valores-notícia podem ser agrupados em cinco categorias que se subdividem em outras tantas. O autor divide as categorias em substantivas (relacionam-se ao fato em si e a seus personagens), relativas ao produto (dizem respeito à disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo, e dependem, ainda, da acessibilidade ao fato, referindo-se à sua localização ou à rapidez com que uma equipe pode ser deslocada até o lugar onde ocorreu), relativas aos meios de informação (têm a ver com a quantidade de tempo usado para a veiculação da informação, ou seja, dependem menos do assunto do que da forma como a informação é veiculada), relativas ao público (referem-se à imagem que os jornalistas têm do público; o profissional, em geral, sente-se autossuficiente e imagina que seu interesse é o de informar, indiferente às expectativas e desejos do público), e categorias relativas à concorrência (em que as empresas de comunicação concorrem entre si e buscam saber, antecipadamente, qual é a pauta do concorrente).

### **3.3 Dramaturgia do Telejornalismo: a informação como narrativa dramática**

Em sua tese de doutoramento, Iluska Coutinho (2012) descreveu que a construção noticiosa se assemelha a um drama cotidiano. A autora ressalta que, nas notícias, há a existência de conflitos narrativos, e acrescenta que seria a partir desses que o(s) telejornal(is) são organizados.

(...) o que os telespectadores acompanham nos telejornais é uma soma de pequenas tentativas de repetição de alguns fatos, amarrados pelos textos de repórteres e apresentadores, uma “imitação da ação” ou das ações humanas, tal como a definição de Aristóteles para a palavra drama, (...). O sentido de “imitação” tal como proposto pelo filósofo abrange o de representação, no caso, de um conflito que se desenvolveria, sempre com a busca de sua resolução, através das ações dos personagens da estória, da narrativa. (COUTINHO, 2012, p. 116)

Nesse sentido, temos o conceito de Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012), que pode ser entendido como a organização da notícia em TV a partir de uma estrutura dramática. Dessa forma, a informação é construída por meio da imitação da ação representada por imagens e depoimentos exibidos com a presença de conteúdos morais e nos papéis desempenhados pelos atores presentes nas notícias. Assim como identificado por Coutinho (2012, p. 131) em sua análise, observamos também o “problema” existente em todas as reportagens. Esse conflito narrativo, embora diversas vezes não fosse verbalizado no texto do

repórter ou ainda explicitado nas imagens ou sonoras coletadas, pode ser construído na relação do espectador com a mensagem veiculada.

Iluska Coutinho (2012) explica que a presença de um conflito social, de forma implícita ou explícita, pode ser entendida como um dos atributos de um fato, um dos valores-notícia para sua inserção nos telejornais.

Além de orientar a seleção dos assuntos a serem transformados em matéria no telejornal, seria preferencialmente em torno desses conflitos sociais que se organizaria a cobertura, a notícia em televisão, convertida na tela também em conflito narrativo. Selecionado o conflito social a ser transformado em notícia televisiva, na estrutura da mensagem audiovisual, por meio do encadeamento de narrações do repórter, imagens, entrevistas, poderíamos verificar também a existência e/ou sua conversão em conflito narrativo. A apresentação do conflito, e sua tentativa de solução, tal como no drama, seriam as formas de representação da notícia no telejornal. (COUTINHO, 2012, p. 132)

Para Coutinho (2012), os desencadeamentos das ações passam pela compreensão e reconhecimento do enredo, pelos envolvidos. Sob essa perspectiva, a noção de Dramaturgia do Telejornalismo compreende, além dos aspectos de encenação e do caráter espetacular da atuação de seus profissionais, a organização das reportagens editadas, em texto e imagem, de forma a oferecer ao telespectador o desenrolar das ações, vividas e experimentadas por meio da atuação de diferentes personagens em cena.

É a partir dessa expectativa, desse conflito narrativo quase sempre evidenciado pelos apresentadores, que o texto e a edição das matérias se estruturam e organizam, no tempo. Para conhecer o final ou desfecho dessa estória, drama cotidiano, o telespectador deveria acompanhar o desenrolar dessa trama ao longo do tempo, telejornal, deixando gravados em pontos medidos pelos institutos de audiência seus aplausos, sua aprovação. (COUTINHO, 2012, p. 132)

Assim, conseguimos perceber, ao longo das análises efetuadas dos telejornais objeto de nosso estudo, que as narrativas foram construídas como um drama, com a indicação de mocinhos, vilões e até mesmo com a lição moral, ao final das reportagens. Isso porque a lição moral, um dos componentes do drama, aparece, segundo Coutinho (2012), na finalização da narrativa de uma ação com a exposição de uma mensagem “educativa”, quase sempre acrescida de juízo de valor. De acordo com a autora, “nesse momento se reafirmariam os papéis de mocinhos e heróis, enquanto a presumível punição dos personagens identificados como “maus” ou vilões seria justificada” (COUTINHO, 2012, p. 155).

Todavia, Coutinho (2012) acrescenta que essa lição moral poderia apresentar um erro:

Tradicionalmente aceita nas tramas ficcionais, em diferentes suportes, incluindo a televisão, a apresentação dessa “lição de moral” poderia representar um grave equívoco quando inserida em um relato jornalístico, que deveria ser objetivo segundo os padrões implantados inicialmente em nosso país. Por definição, o texto do jornalista deve ser isento de todo e qualquer juízo de valor segundo reafirmam diversos manuais, ainda que essa perspectiva-modelo seja atuante objeto de discussões, tanto no âmbito teórico quanto no profissional ou de mercado. (COUTINHO, 2012, p. 155)

Tomando por base a afirmação acima, podemos depreender que muito se avançou em termos de “liberdade de expressão” dos jornalistas, que agora já podem aparecer mais e melhor nos vídeos, acrescentando suas próprias opiniões ao texto. Todavia, importa lembrar que essas inserções devem ser feitas dentro da construção do real da qual ele participa, e seguindo a linha editorial do veículo para o qual trabalha. Nesse sentido, é fundamental que o jornalista saiba a linha tênue que a informação bem apurada, com criticidade e ética, pode ter com o sensacionalismo, com a busca para um aumento de audiência que pode incorrer em erro e desinformação.

Nesse contexto, em diálogo com a perspectiva da Dramaturgia do Telejornalismo, entendemos as telas de televisão e outros dispositivos móveis como espaços onde são representados os temas que, também por meio de sua inserção nos noticiários, são tornados públicos no Brasil.

### **3.4 Jornal Nacional: o campeão de audiência**

Importa destacar, inicialmente, que a TV Globo é a emissora de televisão aberta mais importante do país nos últimos 50 anos e criou – no panorama midiático brasileiro – uma relação permanente de respeito com seus telespectadores. Essa relação pode ser comprovada em função de seus elevados índices de audiência desde sua estreia, alocando os demais canais de TV aberta brasileiros na disputa pelo segundo lugar na preferência do público, principalmente em seu horário nobre (TV TRADICIONAL, 2021).

O Jornal Nacional, lançado em setembro de 1969, fez com que o Brasil entrasse na era da comunicação global, proporcionada através de ligações feitas por micro-ondas e pela transmissão via satélite, o que possibilitou a “integração nacional e aproximação com o resto do mundo” (REZENDE, 2000, p.109). Para que fosse criado o JN, a emissora investiu no novo telejornal toda a inovação tecnológica existente na época para que houvesse a formação de redes de TV no Brasil. Além do diferencial de ser o primeiro telejornal transmitido para

várias cidades simultaneamente, o telespectador brasileiro pode conferir um outro estilo de telejornalismo. O JN inaugurava um formato requintado de apresentação: era constituído por informações fragmentadas e exibidas num curto intervalo de tempo com o objetivo de “projetar ao telespectador uma imagem de isenção na abordagem dos fatos, indispensável para a conquista da credibilidade” (REZENDE, 2000, p. 115).

Criado para competir diretamente com o Repórter Esso, veiculado pela TV Tupi, o Jornal Nacional introduziu uma proposta inovadora para a época: a transmissão de informações em Rede Nacional, ou seja, a produção de uma programação comum para áreas geograficamente extensas, interligando todo o país. Além disso, as novidades ainda estavam presentes na rigidez da duração do noticiário, na eliminação do improviso, nos cuidados com o cenário, na entonação da voz e no visual dos locutores, além da qualidade das imagens e da edição de matérias. Mesmo perdendo um de seus programas de maior sucesso (o Repórter Esso, veiculado pela TV Tupi até 1970), o telejornalismo brasileiro vivia o seu grande momento: a consolidação das redes de TV tornou possível ao jornalismo televisivo sua afirmação como programa central na grade das emissoras de televisão. Criando condições operacionais para as telecomunicações brasileiras, principalmente para o sistema telefônico, o regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as ideias do regime autoritário (MATTOS, 2002, p. 35).

Primeiro telejornal do país a ser exibido em rede nacional na televisão brasileira, o Jornal Nacional cativou a preferência do público desde a sua estreia e é um dos mais respeitáveis do país. Iluska Coutinho (2008) aponta que o noticiário “se constitui em um ator importante para a reflexão sobre as relações entre história, mídia e sociedade no Brasil” (COUTINHO, 2008, p.1). E esse não seria um ator neutro, apesar de a isenção estar elencada nos Princípios Editoriais do Grupo Globo (PRINCÍPIOS, 2011). Rossy e Moura (2018) destacam que a narrativa moralizante esteja presente no JN de forma recorrente e de maneira explícita, nos mais variados temas, extrapolando sua função de informar.

Consideramos, sob a perspectiva da narrativa moralizante, que para além dos clássicos valores-notícia há uma agregação de valor adicional pelo telejornal. O valor-moral pode ser definido como o valor agregado que o telejornal adiciona à notícia de modo que o telespectador disponha de informações que possam auxiliá-lo não apenas na compreensão dos fatos, mas na percepção de comportamentos e atitudes que exercem influência nas relações interpessoais e no convívio social (ROSSY; MOURA, 2018, p. 74).

Apesar disso, e após mais de meia década no ar, o JN ainda se destaca enquanto produto midiático responsável pela obtenção de informação pela maioria da população brasileira.

Em seus mais de 50 anos de existência, o JN é considerado um telejornal de referência. E no que pese as transformações no jornalismo, nestas duas primeiras décadas do século XXI, o telejornalismo ainda ocupa um espaço central na sociedade brasileira no que diz respeito ao fator acesso massivo à informação. (ROSSY; MOURA, 2018, p. 67)

Em artigo cuja proposta era a de discutir de que forma o noticiário utiliza determinados recursos televisivos para produzir efeitos relacionados ao jornalismo, como os de atualidade, transparência, vigilância e autoridade, Juliana Gutmann (2009) defende que o Jornal Nacional “constrói uma posição de representante da sociedade civil, convocando contato com a audiência, a qual, por sua vez, reconhece o papel de autoridade do programa como instituição legitimada para dizer sobre os fatos relevantes da e na atualidade” (GUTMANN, 2009, p. 13-14). A autora revela que o noticiário estabelece um pacto com seus telespectadores no que diz respeito aos sentidos de verdade e relevância dos conteúdos veiculados, recorrendo a estratégias próprias do meio televisivo.

Entendemos que seja necessário ressaltar também, ainda no que diz respeito à Rede Globo e ao Jornal Nacional, que desde a criação da emissora essa mantém estreitas relações de poder com os governos, que são tema de estudos e debates por diversos autores. Carla Montuori (2013, *online*) destaca que a trajetória do principal noticiário brasileiro sempre esteve atrelada a diversos acontecimentos que revelaram o “enquadramento oficialista” do telejornal, “manifesta por meio de representações favoráveis a determinados grupos políticos, ao lado da depreciação de personagens que não detêm sua simpatia” (MONTUORI, 2013, *online*).

A autora destaca que, já em 1985, Carlos Eduardo Lins da Silva estudou a relação do JN com o Estado, associando-o a ele ao adotar conteúdos ideológicos que favoreciam o governo e as elites, desde sempre, para sua manutenção no poder.

Mesmo com o término do regime [militar], o vínculo entre a Rede Globo e o Estado permaneceu enraizado. Durante o período José Sarney, o governo continuou a pressionar para que os telejornais da Rede Globo se mantivessem afinados com os seus interesses. (...) E, de fato, por diversas vezes, o *JN* cedeu aos apelos políticos. Isso levou o veículo a sofrer severas críticas ocasionadas por sua falta de isenção, omissão noticiosa ou intervenção política realizada por meio de sua linha editorial. (MONTUORI, 2013, *online*)

Em seu livro *O Colapso da Democracia no Brasil*, Luiz Felipe Miguel (2019) propõe um caminho pela linha do tempo e descreve as maneiras como se comportou a grande imprensa, principalmente a TV Globo, na maneira de apoiar a parcela política conveniente a seus interesses. A descrição do autor tem início com as eleições de 1982 quando, para impedir a vitória de Leonel Brizola ao governo do estado, a emissora carioca participou de um esquema que tentava fraudar o resultado das urnas chamado de “esquema Proconsult<sup>10</sup>”. De acordo com Luiz Felipe Miguel (2019), cabia à emissora divulgar dados e projeções tendenciosas que legitimariam a artimanha. Na sequência o autor traz o caso das eleições presidenciais de 1989, quando o principal telejornal do país apoiou de forma vigorosa o então candidato Fernando Collor por meio da cobertura da campanha eleitoral.

Em 1994 a forma de apoio mudou. Ao invés de apoiar a figura do então candidato Fernando Henrique Cardoso, a estratégia da emissora foi enaltecer e defender o Plano Real. Nas eleições seguintes a tática da emissora, depois de evidenciado o plano de apoio, foi exatamente não dar visibilidade a nenhum candidato, dificultando assim a discussão de alternativas e tratando o período eleitoral como uma mera recondução ao cargo de presidente.

Já em 2002 a estratégia da Rede Globo foi, segundo Miguel (2019), a de dar o mesmo espaço cronometrado a cada um dos candidatos, mas, durante as entrevistas, empenhou esforços em garantir deles que a política econômica em vigor não seria alterada. Cenário que começaria a mudar daí para frente.

Portanto, de 1982 a 2002 temos um padrão evolutivo em que formas mais abertas de intervenção política são substituídas por formas mais veladas: uma narrativa civilizatória. A partir da crise do mensalão, no primeiro mandato de Lula, porém, o quadro mudou. As campanhas de 2006, 2010 e 2014 foram num crescendo de engajamento eleitoral aberto. No processo, não só a Rede Globo, mas todos os principais veículos de comunicação brasileiros passaram a adotar um padrão menos cauteloso de envolvimento político. (MIGUEL, 2019, p.129)

---

<sup>10</sup> Nas eleições de 1982, o processo de contagem dos votos previa que esses seriam apurados em suas próprias mesas coletoras e, dali, os resultados parciais seguiriam para a totalização nas zonas eleitorais. No estado do Rio de Janeiro, a totalização geral era de responsabilidade da empresa Proconsult, associada a antigos colaboradores do regime militar e que prometia agilidade e confiabilidade de resultados num tempo em que ainda havia quem denominasse os computadores de ‘cérebros eletrônicos’. Depois de os votos terem sido depositados nas urnas pelos eleitores, começaria o esquema de fraude que deveria funcionar em sua etapa de totalização final em função de um denominado ‘diferencial delta’. Dessa forma, os programas instalados nos computadores da empresa Proconsult, contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro para o serviço, subtrairiam uma determinada porcentagem de votos dados a Brizola, transformando-os em votos nulos, ou promoveriam a transferência de votos em branco para a conta do então candidato governista, Moreira Franco. A falsificação na contagem foi descoberta graças ao trabalho da imprensa, sobretudo a partir do esquema de apuração paralela ao do TRE-RJ montado pela Rádio Jornal do Brasil, cuja cobertura das eleições concorreu e levou vantagem sobre o aparato armado pelo conglomerado Globo. (A GLOBO, 2004).

Nesse contexto, ressaltamos o fato de que, nas últimas décadas, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sistematicamente desqualificado a política e os políticos, sobretudo por meio dos oligopólios de mídia. Venício de Lima (2015) traz um contraponto chamando a atenção para o discurso de redução da importância do papel político. Nesse contexto, a inversão narrativa atual, no nosso entendimento, pode configurar também uma reação na mesma medida, só que em sentido inverso.

A desqualificação sistemática da política e dos políticos, portanto, se enquadra na tentativa dos oligopólios de mídia não só de se legitimarem como “mediadores” (intermediários) entre a população e o espaço público, mas, sobretudo, de se constituírem na única instituição credenciada a fazer tal mediação. (LIMA, 2015, p.101)

A Rede Globo está inserida nesse contexto e tornou-se um dos alvos principais na tentativa do presidente Jair Bolsonaro de criar um vilão e inimigo, principalmente quando levada em consideração a história de envolvimento político da emissora.

Apesar de ter como histórico o exercício de um jornalismo “chapa branca”<sup>11</sup> durante a ditadura militar e, depois da volta da democracia, permanecer dessa forma até os governos de Fernando Henrique Cardoso, e ainda ter sido omissa ao longo de toda a campanha eleitoral para a presidência em 2018, sendo conivente no que diz respeito à propagação de *fake news* e outras questões importantes à época das eleições, como as mentiras relacionando os governos do PT à criação de kits gays (É #FAKE, 2018) para serem doados para crianças em São Paulo ou à mamadeira erótica (“MAMADEIRA”, 2018), a Rede Globo também se viu vítima das notícias falsas, disseminadas pela rede bolsonarista em um esforço de desqualificação de todo o seu conglomerado de comunicação.

Assim, estabeleceu-se a briga que ganhou repercussão de telenovela. De um lado o ex-presidente em busca de conseguir arrebanhar apoiadores para o seu discurso e suas ideias de poder e sociedade, investindo agressivamente contra a imprensa e a Rede Globo que, do outro lado, buscava reafirmar o seu papel de intérprete principal da realidade nacional, utilizando como principal arma nessa batalha o telejornal brasileiro de maior audiência, o Jornal Nacional.

---

<sup>11</sup> Paulo Nogueira, no blog Diário do Centro do Mundo, argumenta que as empresas jornalísticas nunca perderam o privilégio de pertencer a um mercado protegido e define jornalismo chapa branca como “a defesa, sem palavras ou pelo silêncio, da ‘plutocracia predadora’. E o conseqüente abandono do interesse público”. (O QUE, 2016).

Nesse sentido, importa salientar que, mesmo se posicionando contrariamente ao governo Bolsonaro, a Rede Globo de Televisão se manteve fiel a seus próprios interesses, comerciais. Como forma de exemplificar nossa perspectiva, podemos contrapor o papel da emissora no posicionamento favorável – e didático, inclusive – adotado na cobertura de seus noticiários no enfrentamento da pandemia no Brasil, contexto em que infelizmente ainda estamos atualmente inseridos, e vamos conviver por muitos anos, e contrário às inações ou ao negacionismo do ex-presidente da República. Por outro lado, precisamos destacar sua conduta no que diz respeito ao retorno às aulas no país, nesse mesmo contexto: diversas reportagens foram veiculadas pelo noticiário enfatizando o prejuízo, pedagógico e particularmente emocional, para crianças e adolescentes em decorrência do fechamento das escolas. As reportagens exibidas sugeriam perdas não apenas na aprendizagem, por toda a vida daqueles que não estavam frequentando aulas. Todavia, não houve questionamento algum quanto à transmissibilidade dos alunos em sala de aula ou em suas próprias rotinas domésticas, revelando a preocupação do noticiário com a economia e com o aumento e a manutenção de seus anunciantes. Aqui percebemos a Educação vista como mercadoria, como pretendemos nos aprofundar em nossa análise nesta tese.

### **3.5 Visões diversas sobre um mesmo tema: que promessa de isenção é apresentada?**

Ao longo de pouco mais de 70 anos de existência, o telejornalismo brasileiro tornou-se um lugar de referência, e de acesso à informação, para toda a população, funcionando como meio de comunicação interventor na sociedade brasileira. Por meio dos conteúdos veiculados pela TV o público passou a se informar, criar opiniões, tomar conhecimento do mundo em que está inserido e a se certificar dos problemas e acontecimentos que o rodeia.

Como anteriormente destacado, os noticiários televisivos ocupam papel central no cotidiano dos brasileiros. Por acreditarmos que o produto audiovisual produzido pelas emissoras de TV em seus telejornais funcione como agente de identificação para seu público, realizamos um estudo comparativo das notícias veiculadas pelo Jornal Nacional, nosso objeto de pesquisa, e pelo Jornal da Record sobre as manifestações contrárias ao corte de verbas na Educação ocorrido em 2019 como forma de exemplificar o modo como desenvolveremos nossa análise.

Entendemos que para efetuar pesquisas sobre o telejornalismo faz-se necessário lançar mão de metodologias que deem conta de compreender as relações interpessoais e sociais que consigam abarcar a linguagem televisiva no seu conjunto completo (som, imagem, edição,

anunciação) e ainda que deem conta das nuances da experimentação audiovisual individual e coletivamente. Nesse sentido, decidimos fazer um pré-teste aplicando as perguntas propostas no eixo de análise estabelecido em nossa ficha – a ser explicitada no quinto capítulo, quando abordaremos os conceitos e metodologias empregados, mas que basicamente questionam: 1) se a matéria foi pautada pelo próprio noticiário ou se houve algum fato motivador; 2) o espaço que as notícias tiveram no telejornal; e 3) se o noticiário se posicionou declaradamente sobre o assunto, dentre outras questões.

Nesse primeiro teste, fizemos uso dos conceitos de Enquadramento Noticioso e Dramaturgia do Telejornalismo porque julgamos serem pertinentes ao estudo sobre a prática noticiosa. Isso porque o Enquadramento Noticioso se constitui em uma perspectiva a ser adotada para superar as limitações do “paradigma da objetividade” (PORTO, 2002, p. 15), analisando o porquê de os jornalistas, ou as empresas, selecionarem alguns fatos e não outros. Outra perspectiva foi compreender os modos de narrar e construir na tela as manifestações a favor de Educação a partir da Dramaturgia do Telejornalismo tal como idealizada por Coutinho (2012), como demonstramos acima, onde são apresentadas histórias da vida real com início, meio e fim com a busca por resolução de conflitos como dramas cotidianos e, dessa forma, identificar os tipos de narrativas, molduras e emoldurações propostas pelos noticiários em suas reportagens. Já o método da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016; 2018) nos ofereceu suporte para efetuar a leitura das notícias exibidas pelos noticiários. A metodologia desenvolvida por Iluska Coutinho (2016) tem como proposta a observação não apenas do conteúdo da narração dos repórteres e entrevistados, e sim a totalidade da informação e de seu paratexto, em um processo que combina três momentos: o reconhecimento e a compreensão do objeto para o estabelecimento dos eixos centrais de observação a partir das perguntas de pesquisa; a realização da análise do recorte audiovisual selecionado; e a interpretação dos resultados para completar a avaliação.

O primeiro dia analisado sobre as manifestações contrárias ao corte de verbas na Educação caiu em uma quarta-feira, 15 de maio. Diversas manifestações aconteceram em todos os estados do país. A cobertura efetuada pelo principal jornal veiculado pela Rede Globo de Televisão dedicou quase 24 minutos, de um total de pouco mais de 35, para a manifestação a favor da Educação. A informação sobre os atos que aconteceram em todos os estados brasileiros e o desdobramento das manifestações ocuparam a quase totalidade da escalada do Jornal Nacional (JORNAL NACIONAL, 2019) do dia 15 de maio.

Em seguida, a informação foi destacada já na primeira matéria, quando o JN relata que professores e alunos de universidades, escolas públicas e privadas de todo o Brasil protestaram

contra os cortes na Educação. O VT apresentou a manifestação em todo o país, com foco para as principais cidades e capitais brasileiras, e mostrou um enquadramento favorável ao protesto, visto que percebemos que o repórter conseguiu, ao longo da notícia, envolver os telespectadores contra a decisão do governo de cortar verbas da Educação, com a notícia construída apresentando cartazes<sup>12</sup> e sobre sons informando à sociedade o verdadeiro porquê daquele protesto. Além disso, a preocupação com a segurança da população também esteve presente ao longo da reportagem, legitimando a garantia da estabilidade e segurança oferecidas pelo noticiário a seus telespectadores, visto que o repórter frisou que a força nacional esteve na porta do MEC para garantir a segurança do protesto, ressaltando ter sido pacífico em todo o trajeto.

Após a cobertura das manifestações em grande parte das capitais do país, uma nota pé (que serviu de cabeça para a matéria seguinte) informava que o ex-presidente Jair Bolsonaro, em Dallas-EUA, afirmou que não queria cortar verbas da Educação, mas que isso havia sido necessário. O ex-presidente criticou o nível da Educação no Brasil para, em seguida, a apresentadora do telejornal destacar que, quando os repórteres perguntaram ao presidente o que ele achava dos atos de protesto, Bolsonaro afirmou serem naturais. Todavia, chamou os manifestantes de “idiotas úteis” e “massa de manobra”.

(...) é natural, é natural. Agora, a maioria ali é militante. São militantes. Não têm nada na cabeça. Se perguntar 7 vezes 8, por exemplo, não sabem. Se perguntar a fórmula da água não sabem. Não sabem nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil. (JORNAL NACIONAL, 2019, 7m 12seg)

De volta à bancada do noticiário, o âncora informa que as declarações dadas pelo ex-presidente haviam recebido críticas de professores, estudantes e políticos. Em seguida, um VT tem início com a sonora da então presidente executiva do Todos pela Educação seguida pela do ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior cobrando respeito a professores, alunos e a todos que trabalhavam pela Educação no Brasil. Ainda foram lidas uma nota do sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior, que se dizia chocado com a falta de sensibilidade do ex-presidente da República para perceber o quão importante é para a população brasileira uma Educação pública de qualidade, também fundamental para o crescimento econômico do país, e a declaração do ex-presidente

---

<sup>12</sup> Os cartazes continham dizeres como “nosso futuro não se negocia”, “uma só luta para derrotar os cortes da reforma da previdência e Bolsonaro”, “seguir nas ruas para barrar os cortes” e “estudantes em apoio à paralisação”, dentre outros.

da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que disse que Educação também é saber ouvir, discutir com respeito e encontrar soluções para desafios.

Nesse contexto, entendemos que aqui as autoridades são convidadas a expor suas opiniões como forma de apresentar o contraditório às declarações dadas pelo então presidente da República e cumprindo o papel defendido por Wolton (2004) de que a TV agrega à informação televisiva um papel democratizador, de importância equivalente à Educação e à Saúde para seus telespectadores. A matéria continua com uma passagem da repórter Cláudia Bomtempo informando que no Congresso as declarações de Jair Bolsonaro haviam causado impacto, dando voz a algumas autoridades para também falarem sobre o assunto, tanto favorável quanto contrariamente. Novamente de volta à bancada do noticiário, a apresentadora aborda o depoimento dado pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, a deputados e senadores, explicando aos congressistas quais eram as prioridades daquele governo para a Educação e apresentando críticas a governos anteriores.

Em sequência, uma nova cabeça divulga os protestos daquele dia, dando visibilidade àqueles que haviam acontecido no turno da tarde, depois das declarações dadas por Jair Bolsonaro. Diversas sonoras com estudantes e professores autenticavam a matéria, que apresentava a multidão protestando contra o corte de verbas na Educação e, no turno da tarde, contra as declarações dadas pelo ex-presidente da República. Em nosso entendimento, o telejornal foi construído para que os telespectadores pudessem produzir seus próprios julgamentos a respeito da Educação nacional, visto que todo o conteúdo apresentado no primeiro bloco do noticiário versava sobre o tema, ajudando-os a tomar ciência e a interpretar as matérias exibidas de acordo com as suas experiências de vida, promovendo um enquadramento noticioso favorável aos protestos.

Já o Jornal da Record News (JORNAL DA RECORD, 2019), apresentado por Heródoto Barbeiro, teve início com o jornalista convidando os telespectadores para assistir o noticiário, que também estava ao vivo em multiplataforma: no Facebook, no Youtube e em todas as demais redes sociais da Record TV<sup>13</sup>. Em seguida, Barbeiro informa que havia preparado outra cobertura para o noticiário, mas decidiram começar mostrando as imagens do resultado do protesto que havia acabado de acontecer na região central do Rio de Janeiro. O apresentador reforça que a manifestação não terminou pacífica como em outras capitais, e que no Rio de Janeiro aconteceu a depredação de um ônibus. Continua a abertura narrando as imagens exibidas dos bombeiros apagando o fogo do veículo e mostrando manifestantes.

---

<sup>13</sup> Em nossa análise, verificamos que essa abertura se repete nas demais edições, como se o telejornal quisesse fazer um pacto para aumentar a sua audiência junto a seu público.

Praticamente toda a abertura gira em torno desse ato, com o jornalista mostrando onde atearam fogo no ônibus, localizando o local geograficamente para os espectadores: “na Avenida Getúlio Vargas quase em frente à Central do Brasil”. Segue informando que os bombeiros do estado do Rio de Janeiro continuavam tentando conter as chamas, tornando-se repetitivo, porque as imagens são as mesmas e o apresentador não acrescenta informação alguma ao que os telespectadores já estão vendo. Apresentando um discurso cheio de juízos de valor, Barbeiro destaca que não é a primeira vez que manifestações no Rio de Janeiro terminam em violência. Lembra-se dos “*black blocs*”<sup>14</sup> – sem explicar ou contextualizar sua fala –, dizendo que algum tempo atrás culminou com a morte de cinegrafistas da TV Bandeirantes. Interage com o público perguntando se eles estão lembrados deste episódio, sempre com falas imbuídas de críticas aos manifestantes e julgamentos.

O jornalista finaliza a abertura defendendo a não-violência, motivo pelo qual legitima a reação do Exército e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, porque “poderia ter evoluído até pra algo mais grave, e felizmente foi controlado logo de pronto” (JORNAL DA RECORD, 2019, 2m 52 seg). Nesse momento, a escalada em si tem início com outras notícias que serão destaque no noticiário, quando divulga os protestos do dia na capital paulista, ilustrada por imagens da Avenida Paulista tomada por manifestantes, e diz que vai dar mais detalhes posteriormente, visto que a cidade também esteve interditada em função da grande manifestação em frente ao Museu de Arte de São Paulo. Depois de abordar a manifestação nas duas principais capitais do país, continua a escalada do jornal, que também destacou a confusão causada no depoimento do ex-ministro da Educação na Câmara dos Deputados, fazendo ironia e dizendo parecer-se com o parlamento britânico quando, ao ser questionado por congressistas, Weintraub sofreu duras críticas dos deputados. Todavia, o apresentador satiriza o fato dizendo que os deputados se comportaram como verdadeiros *lords*<sup>15</sup>.

Novamente chama para a matéria em que professores fazem manifestações em várias capitais<sup>16</sup> contra cortes nas verbas para as universidades federais. Além destas informações relativas à editoria de Educação, outros temas estiveram presentes na escalada do Jornal da Record, como o anúncio feito pelo então ministro da Justiça, Sergio Moro, das cidades

---

<sup>14</sup> Autodenominados anarquistas, os *black blocs* são caracterizados por esconderem seus rostos, vestirem preto e costumarem fazer um cordão de isolamento na frente de manifestantes durante protestos.

<sup>15</sup> Nesse momento há uma edição, quando aparece o presidente da sessão no Congresso pedindo para os demais deputados: “peço ao plenário que se acalme! Calma, deputado. Calma!”

<sup>16</sup> Diferentemente do Jornal Nacional, que destacou que a manifestação aconteceu em 198 cidades brasileiras, o Jornal da Record informou que as manifestações aconteceram apenas nas capitais do país

escolhidas para testar seu plano de segurança pública<sup>17</sup>, a pretensão do Ministério Público em suspender o decreto que facilita o porte de armas e a informação de que a Câmara dos Deputados tentava abrir a caixa-preta do BNDES. Percebemos que, durante toda a escalada do noticiário, o jornalismo não foi empregado de forma correta e as informações foram editadas sempre com um *emoji*<sup>18</sup>, um recorte de um filme ou a inserção de quadro de humor, o que faz com que o telejornal perca credibilidade e não possa ser considerado um veículo de informação sério, como o âncora propaga ao longo de todo o telejornal ao afirmar que os espectadores podem cobrar isenção e profissionalismo do Jornal da Record News.

Ademais, entendemos que toda a escalada do noticiário tenha sido baseada em fatos de interesse público apresentados de forma irônica e cheios de juízos de valor, em uma tentativa do jornal de popularizar o noticiário, criar maior empatia com o seu público, mas promovendo um jornalismo inadequado para um veículo de comunicação. Nesse sentido, corroboramos com Williams (2011) quando o autor destaca que toda sociedade é regida por interesses e intenções sociais, estando os sujeitos (aqui reconhecidos como os menos favorecidos, que – segundo o autor – compõem a base da sociedade) subordinados às classes altas. De acordo com o autor,

(...) é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular (WILLIAMS, 2011, p. 50).

Como consequência desse processo, Williams (2011) explica que as pessoas acabam por aceitar facilmente modelos de totalidade ou de um todo complexo que excluem os fatos da intenção social, do caráter de classe. Ou seja, há a manutenção do *status quo*<sup>19</sup>.

Quando o telejornal tem início de fato, a informação que abre o noticiário aborda o convite feito pela Câmara dos Deputados para o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o objetivo de explicar o porquê do contingenciamento de gastos nas universidades federais. Mostrando mais uma vez a parcialidade do noticiário, informa que a “aula” do ministro teve a duração de seis horas. Todavia, ao mostrar imagens da sabatina na Câmara, Barbeiro ressalta que Weintraub fez a sua apresentação, falou da situação geral da

<sup>17</sup> Nesse momento, entra um *emoji* com um off dizendo “uau”, sugerindo ser o telejornal favorável à implantação do projeto que enviaria agentes federais para ajudar no combate à violência.

<sup>18</sup> Originários do Japão, *emojis* são ideogramas e *smileys* (carinhas sorridentes) usados em mensagens eletrônicas e páginas web.

<sup>19</sup> Estado das coisas. Tradução livre.

Educação no país e da diminuição das verbas para as universidades federais e que a oposição “não perdeu tempo e saiu chutando as canelas do ministro” (JORNAL DA RECORD, 2019, 9m 05 seg), utilizando-se de termos chulos para referir-se à oposição. A notícia sobre a sabatina de Weintraub no Congresso Nacional ocupou quase 19 minutos do noticiário, sendo que em momento algum contextualizou ou explicou qual tinha sido o discurso do ex-ministro, e apenas promoveu embates entre governo e oposição, mostrando brigas, e a adoção de postura irônica pelo ex-ministro, que se mostrava superior aos deputados federais.

Uma parte do dinheiro que foi roubado da Petrobrás está sendo recuperado, e está entrando de volta, já está internalizado aqui no Brasil, e a justiça brasileira, a AGU, o Ministério Público, eles estão concordando em destinar para a saúde e educação esses recursos quando finalmente forem desembaçados. (...) Se a universidade está com dificuldade, eu me disponho a vir aqui discutir o número. Abre aqui na tela os números e mostra onde está faltando. “Não, esta pesquisa é da dengue”. Tá pesquisando a cura da dengue? Eu duvido que a gente não vá fazer um esforço e achar. Agora vai ter pesquisa científica, entre aspas, que o pessoal vai ter vergonha de abrir e colocar aqui na tela. Essa é que é a verdade.

(...)

Nós estamos abertos ao diálogo. Venho mostrar os números. Quem não deve, não teme. A gente não deve nada. (...) À oposição eu peço desculpas porque eu sou um neófito; eu acabei de chegar. Então às vezes eu estou aqui, prestando atenção no que vocês estão falando, tem um parlamentar querendo conversar e eu não quero ser deselegante com vocês nem com quem está me procurando. Eu viro pra conversar, tá?” (JORNAL DA RECORD, 2019, 20m 54 seg).

Logo após a veiculação desta primeira matéria, a reportagem seguinte aborda a aprovação, pela comissão do Senado, de um Projeto de Lei que obriga presos à ressarcirem o Estado pelos gastos com prisão quando, no nosso entendimento, o noticiário deveria se manter na editoria de Educação e apresentar a matéria sobre a manifestação contrária ao corte de verbas feito pelo governo, o que não aconteceu. Já ao final desta segunda matéria, convida os telespectadores a participar interativamente do noticiário, enviando sua opinião para as redes sociais do telejornal, ação repetida ao longo de todo o programa para criar intimidade e proximidade com os espectadores.

O Jornal da Record News segue sendo construído sem critérios na edição e seleção das notícias que serão exibidas. As editorias vão e vêm, sem que uma matéria tenha qualquer ligação com a outra. Reiteramos nossa opinião de que o noticiário seja marcado pela tentativa de aproximação com o público, visto que o âncora interage a todo momento com seus espectadores e praticamente não existem imagens nas informações apresentadas. A impressão

é a de que o apresentador está em um palco e apenas discute determinados temas com os telespectadores de acordo com a linha editorial da emissora, sem o apoio de imagens.

Apenas na volta do terceiro bloco do noticiário é que o apresentador informa que “enquanto o ministro Weintraub era sabatinado na Câmara, houve manifestação em mais de 200 cidades brasileiras”<sup>20</sup> contra o bloqueio de dinheiro para as universidades federais.

Os protestos começaram de manhã e foram pacíficos<sup>21</sup>, mas no período da noite infelizmente no Rio de Janeiro não foi assim. No Rio de Janeiro teve uma pancadaria que nós abrimos o jornal mostrando essas imagens que mostramos pra vocês e estamos repetindo agora; puseram fogo lá no ônibus na região central, o grupo caminhou da Candelária, onde tem a Igreja, até a Central do Brasil, que fica em frente ao antigo Ministério do Exército, e foi nesse ponto então que teve lá um confronto com a Polícia Militar e militares do Exército, que tomam conta lá. Os policiais afirmaram que os manifestantes lançaram rojões e fogos de artifício contra os militares. Aí houve uma reação e eles jogaram bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. Esse ônibus que você está vendo aí. E após o início da confusão 9 viaturas do batalhão de choque chegaram para tentar controlar o tumulto. Controlaram nesse momento na região central do Rio de Janeiro, ele foi controlado. Essas são as cenas então que nós fizemos agora há pouquinho no Rio de Janeiro. Bom, já em São Paulo os manifestantes protestaram aonde? Na Avenida Paulista. Você viu a imagem também na abertura. E eles lotaram a Avenida Paulista<sup>22</sup>. Estudantes da Universidade de São Paulo. Tinha lá estudantes da USP, de escolas públicas e também particulares. O protesto foi em mais um local. Agora à noitinha, o pessoal saiu daí e foi em direção ao Parque do Ibirapuera, onde fica a Assembleia Legislativa de São Paulo, que o pessoal então dispersou<sup>23</sup>. ” (JORNAL DA RECORD, 2019, 38m 34seg)

No nosso entendimento, o noticiário não fez a cobertura da manifestação. Em momento algum informou o porquê de os protestos acontecerem, não realizou entrevistas, tampouco foi isento ao abordar o assunto, porque as informações repassadas aos telespectadores sugeriam que as manifestações aconteceram de forma desordenada e sem critério, visto que pela matéria apresentada anteriormente sobre o depoimento de Weintraub no Congresso, a percepção era a de que o Ministério da Educação tinha boas intenções com o país e a população precisava se conscientizar de que, em alguns momentos, era necessário fazer sacrifícios para o bem comum. Além disso, a cobertura do protesto dispendeu tempo

---

<sup>20</sup> Apenas nesse momento refere-se às cidades, já que na abertura havia dito que as manifestações ocorreram apenas nas capitais do país.

<sup>21</sup> Barbeiro diz ter passado perto de um na avenida próxima à sua residência, criando intimidade com seu público.

<sup>22</sup> Mostra novamente a imagem da Avenida Paulista repleta de manifestantes.

<sup>23</sup> Exibe imagens aleatórias do trânsito em São Paulo que não tinham qualquer relação com os protestos.

apenas na abordagem da confusão acontecida no Rio de Janeiro ao final do ato, e não noticiou os protestos que aconteceram por todo o país, tampouco os cortes que já haviam acontecido em diversas universidades públicas brasileiras. Dessa forma, o enquadramento noticioso adotado foi desfavorável ao protesto, incutindo nos telespectadores a sensação de que os manifestantes eram “baderneiros” que não lutavam pela melhoria do país como um todo, mas pensavam apenas em seu próprio benefício.

Ao final de 4 blocos de noticiário, nem todas as matérias “prometidas” na escalada foram abordadas, e alguns fatos foram apenas repetidos, sem o acréscimo de informações. Percebe-se que a condução do telejornal é feita de maneira opinativa, com posicionamentos marcados por juízo de valor cuja intenção é a de direcionar os telespectadores para uma ideologia específica, como sugerem Legros et al (2007).

A ideologia é o resultado socialmente aceito, na escala de um grupo humano, das ideias interiorizadas por cada um de seus membros para que uma visão de mundo assegure a estabilidade e comande os projetos. Sua função principal consiste, pois, em tornar suportáveis, mesmo visíveis, as contradições da base econômica para salvaguardar o frágil equilíbrio e garantir os interesses da minoria capitalista, ameaçada por sua eventual ruptura. A classe que detém a propriedade dos meios de produção possui, em paralelo, uma dominação espiritual; a ideologia é a melhor expressão destas relações de autoridade. (LEGROS ET AL, 2007, p. 36)

O segundo dia de protestos a favor da Educação também teve ampla cobertura realizada pelo Jornal Nacional (JORNAL NACIONALa, 2019). Já na escalada da edição do dia 30 de maio há destaque para as manifestações, quando os apresentadores ressaltam que “estudantes, professores e sindicalistas voltam às ruas pela segunda vez em quinze dias para protestar contra cortes na Educação” (JORNAL NACIONALa, 2019, 0m 15seg). Além disso, a escalada também enfatizou o fato de o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, haver dito que professores e funcionários públicos haviam coagido alunos a participar dos atos.

A primeira matéria aborda as manifestações. Willian Bonner repete as informações da escalada, destacando que estudantes e professores haviam voltado às ruas para protestar contra os cortes na Educação pela segunda vez em quinze dias. E acrescenta dados do portal de notícias da Rede Globo ao informar que

Segundo levantamento do G1, até às 8 e 25 da noite tinham ocorrido manifestações em 126 cidades de 25 estados e no Distrito Federal. No domingo, quando apoiadores do governo Bolsonaro foram para as ruas em favor da reforma da previdência e do pacote anticrime, nessa mesma hora, as manifestações tinham ocorrido em 158 cidades de todos os 26 estados e

no Distrito Federal. Os primeiros protestos de hoje foram ainda pela manhã. (JORNAL NACIONALa, 2019, 1m 56seg)

Dessa forma, percebemos que, já na abertura da matéria, o noticiário adotou um enquadramento favorável às manifestações, visto que compara os protestos contrários e favoráveis aos atos promovidos pelo governo Bolsonaro, demonstrando que a maior parte da população se mantém contrária às ações tomadas pelo ex-presidente.

A reportagem tem início abordando a manifestação ocorrida em Brasília pela manhã e acrescentando que o protesto também havia acontecido em todo o país. Imagens de manifestantes nas ruas, empunhando cartazes<sup>24</sup> e palavras de ordem<sup>25</sup> ilustraram toda a matéria, confirmando para os telespectadores a insatisfação de boa parte da sociedade contra os cortes de verbas para a Educação promovidos pelo governo Bolsonaro. Posicionando-se favoravelmente aos protestos, ao longo de 9 minutos e meio a reportagem foi construída com o objetivo de dar voz e aumentar a credibilidade dos manifestantes para os espectadores do noticiário que, além de ilustrar a matéria com imagens de diversas cidades do país, ainda acrescentou à informação o fato de que o número de pessoas, faixas e cartazes em defesa do ensino público de qualidade havia aumentado ao longo da tarde.

Já a nota pé da reportagem destacou que o ex-ministro da Educação havia pedido à população para denunciar professores e funcionários públicos que estivessem estimulando os protestos, o que provocou críticas. Logo após a declaração de Abraham Weintraub, há a informação de que o MEC esclarecia que nenhuma instituição de ensino pública possuía a prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações. Com isso, professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não estavam autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar. Em seguida, o telejornal anuncia o posicionamento da ANDES<sup>26</sup> que, ao repudiar as declarações do ex-ministro da Educação, argumenta entender ser uma afronta à liberdade de ensinar e aprender, estruturantes do ensino público. “São declarações que demonstram o equivocado raciocínio do governo de que os/as estudantes seriam incapazes de pensar de forma independente” (JORNAL NACIONALa, 2019, 12m 24seg).

Dessa forma, percebemos que a cobertura do segundo dia de protestos a favor da Educação foi, assim como a primeira, construída de forma favorável às manifestações,

---

<sup>24</sup> “Bolsonaro é inimigo da educação”, “Penso, logo incomodo”, “educação não tem preço, tem muito valor!” e “O Brasil se une pela educação” foram alguns dos cartazes destacados na reportagem.

<sup>25</sup> “Reagir, lutar”, “agora que a voz da juventude está na rua!” e “tira a mão da educação!” foram as palavras de ordem ditas por manifestantes que serviram como sobes sons utilizados na construção da reportagem.

<sup>26</sup> Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

legitimando a insatisfação com os cortes promovidos pelo governo e a importância da discussão do tema. Dos mais de 44 minutos de duração, o Jornal Nacional dispensou mais de 14 deles à abordagem do tema, que foi considerado o mais importante daquela edição por ter aberto o noticiário mais uma vez.

Já o Jornal da Record News (JORNAL DA RECORDa, 2019) do mesmo dia sequer abordou a manifestação em sua escalada, o que confirma a posição da emissora em se manter favorável às ações tomadas pelo governo federal. Apenas no final do segundo bloco de notícias há uma nota seca de que os manifestantes haviam ido às ruas em 21 estados e no Distrito Federal para protestar contra os cortes feitos na Educação pelo governo Bolsonaro. Informa que o ex-presidente havia destacado ser um contingenciamento de recursos no orçamento da Educação e dá voz ao Ministério da Educação que, em nota, havia reafirmado que as manifestações democráticas eram direitos dos cidadãos, mas condenava a coação para que estudantes e professores participassem dos protestos.

Desse modo, percebemos que a informação foi praticamente silenciada pela emissora porque essa apenas afirmou que manifestantes tinham ido às ruas, mas adotou enquadramento negativo quanto aos atos, visto que menosprezou os protestos dando voz apenas ao ex-presidente da República, que afirmava não ser corte, mas contingenciamento de recursos, e ainda condenou a mobilização por dar a entender que alguns manifestantes haviam sido coagidos para participar dos protestos. Ademais, notamos que o telejornal foi construído seguindo a linha editorial da emissora, sem dar importância a alguns fatos acontecidos no país, priorizando matérias sem valor informativo, como uma briga entre irmãos por causa de um moletom ou ao noticiar que uma das bebidas mais tradicionais das festas juninas – prestes a serem comemoradas – era o quentão, produzido com a cachaça, bebida orgulho do Brasil, ou ainda ao inserir um vídeo para que os telespectadores do noticiário pudessem acompanhar as férias do âncora, Heródoto Barbeiro, na Turquia.

O Jornal da Record News confirma nossa proposição de ser favorável às medidas adotadas pelo governo Bolsonaro quando, no encerramento do noticiário, afirma que “hoje teve previsão do tempo no MEC” (JORNAL DA RECORDa, 2019, 61m 38seg) e dá voz ao ex-ministro da Educação, que havia se utilizado sua rede social no *twitter* para divulgar que era vítima de *fake news*.

Está chovendo *fake news*! Novamente, um veículo de comunicação das pessoas que estão de mal com a vida tenta macular a imagem do MEC. Essa última *fake news* fresquinha para você alega que a paralisação da recuperação do Museu Nacional – aquele que o reitor da Universidade

Federal do Rio de Janeiro não conseguiu explicar – essas obras estariam sendo paralisadas pelo MEC. Fake News! <sup>27</sup> (JORNAL DA RECORDa, 2019, 62m 09seg)

Nesse contexto, recorreremos novamente aos estudos de Williams (2011) ao afirmar que, em qualquer sociedade e em qualquer período específico, existe um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar de dominante e eficaz. A nosso ver, essa é a proposta do Jornal da Record News ao construir seu noticiário para manter a hegemonia, vista aqui não como a da emissora, já que ela detém apenas o segundo lugar em audiência, mas a hegemonia de todo o sistema. Williams (2011, p. 51) pondera ser a hegemonia um conjunto de práticas e expectativas, significados e valores que aparecem confirmando-se mutuamente. Ou seja, “constitui um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas” (WILLIAMS, 2011, p. 51). Nesse sentido, faz parte de um processo social real do qual depende o processo de incorporação dos indivíduos, caminho adotado pela Record TV para a manutenção do estado das coisas.

A terceira data marcada por manifestações contrárias ao corte de verbas na Educação aconteceu no dia 13 de agosto de 2019. Mantendo seu posicionamento favorável aos protestos, o Jornal Nacional (JORNAL NACIONALb, 2019) anunciou na escalada, como nas demais manifestações, que estudantes e professores haviam voltado a protestar nas ruas contra o congelamento de verbas na Educação. Todavia essa não foi a matéria principal do noticiário, que deu destaque para reportagens voltadas ao meio-ambiente e às queimadas na região da Amazônia<sup>28</sup>, com a posição de especialistas no assunto e a previsão do tempo, ocupando todo o primeiro bloco do noticiário. Mas já na chamada para o segundo bloco há a informação de que manifestantes haviam protestado contra o corte de verbas na Educação, com uma imagem de fundo destacando uma multidão e a legenda “de volta às ruas”.

No início do segundo bloco, a informação de que estudantes e professores haviam voltado às ruas pela terceira vez para protestar contra o congelamento de verbas na Educação é divulgada. Novamente, a emissora lança mão das informações de seu portal de notícias para ratificar o fato e trazer mais credibilidade ao ressaltar que, segundo levantamento do G1, até

---

<sup>27</sup> No momento do encerramento, o noticiário exibe a cena postada no twitter de Abraham Weintraub, quando o Ministro da Educação faz uma sátira ao musical Cantando na Chuva na cena em que Gene Kelly dança na chuva com um guarda-chuvas aberto.

<sup>28</sup> Importante destacar que as queimadas na Amazônia eram destaque em todos os veículos de comunicação do país.

às sete horas da noite houve protestos em 75 cidades em todos os estados e no Distrito Federal. O VT com a reportagem tem início e foi construído sempre com sobesons de palavras de ordem a favor da Educação e cartazes<sup>29</sup>, além de mostrar as pessoas mobilizadas em diversas cidades do país nas manifestações. A informação de que em diversas capitais a movimentação havia começado cedo iniciou a reportagem e destacou que em várias cidades tanto escolas quanto universidades e institutos federais estavam fechados, e ainda que as manifestações tiveram a participação de movimentos sociais e sindicais também contra a Reforma da Previdência. Também foi enfatizado pela reportagem o fato de líderes indígenas, que participavam de um movimento contra a política do governo Bolsonaro para a área, terem-se juntado aos manifestantes em Brasília, além de também ressaltar que os protestos haviam sido pacíficos por todo o Brasil.

Por outro lado, o Jornal da Record News (JORNAL DA RECORDb, 2019) não abordou em sua escalada a questão das queimadas na Amazônia, e apenas informou que protestos contra a retenção de verbas na Educação mobilizaram estudantes em 23 estados<sup>30</sup> e no Distrito Federal. A escalada do noticiário destacou o fato de o âncora do noticiário estar na estreia do filme Nada a Perder 2, que abordava a vida e a história do bispo Edir Macedo, dono da Record TV, e também a discussão na Câmara dos Deputados sobre a votação da Medida Provisória da Liberdade Econômica, informações que vão ao encontro da linha editorial da emissora.

Apenas no terceiro bloco do telejornal o apresentador aborda questões relacionadas ao meio-ambiente ao explicar que, nas últimas semanas, o Fundo Amazônia havia sido alvo de uma polêmica entre os países europeus e o governo Bolsonaro, convidando o coordenador técnico do Observatório do Clima para explicar sobre o assunto. Entretanto, nenhuma referência às queimadas na região amazônica foi feita.

Apesar de haver noticiado, em sua escalada, que protestos haviam acontecido contra o corte de verbas na Educação, mais nenhuma informação foi dada sobre o assunto, como se esses não tivessem importância para o Jornal da Record. Dessa forma, percebemos que a emissora, ao não informar um fato de interesse público, acaba por silenciar um tema que deveria ser discutido por toda a população e nega a ela a possibilidade de refletir sobre a Educação brasileira.

---

<sup>29</sup> “Educação é resistência”, “Crise é não ter cultura e educação”

<sup>30</sup> Diferentemente do Jornal Nacional, que informou que os protestos aconteceram em 75 cidades de todos os estados e no Distrito Federal, o Jornal da Record News mais uma vez diminuiu a mobilização e não apurou corretamente a informação.

Entendemos que o telejornalismo deva ser acessível para que os indivíduos possam conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e, principalmente, obedeça à sua função de levar informações de interesse público para seus espectadores, o que não aconteceu no Jornal da Record News. Isso porque, assim como Beatriz Becker (2018, p. 150), partimos da premissa de que os telejornais permitem “aos cidadãos terem acesso à informação sobre os acontecimentos em um país continental e desigual como o Brasil, por meio de representações de um mundo possível”.

Acreditamos que os telejornais ocupam importante papel na mediação entre a audiência e o mundo ao seu redor. Adriano Sampaio (2009, p. 64) destaca que cada noticiário faz a promessa, a seus telespectadores, de apresentar as principais informações ocorridas em um dia, além de fazer uma síntese de tudo o que aconteceu. “Programas jornalísticos como o Jornal Nacional e o Jornal da Record ocupam na grade de programação das emissoras um importante papel: o de apresentar a síntese dos acontecimentos do dia e oferecer novo fôlego ao fluxo de informação jornalística” (SAMPAIO, 2009, p. 59). Nessa perspectiva, entendemos que as matérias são construídas para que os telespectadores se reconheçam nas notícias, sintam-se parte e participantes de um mesmo país. Infelizmente, percebemos que esta não é a realidade oferecida pelas informações veiculadas pelo Jornal da Record News, que produz um jornalismo opinativo, repleto de juízos de valor e sem abordar temas de fundamental importância e interesse público, como os protestos contrários ao corte de verbas para a Educação feito pelo governo de Jair Bolsonaro. Por outro lado, o Jornal Nacional, apesar de não se mostrar isento, aborda amplamente temas de interesse público.

Nesse sentido, entendemos que o enquadramento adotado pelo Jornal Nacional na construção das notícias sobre as manifestações a favor da Educação foi favorável aos protestos e negativo não apenas quanto à imagem do governo Bolsonaro, mas, principalmente, do ex-ministro da Educação. Todavia, o silenciamento adotado pelo Jornal da Record News sobre o mesmo tema é prejudicial para a democracia, porque não permite que o tema sequer seja debatido. Dessa forma, confirmamos a necessidade de pesquisar o jornalismo audiovisual, como nossa proposta nesta tese, comparando as notícias veiculadas (e a falta delas, inclusive), porque entendemos ser essa de fundamental para aumentar a discussão de determinados temas, visto que os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem grande impacto em nossa sociedade.

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Nesse capítulo vamos abordar um pouco as Políticas Públicas Brasileiras; o que são, como foram pensadas e para que servem, dentre outros aspectos, para podermos discutir as Políticas Públicas de Educação Brasileiras e a forma como o governo de Jair Bolsonaro conduziu a Educação em seu governo.

Entendemos ser preciso, inicialmente, definir Políticas Públicas. Essas são ações e programas desenvolvidos pelo governo com o objetivo de garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e em outras leis, sejam elas municipais, estaduais ou federais. A intenção é a de oferecer melhorias para a vida dos cidadãos, garantindo o bem estar da população nas diferentes áreas de atuação dos governos, como educação, saúde, assistência social, lazer, segurança, saneamento, habitação e transporte, por exemplo.

Importa reiterar, portanto, que seu objetivo geral é o de assegurar determinado direito de cidadania para diversos grupos ou para determinado segmento econômico, social, cultural ou étnico.

### **4.1 Um olhar sobre as Políticas Públicas**

Antes de dissertar sobre as Políticas Públicas como um todo, julgamos pertinente salientar que a própria Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, elenca os direitos sociais dos cidadãos. Em seu artigo 6º, a CF enumera “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, online) como direitos sociais. A Educação, mais que o primeiro direito social listado, também se constitui em direito político e direito civil. Reiteramos nosso entendimento, portanto, de que a Educação é fundamental para a formação dos cidadãos e não pode ser relegada a segundo plano, como consideramos ter acontecido por toda a gestão de Jair Bolsonaro à frente da presidência da República.

Nesse sentido, ao abordar o assunto proposto nesse capítulo, destacamos a explicação ofertada por Jamil Cury (2017) ao discutir cidadania na Comunicação e na Educação.

Coisa Pública é o que pertence a todos de modo coletivo (isto é, ao *populus*, donde provém o termo *público*) e também o que é *comum*. Comum por pertencer a todos de modo distributivo, ou seja, a todos considerados como pessoas singulares, como *indivíduos*. Desse modo, a coisa pública é *pública* porque não pertence como propriedade a ninguém em particular e sim a todos e é *comum* porque cada qual pode participar de seus benefícios. (CURY, 2017, p. 119, grifos do autor)

Secchi (2014) e Bucci (2001) concordam que definir o termo política pública é tarefa difícil e arbitrária em função das diversas abordagens distintas sobre o tema. Leonardo Secchi (2014, p. 1), contudo, conceitua política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema político”. O autor acrescenta que, para que seja constituída, é necessária a existência de dois elementos indispensáveis, a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Já Maria Paula Dallari Bucci (2001, p. 9) pondera que políticas públicas são “a coordenação dos meios à disposição do Estado, harmonizando as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Rosa, Lima e Aguiar (2021) corroboram com os autores supracitados de que existem vários conceitos de políticas públicas e acrescentam que cada um apresenta uma abordagem diferente no que se refere à dimensão ou ao elemento apresentados. Mas destacam que as políticas públicas são criadas para viabilizar mudanças sociais, constituindo-se em um mecanismo de combate de um problema social.

Dessa forma, depreendemos que as políticas públicas estão estreitamente relacionadas aos direitos humanos, visto que seu objetivo é o de encontrar soluções para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Maria Paula Dallari Bucci (2001, p.13) ensina que as políticas públicas operam como mecanismos de convergência de interesses em busca dos mesmos objetivos, “que passam a estruturar uma coletividade de interesses”.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consequente redemocratização brasileira diversas discussões de relevância política e social passaram a ser de responsabilidade do Poder Judiciário. A Enciclopédia Jurídica da USP-SP explica que as políticas públicas passaram a ser classificadas como de natureza coletiva enquanto categoria jurídica, visto que “é a partir do direito que se estrutura o quadro institucional de determinado programa de ação governamental, a fim de que esteja em conformidade à Constituição Federal no sentido da concretização dos direitos fundamentais e projeção da cidadania” (POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020, online).

Nesse cenário, Fernando Abrucio (2021) aponta que houve diversas mudanças a favor do crescimento das políticas sociais e de sua democratização fomentadas pela

redemocratização no país, inicialmente institucionalizadas pela Constituição Federal de 1988, tendo sido expandidas e aprimoradas por vários governos.

Construiu-se um modelo de políticas públicas lastreado basicamente em quatro características. A primeira foi a busca da ampliação do acesso a direitos e serviços públicos de forma universal aos cidadãos, rompendo com o padrão de cidadania regulada que predominou no Estado de Corte varguista (...) Uma segunda característica foi a criação de canais de participação da sociedade em diversas etapas das políticas públicas, seja como forma de controle, seja no processo de deliberação. (...) A combinação de uma inédita e ampla descentralização com aumento da coordenação federativa constitui uma terceira característica do modelo de políticas públicas construído desde 1988. Os municípios ganharam maior autonomia e mais atribuições, principalmente no campo das políticas sociais, enquanto os governos estaduais também têm grande importância em áreas como Educação, Saúde, Habitação e Saneamento, tendo um papel tanto de execução como de coordenação (SILVA, 2020). Para completar esse arranjo intergovernamental, a União assumiu um papel central como coordenador das políticas públicas no plano da Federação (ABRUCIO, 2015). Além de ter uma ação redistributiva e indutora a partir da nova Constituição, tendo sido fundamental para garantir a redução das desigualdades territoriais e a universalização dos serviços nas últimas décadas (ARRETCHE, 2012). O modelo de políticas públicas montado pela ordem democrática pós-1988 completa-se com um conjunto de mudanças presentes tanto na Constituição como em legislações e reformas posteriores que buscaram profissionalizar e melhorar a gestão pública brasileira. (ABRUCIO, 2021, p. 256-257)

Abrucio (2021) acrescenta que, apesar da evolução apontada, ainda existem diversos problemas e grandes desafios no que diz respeito ao combate à desigualdade e à democracia em seu sentido mais amplo, principalmente depois da gestão de Jair Bolsonaro.

Dado o exposto, inferimos que o Estado se constitui em elemento essencial para estimular o desenvolvimento no país e, quando não existe tomada de ação para que isso aconteça, os cidadãos acabam por perder seus direitos. Ademais, importa ressaltar que as políticas públicas são fundamentais para o fortalecimento da democracia, visto que se constituem em um conjunto de práticas adotadas pelos governos nacional, estadual e municipal com o objetivo de solucionar os problemas da sociedade. Assim, reiteramos que se tratam de direitos adquiridos – a partir de carências da população – que possuem força de lei e que, portanto, devem ser cumpridos. Além disso, importa destacar que as políticas públicas não são iguais, mas se organizam tomando por base a natureza dos seus recursos e o motivo de sua existência.

## 4.2 As Políticas Públicas de Educação Brasileiras: viés histórico

Na sociedade em que vivemos, na qual o conhecimento se expande a todo momento, a Educação possui a responsabilidade de ser propulsora do desenvolvimento e também se constitui como um direito fundador da cidadania, visto que possibilita aos indivíduos mais conhecimento acerca do mundo em que estão inseridos.

Carlos Cury (2017, p. 120) destaca que “a educação, em seu sentido mais amplo, instaura um desafio: o de ser um processo que amplia a democracia e a cidadania, rejuvenesce a sociedade e irriga a economia”. Todavia, faz-se necessário destacar que a Educação não foi prioridade para os governos ao longo da história brasileira, que privilegiou o desenvolvimento econômico, mas aumentou a desigualdade social e educacional.

Fernando Abrucio (2021) esclarece que a política educacional brasileira teve como alicerce um perfil elitista, que não se utilizou da universalização do ensino como um projeto, inclusive criando barreiras para que a maior parte da população não alcançasse bons níveis escolares, quer implantando modelos pedagógicos embasados na grande quantidade de reprovação dos alunos, o que afastou parte dos discentes das escolas, quer promovendo uma lenta e desigual ampliação educacional.

O dualismo das responsabilidades governamentais foi o formato institucional que lastreou o elitismo, sendo a segunda característica geral do modelo educacional que vigorou até a Constituição de 1988. Por meio dele, o poder Nacional (desde a Lei de Instrução Pública de 1827) e depois o governo federal, ficou com os encargos relativos ao ensino superior, atuando muito pouco, especialmente em termos de financiamento e apoio, na educação básica (para usar a linguagem dos dias atuais), que ficou sob a competência dos governos subnacionais, principalmente os estados. (ABRUCIO, 2021, p. 258)

Celia Smarjassi e José Henrique Arzani (2021, online) corroboram a afirmação de Abrucio (2021) ao explicar que “a mácula da desigualdade tem, entre outras questões, sua origem na configuração que o Estado vem tomando, no que se refere à política educacional desde os tempos do Império e permanece até os dias atuais, a despeito dos progressos no tocante ao combate da desigualdade”. Os autores discorreram sobre a forma como as políticas públicas educacionais foram criadas no Brasil.

Conceber a educação como dever moral de aprimoramento social requer a compreensão de educação pelo Estado que, assim entendida, torna-se um mecanismo de direito social que reverbera como um dos elementos da providência de igualdade social. Entretanto, somente no século XX o conceito de Educação passou a ser compreendido como mecanismo de

acesso à igualdade econômica e social, daí associada como veículo de acesso a bens culturais, sociais e, dependendo das contingências, econômicos. Embora o direito social a ser garantido pelas políticas públicas resultantes do Estado tenha seu início muito tarde – no período em que o Império promulgou a Constituição Política de 1834, que previa a educação pública e gratuita –, de todo modo, esse “direito” se estendia apenas para a instrução primária, além de limitar a afluência de todos os potenciais estudantes, em decorrência do Ato Adicional de 1834, que emendou a Constituição com uma reforma do tipo administrativa deixando a responsabilidade da instrução primária a cargo das províncias, que, em consequência, não trouxe resultados satisfatórios sobretudo por conta das condições socioeconômicas precárias de grande parte da população e das próprias províncias. (SMARJASSI; ARZANI, 2021, online)

Os autores explicam que a Educação passou a ser debatida como projeto nacional, com alternância entre perspectivas de centralização e descentralização do Estado em 1891, com a promulgação da primeira constituição depois do período imperial, que instaurou o regime federativo no texto constitucional. Essa discussão inicial sobre a Educação potencializou as desigualdades existentes, reforçando a falta de coesão e unidade das políticas educacionais.

Já em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, com Getúlio Vargas na presidência. Nessa época, “a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online). No ano seguinte, a reforma Francisco Campos (estruturada pelo próprio Francisco Campos, então ministro da educação e saúde) deu caráter nacional à Educação e foi marcada pelo vínculo junto aos princípios do governo autoritário de Vargas e de seu projeto político ideológico, estabelecido sob o Estado Novo.

Dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último foi destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, construindo no seu espírito todo um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos”. (...) A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica. (MENEZES, 2001, online)

Criado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por educadores renomados, como Anísio Teixeira, foi formalizado por um grupo de intelectuais e “propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área da educação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online).

Smarjassi e Arzani (2021) explicam que o Manifesto reivindicava a construção de um Sistema Nacional de Educação.

Entretanto, foi apenas a partir de 1934, com a promulgação de uma nova Constituição Federal, que a Educação foi reconhecida como direito de todos, devendo ser provida pela família e pelos poderes públicos. A Constituição de 1934, que teve todo um capítulo dedicado à Educação, aumentou o poder do Estado, “ficando sob sua responsabilidade a competência da elaboração de diretrizes para a educação nacional, bem como a construção de um plano nacional de educação e sua execução em todo o país” (SMARJASSI; ARZANI, 2021, online).

O Portal do MEC explica que de 1934 a 1945, Gustavo Capanema Filho, então ministro da Educação e Saúde Pública, desenvolveu um governo reconhecido em função “da reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online). O Ministério da Educação e Cultura teve autonomia apenas a partir de 1953, quando foi desvinculado da Saúde.

Smarjassi e Arzani (2021) acrescentam que a preocupação com a Educação aumentou a partir de 1940, com a “revolução social”, como consequência de uma movimentação significativa de ampliação das chances de escolarização da população.

No entanto, com a rápida e selvagem ascensão do capitalismo em escala mundial, o neoliberalismo assumiu as rédeas da economia, reverberando um novo formato de educação redefinido a partir da lógica de mercado, exercendo controle com a apresentação de metas, objetivos, produtos e resultados, tal como aplicado na economia. Esse padrão de controle se expressa mediante as novas balizas regulatórias das políticas educacionais atuais, como Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), todos testes padronizados em larga escala. Porém tais sistemas de avaliação ignoram o desenvolvimento educativo e valorizam apenas os resultados alcançados, distanciando radicalmente a Educação de sua função social maior (SMARJASSI; ARZANI, 2021, online)

Até os anos de 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado. O padrão era o mesmo em todos os estados e municípios. Seguindo nosso percurso histórico, em 1961, depois que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada, os órgãos estaduais e municipais ficaram mais autônomos. O Portal do MEC destaca que o salário-educação, oferecido em 1962, foi um acontecimento importante na história do órgão e constitui, até os dias atuais, uma importante fonte de recursos para a Educação básica brasileira. A página institucional do Ministério da Educação também ressalta que a reforma universitária, promovida em 1968, garantiu “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e

financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online). Já em 1971, o ensino torna-se obrigatório dos sete aos 14 anos. A LDB aprovada determinava um currículo único para o primeiro e segundo graus, com pequenas variações em decorrência das diversidades regionais.

Nesse sentido, julgamos válido discorrer sobre a existência (ou não) da Educação como direito adquirido no cenário do processo da Educação brasileira apresentado até então e gestado pelo Estado. A Educação foi contemplada como sendo um direito imprescindível para os cidadãos brasileiros? Nossa opinião é a de que os governos não se empenhavam para que a Educação fosse de fato relevante, ficando sempre relegada a um segundo plano, conforme depreendemos da sua história ao longo dos anos. Apenas a partir da promulgação da Constituição de 1988 é que o tema foi reverenciado como um direito social fundamental, público e subjetivo, com a Educação básica sendo obrigatória para todos os indivíduos. Outras ações, individualizadas, como a proposta de Paulo Freire para uma Educação libertadora, não foi acolhida em nenhuma Política Pública Educacional.

Fernando Abrucio (2021) explica que, em decorrência da política educacional adotada pelos governos brasileiros no que concerne à Educação, houve um aumento da desigualdade no suprimento educacional, visto que sempre existiu desequilíbrio econômico entre os estados e municípios e ainda em razão da inexistência de uma legislação nacional que impusesse ao Estado a investir na Educação. Como consequência da (falta de) políticas públicas para a Educação, o Brasil apresentava péssimos índices de escolarização no início de sua redemocratização.

A redemocratização significou a mudança da trajetória histórica da Educação. Primeiro, ampliando seu espaço na agenda pública, como bem comprovam o aumento do seu orçamento e da preocupação da sociedade com o assunto, por meio da criação de importantes organizações da sociedade civil dedicadas ao tema. Além disso, o próprio modelo de ensino foi colocado em questão pela nova ordem democrática. Uma visão pedagógica mais plural, menos punitiva e mais democratizante começou a ganhar força como nunca antes no país, principalmente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), embora o conservadorismo educacional ainda seja muito forte. (ABRUCIO, 2021, p. 258)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, inseriu a Educação infantil em sua constituição e destinou todo um capítulo à formação adequada dos docentes da Educação básica. Também em 1996 o MEC criou o

Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Com o objetivo de contemplar o ensino fundamental, os recursos para o Fundef eram obtidos das receitas de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios atrelados à Educação. O Fundef foi substituído em 2006 pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e passou a favorecer toda a Educação básica (da creche ao ensino médio) com recursos federais, compromisso do governo federal até 2020 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online).

Todavia, entendemos ser necessário destacar que os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, amparados ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), nem sempre se consolidaram em possibilidades de acesso a uma Educação de qualidade, principalmente no que diz respeito às classes menos favorecidas. O que salta aos olhos são crianças fora das escolas, principalmente nos dias atuais. Gilda Araújo e Simone Cassini (2017) baseiam-se na teorização do jurista Pontes de Miranda (1947) ao constatar que a Educação não pode ser caracterizada como um direito público visto que não atende a todos da mesma forma.

A educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas, portanto se há direito público subjetivo à educação, e o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de Constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo os alunos (PONTES DE MIRANDA, 1947, p. 184 apud ARAÚJO; CASSINI, 2017, online).

Nesse sentido, percebemos que o direito deixa de existir quando não é efetivado. Se não existem escolas suficientes para atender a todos os alunos, muitas crianças e adolescentes vão continuar sem acesso à Educação, visto que não existem recursos para cumprir com o que a lei prega. A negligência com a Educação é permanente por não ser oferecida a todos indistintamente. Nesse contexto, partimos da premissa de que Políticas Públicas voltadas para a Educação são imprescindíveis para o aumento do grau de escolaridade dos indivíduos e, portanto, essenciais. Entretanto, o discurso que o governo Bolsonaro oferecia sobre como a Educação poderia se desenvolver ou de que forma deveria ser executada reforçava o viés classista com que o ensino sempre foi tratado. A “boa educação” era vista como aquela que exhibe crianças e adolescentes em sala de aula, recebendo o que Paulo Freire nomeou Educação

Bancária, onde os professores apenas depositam conhecimento para os seus alunos. Não existem trocas.

### 4.3 A Educação Libertadora em Paulo Freire

A Educação, principalmente aquela direcionada para adultos e a popular, encontrou em Paulo Freire um modelo que desenvolve as bases para uma Educação libertadora no Brasil ainda no final dos anos de 1950. Marília Gabriela de Menezes e Maria Eliete Santiago (2015, online) destacam que o paradigma criado por Paulo Freire para a Educação, “na qual as finalidades, os conteúdos, as ações estão articulados para possibilitar a humanização e a libertação dos sujeitos contribuiu na orientação das políticas curriculares, construindo um horizonte de possibilidades para a emancipação humana a serviço da transformação social”. As autoras acrescentam que, nesse cenário de nova interpretação dos conceitos da teorização curricular, Freire pretendeu suplantando os preceitos das teorias tradicionais, reconhecidas pela aceitação, ajuste e adequação à sociedade para conceber uma teoria crítica do currículo, sistematizada no questionamento e na mudança dessa sociedade. Consequentemente, Paulo Freire estabelece uma base importante criando um modelo curricular de lógica crítica e emancipatória.

Paulo Freire (1987) promoveu uma crítica à base curricular no que diz respeito ao que ele denominava Educação bancária. O pedagogo empreendeu um movimento para colocar em prática uma Educação libertadora, ou seja, “(...) um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente” (FREIRE, 1987, p. 125). Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) explica que a Educação bancária, amparada nos conceitos curriculares tradicionais, percebe os alunos como depósitos vazios a serem completados com conteúdos de domínio exclusivo dos docentes. Assim, os alunos são compreendidos como seres ignorantes, como indivíduos suscetíveis de adequação e moldagem na sociedade. A curiosidade e a autonomia perdem-se na elaboração do conhecimento, visto que esse é transmitido pelo professor como uma coisa completa, inerte. Nesse sentido, submete os alunos a um exercício de desumanização em que os sujeitos apenas vivem no mundo, mas não existem de fato.

Paulo Freire (1980, 1987) entende que o que proporciona a atividade autônoma, criativa e determinante dos cenários de existência é o desenvolvimento de sua consciência, responsável por assimilar a realidade de forma crítica. Por esse motivo o pedagogo condena essa forma de Educação bancária que não proporciona a formação da consciência crítica, visto

que os alunos são incentivados a memorizar os conteúdos, mas não a apreendê-los. De acordo com esse modelo, o educador argumenta não existirem trocas. E para que possamos assimilar os conteúdos devemos pensar criticamente sobre eles. Paulo Freire (1980) entende ser imprescindível que

a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história. (FREIRE, 1980, P. 39)

Ana Maria Saul e Alexandre Saul (2018, online) explicam que os elementos político-pedagógicos do modelo apresentado por Freire de uma Educação libertadora ajudam a instituir uma “relação dialética entre o currículo e o contexto histórico, social, político e cultural, ou seja, tratar o currículo na dimensão da totalidade em que os diferentes contextos, num processo dinâmico, se relacionam e se influenciam”. Os autores acreditam que esse entendimento crítico-emancipatório proporciona dispor o currículo no caminho de um plano social que favoreça a emancipação dos indivíduos. Nesse contexto, Paulo Freire (1980, 1987, 1999, 2005, 2008, 2017) fez diferença e se sobressaiu no contexto educacional brasileiro. O pedagogo entende que

a questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada (FREIRE, 1987, p. 96).

Ao longo do governo de Jair Bolsonaro, em que a Educação esteve sempre e cada vez mais relegada a segundo plano, corroboramos a ponderação de Ana Maria Saul e Alexandre Saul (2018, online) de que a ideologia do individualismo tem sido reforçada, com a intensificação da competitividade entre os sujeitos e o desprezo por projetos plurais, assim como pensamentos críticos. Os autores sugerem ser necessário aumentar o investimento na Educação como um terreno de oportunidades para a formação de indivíduos críticos, comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e, para isso, argumentam que os ensinamentos de Paulo Freire são bastante atuais.

Em um currículo no qual se objetiva romper com processos de opressão e desumanização, o educador precisa estar atento à recomendação de Freire, para quem, ser dialógico: “não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular [os educandos], é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 2006, p. 43). Na proposta freireana de construção e prática do currículo, o diálogo entre os educadores e educandos marca os momentos de planejamento e decisão sobre os objetivos do trabalho, a seleção do conteúdo programático, o desenvolvimento da programação, a definição das ações que serão geradas a partir do que se aprendeu e de avaliação do processo, abrindo espaço para que a opção dialógica transversalize todas as práticas educativas. (SAUL; SAUL, 2018, online)

Paulo Freire defende que o objetivo maior da Educação consiste na conscientização dos alunos. Reconhecido pelo desenvolvimento de um pensamento pedagógico assumidamente político, o educador enfatiza que o ato de ensinar exige o reconhecimento e a aceitação da identidade cultural dos indivíduos. O pedagogo destaca o fato de que “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas” (FREIRE, 2017, p. 67). Para que a Educação seja de fato transformadora, Freire (2017) pondera que todos os envolvidos no processo educativo devem aprofundar seus conhecimentos em torno do objeto estudado para poder intervir sobre ele. “Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar” (FREIRE, 2017, p. 68). E acrescenta existir a necessidade do debate, da discussão em torno daquilo que se diz, que se mostra e como se mostra na TV. Entendemos que esse processo faça com que os telespectadores adquiram conhecimento e, sobretudo, consciência crítica.

Nesse sentido, ao explicitar o papel ativo tanto do educador quanto do educando, responsáveis por debater e refletir sobre a TV, o pedagogo enfatiza a importância do entendimento do poder e da força da televisão. Para além desta discussão, acreditamos ainda que o telejornalismo esteja em constante construção (e transformação), assim como a sociedade e os indivíduos.

Ao discutir a importância da inter-relação entre o campo da Comunicação e o da Educação, Maria Aparecida Baccaga e Camilla Rocha (2017) remetem seus estudos à Francisco Gutiérrez (1973) quando propôs a pedagogia da linguagem total, cujo objetivo consistia em modificar os meios de informação em meios de comunicação a fim de proporcionar percepção, criticidade e criatividade por intermédio desses. E acrescentam à essa

pedagogia proposta por Gutiérrez os estudos de Paulo Freire ao salientar que foi o educador quem alicerçou as bases para a importância da comunicação no processo educativo libertador.

Com Gutiérrez e Freire a pedagogia da comunicação é redimensionada a partir do âmbito da comunicação, através da comunicação educativa. Trata-se de um campo que vincula comunicação, educação e tecnologia. Nessa perspectiva a educação é tida como dialógica e os meios como escola “participada”. Busca-se usar e conferir sentidos aos usos dos meios de comunicação bem como trabalhar com os sentidos advindos dos usos desses meios (HUERGO, 1997). (BACCEGA; ROCHA, 2017, p. 77)

Reiteramos que Venício de Lima (2011) também se debruçou nas ideias e na importância de Paulo Freire para a comunicação, destacando que a defesa de Paulo Freire para a comunicação e a cultura sejam complementares por estarem relacionadas à liberdade e à libertação humanas. E ainda destacamos a ideia de Eduardo Meditsch e Mariana Faraco, de que os conceitos do educador devam ser considerados à época de seus estudos. Nesse sentido, acreditamos que deixar de lado a ideia de que o público é inerte e submisso às transmissões e que o telejornalismo é imparcial e isento são fundamentais para pensar ações pedagógicas e transformadoras tendo o telejornalismo como aliado e não mais como o vilão apontado por muitos. Encarar as deficiências das emissões televisivas, entender como se formam os discursos e como se alinham as informações e ainda como se produz o telejornal pode ser campo fértil para discussões pedagógicas.

#### **4.4 E a Educação, Brasil? As ações, inações e omissões do Governo Bolsonaro**

Falar sobre Educação no Brasil é complexo. Entendemos que esse tema nunca foi prioridade para os governos. Discorrer sobre Educação no governo Bolsonaro é ainda mais difícil, visto que o ex-presidente se mostrava alheio ao ensino de qualidade para todos os cidadãos. A Educação sempre foi tema secundário.

A verdade é que, desde o início de sua gestão à frente da presidência da República, Jair Bolsonaro colecionava polêmicas e investigações, principalmente no que diz respeito à área educacional. Polêmico desde quando deputado federal, Jair Bolsonaro permaneceu adotando a mesma postura à frente do Palácio do Planalto. Governava para os seus e mantinha a seu lado apenas os que compartilhavam da mesma filosofia. Ainda durante a campanha para as eleições de 2018, Bolsonaro afirmava que seguiria critérios técnicos para a escolha dos ministros que comporiam seu governo, o que acabou não se concretizando. Em todo o seu mandato como presidente da República, Bolsonaro nomeou – e demitiu – diversos membros

de sua equipe. Um exemplo claro diz respeito à pasta da Educação. Do início de seu mandato até o final, cinco ministros ocuparam o MEC: Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli, Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga (sem contar com o interino Antonio Paulo Vogel e com outro convidado, Renato Feder, que sequer chegou a ser empossado).

Inicialmente, é interessante ressaltar que o programa de governo apresentado pelo então candidato Jair Bolsonaro, em 2018, nomeado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, enumerou três setores como prioritários, sendo eles Segurança, Saúde e Educação. Ao apresentar suas linhas de ação, o programa elencava, juntas, Saúde e Educação, garantindo “eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar” (BOLSONARO, 2018, online). Percebe-se, na exposição do plano de governo, pouca preocupação com a Educação libertadora tal qual proposta por Paulo Freire, em que o pensamento crítico deveria ser incentivado. A preocupação do governo estaria, apenas, na promoção de uma “educação bancária” (FREIRE, 1987) em detrimento da criticidade e da liberdade dos atos de ensinar e aprender.

Ao adotar o lema “Mais Brasil, menos Brasília”, a proposta de governo, além de repassar a responsabilidade das principais políticas públicas para os estados e municípios, ainda incentivava a redução do papel do governo na economia e na vida dos cidadãos e a diminuição da corrupção para moralizar a gestão e torná-la mais eficaz (BOLSONARO, 2018), o que não se efetivou, tendo sido ainda destaque os escândalos divulgados pela mídia ao longo da gestão de Bolsonaro à frente da presidência do país.

Apresentando suas propostas de governo no que concerne exclusivamente à Educação, Bolsonaro (2018, online) partia do princípio de que “(...) as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional”. Entendemos, a partir da afirmação publicizada em seu programa de governo, que o então candidato supunha que os gastos com a Educação eram mal gerenciados e propunha ser possível e preciso fazer mais investindo menos. Todavia, percebemos que o discurso adotado se voltava mais para questões morais que técnicas: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico” (BOLSONARO, 2018, online).

Tomando por base a afirmação acima, corroboramos o entendimento de Fernando Abrucio (2021) sobre o tema ao destacar que

Por essa linha, [o plano de governo] propõe que a melhoria da gestão educacional passaria principalmente por menor “doutrinação”, ou seja, mediante uma grande mudança nos métodos de ensino vigentes, incluindo aí o “expurgo” de Paulo Freire, da “sexualização precoce” (também chamada “ideologia de gênero”), da aprovação automática e até mesmo alterando-se a BNCC, norma curricular aprovada após a discussão de vários governos de partidos diferentes. Numa combinação da agenda moral com uma certa visão de liberalismo econômico, propõe-se uma menor participação do governo na vida dos cidadãos, o que emerge das propostas de *homeschooling* (educação domiciliar) e do aumento da educação à distância, abrindo espaço para maior ação do setor privado. (ABRUCIO, 2021, p. 262-263)

Importa destacar, ainda, que praticamente toda a campanha de Bolsonaro foi construída, no que concerne às demandas da área de Educação, embasada no Projeto Escola Sem Partido<sup>31</sup>, condenando o ensino praticado nas escolas como sendo desenvolvido de forma “doutrinária”.

Aqueles que ainda defendiam o projeto do Programa Escola Sem Partido o faziam adotando posturas contrárias à escola ser local para a formação de cidadãos críticos, capazes de discernir entre o certo e o errado e emitir suas próprias opiniões a respeito dos mais diversos temas. A explicação era a de que esta seria uma obrigação dos pais, e que a formação da consciência crítica dos filhos deveria “vir de dentro de casa”. De acordo a publicação do site Programa Escola sem Partido,

a doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores. (...) Essas práticas, todavia, apesar de sua manifesta inconstitucionalidade e ilegalidade, tomaram conta do sistema de ensino. A pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito”, professores de todos os níveis

---

<sup>31</sup> O Escola Sem Partido, como é popularmente conhecido, diz respeito a três Projetos de Lei. Um, de nº 7180, de 2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), propunha a alteração do art. 3º da Lei nº 9394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O segundo, um substitutivo ao Projeto de Lei de nº 7180, de 2014, assinado pelo deputado Flavinho (PSC-SP), dispunha sobre o direito dos alunos de aprender e a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos. Entretanto, ambos tiveram que ser arquivados por falta de consenso entre os parlamentares. Com o início de uma nova legislatura, em janeiro de 2019, o Projeto precisou seguir uma regra regimental de arquivamento. Entretanto, ainda no começo da legislatura anterior, a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), junto a outros deputados, protocolou um novo projeto – o PL 246/2019 – , dando continuidade ao tema que foi uma das bandeiras levantadas pelo então candidato Jair Bolsonaro à época da campanha eleitoral de 2018. Ademais, o ex-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, também defendia abertamente as teses sustentadas pelo movimento Escola Sem Partido e criticava a suposta “influência comunista” na educação brasileira. Ao final da legislatura, em 2022, o PL 246/2019 (que instituía o “Programa Escola Sem Partido”) também não foi aprovado.

vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para “fazer a cabeça” dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, online).

Já os que se manifestavam contrariamente à aprovação do Projeto de Lei faziam-no ancorados na inconstitucionalidade do mesmo, visto que contrariava Princípios assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394/1996. Os Projetos de Lei que abordavam o tema, apelidados de “lei da mordça”, pretendiam expulsar e tornar crime o pensamento crítico nas salas de aula. A rede colaborativa Mídia NINJA explica que o Escola Sem Partido encontrava forte oposição de educadores e pesquisadores da Educação, visto que “pretende introduzir o pensamento único nas escolas, impedindo a reflexão e contextualização dos conhecimentos trocados nas salas de aula” (MÍDIA NINJA, 2018, online). Nesse contexto, as pedagogas Roberta Poltronieri e Elaine Assolini (2016, online) ponderam ser “de fundamental importância que os assuntos e problemáticas gerados na sociedade possam ser questionados, discutidos e falados dentro do espaço escolar, a fim de que possamos contribuir para a construção de uma escola minimamente democrática”. Segundo as autoras, as consequências negativas seriam diversas com a proibição da liberdade de ensino e da autonomia do professor.

Para além da bandeira a favor de uma escola “sem doutrinação”, o governo de Jair Bolsonaro ainda propôs outras ações, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (iniciativa em conjunto dos Ministérios da Educação e da Defesa), cuja proposta era a de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas baseado no grau elevado observado nos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares por meio de um “conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online). De acordo com o projeto, a atuação dos militares aconteceria no suporte às gestões escolar e educacional ao passo que professores e demais profissionais da Educação permaneceriam responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico.

Outro plano apresentado pelo governo federal para a Educação foi o programa Future-se, que visava fortalecer a “autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online). Dividido em três núcleos: Gestão, Governança e Empreendedorismo, Pesquisa e Inovação, e Internacionalização, o Future-se pretendia aumentar a receita própria das universidades e institutos federais por meio de incentivo à obtenção de recursos próprios com maior segurança jurídica, tornando-se mais

flexíveis no que dizia respeito aos seus gastos e, conseqüentemente, “menos dependentes do orçamento, contingenciamento e PEC do gasto” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, online).

Ainda no que concerne às propostas para a Educação no país, Jair Bolsonaro assinou, em abril de 2019, um Projeto de Lei regulamentando a Educação domiciliar no Brasil, e que ainda precisava ser aprovado no Congresso Nacional para se tornar lei. O projeto, uma das prioridades de ação dos primeiros 100 dias de governo, objetivava elaborar normas para os responsáveis que preferissem educar seus filhos em casa. Alterando tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/1990) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/1996), o projeto propunha que pais ou tutores responsáveis assumissem o papel de professores de seus filhos, privando-os do convívio escolar.

Além das propostas destacadas, o governo Bolsonaro também entendia o ensino técnico como uma oportunidade para os mais carentes, o que nos remete a uma visão classista de Educação, como se o trabalho mais técnico fosse o exercido de forma braçal e coubesse apenas aos operários. Já a reflexão e o planejamento estariam destinados àqueles mais favorecidos, e estariam reservados à academia. Cabe ressaltar que esse modelo de ensino foi retomado e estimulado no Regime Militar, e resgatado por Jair Bolsonaro.

Tais ideias nortearam também os eleitos para comandar o MEC. Para o primeiro ministro nomeado para a pasta da Educação de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodriguez, “a ideia de universidade para todos não existe; ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade” (VEJA, 2019, online). Assim como Vélez Rodriguez, outros dois ex-ministros da Educação ainda defenderam o ensino técnico em detrimento de uma formação em nível superior. Abraham Weintraub, que permaneceu à frente da pasta de 9 de abril de 2019 até 19 de junho de 2020, afirmou que o Brasil estava cheio de “doutores desempregados” ao lançar um programa para escolas de ensino técnico no país, em outubro de 2019, na cidade de São Paulo. O ex-ministro argumentou que a iniciativa traria uma expansão do ensino profissionalizante. Abraham Weintraub garantiu que a meta do governo Bolsonaro consistia em “aumentar em 80% o número de alunos do ensino técnico no Brasil. Está cheio de doutor sem emprego, agora é difícil ter um bom encanador passando fome ou na fila de um Bolsa Família (...)” (WEINTRAUB, 2019, online). Já o ex-ministro e pastor, Milton Ribeiro, em uma entrevista à TV Brasil, declarou que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade” (MINISTRO, 2021, online). Nesse sentido, depreendemos a falta de compromisso do governo de Jair Bolsonaro com a Educação no Brasil, principalmente no que concerne à inexistência de políticas públicas para o setor, visto que as únicas ações do governo para a pasta entendiam que a Educação onerava

sobremaneira o Estado. Corroboramos, portanto, o argumento de Fernando Abrucio (2021) ao destacar que o resultado da ação de

ordenar as políticas públicas foi o completo isolamento do MEC frente ao mundo educacional existente, a ponto de muitas vezes as redes de ensino, as universidades e as organizações sociais na área da Educação simplesmente ignorarem grande parte da agenda educacional do governo Bolsonaro (ABRUCIO, 2021, p. 264).

Já no que diz respeito aos nomes convidados para assumir o Ministério da Educação, entendemos que mais uma vez o antigo governo se preocupou mais com a área econômica que com a melhoria do ensino público de qualidade no país.

Primeiro nomeado para o Ministério da Educação, o filósofo Ricardo Vélez Rodriguez ficou no cargo por apenas 3 meses e acabou sendo demitido pelo ex-presidente por proferir críticas à sua gestão. Vélez Rodriguez, em sua rápida passagem pelo MEC, propôs alteração no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), removendo o impedimento que proibia publicidade nas obras didáticas, retirando a parte que exigia que os livros estivessem isentos de erros e também o regulamento de incluir revisões bibliográficas nas obras. O ministro ainda solicitou às escolas que executassem o Hino Nacional, bem como fizessem gravações dos alunos entoando o canto e lendo uma carta de sua autoria, com o slogan de campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o que é inconstitucional. Após repercussão negativa, Vélez pediu desculpas e retirou o pedido.

A pasta de Rodriguez ainda tentou suspender a avaliação da alfabetização por estudantes por um período de dois anos ao publicar uma portaria adiando os resultados da avaliação para o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), só voltando a ser realizada em 2021. O objetivo era o de esperar para que todas as escolas do país pudessem implantar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e se ajustassem às políticas de alfabetização propostas. Vélez Rodriguez também anunciou a criação de uma comissão de avaliação para formular as questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) com o fundamento de que essas estariam ajustadas à realidade social e promoveriam, portanto, um perfil consensual ao exame. Ricardo Vélez Rodriguez foi demitido em 08 de abril de 2019. Em pouco mais de três meses à frente do MEC, o ex-ministro acumulou uma série de medidas atabalhoadas, colocando pautas da Educação em risco, além de decisões polêmicas que, em sua maioria, não foram acatadas.

O segundo a ocupar o cargo foi o economista Abraham Weintraub. Ele permaneceu à frente da pasta de abril de 2019 a junho de 2020. Weintraub participou da equipe responsável

pela transição do governo do ex-presidente Michel Temer para o governo de Jair Bolsonaro e compartilhava dos mesmos ideais do ex-presidente. Ademais, era integrante da denominada ala ideológica do antigo governo e acumulou uma série de frases e posturas polêmicas em uma gestão marcada, principalmente, pelo contingenciamento de gastos com a Educação para conseguir cumprir com a meta fiscal para 2019 do governo federal. Além disso, o MEC, sob o comando de Abraham Weintraub, enfrentou problemas com a falha na correção e atribuição de notas do ENEM (apesar de afirmar que o exame de 2019 havia sido o melhor de todos os tempos, mais de seis mil estudantes receberam notas erradas e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – precisou refazer a correção e anunciar as notas novamente) (ERRO, 2020, online).

Em sua cerimônia de posse, o ex-ministro criticou o patrono da Educação, Paulo Freire, e propôs pacificar o Ministério da Educação.

A gente vai pacificar o MEC. E como funciona a paz? A paz a gente está decretando a partir de agora. Porque o MEC tem um rumo, uma direção, e quem não estiver satisfeito com ela, por favor, avise que vai ser tirado. Pisou fora da linha, começou a plantar coisa, começou a brigar internamente, está fora na hora. (...) Eu posso ter posições diferentes do que o presidente Bolsonaro acha. Eu tenho duas alternativas, ou eu obedeço ou eu caio fora. (AGENDA DO PRESIDENTE, 2019, online)

Ainda no início de seu mandato à frente do Ministério da Educação, o economista bloqueou 30% das verbas de custeio das universidades federais, acarretando manifestações contrárias à sua decisão em todo o Brasil. O ministro afirmou que as universidades federais com produções abaixo do esperado ou onde houvesse “balbúrdia” teriam cortes de verba. Ademais, trocou o nome do escritor e filósofo Franz Kafka por Kafta, iguaria árabe, em uma audiência no Senado e foi alvo constante de críticas pela série de erros de português em postagens nas redes sociais (impressionante escrito com “c” e paralisação com “z” são alguns dos exemplos), além de não ter conseguido alavancar projetos de sua pasta, como o Future-se, por exemplo. Também falou sobre plantação de maconha em universidades em discurso proferido na Câmara dos Deputados, tendo que se explicar na Comissão de Educação da Casa, sem apresentar provas e reforçando o que havia afirmado anteriormente: “As plantações são reflexo de um consumo exagerado, fora de controle, de drogas nas faculdades. Isso eu tenho pesquisa e vou mostrar” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, online).

Weintraub cometeu outros diversos tropeços à frente do Ministério da Educação. Quando o governo lançou a carteira estudantil digital de graça por meio de uma medida provisória, o ex-ministro criticou em rede nacional a União Nacional dos Estudantes dizendo

ser o fim da “mamata”. A MP perdeu a validade porque não foi votada no Congresso. Abraham Weintraub ainda provocou abalo na diplomacia quando, numa rede social, insinuou que a China poderia se beneficiar de propósito com a crise mundial causada pela Covid-19. Em sua postagem, o ex-ministro também recorreu ao jeito de falar do personagem Cebolinha, da Turma da Mônica, criado por Maurício de Sousa, que troca o R pelo L, para ironizar o sotaque chinês. Depois de críticas e da reação negativa da embaixada chinesa, ele apagou a postagem, mas não escapou de responder a um inquérito por suposto crime de racismo, a pedido da procuradoria-geral da República. Em depoimento escrito à PF, Weintraub se defendeu da acusação de racismo contra a China alegando que usou do direito à liberdade de expressão (JORNAL NACIONAL, 2020, online).

Weintraub foi considerado o pior ministro da Educação<sup>32</sup> por diversas entidades estudantis, movimentos sindicais e educadores, comprovando a sua péssima gestão frente ao Ministério da Educação. A série de afrontas feitas por ele a órgãos federais, como na polêmica reunião ministerial do dia 22 de abril, quando falou em prender vagabundos, começando no Supremo Tribunal Federal: “o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”<sup>33</sup> (JORNAL NACIONAL, 2020, online), revelou o desequilíbrio do ex-ministro e também alertou para a falta de critérios de Bolsonaro para escolher seus auxiliares, exceto pela concordância política.

O fato é que Weintraub se manteve por tanto tempo no cargo, apesar das inúmeras polêmicas e dos conselhos ao ex-presidente para destitui-lo da posição ocupada, porque, reiteramos, detinha o apoio da ala ideológica do governo, mantinha contato direto com bolsonaristas radicais, principalmente nas redes sociais, e se utilizava do tom de ataque aos

---

<sup>32</sup> Diversos portais de notícias, como a Revista Veja, a Revista Carta Capital, o portal Brasil de Fato, o site Jornalistas Livres, por exemplo, além de entidades e organizações sindicais, como a Andes, a Todos pela Educação, e a Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, dentre outros, elegeram Abraham Weintraub como o pior ministro da Educação da história do Brasil.

<sup>33</sup> Por causa desse ataque, Weintraub foi incluído no inquérito das *fake news* que ainda corre no STF. O ex-presidente Bolsonaro teve que mobilizar seu ex-ministro da justiça, André Mendonça, que tentou impedir o depoimento de Weintraub e pediu que fosse excluído do inquérito, mas Weintraub foi chamado a depor e ficou calado. E o Supremo decidiu manter Weintraub no inquérito. Já no dia 27 de maio, após a Polícia Federal cumprir mandados de busca e apreensão dentro do inquérito das *fake news* do Supremo Tribunal Federal, o economista escreveu em sua página em uma rede social: “hoje foi o dia da infâmia, vergonha nacional, e será lembrado como a noite dos cristais brasileira. Profanaram nossos lares e estão nos sufocando. Sabem o que a grande imprensa oligarca/socialista dirá? *Sieg Heil!*”. Ele comparou a operação com um momento brutal da história, a perseguição contra os judeus. Weintraub fez referência a um ato de forças paramilitares nazistas em 1938 quando milhares de judeus foram atacados, mortos e deportados. Sinagogas e lojas foram destruídas e cacos de vidro ficaram pelo chão. A publicação provocou repúdio e indignação de entidades judaicas (CARTA CAPITAL, 2020). Na primeira semana de julho de 2020, Weintraub foi pivô de uma crise com o Congresso por causa da MP que daria a ele o poder de escolher reitores temporários para as universidades federais, dispensando a eleição prevista em lei. O ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre, considerou inconstitucional a proposta e devolveu a MP. E isso obrigou o ex-presidente Bolsonaro a revogar a medida.

adversários e às instituições. Em reportagem à CNN Brasil, o analista de risco, Creomar de Souza, explicou que o papel do ex-ministro consistia em representar as partes ideológicas do governo.

O papel de Weintraub no governo estava vinculado a relação do bolsonarismo com o olavismo como corrente de estruturação política. Ele marcava o interesse estratégico desse componente ideológico olavista em produzir uma espécie de revolução de mentalidade e costumes no ministério da Educação, alterando o rumo de políticas públicas e construindo um processo de desideologização e desaparelhamento das estruturas educacionais brasileiras cujo principal alvo eram as universidades federais. (CNN BRASIL, 2020, online)

Engajado e com poder de persuasão com seus seguidores, o ex-ministro atacava adversários e defendia a própria imagem, além da pauta “liberdade”, assumindo claramente posicionamentos de direita, afinados com a ala olavista do governo Bolsonaro. Inclusive, acabou por opinar em temas fora de sua área de atuação, como aconteceu, reiteramos, no episódio em que fez uma publicação irônica sobre a China, o que acabou por motivar a sua demissão, em razão do longo desgaste político com os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, as reações à queda do ex-ministro refletiram a enorme lista de polêmicas colecionadas por ele no ministério, apresentando um documento assinado por diversas entidades federais ligadas à Educação, que afirmava que, com pouco mais de um ano no comando do Ministério da Educação, Abraham Weintraub havia conseguido se consagrar como o pior ministro da história ao retirar recursos da Educação, ofender as universidades públicas, ignorar os debates sobre o FUNDEB, atacar a autonomia universitária e transformar o MEC em uma verdadeira ferramenta ideológica bolsonarista. Por esse motivo, o ex-ministro ganhou a ira e o repúdio de toda a comunidade da Educação: estudantes, professores, técnicos e cientistas.

Em sua última ação à frente do MEC, Weintraub revogou uma portaria de 2016, que estimulava as instituições de ensino superior a apresentarem propostas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação. Em nota, o MEC informou que a portaria foi revogada com base em um decreto que previa a obrigatoriedade de anular normas cujos efeitos tenham se exaurido no tempo, e cuja necessidade ou significado não pode ser identificado, o que foi prontamente questionado pelo ex-presidente da Associação dos Reitores das Universidades Federais, João Salles, ao salientar que eram argumentos que não faziam qualquer sentido (JORNAL NACIONAL, 2020, online).

Em tempos de coronavírus, ao participar de mais uma reunião com Jair Bolsonaro, o ex-ministro ofendeu os ministros do STF, defendendo a prisão de todos os membros da Suprema Corte e ainda participou de um ato em Brasília, no dia 14 de junho de 2020, de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal, pedindo o fechamento do órgão, assim como do Congresso Nacional. Sem máscara, distribuiu abraços e tirou fotos, provocando aglomeração, desrespeitando um decreto do governo do Distrito Federal que obrigava o uso do item de proteção individual em locais públicos (JORNAL NACIONAL, 2020, online).

O economista abandonou seu cargo à frente do Ministério da Educação depois de receber um convite para ser diretor representante do Brasil no Banco Mundial em Washington, nos EUA, para onde se mudou antes mesmo da publicação de sua exoneração. O ex-ministro embarcou para os EUA no mesmo dia em que o senador Fábio Contarato (ES), da Rede, protocolou pedido de apreensão de seu passaporte para evitar que Weintraub deixasse o País.

Com a saída de Abraham Weintraub do Ministério da Educação, quem assumiu interinamente o MEC foi o economista Antônio Paulo Vogel de Medeiros. Antes de comandar o ministério, Vogel era secretário-executivo da pasta, ocupando o segundo posto mais importante do MEC.

Já o terceiro nome indicado para o Ministério da Educação foi o do professor Carlos Decotelli, elogiado pelo próprio ex-presidente em suas redes sociais treze dias após a saída de Weintraub. Todavia, o economista teve sua nomeação cancelada após a repercussão de que o professor havia mentido sobre informações em seu currículo publicizada pelos veículos de comunicação, que promoveram um jornalismo investigativo ao descobrir – e divulgar – que Decotelli não havia concluído o curso de doutorado da Universidade de Rosário, na Argentina, por sua tese ter sido reprovada, e tampouco era pós-doutor pela Universidade de Wuppertal, na Alemanha.

Renato Feder foi anunciado como o 4º ministro da Educação do governo Bolsonaro. Entretanto, o ex-secretário de Educação e Esporte do Paraná recusou o convite. Indicado por partidos políticos que compõem o denominado Centrão no Congresso, Feder foi o 7º maior doador da campanha eleitoral de 2018, quando era proprietário da empresa Multilaser.

Já o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, assumiu a pasta depois de quase um mês do cargo vago. Teólogo, advogado, doutor em Educação, professor e pastor da Igreja Presbiteriana, além de vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, foi quem mais tempo ficou à frente da pasta da Educação no governo Bolsonaro. Depois de sua posse no ministério, Ribeiro postou em uma de suas redes sociais, o *twitter*, que tinha a intenção de

dedicar esforços e conhecimentos para ajudar o governo a oferecer uma “educação que projete esperança” ao futuro do país (TWITTER, 2020).

Pouco tempo após tomar posse, o ex-ministro já havia se envolvido em polêmica ao relacionar a homossexualidade a “famílias desajustadas” e a afirmar que existiam adolescentes “optando por ser gays”, fazendo com que a Procuradoria-Geral da República o denunciasse pelo crime de homofobia (MINISTRO, 2020). Milton Ribeiro ainda foi criticado ao declarar que existiam crianças com “um grau de deficiência que é impossível a convivência” (MINISTRO, 2021), tendo que se explicar no Senado e afirmando, em nota, que “manifestou publicamente o seu pedido de desculpas às pessoas que se sentiram ofendidas”. Em nota, o MEC respondeu, para minimizar o estrago causado pelo gestor da pasta, que “reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem de fato as necessidades das modalidades especializadas” (MINISTRO, 2021).

Para além das polêmicas, marca registrada de todos os ex-ministros da Educação do governo Bolsonaro, a gestão de Ribeiro foi marcada pelo maior número de abstenções do ENEM e ainda pelo atraso na realização das provas. Durante a direção de Milton Ribeiro, houve o pedido de demissão em massa de funcionários do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em sua maioria ligados ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A justificativa dos servidores foi a de que a decisão foi tomada em decorrência da falta de gestão, assédio moral e ingerência do ministério na autarquia, em uma “fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep” (MAIS, 2021). A reportagem do site UOL revelou que os pedidos de demissão ocorreram por divergência das decisões do presidente do Inep, Danilo Dupas, com os servidores, não reconhecidas como sendo de caráter técnico, assim como por supostos casos de assédio moral (MAIS, 2021).

A gestão do pastor Milton Ribeiro à frente do Ministério da Educação se alinhou aos pensamentos conservadores do ex-presidente e de seus apoiadores no que diz respeito ao comportamento. Reiteramos que, assim como os demais ex-ministros da pasta, sua trajetória no comando do MEC ficou (re)conhecida por críticas e polêmicas provocadas por declarações.

Milton Ribeiro pediu exoneração do cargo depois da publicização de um áudio em que dizia que ia liberar verbas do MEC para municípios indicados por dois pastores, que atuavam como lobistas e pediam propina a prefeitos para destravar recursos da Educação, a pedido de Jair Bolsonaro. Todavia, o ex-ministro negou favorecimento aos religiosos e ainda que o ex-presidente havia feito o pedido. Apesar de contestar o fato, um inquérito foi instaurado pela Polícia Federal com o objetivo de apurar o caso depois de um pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, que reconheceu indícios dos crimes de corrupção passiva, tráfico de

influência, prevaricação e advocacia administrativa (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Jair Bolsonaro saiu em defesa do ex-ministro, ressaltando não haver o “mínimo indício” contra ele (FOLHA, 2022, online). O inquérito aberto pela PF para apurar o caso resultou na prisão<sup>34</sup> do ex-ministro, em 22 de junho de 2022, e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, também investigados. Além deles, o ex-assessor da prefeitura de Goiânia, Helder Bartolomeu, e o ex-assessor de Milton Ribeiro, Luciano Freitas Musse, também foram presos. Jair Bolsonaro, todavia, desconsiderou a investigação realizada pela Polícia Federal e destacou que a prisão de Milton Ribeiro foi realizada para criar “narrativas para desgastar o governo” (FOLHA, 2022, online).

Já no dia 18 de abril, Jair Bolsonaro nomeou Victor Godoy Veiga como seu quinto ministro da Educação efetivo. O último gestor do MEC do governo Bolsonaro ocupava o cargo interinamente desde a exoneração de Milton Ribeiro, em 30 de março. Formado em engenharia de redes de comunicação de dados pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Altos Estudos em Defesa Nacional na Escola Superior de Guerra e em Globalização, Justiça e Segurança Humana pela Escola Superior do Ministério Público em parceria com o Institut für Friedenssicherungsrecht und Humanitäres Völkerrecht der Ruhr – Universität Bochum (Alemanha) e a University of Johannesburg (África do Sul), o ex-ministro é Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União desde 2004, cargo que deixou quando foi convidado para assumir a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, em 2020 (GOVERNO FEDERAL, online). Victor Godoy assumiu o MEC com a chance de ser convidado a responder questões de senadores da Comissão de Educação do Senado sobre as investigações da Polícia Federal no ministério, quando ainda era coordenado por Milton Ribeiro (ANDES, 2022).

A dança das cadeiras no MEC teve início desde o começo do mandato de Bolsonaro, principalmente em função das disputas dentro do próprio governo entre as alas olavista e militar e foi alvo constante de críticas e protestos de diversas entidades ligadas à Educação contra os ataques endereçados à Educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Dado o exposto, corroboramos o argumento de Fernando Abrucio (2021), para quem

(..) o que se pode dizer da Educação sob Bolsonaro é que seu governo, por ora, procurou basicamente destruir a agenda, as instituições e a comunidade epistêmica que deu guarida a essa política desde 1988, seguindo a lógica política da destruição que motiva o atual presidente. É bem verdade que

---

<sup>34</sup> Milton Ribeiro foi preso no dia 22 de junho de 2022 e solto no dia seguinte, visto que o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ney Bello, decidiu pela cassação de sua prisão preventiva “até o julgamento de mérito pelo colegiado da Terceira Turma deste TRF da 1ª Região” (CNN BRASIL, 2022, online).

houve resistências e várias coisas foram mantidas. Mais do que isso: o bolsonarismo tem sido derrotado na maioria das propostas. Não obstante, a descontinuidade, a inação, a redução de gastos federais e a falta de diálogo com todos os atores envolvidos no sistema educacional vão ter um custo muito alto. É por isso que o MEC, após esse dilúvio, terá de ser completamente reconstruído. (ABRUCIO, 2021, p. 269).

Nesse sentido, reforçamos nossa percepção de que a Educação nunca foi prioridade no governo de Jair Bolsonaro, que seguiu tentando destruir o ensino público e de qualidade. Tomando por base a relação dos ministros convidados para assumir a pasta da Educação e as mais diversas polêmicas e irregularidades apuradas em cada uma de suas gestões, entendemos que ex-presidente possa ser reconhecido como o pior presidente da história do Brasil no que diz respeito às políticas públicas educacionais, que inexistiram em seu governo.

## 5 METODOLOGIAS DE PESQUISA: SABERES COMPARTILHADOS

Em um primeiro momento, nosso objetivo foi o de comparar os valores-notícia e os critérios de seleção utilizados na construção de notícias relativas às Políticas Públicas Educacionais brasileiras veiculadas pelo Jornal Nacional. Conjuntamente, fizemos revisão de literatura para elaboração do referencial teórico.

A fim de que pudéssemos concretizar nosso objetivo, coletando informações e analisando os materiais disponibilizados pela Rede Globo de Televisão, efetuamos a gravação das edições dos telejornais objeto de nosso estudo ao longo do primeiro ano do doutoramento, que coincidiu com o primeiro ano do Governo Bolsonaro. Em seguida, separamos todas as reportagens da editoria de Educação para, posteriormente, investigarmos em quantas e de que forma as Políticas Públicas voltadas para a Educação apareceram nos conteúdos apresentados.

Para analisarmos as notícias selecionadas, entendemos que seja necessário lançar mão de conceitos e metodologias que consigam compreender as relações interpessoais, sociais, que englobem a linguagem televisiva no seu conjunto completo (som, imagem, edição, anunciação) e ainda que deem conta das nuances da experimentação audiovisual individual e coletivamente. Essa é a proposta desse capítulo.

Acreditamos que o uso dos conceitos de Enquadramento Noticioso, Molduras, Moldurações e Emolduramentos sejam pertinentes ao estudo sobre a prática noticiosa. Isso porque o Enquadramento Noticioso se constitui em uma perspectiva a ser adotada para superar as limitações do “paradigma da objetividade” (PORTO, 2002, p. 15), permitindo a compreensão do motivo pelo qual o jornalista, ao executar sua tarefa de cobrir um acontecimento, observa algumas coisas e exclui outras, ajudando a organizar a realidade social. Outra perspectiva do estudo é compreender os modos de narrar e construir na tela o entendimento das Políticas Públicas a partir da Dramaturgia do Telejornalismo tal como idealizada por Coutinho (2012) e já abordada em nosso terceiro capítulo, onde são apresentadas histórias da vida real com início, meio e fim com a busca por resolução de conflitos como dramas cotidianos para, dessa forma, identificar os tipos de narrativas, molduras e emoldurações propostas pelos noticiários em suas reportagens sobre Educação.

Já as molduras, moldurações e emolduramentos, propostos pela professora Suzana Kilpp (2010), entendem o audiovisual como um produto em constante transformação, lugar de convergência de formatos e tecnologias, em que linguagem, configurações e apropriações

são capazes de produzir novas dimensões a partir do caráter técnico, por estratégias discursivas, de circulação e até mesmo pelo seu consumo.

Ademais, os métodos de Análise Documental e Análise da Materialidade Audiovisual nos darão suporte para efetuar a leitura do nosso objeto de pesquisa. Isso porque, por meio da análise documental, é possível fazer a coleta e gravação das edições. Trata-se de uma forma de acesso. Por fim, a análise daquilo que é veiculado – assim como a produção e a recepção dos materiais – será feita por meio da Análise da Materialidade Audiovisual, em que é proposta a observação não apenas do conteúdo da narração dos repórteres e entrevistados, e sim a totalidade da informação e de seu paratexto, em um processo que combina três momentos: o reconhecimento e a compreensão do objeto para o estabelecimento dos eixos centrais de observação a partir das perguntas de pesquisa; a realização da análise do recorte audiovisual selecionado; e a interpretação dos resultados para completar a avaliação (COUTINHO, 2016).

Nesse contexto, pretendemos analisar a Materialidade Audiovisual das mensagens veiculadas sobre a Educação em nosso objeto de estudo. Assim como Coutinho e Mata (2018), entendemos o contexto contemporâneo da TV no Brasil e suas reconfigurações na pesquisa e no mercado como propícios para estudos sobre o tema.

### **5.1 Considerações sobre os Enquadramentos e as Molduras Noticiosas: um olhar crítico sobre as linhas editoriais adotadas pelos telejornais brasileiros**

O jornalismo, por meio da produção de notícias, funciona como um construtor e (re)construtor da realidade. No entanto, é consensual que as notícias não funcionam como um retrato fiel da realidade, ou seja, o jornalismo não reflete a realidade tal como ela é. A objetividade como uma regra surgiu quando a imprensa se consolidou como uma empresa capitalista na venda de seu produto: as notícias (HABERMAS, 1984).

Shudson (2009) destaca que a objetividade e a neutralidade jornalística não assumiam um caráter principal antes de 1830. Era comum jornais norte-americanos apresentarem visões partidárias nas produções jornalísticas. Foi a partir de 1830, com a revolução chamada *pennypapers* – jornais com certa independência partidária, preço baixo, sensacionalistas e com intensa circulação – que a objetividade passou a surgir como elemento a ser considerado no fazer jornalístico. Mas, atualmente, já se considera que inúmeros fatores interferem na produção jornalística, como a linha editorial, a mediação do jornalista, o fator tempo, as

rotinas de produção, os critérios de noticiabilidade, a cultura jornalística e os interesses dos grupos de mídia (TRAQUINA, 2004), dentre outros.

Tuchman (1993) ressalta que as notícias não são reproduções fidedignas da realidade, mas são “estórias”. O que leva os jornalistas a utilizarem a argumentação da objetividade são as pressões contínuas, as repressões e também difamações. Para a autora, é a objetividade que protege o jornalista dos riscos de sua profissão. Logo, eles tentam neutralizar as críticas com práticas de apresentação dos dois lados de um fato, a verificação da ocorrência do mesmo, o uso de aspas e as regras de estruturação da informação.

Conforme aponta Thompson (1998), a comunicação, em si mesma, é estruturante no processo de socialização dos indivíduos. É ela quem reorganizou o espaço e o tempo e fez com que os indivíduos passassem a compreender para além de seus contextos sociais imediatos. A mídia dilatou os horizontes dos indivíduos e a compreensão do mundo também perpassou por aquilo que ela produzia como produto.

Há que se destacar ainda uma outra característica dos meios de comunicação no processo de socialização, tão importante para a apreensão dos fatos: os enquadramentos noticiosos. Durante muito tempo acreditou-se que a mídia exercia seu papel de modo objetivo, imparcial, tal como um espelho da realidade (TRAQUINA, 2004).

Se considerarmos o fato de que o jornalismo apresenta versões da realidade e dada a complexidade desse processo, é importante pensar na instância midiática como um importante ator político, que vai atuar na forma como a realidade é recortada e apresentada aos indivíduos. Nesse sentido, uma das teorias que ganhou espaço nas discussões no campo da comunicação é a teoria do enquadramento (*framing*).

O conceito inicialmente desenvolvido pelo sociólogo Erving Goffman, na obra *Frame Analysis*, definia enquadramentos como princípios de organização que governam os eventos sociais e o envolvimento dos indivíduos nessas circunstâncias. Para o autor, tendemos a apreender os acontecimentos à nossa volta segundo os enquadramentos que são feitos deles. Ou seja, o conceito é entendido como um marco interpretativo construído socialmente e que faz com que as pessoas enxerguem sentido naquilo que acontece ao seu redor. Porto (2002) explica que os enquadramentos foram compreendidos como recursos responsáveis por organizar o discurso – verbal ou visual por meio de seleção, ênfase e exclusão. O resultado dessas práticas tem como solução, tanto para os jornalistas que atuam quanto para quem consome os relatos por eles descritos, uma dentre várias interpretações possíveis.

Porto (2002) explica que as teorias iniciais do campo jornalístico que compreendiam a mídia como um instrumento responsável por informar e servir à democracia imparcial e

objetivamente não eram suficientes para compreendermos as imbricações da comunicação com o mundo exterior. Nesse sentido, a teoria do enquadramento é vista como um enfoque teórico possível para superar as limitações dos paradigmas anteriores.

Gitlin (1980) traz contribuições importantes para sistematizar os frames jornalísticos. Segundo o autor,

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual (GITLIN, 1980, p. 6-7 *apud* LEAL, 2007, p.4).

Robert Entman (1993) também reforça o pensamento anterior ao afirmar que o enquadramento midiático envolve a escolha de alguma coisa em detrimento de outra. Essa escolha reforça uma representação particular da realidade e omite outros elementos que podem sugerir uma perspectiva distinta ou desencadear um sentimento diferente.

framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and / or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1993, p.52).

Sponholz (2009) afirma que é possível verificar dois tipos de realidade no jornalismo quando se noticia um fato – a realidade física e social e a realidade que o próprio jornalismo produz (realidade midiática). Para a autora, esta última realidade é seletiva e deve ser compreendida como uma representação simbólica da realidade primária (física ou social). A condição de realidade secundária não pode ser extinta uma vez que o noticiário sobre um determinado fato nunca será o fato em si.

Ademais, importa destacar que a edição e a ressignificação de fragmentos telejornalísticos e de produtos do entretenimento em novos audiovisuais caminha em direção ao que a professora e pesquisadora Suzana Kilpp (2010) entende como sendo o audiovisual: um produto em constante transformação, lugar de convergência de formatos e tecnologias, em que linguagem, configurações e apropriações são capazes de produzir novas dimensões a partir do caráter técnico, por estratégias discursivas, de circulação e até mesmo pelo seu consumo.

Nesse sentido, os produtos audiovisuais constroem-se em três ambientes que conceitualmente a pesquisadora trabalha como sendo as molduras, as moldurações e os emolduramentos.

As molduras são entendidas como aqueles quadros ou territórios de significação que, na TV, encontram-se em geral sobrepostas. As moldurações são procedimentos de ordem técnica e estética que realizam certas montagens no interior das molduras. E os emolduramentos são agenciamentos de sentido, que são pessoal e culturalmente referenciados. Com as molduras e moldurações procede-se a uma oferta de sentido. (KILPP, 2010, p.18)

Nos materiais audiovisuais em análise neste trabalho, as possibilidades narrativas são criadas a partir do hibridismo entre fragmentos telejornalísticos e entre o trabalho com as referências dos imaginários contemporâneos estabelecidos entre os públicos. É nesse espaço que as molduras sobrepostas e reposicionadas encontram potencial para novos sentidos atribuídos. A edição acelerada e fragmentada configura as possibilidades de edição que correspondem às moldurações seguindo o que propõe Kilpp (2010). Por fim, da relação entre estes dois aspectos - molduras e moldurações - efetiva-se a produção de sentido planejada e estas novas narrativas configuram o emolduramento.

Nesse contexto, nossa proposta, reiteramos, é a de analisar os enquadramentos noticiosos empregados pela Rede Globo de Televisão em seu telejornal de maior audiência, o Jornal Nacional, nas reportagens da editoria de Educação ao longo do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. A construção das notícias foi feita a partir da linha editorial do veículo (declaradamente posicionado a favor do governo de Jair Bolsonaro desde a sua posse, como destacamos anteriormente), adotando enquadramentos noticiosos favoráveis ou negativos, obedecendo às normas estabelecidas pela emissora, assim como as molduras, moldurações e emolduramentos também seguiram os mesmos parâmetros, fabricando outras dimensões a partir do caráter técnico, utilizando-se de habilidades discursivas, de circulação e inclusive de consumo para seus espectadores.

## **5.2 A Análise Documental como forma de acesso**

A análise de documentos sempre foi utilizada como importante elemento de referência dos estudos sobre a sociedade, aliada a outras técnicas de investigação. Entretanto, a utilização do método da Análise Documental pelos pesquisadores do campo da Comunicação é considerada recente. Sônia Moreira (2006, p. 270) explica que isso se deve ao fato de que o

campo da Comunicação, por ser abrangente e modificável, além de proporcionar o uso de técnicas particulares de estudo em outras áreas do conhecimento, ainda “está mais suscetível a riscos se o objeto da pesquisa não estiver prévia e claramente definido”.

Nesse sentido, e tomando por base a interdisciplinaridade própria do campo da Comunicação, a autora argumenta que os estudiosos que escolhem a Análise Documental como recurso para suas pesquisas precisam observar as particularidades das áreas que vão debruçar seus estudos como referência científica. Por esse motivo decidimos aliar a Análise Documental, que entendemos ser uma forma de acesso, reiteramos, à metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016), como forma de complementar os estudos propostos nesta tese. Isso porque, ao conceituar o método da Análise Documental, Sônia Moreira pondera que essa metodologia “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2006, p. 271), o que nos proporcionou gravar a edição dos telejornais estudados ao longo do período empreendido em nossa pesquisa para posteriormente conseguirmos analisar todo o material coletado.

Para a professora Sônia Virgínia Moreira (2006),

O percurso do pesquisador costuma ser solitário na busca e consulta de documentos. Ou pode representar uma forma de dialogar com o material pesquisado. A ação de investigar, cada um percebe a seu modo. A verificação científica também é apurada no curso da pesquisa. Ainda que exista um objeto, ao qual se aplica um método para explorá-lo na dimensão pretendida, a disposição dos documentos e a legibilidade das referências são elementos que interferem no processo da coleta de dados e que, de alguma forma, afetam mais tarde a análise crítica do material documental (MOREIRA, 2006, p. 275).

Júlia Matos (2015) define a Pesquisa Documental como aquela efetuada tomando por base a análise de documentos, contemporâneos ou não, reconhecidos cientificamente como autênticos. A professora explica que tais documentos podem ser tanto de fontes primárias quanto secundárias, escritos (documentos oficiais, programas, projetos e livros, dentre outros) ou não (fotos, filmes, material audiovisual, e outras coisas mais). Matos (2015) ressalta que é necessário, para além da escolha das fontes e dos documentos a serem pesquisados, definir quais serão os procedimentos a serem utilizados, assim como a forma como a análise vai ser feita a fim de conseguir estabelecer uma relação entre a interpretação realizada pelo pesquisador e os conceitos e termos empregados na construção do documento.

Já no entendimento de Arlida Godoy (1995), a Análise Documental, para além de se constituir em um método de pesquisa com suas próprias especificidades e objetivos

investigativos particulares, ainda pode ser usada como método complementar, legitimando e aperfeiçoando elementos conquistados por meio de outros processos, como entrevistas, questionários e observação. Eduardo Júnior, Guilherme Oliveira, Adriana Santos e Guilherme Schnekenberg (2021) ponderam que três enfoques mereçam cuidado para os pesquisadores quando pretenderem realizar uma pesquisa científica adotando como base de dados documentos variados: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise. Os autores argumentam que, “ao eleger os documentos, o pesquisador deverá se atentar aos processos de codificação e análise dos dados. Para isso, faz-se necessário que ele mantenha o foco sobre um determinado aspecto do estudo realizado e busque entender em profundidade a mensagem que os dados dispostos nos documentos revelam” (JÚNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021, p. 9).

Utilizando-se dos estudos de Cellard (2008, p. 303 *apud* JÚNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021, p. 9), os autores ainda destacam que a Análise Documental tem início a partir do momento em que há a junção de todos os elementos do eixo teórico, do contexto, dos autores e seus interesses, da confiabilidade, da natureza do texto e dos conceitos-chave. E acrescentam existir duas etapas de realização da Análise Documental: a análise preliminar e a propriamente dita.

A análise preliminar, de acordo com o pensamento de Cellard (2008), envolve o estudo do contexto, do autor ou os autores, da autenticidade e a confiabilidade do texto, da natureza do texto, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto. A análise propriamente dita consiste na obtenção de informações significativas que irão possibilitar a elucidação do objeto de estudo e contribuir na solução dos problemas de estudo propostos. (JÚNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021, p. 10)

Assim como os demais métodos de pesquisa, julgamos ser importante destacar que a Análise Documental possui vantagens e desvantagens. Júlia Matos (2015) explica que as vantagens dessa metodologia se encontram na prova concreta de dados. Ademais, oferecem autonomia ao pesquisador, que pode realizar seu trabalho de pesquisa em um ambiente diverso daquele onde o documento foi coletado. Menga Ludke e Marli André (1986, p. 39) acrescentam que os documentos representam uma fonte “natural” de informações e que deles podem ser retiradas evidências para comprovar ou contrapor as suposições dos pesquisadores. Já as desvantagens da Análise Documental, de acordo com a professora Júlia Matos (2015, p. 11) se devem pelo grande volume de informação a ser analisada, pela dificuldade de acesso à documentação muitas vezes enfrentada por pesquisadores, pela contraposição entre os dados

levantados, por ser um trabalho individualizado e ainda pela interpretação concentrada no pesquisador. Ludke e André (1986) acrescentam que muitas vezes os documentos analisados se constituem em amostras não representativas de fenômenos pesquisados, o que eventualmente podem não representar as informações reais. Eduardo Júnior, Guilherme Oliveira, Adriana Santos e Guilherme Schnekenberg (2021, p. 13) explicam ainda que, ao se optar pela Análise Documental, “pode haver falta de objetividade e validade questionáveis, pois os documentos são resultados de produção humana e social e não há garantias de os dados serem fidedignos. Além de poder representar escolhas arbitrárias, de aspectos e temáticas a serem enfatizados”.

Nesse sentido, importa-nos destacar, para esse trabalho, que a Análise Documental teve início com a coleta dos dados. No nosso caso, portanto, a pesquisa começou assim que começamos a gravar e a salvar as edições dos noticiários para nossa pesquisa. Christian Laville e Jean Dionne (1999, p. 167) ponderam que os documentos são fontes de informação já existentes e que, algumas vezes, são eles “as únicas fontes que registram princípios, objetivos e metas de um objeto em análise. Certamente, os documentos revelam concepções explícitas e subjacentes de determinados objetos de pesquisa”. Os autores acrescentam que

(...) os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los... Onde, nesse caso, traçar o limite entre a coleta e a análise? Pois atribuir um código, associar a uma categoria, já é analisar, ou até interpretar. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167-168)

Laville e Dionne (1999) entendem que a coleta de informação se resume na reunião de documentos, em sua descrição ou na transcrição eventual de seu conteúdo e, ocasionalmente, em uma disposição inicial das informações ali contidas para selecionar aquelas que pareçam ser pertinentes à pesquisa. Sonia Virgínia Moreira (2006) acrescenta que a contextualização do documento na condução da pesquisa seja determinante. A autora acredita que

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2006, p. 276).

Por outro lado, entendemos que seja exatamente em função da limitação (aqui entendida por nós) desse método de pesquisa para avaliação de materiais audiovisuais que a

Análise Documental consista em apenas uma forma de acesso. Isso porque acreditamos que não devemos decompor um material/notícia para ser observado, e sim analisar todo o material para que possamos avaliá-lo em sua totalidade. Por esse motivo escolhemos o método da Análise da Materialidade Audiovisual para empreender nossa análise, metodologia a ser melhor explicitada no próximo tópico.

### **5.3 O Método da Análise da Materialidade Audiovisual: o produto em sua totalidade**

No entendimento de Iluska Coutinho (2016, p. 2), o telejornalismo (seja ele veiculado em telas de diferentes suportes, e na contemporaneidade crescentemente nas redes sociais digitais) está consolidado como uma maneira de enunciar “os fatos (re)conhecida e credível pelo espectador, também é narrado, em comentários, críticas, estudos e pesquisas que vão tecendo também modos particulares de uso, fruição e saber sobre os mundos, da mídia e do jornalismo”.

Nesse sentido, e para encontrarmos respostas que agreguem valor à informação em nossa análise nesta tese, lançamos mão de uma metodologia capaz de abarcar todas as características e processos que julgamos imprescindíveis para a observação de produtos audiovisuais: a Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016).

Ao propor a metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual, Iluska Coutinho (2016) deparou-se, inicialmente, com o desafio de traduzir variados códigos, níveis e estruturas imbricados, relacionados às experiências de produção, oferta e consumo do jornalismo audiovisual para os estudiosos do telejornalismo.

Em linhas gerais podemos considerar que o maior volume de pesquisa no campo do jornalismo audiovisual envolve a avaliação de um produto midiático, ainda que a partir de diferentes ênfases ou perspectivas teóricas. Nessa perspectiva poderíamos considerar que o pesquisador se comporta em certo sentido como um telespectador privilegiado, que desvela estratégias, modos de dizer e sentidos, explícitos ou silenciados, nas narrativas audiovisuais que analisa. Tais processos envolvem em geral as operações de percepção/leitura, descrição e julgamento, este último realizado a partir dos referenciais teóricos e de parâmetros de avaliação. (...) podemos mencionar o uso recorrente de entrevistas, e do recurso da transcrição das falas tanto das fontes entrevistadas, quanto dos autores referência, nas narrativas que são construídas sobre os telejornais em artigos científicos, teses e dissertações. Também como forma de evidenciar os percursos de leitura, "com a apresentação de provas adicionais" (TUCHMAN, 1993), os pesquisadores com frequência recorrem à inserção de trechos das narrativas de repórteres e das sonoras que integram a peça analisada, tanto em trabalhos

que assumem o uso da análise de conteúdo ou de discurso. (COUTINHO, 2016, p. 8).

Em sua observação, a pesquisadora avaliou que, em sua maioria, havia preferência dos estudiosos pela análise do texto verbal, ainda que alguma vez também buscassem se debruçar sobre alguns trechos selecionados nas imagens que compunham a cena audiovisual analisada. Outra opção percebida por Iluska Coutinho (2016) encontrava-se na descrição das cenas. Todavia, avaliou que, ao se tentar analisar o telejornalismo, “sons e imagens são apresentados em sequência, ao longo de frases e eventualmente parágrafos que buscam reconstruir/narrar uma simultaneidade que é articulada no quadro/frame no jornalismo audiovisual e seus espaços-tempos, agora objetos de análise” (COUTINHO, 2016, p. 9). Dessa forma, a pesquisadora entendeu que tais instantes não teriam como ser restaurados na narrativa científica do modo como os percebemos. A partir dessa constatação, começou a desenvolver, no âmbito das pesquisas realizadas no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da FACOM-UFJF, grupo de pesquisa coordenado por ela, o método da Análise da Materialidade Audiovisual, que tem como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição em toda a sua complexidade (o que significa uma análise dos códigos, sentidos e símbolos).

Ao propor como método possível a análise da materialidade audiovisual propõe-se que o analista ou estudioso do telejornal também teria seus dispositivos particulares para olhar e compreender seu objeto de estudo. No âmbito das investigações realizadas no NJA às lentes da dramaturgia do telejornalismo se associariam outros efeitos, de imagem, som, experiência e interpretação, acionados conforme os objetivos a desvelar, referências teóricas mobilizadas em cada pesquisa. (COUTINHO; MATA, 2018, p. 10)

Dessa forma, a metodologia permite a identificação do objeto experienciado assim como estabelece eixos e itens de avaliação baseados nas perguntas da pesquisa, no referencial teórico utilizado nesse processo e ainda nos elementos paratextuais relacionados ao trabalho. Nesse sentido, destacamos que a Análise da Materialidade Audiovisual como método pressupõe a observação integral da amostra selecionada para a nossa pesquisa em suas perspectivas materiais e paratextuais, assim como as considerações acerca desta, permitindo que o estudo, a compreensão e os confrontamentos sejam feitos integralmente, considerando todos os componentes técnicos existentes nos telejornais em análise, assim como as molduras, moldurações e emolduramentos (KILPP, 2010) que interferem na construção dos objetos estudados e ainda o contexto em que esses se encontram. Isso porque, segundo Iluska Coutinho (2016, p. 10), “antes de realizar a etapa da análise propriamente dita é importante

(re)conhecer quais os sentidos propostos por determinado programa ou produto audiovisual quer para seu público, quer para a própria mídia (canal ou suporte) onde este se inscreve”.

François Jost (2007) entende que as emissoras de TV, como mídia, extrapolam a junção de imagem, som e palavra. O autor acredita ser imprescindível “levar em conta seu contexto e o lugar particular ocupado pelo telespectador” (JOST, 2007, p. 45). Ademais, Jost (2007) ressalta ser necessário conhecer antecipadamente que tipo de emissão vai ser assistida pelos espectadores, assim como o que se pode esperar de um produto televisual, resultando no que o autor conceitua como “promessas audiovisuais”, que estariam vinculadas ao “prazer simbólico que o telespectador vai usufruir” (JOST, 2004, p. 27) ao assistir a um programa específico.

Jost (2004, p. 30) ainda esclarece ser fundamental examinar todos os elementos que fazem parte da comunicação, visto que a comunicação pode interferir na interpretação de um produto telejornalístico, contribuindo “para formular a promessa feita ao telespectador, promessa essa cujo cumprimento será necessário conferir no espaço representado pelo próprio programa e com um público mais ou menos crédulo”.

Ademais, ao ressaltar que, atualmente, “a dor da gente sai no jornal”, Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2020) destacam que, em tempos de pandemia, como o vivenciado a partir de 2019, e quando o telejornalismo – e a televisão – completaram 70 anos de Brasil, diversas mudanças nas rotinas de produção e na enunciação do telejornalismo passaram a vigorar. As autoras salientam que o jornalismo audiovisual “passa a apresentar-se e a falar de si em um processo de autorreferenciação e metalinguagem, em que se reafirma, localizando nos (tele)jornalistas o discurso de credibilidade e de autoridade, capaz de enunciar o que é e como se faz notícia em TV” (COUTINHO; PEREIRA, 2020, p. 251). Nesse sentido, as autoras entendem o telejornal como um espaço de poder;

É por isso que em um momento de diversas crises (sanitária, política, econômica) como o atual, (...) os noticiários televisivos – em especial o Jornal Nacional, o mais antigo e respeitado do país – passem a referenciar o trabalho dos profissionais da notícia e a importância do jornalismo, reforçando o telejornal como um discurso de verdade, de credibilidade e de autoridade para diferenciar o certo do errado, estimular um comportamento e arrefecer outro. (COUTINHO; PEREIRA, 2020, p. 254)

Em consonância com a ponderação feita pelas autoras, reiteramos que elegemos como metodologia para nossa pesquisa a Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016) articulada a diversos conceitos de pesquisadores da televisão relacionados às nossas

questões na tentativa de conseguir obter respostas que nos permitam compreender a forma como a Educação, assim como as Políticas Públicas Educacionais (ou a falta delas), são noticiadas no Brasil, país que ainda possui cerca de 11 milhões de analfabetos (PNAD CONTÍNUA, 2019, online). Nesse sentido, ao instituir a Análise da Materialidade Audiovisual como método possível, Iluska Coutinho (2016) sustenta serem indispensáveis realizar uma avaliação descritiva e uma avaliação interpretativa do material audiovisual que se objetiva analisar, mapeando e reconhecendo os sentidos de um fluxo narrativo por meio dos elementos paratextuais, assim como das promessas audiovisuais, enquadramentos utilizados e construção dos vídeos no contexto em que o material foi produzido e veiculado.

Iluska Coutinho (2016) sugere que seja feita uma pesquisa bibliográfica aprofundada e, em seguida, a construção de uma ficha baseada em eixos de análise que é desenvolvida a partir das necessidades de observação, juntamente com o referencial teórico e que revela uma espécie de “entrevista do objeto”, visto que assim é possível analisar os conteúdos audiovisuais por meio de uma moldura específica e apropriada aos objetivos e objetos de pesquisa. Dessa forma, a metodologia pede que, ao colocar lentes sobre o material, leve-se em conta as dúvidas de pesquisa para definir quais aspectos observar e avaliar. E essa avaliação segue amparada por um referencial teórico que sustenta a ficha de análise elaborada. Insistimos que, no caso desta tese, inicialmente, escolhemos a cobertura a ser analisada. Posteriormente, nos submetemos à experiência de assistir ao material audiovisual disponível e elaboramos um formulário de análise capaz de trazer respostas aos nossos questionamentos.

Nesse contexto, corroboramos a conceituação da autora de que a análise dos materiais audiovisuais selecionados não possa ser decomposta, visto que sua divisão descaracterizaria a forma como o sentido é produzido. É necessário, portanto, assistir a totalidade do material e analisá-lo em sua completude, observando o modo como foi construído, seja na seleção dos personagens, das imagens, na escolha das falas e passagens, na forma de abordagem, no semblante das pessoas que aparecem na notícia, ou seja, na edição do material e, inclusive, nos silenciamentos.

Após a realização da primeira fase descrita, com a definição do telejornal a ser analisado (Jornal Nacional, no primeiro ano do Governo de Jair Bolsonaro) em diálogo com o referencial teórico utilizado, definimos nossos eixos de avaliação na pesquisa, que podem ser apresentados, de forma sucinta, em três tópicos principais, já anteriormente abordados em nosso terceiro capítulo: se a matéria foi pautada pelo próprio noticiário ou se houve algum fato motivador; o espaço que as notícias tiveram no telejornal; e se o noticiário se posicionou declaradamente sobre o assunto, dentre outras questões. Assim, após a identificação do objeto

empírico e o reconhecimento das promessas audiovisuais do produto analisado (COUTINHO, 2016, p.11), desenhamos nossa ficha de leitura/avaliação, uma das etapas estabelecidas na metodologia empregada, considerando os eixos acima descritos e que será melhor descrita no subtópico a seguir.

Posteriormente, definida e testada a ficha de leitura, a partir de uma análise prévia de parte do objeto empírico a ser pesquisado, estabelecemos uma amostra a ser observada, com o armazenamento do produto a ser estudado, desenvolvida no item 3.5 desta pesquisa para, enfim, realizarmos a análise propriamente dita. Propõe-se, a partir da ficha de análise elaborada, em diálogo com o referencial teórico, entender a forma como a Educação é pautada e entendida pelos noticiários televisivos.

Nesse contexto, entendemos que a metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual “emerge como método possível para perscrutar o telejornalismo e outros gêneros a partir do enfrentamento do objeto em diálogo com os tensionamentos teóricos e epistemológicos de cada investigação” (COUTINHO; FALCÃO, MARTINS, 2019, p. 3). Reiteramos que tal método pressupõe que os elementos de um audiovisual são indissociáveis. Eles se organizam em uma experiência única de fruição e produção de sentido que precisam ser vistos em sua inteireza pelo pesquisador, o que julgamos imprescindível na análise de um material audiovisual.

A fim de melhor contextualizarmos a forma como analisamos nosso objeto de pesquisa, abordaremos a maneira como construímos nossa ficha de análise a seguir.

### **5.3.1 Ficha de Análise**

A construção da ficha de análise foi parte do processo de pesquisa deste trabalho. Para fabricá-la, partimos do pressuposto de que precisávamos, inicialmente, identificar o telejornal onde foram veiculadas as reportagens, os assuntos abordados por elas, assim como os dias e o tempo de duração de cada edição ao longo do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Dessa forma, construímos uma ficha que primeiro nomeava cada uma das notícias, a data de sua exibição, o tempo de duração, e ainda se era um VT, uma nota ou uma entrada ao vivo, além da emissora em que foi veiculada, reiteramos. Em seguida, fizemos outro percurso indicando o espelho de todas as edições do telejornal analisado ao longo de 2019, o Jornal Nacional. Assim, observamos em cada uma das edições se alguma reportagem relacionada à editoria de Educação foi veiculada. Em caso afirmativo, questionamos se havia acontecido algum fato motivador para que a notícia fosse exibida ou se ela havia sido pautada pelo próprio

noticiário para, finalmente, analisar o espaço contemplado sobre o assunto em todo o telejornal.

Nesse contexto, e tomando por base as reportagens exibidas na editoria de Educação (que vez ou outra também eram encontradas em outras editorias, como na de país ou economia, por exemplo), identificamos as reportagens, nomeando repórteres e âncoras para descrever o assunto abordado em cada uma delas. Logo depois verificamos quais foram as fontes escolhidas para validar a notícia. Identificamos os nomes, as especialidades (ou a falta delas), assim como sexo, cor, tempo de fala, o assunto sobre o qual discorrem e ainda a condução adotada pelas fontes e pelos telejornais.

Imediatamente começamos uma análise dos personagens governamentais ao longo da reportagem. Verificamos se a notícia cita ou não o ex-presidente e os ex-ministros da Educação, se há fala de um ou de outro e ainda se outros ex-ministros são citados. Além disso, apresentamos o título da reportagem e as observações pertinentes a ela sob o ponto de vista de nossa análise. O objetivo é o de observar como a notícia foi construída; se o enquadramento adotado pode ser considerado positivo, negativo ou neutro; se é crítico, pedagógico, informativo, etc.; além de perscrutar de que forma o assunto abordado influencia na Educação e/ou no governo e ainda verificar se e como a dramaturgia do telejornalismo foi empregada. Nesse contexto, pretendemos pesquisar qual foi o papel assumido por cada um dos personagens na reportagem.

Já no que diz respeito à abordagem da Educação e das Políticas Públicas de Educação nas notícias, observaremos de que forma o assunto é apresentado de acordo com a perspectiva de cada personagem e ainda qual repercussão acreditamos que os noticiários, ao exibirem essas reportagens, pretendiam atingir. Nossa investigação ainda questiona se existe a participação de especialistas no assunto, assim como participação popular ou apenas a fala do governo. Acerca do conteúdo verbalizado pelos especializadas, investigamos se há a intenção de convencer ou ainda se é perceptível a construção da opinião dessas pessoas e de que forma isso se dá ao longo da construção da reportagem. Assim como investigamos a fala dos especialistas e sua isenção (ou não), nossa ficha de análise também se propõe a observar se os noticiários se posicionam declaradamente sobre o tema tratado e ainda se existe espaço para o contraditório. Assim, buscamos averiguar se existe uma percepção seletiva do assunto abordado. Por fim, questionamos a função que o noticiário assume para si em suas narrativas: se didática, isenta, democrática ou como uma espécie de quarto poder, influenciando a sociedade.

Tabela 1 – Ficha de Análise das Edições do Jornal Nacional em 2019

FICHA DE ANÁLISE _ JORNAL NACIONAL EDIÇÕES 2019	
Nome do vídeo: _____	
Data: _____	Tempo: _____
Tipo de material: VT _____	NOTA _____ VIVO _____
- Espelho dos telejornais:	
# Entrou matéria relacionada à educação?	
# Aconteceu algum fato motivador ou a matéria foi pautada pelo próprio noticiário?	
# Que espaço as notícias sobre o tema tiveram no telejornal?	
- Reportagens:	
Repórter: _____	Âncora: _____
Assunto: _____	
- Fontes:	
Nome: _____	sexo: _____ cor: _____
Especialista: _____	tempo de fala: _____
Sobre o quê e como fala:	
- Análise de personagens governamentais (ex-presidente e ex-ministro)	
Sobre o ex-presidente:	
Cita? _____	ex-presidente fala? _____
ex-ministro fala? _____	cita outros ex-ministros? _____
Título: _____	
Observações:	
- Papel assumido por cada um dos personagens na matéria (a proposta é observar como a notícia foi construída; se o enquadramento adotado foi positivo, negativo ou neutro; se é crítico, pedagógico, informativo, etc; de que forma o assunto abordado influencia na Educação e/ou no governo?; Dramaturgia do Telejornalismo).	
- Abordagem da educação e das políticas públicas de Educação nas reportagens (de que forma o assunto é abordado na perspectiva de cada reportagem e qual repercussão acreditamos que queira chegar?)	
- Há a participação de especialistas no assunto; há a participação popular ou apenas a fala do governo?	

- Sobre o conteúdo dos especialistas: há a intenção de convencer? É perceptível a construção da opinião? De que forma?

- Sobre o noticiário: posiciona-se declaradamente sobre o assunto? Há espaço para o contraditório? Há percepção seletiva do assunto abordado?

- Que função o noticiário assume para si em suas narrativas?

TV didática \_\_\_\_\_ TV como 4º poder \_\_\_\_\_

TV isenta \_\_\_\_\_ TV democrática \_\_\_\_\_

Fonte: Elaborada pela autora

## **6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB O OLHAR DO TELEJORNALISMO**

Ainda que o telejornalismo cumpra um papel essencial na oferta de informação e no acesso ao conhecimento, questionamos se existem assuntos silenciados pelos noticiários de TV. Sabemos que os produtos televisivos são fruto de um processo editorial que envolve escolhas. Nesse sentido, perguntamos: o telejornalismo noticia, ou coloca em tela, a Educação no Brasil? A dimensão do que sejam Políticas Públicas está presente na cobertura realizada no telejornal veiculado em rede tomado como objeto empírico nesta tese? Quais são os enquadramentos, modos de narrar e personagens apresentados pelos noticiários?

Nesse sentido, e com o objetivo de alertar para a importância da discussão sobre Educação também nos telejornais, visto que esses cumprem um papel imprescindível na formação dos indivíduos, tornando-os parte da sociedade e ajudando-os a se posicionar sobre os assuntos que são pautados nas edições dos telejornais, reiteramos que decidimos observar como e de que forma a Educação é noticiada.

### **6.1 Sobre processos e procedimentos: as lentes utilizadas em nossa análise das edições do Jornal Nacional**

Iniciamos nossa pesquisa com a gravação de todas as edições do Jornal Nacional em 2019, como planejado. Efetuamos a análise do JN com as edições em fluxo, gravadas e arquivadas em um HD externo, seguindo a programação ofertada pela Rede Globo de Televisão, com seus intervalos comerciais. Entretanto, para facilitar o acesso e torná-lo também nesse trabalho, julgamos importante disponibilizar o link para as edições – que possuem reportagens na editoria de Educação ao longo de nossa observação – em nossas referências bibliográficas.

Importa-nos, ressaltar, ainda e sobretudo, a importância da definição da linha editorial adotada pela Rede Globo desde o início de nossa observação, quando assumiu uma postura crítica ao governo de Jair Bolsonaro, já no início do mandato.

Nesse sentido, após gravadas e arquivadas todas as 313 edições do JN de 2019, era hora de começar nossa análise sobre a forma como a Educação foi pautada pelo noticiário no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Como abordado em nosso capítulo 5, o estudo empírico foi realizado a partir do método da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016). Assim, após a identificação de nosso objeto empírico – as edições

veiculadas pelo Jornal Nacional ao longo do ano de 2019 – e de forma mais particular a presença ou ausência da Educação como temática do noticiário, desenhamos nossa ficha de análise, apresentada no capítulo anterior.

Desse modo, nossa proposta é a de que, tomando por base a ficha de análise elaborada, em diálogo com o referencial teórico, entender de que forma a Educação foi apresentada no telejornal de maior audiência da TV aberta brasileira e qual o papel do telejornalismo na promoção do debate público sobre as Políticas Públicas de Educação brasileiras.

## **6.2 A posição do Jornal Nacional**

De maneira geral, as edições analisadas abordaram de forma superficial nosso objeto de estudo. Em momento algum a Educação foi apresentada como uma Política Pública de fato, com o dever de ser promovida pelo Estado, não tendo sido pautada pelo novo governo e tampouco questionada sobre a ausência de políticas, ou de oportunidades, pelo noticiário. Na maioria absoluta dos casos, a Educação foi enquadrada de forma burocrática, com um viés político ou econômico, problemática – destacando os percalços encontrados pelos imprevistos ou pela falta de planejamento adequado, ressaltamos – ou como parte do calendário brasileiro, em uma visão basicamente operacional.

Em uma primeira mirada, verificamos que, na maioria absoluta das vezes, as reportagens abordavam mais sobre a infraestrutura do Ministério da Educação e as contingências relacionadas à pasta do que sobre algum modelo de Educação. Dos 365 dias de 2019, à exceção dos 52 domingos e, portanto, sem edições do Jornal Nacional, a Educação esteve em pauta em apenas 87 dias, o que representa menos de 30%<sup>35</sup> das edições veiculadas no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Tal constatação confirma nossa proposição de que pouco se discute a Educação no Brasil, o que pode ser consequência da falta de Políticas Públicas eficazes propostas pelo governo ou ainda da ausência de debates, nas redações do noticiário, sobre a importância do tema para a sociedade brasileira.

---

<sup>35</sup> Dos 313 dias em que o JN esteve no ar em 2019, a Educação esteve em 27,79% das edições apenas.

Tabela 2 – Número de dias em que notícias relacionadas à Educação foram pautadas no JN em 2019

Calendário 2019											
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1 T	1 S	1 S	1 S	1 Q	1 S	1 S	1 Q	1 D	1 T	1 S	1 D
2 Q	2 S	2 S	2 T	2 Q	2 D	2 T	2 S	2 S	2 Q	2 S	2 S
3 Q	3 D	3 D	3 Q	3 S	3 S	3 Q	3 S	3 T	3 Q	3 D	3 T
4 S	4 S	4 S	4 Q	4 S	4 T	4 Q	4 D	4 Q	4 S	4 S	4 Q
5 S	5 T	5 T	5 S	5 D	5 Q	5 S	5 S	5 Q	5 S	5 T	5 Q
6 D	6 Q	6 Q	6 S	6 S	6 Q	6 S	6 T	6 S	6 D	6 Q	6 S
7 S	7 Q	7 Q	7 D	7 T	7 S	7 D	7 Q	7 S	7 S	7 Q	7 S
8 T	8 S	8 S	8 S	8 Q	8 S	8 S	8 Q	8 D	8 T	8 S	8 D
9 Q	9 S	9 S	9 T	9 Q	9 D	9 T	9 S	9 S	9 Q	9 S	9 S
10 Q	10 D	10 D	10 Q	10 S	10 S	10 Q	10 S	10 T	10 Q	10 D	10 T
11 S	11 S	11 S	11 Q	11 S	11 T	11 Q	11 D	11 Q	11 S	11 S	11 Q
12 S	12 T	12 T	12 S	12 D	12 Q	12 S	12 S	12 Q	12 S	12 T	12 Q
13 D	13 Q	13 Q	13 S	13 S	13 Q	13 S	13 T	13 S	13 D	13 Q	13 S
14 S	14 Q	14 Q	14 D	14 T	14 S	14 D	14 Q	14 S	14 S	14 Q	14 S
15 T	15 S	15 S	15 S	15 Q	15 S	15 S	15 Q	15 D	15 T	15 S	15 D
16 Q	16 S	16 S	16 T	16 Q	16 D	16 T	16 S	16 S	16 Q	16 S	16 S
17 Q	17 D	17 D	17 Q	17 S	17 S	17 Q	17 S	17 T	17 Q	17 D	17 T
18 S	18 S	18 S	18 Q	18 S	18 T	18 Q	18 D	18 S	18 S	18 S	18 Q
19 S	19 T	19 T	19 S	19 D	19 Q	19 S	19 S	19 Q	19 S	19 T	19 Q
20 D	20 Q	20 Q	20 S	20 S	20 Q	20 S	20 T	20 S	20 D	20 Q	20 S
21 S	21 Q	21 Q	21 D	21 T	21 S	21 D	21 Q	21 S	21 S	21 Q	21 S
22 T	22 S	22 S	22 S	22 Q	22 S	22 S	22 Q	22 D	22 T	22 S	22 D
23 Q	23 S	23 S	23 T	23 Q	23 D	23 T	23 S	23 S	23 Q	23 S	23 S
24 Q	24 D	24 D	24 Q	24 S	24 S	24 Q	24 S	24 T	24 Q	24 D	24 T
25 S	25 S	25 S	25 Q	25 S	25 T	25 Q	25 D	25 Q	25 S	25 S	25 Q
26 S	26 T	26 T	26 S	26 D	26 Q	26 S	26 S	26 Q	26 S	26 T	26 Q
27 D	27 Q	27 Q	27 S	27 S	27 Q	27 S	27 T	27 S	27 D	27 Q	27 S
28 S	28 Q	28 Q	28 D	28 T	28 S	28 D	28 Q	28 S	28 S	28 Q	28 S
29 T		29 S	29 S	29 Q	29 S	29 S	29 Q	29 D	29 T	29 S	29 D
30 Q		30 S	30 T	30 Q	30 D	30 T	30 S	30 S	30 Q	30 S	30 S
31 Q		31 D		31 S		31 Q	31 S		31 Q		31 T

Fonte: Elaborada pela autora

Com a posse do presidente em 01º de Janeiro, pensávamos que, em seu discurso, na primeira reunião ministerial, ou ainda ao longo das primeiras semanas do novo governo, algumas propostas seriam apresentadas, o que não aconteceu. Ademais, desde a campanha pudemos notar que particularmente a Educação, nosso objeto de estudo, nunca foi prioridade para Bolsonaro, tampouco as proposições para a pasta sequer foram anunciadas, o que pode ser comprovado pelas edições do JN desse início de novo governo.

Julgamos importante destacar o Jornal Nacional como um primeiro vestígio, um documento não da realidade em si, mas do registro que foi feito sobre ela a partir da Rede Globo de Televisão e do seu principal telejornal. Nesse contexto, a primeira matéria<sup>36</sup> a abordar Educação veiculada pelo Jornal Nacional foi ao ar no dia 05 de Janeiro. Consistia em uma notícia<sup>37</sup> que manifestava a vontade de Jair Bolsonaro em nomear Murilo Resende como futuro coordenador do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio, e ainda em uma crítica do ex-chefe do executivo à suposta “doutrinação” praticada pelos professores nas escolas, o que seria combatido pelo então futuro coordenador, defensor dos princípios da Escola Sem

<sup>36</sup> O mesmo que notícia, reportagem, nota. Tudo o que se relaciona e é publicado em telejornalismo.

<sup>37</sup> Relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse público e do público.

Partido, sem ao menos dizer quais eram eles. A notícia exibia em arte gráfica a postagem feita pelo ex-presidente em suas redes sociais, evidenciando sua maneira – pouco amistosa e bastante preconceituosa, julgamos – de abordar um dos rumos que pretendia dar para a Educação brasileira: “o novo coordenador do ENEM é doutor em economia pela FGV e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da ‘lacrção’, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula” (JORNAL NACIONALc, 2019, 13min 32s). Apesar de se referir à doutrinação em sala de aula, a notícia não desdobrou essa informação e apenas revelou que a nomeação (que posteriormente acabou não acontecendo) havia sido indicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodriguez, o que denota apenas uma visão burocrática, com a troca de cargo, da pasta. Antes, a única abordagem sobre Educação no noticiário esteve relacionada à formação ministerial do novo governo, divulgando o nome do professor Ricardo Vélez Rodriguez à frente do MEC.

A segunda reportagem<sup>38</sup> versando sobre Educação Nacional foi ao ar na terça-feira seguinte e abordou a mudança de uma das modalidades de crédito estudantil, o P-FIES<sup>39</sup>, oferecidas aos estudantes do ensino superior, que mais se aproxima da editoria de Economia que daquela de Educação propriamente dita, por se tratar de um tema relacionado ao benefício, fruto da superação dos próprios alunos, conquistado. Dez dias depois, o JN veiculou uma nova matéria sobre a Educação no Brasil, informando que o Governo havia voltado atrás na escolha de Murilo Resende como responsável pelo ENEM um dia após o executivo haver sido nomeado para o cargo. De acordo com a notícia, Murilo Resende acabou sendo designado para outra função. Mais uma informação burocrática sobre os caminhos da área de Educação. No mesmo dia, uma segunda reportagem foi veiculada sobre a área, informando que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, havia divulgado as notas do ENEM<sup>40</sup>, permitindo a estudantes que fizeram o Exame em 2018 concorrer a 235 mil vagas em instituições públicas de ensino de todo o país. Nesse sentido, o noticiário cumpriu com o

---

<sup>38</sup> “Conjunto das providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção de dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo. O processo de reportagem, que vai ‘desde a captação dos dados à redação’, segundo Juvenal Portella, envolve os trabalhos físico e mental necessários à sua existência. Considera-se incorreto designar reportagem como um tipo de notícia descritiva, mais apurada e ampla, acompanhada com documentos e testemunhos. Na verdade, esse tipo de notícia é resultado de uma reportagem, e não a reportagem em si” . (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 638)

<sup>39</sup> P-FIES é um financiamento estudantil criado pelo governo federal com concessão ofertada por instituições financeiras, mas com recursos públicos, oferecendo um financiamento mais barato que o do mercado, porém mais caro que o do FIES.

<sup>40</sup> Exame Nacional do Ensino Médio.

calendário proposto pelas universidades brasileiras, divulgando uma informação da área operacional do governo.

Já em 22 de Janeiro, uma nota<sup>41</sup> divulgava que havia começado naquele dia as inscrições para o Sisu, o Sistema de Seleção Unificada para Instituições Públicas de Ensino Superior, também em cumprimento ao calendário proposto. A nota também esclareceu que os telespectadores poderiam acessar outras informações na página do noticiário na internet, convidando seus telespectadores a manter a audiência do telejornal na rede mundial de computadores e fornecendo aquilo que Beatriz Becker (2018, p. 159) nomeou de forma cultural híbrida, expandindo-se “de maneira ubíqua em múltiplas plataformas no ambiente midiático em interação com outras mídias”. A autora acredita que as narrativas do cotidiano no telejornalismo constituem-se em “um exercício de compromisso com a cidadania e com um público cada vez mais conectado e acostumado a ver televisão em múltiplas plataformas” (BECKER, 2018, p.159).

Na quinta-feira, dia 24, uma nova nota veiculada pelo JN informava que, em função de problemas no sistema de inscrições do Sisu, o MEC havia decidido prorrogar o prazo para o domingo seguinte, o que denota um problema enfrentado pelo ministério e, mais uma vez, vai de encontro ao que buscamos no telejornal: a discussão da Educação. Ainda no mesmo dia, uma segunda notícia foi veiculada pelo Jornal Nacional: a de que o novo presidente do INEP, instituto responsável pelo ENEM, havia tomado posse. Novamente uma informação sobre troca de cargos, mostrando a burocracia do setor no governo. O VT<sup>42</sup> com a matéria teve início abordando que o novo presidente, Marcos Vinícius Rodrigues, havia assumido o cargo defendendo o que chamou de “postura ideológica nas escolas”.

Hoje precisamos de uma nova escola, com novos paradigmas, que resgate nossos valores, que tenha como diretrizes o respeito à família e à pátria, e que busque a eficaz formação de ‘cidadões’ íntegros, éticos, com conhecimento e trabalhadores. Uma nova escola que tenha resistência a ideologias e crenças inadequadas ou inconsequentes. Algumas com origens e interpretações superficiais de pseudointelectuais ou de um oportunismo político partidário que levou o nosso país a uma situação insustentável. (JORNAL NACIONALe, 2019, 18min39s)

Por fim, no último dia de Janeiro, o noticiário informou que estavam liberadas até o dia 03 de Fevereiro as inscrições para o Programa Universidade para Todos, o PROUNI, que oferece mais de 240 mil bolsas em faculdades particulares do país, também como forma de

---

<sup>41</sup> Notícia lida pelo âncora, ao vivo, na condução do telejornal sem ilustração.

<sup>42</sup> Reportagem editada, que vai ao ar em seguida à cabeça feita pelo apresentador, em estúdio.

cumprir o calendário “acadêmico” brasileiro. Percebemos, em síntese, ao final do primeiro mês do novo governo, que as notícias veiculadas pelo Jornal Nacional abordaram de maneira bastante superficial a Educação Brasileira, seja focando em questões burocráticas, problemas enfrentados por falhas nos sistemas – e na falta de gerenciamento adequado – e ainda pelo cumprimento de um calendário elaborado pelo próprio telejornal. Nesse contexto, percebemos que a Educação como Política Pública não foi abordada. A Educação foi mostrada, (é)ditada (PORCELLO; VIZEU; COUTINHO, 2012) com o objetivo de valorizar aspectos como acesso a sistemas e cargos, apenas.

Já no início do segundo mês do governo Bolsonaro, as críticas ao ex-Ministro da Educação começaram a se acentuar e praticamente a totalidade das notícias relacionadas à pasta diziam respeito a problemas enfrentados pelo ministério ou estavam direcionadas ao próprio ex-ministro. A primeira reportagem relacionada ao tema abordava as declarações polêmicas dadas por Vélez Rodriguez, como a de que Universidade não seria para todos, dentre outras, em uma entrevista do antigo membro do governo para a Revista Veja (REVISTA VEJA, 2019). O ex-ministro também elogiou o Projeto Escola Sem Partido, fazendo críticas ao que considera ser ideologização precoce de crianças na escola, alegando que a escola não é local para se fazer política. Destacamos que a proposta do Projeto Escola Sem Partido foi citada pelo noticiário sem a devida contextualização para que os telespectadores pudessem ter acesso à informação a respeito do assunto. Nesse sentido, desinformou, em vez de promover o acesso à formação dos espectadores como cidadãos conscientes.

Pouco mais de uma semana depois das declarações feitas por Vélez Rodriguez à Revista Veja, o Jornal Nacional informou que a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, havia mandado notificar o ex-ministro para que apresentasse explicações acerca da entrevista concedida.

Na última semana do mês de Fevereiro, mais uma reportagem de quatro (4) minutos veiculada sobre a Educação Brasileira chamou atenção. Isso porque informava que uma publicação feita pelo Ministério da Educação e assinada pelo ex-ministro pedia a escolas de todo o país, tanto públicas quanto privadas, que filmassem seus alunos cantando o Hino Nacional e lendo uma carta<sup>43</sup> que reproduzia o slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro.

---

<sup>43</sup> De acordo com a reportagem, o conteúdo da carta enviada por e-mail às escolas de todo o país foi: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”. (MINISTRO, 2019)

Segundo o MEC, além do conteúdo a ser lido nas escolas, o *e-mail* enviado às instituições de ensino também pedia que alunos e funcionários ficassem perfilados diante da bandeira do Brasil para a execução do Hino Nacional e solicitava aos diretores das escolas que filmassem trechos da leitura da carta e da execução do hino a fim de encaminhar esses conteúdos para o MEC e para a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

No dia seguinte, outra reportagem informava que Vélez Rodriguez havia admitido que errou ao pedir que as escolas filmassem os alunos cantando o Hino Nacional sem a autorização dos responsáveis e que havia decidido retirar o slogan eleitoral da campanha de Jair Bolsonaro da carta enviada às escolas. A notícia ainda informou que, durante a audiência na Comissão de Educação, Vélez Rodriguez defendeu a presença de policiais militares nas escolas porque entende que essa ação inibe o tráfico de drogas e cria um ambiente mais seguro, apesar de dizer não se tratar de militarismo. Novamente o noticiário deixou de se posicionar acerca dos acontecimentos, omitindo-se no que diz respeito a um dos princípios da TV, o de formar. Três dias depois do início das críticas ao *e-mail* enviado pelo MEC às escolas, o JN noticiou que o Ministério da Educação havia desistido de pedir às escolas que gravassem os alunos cantando o Hino Nacional. Nesse contexto, percebemos que o telejornal somente noticia o fato quando, na verdade, deveria contextualizar seus espectadores no que se refere aos desdobramentos (e por que não dizer, à ruptura) que uma ação como a que havia sido proposta pelo ex-ministro poderia causar à própria democracia, conquistada há tão pouco tempo no país.

Após praticamente um mês sem qualquer notícia abordando os rumos (ou qualquer ação) da Educação no Brasil, o Jornal Nacional veiculou uma reportagem informando que o MEC havia adiado a entrada dos alunos em fase de alfabetização no Sistema de Avaliação da Educação Básica, e que a prova seria aplicada para esses alunos apenas a partir de 2021, mais uma vez apenas pautando a Educação de forma protocolar, apresentando um problema no calendário anteriormente divulgado. No dia seguinte, uma nova matéria informava outra mudança de rumo no Ministério da Educação. Isso porque, ao contrário do que havia sido divulgado na edição anterior do noticiário, o MEC havia anunciado que os alunos em fase de alfabetização também seriam avaliados em 2019. Outro erro cometido pela gestão atabalhoada de Vélez Rodriguez que só conseguia ser assimilado por quem estivesse acompanhando o noticiário todos os dias e soubesse das ações (e inações, ou omissões) do ex-ministro à frente da pasta. A notícia ainda informava, apenas e sem crítica alguma, que o Ministério não havia definido como nem quando as provas seriam aplicadas.

Já em 27 de Março, uma notícia destacava a participação do ex-ministro da Educação em uma audiência na Câmara dos Deputados, local onde foi questionado sobre a situação de sua pasta, que vinha recebendo constantes críticas. Ao final do primeiro trimestre de análise de nosso objeto de estudo, confirmamos nossa suposição de que a Educação era pouco pautada pelo noticiário. Nossa hipótese, ainda incipiente, é a de que a Rede Globo de Televisão espera ser pautada para noticiar assuntos relacionados à área e não busca outras informações, ou não sugere outra forma de informar que não a partir daquelas que são oferecidas para a emissora, o que demonstra pouco cuidado com a Educação brasileira, acreditamos.

No primeiro dia do segundo trimestre de nossa análise o JN informa que uma falha no sistema do governo impediu que milhares de estudantes aprovados no Fies conseguissem a liberação de seus financiamentos. Além disso, muitos não poderiam frequentar as aulas e corriam o risco de perder o semestre. A reportagem aborda a burocracia enfrentada por inúmeros discentes para conseguir a liberação do financiamento e ainda revela que, em alguns casos, os alunos são considerados desistentes nas faculdades em que se inscreveram, visto que ainda não assinaram os contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal. Em sua passagem, Júlio Mosquera informa que o Ministério da Educação havia reconhecido o problema e estendido o prazo de inscrição no programa, mas não se manifestou sobre a situação dos alunos que estavam perdendo aulas. A notícia ainda destaca os critérios para os alunos terem direito ao financiamento. Nesse contexto, nada de novo: a pauta dizia respeito a uma falha no sistema do governo que gerava transtorno para os alunos, e tinha um viés muito mais econômico que educacional, a não ser no sentido de se preocupar com a perda de aula, e talvez do semestre, pelos alunos, o que consistiu mais em um desdobramento da notícia do que o assunto principal.

No segundo dia de Abril, mais uma vez a pasta da Educação é pauta na escalada<sup>44</sup> do noticiário: a gráfica responsável por imprimir as provas do Exame Nacional do Ensino Médio desde 2009 havia decretado falência. Apesar disso, o Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –, órgão responsável pelo Enem, declarou que iria manter o calendário de provas. Após abordar diversos problemas já causados por erros cometidos pela gráfica (provas erradas e gabaritos trocados, dentre outros), a reportagem acrescenta que o Inep está sem presidente desde a anulação, pelo Ministro da Educação, de uma portaria assinada pelo então presidente do órgão, Marcus Vinícius Rodrigues, que adiava

---

<sup>44</sup> Manchetes de abertura dos noticiários, com frases curtas, de impacto, sobre os assuntos mais importantes que serão abordados.

a aplicação de uma prova nacional para alunos da alfabetização. Apesar de estar sem presidente no órgão, houve o anúncio de que o cronograma de provas havia sido mantido.

Novamente uma informação anunciando um problema da pasta da Educação foi anunciado, com o acréscimo – deixado em segundo plano, quando no nosso entendimento o contrário seria o correto, pela falta de um gestor no órgão – da ausência de comando. Nesse sentido, entendemos que, apesar de o JN explicitar que o Inep estava sem presidente e enfrentando um problema para conseguir aplicar as provas dentro do calendário apresentado, julgamos que o noticiário poderia ter se aprofundado melhor na informação transmitida, questionando o porquê de a instituição estar sem presidente até aquele momento e a forma como o Inep estava sendo conduzido para, posteriormente, criticar o contrato mantido com a gráfica – que sempre causou transtornos. Nem uma coisa, nem outra, foram feitas. Mais uma vez apenas o problema foi informado, sem nenhum desdobramento, como se a Educação não fosse um tema que merecesse ser melhor explorado também pelo noticiário.

Dois dias depois, um novo problema é apresentado já na escalada do Jornal Nacional: o protesto de historiadores e educadores contra a mudança, proposta pelo ex-ministro Vélez Rodriguez, da forma como os livros didáticos tratam a ditadura militar instituída pelo golpe militar de 1964. De acordo com a reportagem, veiculada no segundo bloco<sup>45</sup> de notícias, logo após uma nota seca informar que os estudantes com parcelas atrasadas do Fies poderão renegociar suas dívidas – mais um problema da área econômica, acrescentamos –, Ricardo Vélez Rodriguez pretendia revisar o modo como os livros didáticos abordam a ditadura militar e o golpe de 1964. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o ex-ministro defendeu que não houve golpe em 1964, tampouco que o regime que se seguiu foi uma ditadura. Vélez Rodriguez defendeu que “a história brasileira mostra que o 31 de Março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis. E, sim, segundo Vélez, foi a votação no Congresso, uma instância institucional, quando há a ausência do presidente” (JORNAL NACIONALf, 2019, 28min 57s). A reportagem informa, ainda, que o ministro pretende “preparar os livros didáticos de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história” (JORNAL NACIONALf 2019, 29min 14s). Em seguida, e contrapondo a entrevista concedida pelo ex-ministro ao jornal Valor Econômico, o JN utiliza-se de imagens de arquivo para contar de fato como se deu o golpe e, posteriormente, a ditadura militar, adotando o que Alfredo Vizeu (2008) denomina uma pedagogia do telejornalismo ao esclarecer para os telespectadores o

---

<sup>45</sup> Partes que dividem um telejornal. Geralmente são apresentadas entre intervalos.

golpe militar de 1964. Dessa forma, o noticiário instruiu seu público declarando que o marechal Castelo Branco havia sido o primeiro presidente da ditadura militar, tendo assumido o cargo depois que o presidente eleito, João Goulart, havia sido derrubado pelo golpe. O JN ainda enfatiza que, “apesar da promessa de uma intervenção breve, a ditadura militar durou até 1985. Dados oficiais da Comissão Nacional da Verdade, do Ministério da Justiça, revelam que 434 opositores do regime foram mortos ou estão desaparecidos até hoje” (JORNAL NACIONALf 2019, 29min 42s), indo de encontro à proposição de Vélez Rodriguez de que a ditadura havia sido um regime democrático de força, necessária naquele momento da história brasileira.

Em sua passagem, Vladimir Netto declara que as alegações do ex-ministro da Educação foram contestadas por historiadores e especialistas em Educação, visto não ser possível reescrever a história, impossível diante das evidências, estudos e pesquisas científicas já realizados. O historiador Bóris Fausto pondera que

dar uma visão errada do passado não contribui em nada para melhorar a consciência daqueles que vão ser cidadãos. Nós já temos esse problema de pouco conhecimento histórico. Se você falseia o conhecimento, a serviço de uma ideologia política, as coisas ficarão muito piores (JORNAL NACIONALf, 2019, 30min 53s).

Ao final da reportagem uma nota pé, em tom contestatório adotado por Renata Vasconcellos, declarou que o Ministério da Educação não quis se pronunciar sobre as críticas à decisão de Vélez Rodriguez sobre a mudança nos livros didáticos, e acrescentou que o Diário Oficial havia publicado mais duas demissões de assessores do ex-ministro Vélez. Eram 14 em apenas 27 dias. Nesse contexto, depreendemos que as mentiras, assim como a propagação de informações que falseiam a verdade, sempre fizeram parte do governo Bolsonaro. Iniciada na campanha, com a promessa de acabar com a dominação ideológica de professores nas escolas e instaurando uma “escola sem partido”, acabou por mostrar-se comprometida de fato com a distorção da verdade e em teorias conspiratórias propagadas pelo próprio ex-ministro da Educação. Ponto para a democracia e, enfim, para o noticiário, que construiu uma reportagem de forma didática, de fácil compreensão pelos espectadores, instruindo-os quanto aos equívocos cometidos pelos governos militares à época da ditadura e permitindo a eles (re)conhecer a importância da democracia para o Brasil.

Apesar de assumir uma postura favorável à democracia e ao ensino e à pesquisa, em diversos momentos, o JN não demonstrou preocupação com os rumos da Educação brasileira.

Em nenhum momento foram pautadas notícias que abordassem propostas para a Educação, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 3 – Notícias veiculadas pelo JN no primeiro trimestre de 2019

<b>Janeiro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
5	sim	Novo coordenador do Enem	BUROCRACIA = TROCA DE CARGO
8	sim	Mudança no Fies	ECONOMIA
18	não	Mudança responsável pelo Enem	BUROCRACIA = TROCA DE CARGO
	não	Notas Enem	CALENDÁRIO = OPERACIONAL
22	não	Inscrições Sisu	CALENDÁRIO = OPERACIONAL
24	sim	Problema inscrições Sisu	PROBLEMA
	não	Posse novo presidente Inep	BUROCRACIA = TROCA DE CARGO
31	sim	Inscrições Prouni	CALENDÁRIO = OPERACIONAL
<b>Fevereiro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
5	sim	Declarações polêmicas Ricardo Vélez	PROBLEMA
14	não	Notificação Vélez Rodriguez	PROBLEMA
25	sim	Filmagem alunos cantando hino	PROBLEMA
26	sim	Reconhecimento erro	PROBLEMA
28	não	Desistência gravação hino	PROBLEMA
<b>Março</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
25	sim	Adiamento entrada alunos Saeb	CALENDÁRIO + PROBLEMA
26	sim	Avaliação Saeb	CALENDÁRIO = OPERACIONAL
27	sim	Audiência Vélez Rodriguez na Câmara	PROBLEMA

Fonte: Elaborada pela autora

O segundo trimestre começa com mais problemas relacionados à área. Objetivando minimizar as críticas à sua gestão e a do ex-ministro da Educação frente ao MEC, Jair Bolsonaro é destaque na escalada do JN na sexta-feira, 5 de Abril. O presidente declarou a jornalistas que Vélez Rodriguez poderia ser demitido no começo da semana seguinte. A informação apresentada pelo noticiário acrescentou mais tarde, todavia, que o ex-ministro não

pretendia entregar o cargo, deixando claro a indisposição entre o ex-chefe do executivo e o ex-gestor do MEC.

A reportagem de abertura do segundo bloco do Jornal Nacional ressaltou a insatisfação de Bolsonaro com o ex-comandante da pasta da Educação. Em um café da manhã com jornalistas, o ex-presidente declarou que o trabalho de Vélez não estava dando certo e que faltava gestão. A notícia ainda destacou cronologicamente as ações equivocadas do filósofo na condução do cargo, corroborando a informação dada por Bolsonaro de que Vélez Rodriguez não conduzia bem o MEC:

Em pouco mais de três meses no cargo, foram 14 demissões no ministério e várias declarações polêmicas. Em janeiro, numa entrevista, disse que as instituições de ensino superior deveriam ficar restritas a “uma elite intelectual”. Em fevereiro, o ministro afirmou que “o brasileiro viajando é um canibal, rouba coisas dos hotéis”. Ele chegou a pedir desculpas por essa declaração. Vélez também enviou uma carta para escolas pedindo que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional. Depois de muitas críticas, voltou atrás e reconheceu o equívoco. Recentemente, o ministro afirmou que pretende fazer uma revisão nos livros didáticos que contam a história do golpe de 1964. Hoje, Ricardo Vélez foi questionado sobre as declarações do presidente e respondeu que não vai entregar o cargo (JORNAL NACIONALg, 2019, 21min 50s).

Depois de o noticiário exibir o descontentamento do ex-chefe do executivo com o ex-ministro da Educação na edição da sexta-feira, a escalada de segunda-feira informa a demissão de Vélez Rodriguez e a indicação do economista Abraham Weintraub, que participou da equipe de transição do governo e era secretário-executivo da Casa Civil, para assumir o MEC.

A reportagem de abertura do noticiário destaca a demissão de Vélez Rodriguez após quase três meses de declarações polêmicas e diversos problemas à frente do Ministério da Educação, descritos novamente para os espectadores. Apesar de repetir a informação repassada na edição da sexta-feira anterior, o telejornal julgou pertinente, sob o nosso ponto de vista, reafirmar os equívocos cometidos pelo agora ex-ministro, talvez em uma tentativa de mostrar para os telespectadores que os tais “critérios técnicos”, tão discursados por Bolsonaro na formação de seus ministérios, poderiam não ser tão eficazes. Ou pouco técnicos também, acrescentamos. Ao veicular as atitudes atabalhoadas de Vélez Rodriguez, o JN assume postura favorável à decisão do ex-chefe do executivo, demonstrando concordar com a exoneração do filósofo. Em seguida, apresenta o então novo ministro, abordando seu currículo e sua participação no governo até então. Ao final da reportagem, o telejornal ressalta ter sido a segunda demissão na equipe original do governo Bolsonaro. A primeira, de Gustavo Bebianno, da Secretaria-Geral da Presidência. Nesse contexto, deixa em suspenso se a

formação ministerial proposta pelo ex-chefe do executivo era de fato eficaz, como Bolsonaro insistia em ressaltar.

Já no dia seguinte, a informação de que Abraham Weintraub havia tomado posse prometendo diálogo e, em seguida, adotando postura contraditória ao dizer que iria demitir quem não estivesse afinado com o governo foi destaque no JN. Na bancada, William Bonner critica, por meio de gestos e expressões faciais, o ministro empossado, mostrando-se pouco impressionado com o novo gestor do MEC. A reportagem tem início com a divulgação da demissão de Vélz Rodriguez, reiterando que foi substituído em função de sua gestão ter sido marcada por polêmicas e exibindo diversas das tentativas de ações – dissonantes das de um governo democrático – que o ex-ministro queria implantar na pasta da Educação. Em seguida, discorre sobre a carreira de Weintraub, enfatizando ser o então novo ministro um crítico contumaz das ideologias de esquerda. Entretanto, após Weintraub identificar que suas posições políticas eram condenadas por especialistas da área de Educação, mostrou-se aberto para o diálogo: “Colocar a bola no chão, pôr para rodar, republicanamente, respeitando diferentes opiniões. Tem gente que fala que eu sou muito radical, eu não sou radical” (JORNAL NACIONALh, 2019, 35min 26s). Bolsonaro, por sua vez, afirmou que o então novo ministro terá carta branca para escolher os membros de sua equipe. Nesse sentido o noticiário, mais uma vez, demonstrou que o ex-chefe do executivo estava mais interessado em criticar Vélz Rodriguez e a Educação brasileira como um todo que com o futuro da pasta ao destacar o fraco desempenho dos estudantes brasileiros em programas de avaliação internacionais:

Nós queremos que não mais 70% dessa garotada não saiba fazer uma regra de três simples, não saiba interpretar textos, não saiba perguntas básicas de ciências. Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece realmente a aprender coisas que possam levá-la, quem sabe, ao espaço do futuro. (JORNAL NACIONALh, 2019, 36min 09s).

Ademais, o ex-presidente termina sua fala em tom irônico, acenando, meio debochado, para o então ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Ainda na sequência da reportagem o JN mais uma vez questiona a conduta de Weintraub ao mostrar que o novo ministro assumiu uma postura contraditória, visto que havia se mostrado aberto ao diálogo, mas admitiu que aqueles que não estivessem afinados com as diretrizes do governo seriam excluídos.

A gente vai pacificar o MEC. Como funciona a paz? A paz a gente está decretando agora que o MEC tem um rumo, uma direção, e quem não estiver satisfeito com ela, por favor avise, que vai ser tirado. Pisou fora da linha, começou a plantar coisa, começou a brigar internamente, está fora na hora. (JORNAL NACIONALh, 2019, 36min 47s).

Já quando o ex-presidente completava 100 dias de governo, o JN apresentou a cerimônia em comemoração à data feita pelo governo federal, com a assinatura de 12 decretos e 4 projetos de lei. Em tom condenatório, destacou que um deles possuía regras para famílias que optassem pelo ensino de seus filhos em casa vez da escola.

Na reportagem que detalhava as regras enviadas pelo governo para aprovação no Congresso Nacional sobre a possibilidade de os pais optarem pelo ensino domiciliar de seus filhos, finalmente o noticiário assumiu uma postura crítica e mostrou a importância da interação entre crianças e adolescentes para o amadurecimento e crescimento, intelectual e emocional, desses cidadãos. Apesar de reprovar a medida, informou que o projeto proposto pelo governo deveria ter, como uma das regras, o registro pela opção pelos pais ou responsáveis junto ao MEC, aliado a um plano pedagógico individual e à prestação de contas dos pais somada à avaliações anuais dos estudantes sob a gestão do Ministério da Educação, com direito a prova de recuperação. Apenas se o aluno for reprovado por dois anos seguidos, ou três alternados, é que perde o direito à Educação familiar. A notícia informa, ainda, que os pais deverão assegurar convivência familiar e comunitária dos estudantes. Depois de explicar a proposta do governo, o JN ressalta que o projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente já que o ECA obriga pais e responsáveis a matricular seus filhos na rede regular de ensino, condenando novamente o novo projeto para a Educação ao ressaltar que a Constituição estabelece que o dever de educar consiste em uma cooperação entre Estado e família.

Para reiterar o seu pensamento de que o projeto vai de encontro à socialização de crianças e adolescentes, o JN deu voz à diretora da CEIPE-FGV (Célula de Informação, Indicadores Educacionais, Estudos e Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas):

Pra gente se preparar pro mundo do trabalho, pra nos formarmos como cidadãos, pra conseguir olhar pros desafios que a sociedade nos apresenta, é importante ter aprendizados de como viver em grupos. Eu sempre acho que o preferível, mesmo, é a escola. Ainda não inventaram nada melhor do que a escola para garantir que crianças e adolescentes aprendam (JORNAL NACIONALi, 2019, 37min 33s).

Apesar de entendermos haver se posicionado contrariamente ao projeto, o JN finaliza a reportagem indicando que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos defendia a liberdade de escolha dos pais.

Após quinze dias sem notícia alguma sobre Educação, a escalada do Jornal Nacional destaca a afirmação, feita pelo ex-presidente Bolsonaro, de que o MEC pretendia cortar investimentos em faculdades de Ciências Humanas, ressaltando que a fala já havia gerado críticas de educadores (JORNAL NACIONALj, 2019, 0min 36s). A reportagem tem início destacando o anúncio feito pela manhã pelo ex-chefe do executivo acerca dos cortes de investimentos e reproduzindo, por meio de uma arte, o texto publicado por Jair Bolsonaro em suas redes sociais:

O ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta (JORNAL NACIONALj, 2019, 29min 46s).

Percebemos, com a postagem, que o ex-chefe do executivo em nada se importa com o avanço da área de Humanas, assim como o ex-gestor da pasta de Educação de seu governo. Entendemos que, de forma subliminar, o noticiário também repassa essa percepção para seus espectadores ao destacar o fato de que Weintraub, ao participar de uma transmissão feita por Jair Bolsonaro em sua rede social no dia anterior, havia revelado seu interesse em investir menos em filosofia e sociologia.

Acho que a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto. Então, o que que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens, são, primeiro: habilidades de poder ler, escrever, fazer conta; a segunda coisa mais importante, o ofício, um ofício que gere renda para a pessoa, bem-estar para a família dela, que melhore a sociedade em volta dela. Pode estudar filosofia? Pode. Com dinheiro próprio. E o Japão reforça. O quê? Esse dinheiro que vai para faculdades como de filosofia, sociologia, ele coloca em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia, medicina. (...) Quem está nos cursos atuais não precisa se preocupar, o direito deles vai ser respeitado, tudo segue vida normal, gente. (JORNAL NACIONALj, 2019, 30min 55s).

Fazendo um contraponto às declarações tanto do ex-chefe do executivo quanto do então ministro da Educação, o noticiário explica que a crítica recebida por eles nos meios acadêmicos se justifica porque a filosofia é considerada a mãe da própria universidade, por

ter suas raízes na Grécia de Platão, que era filósofo e matemático (JORNAL NACIONALj, 2019, 31min 11s). Em seguida, dá voz a educadores e professores em defesa do conhecimento, visto que esse tem o poder de somar e não de reduzir, e ainda ao enfatizar a importância das Ciências Humanas na formação de profissionais de todas as áreas. O noticiário destaca, por fim, que a Educação no Brasil tem problemas mais graves – como a evasão escolar e o analfabetismo, por exemplo – que deveriam ser prioritários. Mais uma vez acreditamos que a postura adotada pelo noticiário na construção dessa informação coaduna com as proposições de Alfredo Vizeu (2008) no que diz respeito à pedagogia do telejornalismo, visto que apresenta a importância da interação entre crianças e jovens para seu crescimento.

Já no dia seguinte uma rápida informação sobre a renegociação de dívidas de estudantes com o Fies é pautada pelo noticiário, confirmando novamente nossa hipótese de que a Educação é muitas vezes vista mais pelo prisma da infraestrutura do que sobre um modelo de Ensino.

Fechando o mês de Abril o anúncio de que o MEC ia reduzir verba das universidades federais foi destaque na escalada do JN. A cabeça<sup>46</sup> da reportagem revela que a comunicação se deu após a ocorrência de manifestações públicas em razão do corte de 30% dos repasses para as Universidade de Brasília, da Bahia e Federal Fluminense. Depois de destacar que as três instituições estavam entre as 50 melhores da América Latina, o JN contestou o bloqueio de forma sutil ao publicizar uma arte com a fala de Weintraub ao jornal “O Estado de São Paulo” esclarecendo o motivo explicitado por ele, de que as “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas” (JORNAL NACIONALk, 2019, 40min 47s). O noticiário destacou também diversas outras afirmações sem comprovação feitas pelo antigo gestor do MEC, e, portanto, mentirosas, ao jornal, que culminaram em protestos nas universidades. Em seguida, veiculou a resposta das universidades que tiveram as verbas bloqueadas, negando haver promoção de eventos de cunho político-partidários em seus espaços, mas afirmando serem locais para o debate livre, crítico e organizado por suas comunidades. Já em sua passagem, Vladimir Netto revela que o governo havia mudado o tom após as críticas recebidas e que o ex-secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, assegurou que o bloqueio se deu de forma preventiva em razão da economia, mas que poderia ser revisto caso a reforma da Previdência fosse aprovada (JORNAL NACIONALk, 2019, 42min 28s).

---

<sup>46</sup> Introdução do assunto, feita pelo âncora do telejornal, antes da entrada da reportagem propriamente dita. É um texto lido pelo apresentador para convidar os espectadores a consumirem a notícia em vídeo exibida a seguir.

Já no dia seguinte uma nova declaração de Weintraub sobre as universidades foi pauta no JN: uma crítica aos reitores das universidades federais, feita de forma generalizada pelo ex-ministro da Educação, causou desconforto a especialistas da área. Ao afirmar que “perguntar sobre tolerância e pluralidade aos reitores ditos de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos” (JORNAL NACIONAL, 2019, 12min 52s), Weintraub posiciona-se ideologicamente contrário às instituições, corroborando para uma cisão cada vez maior entre governo e universidades federais. O Jornal Nacional, contudo, estabelece postura favorável à Educação e, portanto, às universidades ao veicular a crítica feita pelo professor de Direito Constitucional, Eduardo Mendonça, aos bloqueios, considerando uma tentativa de controle ideológico sobre as universidades, cuja autonomia está garantida na Constituição Federal (JORNAL NACIONAL, 2019, 15min 11s). Mais uma vez o noticiário se mostra favorável ao ensino e à pesquisa feitos pelas universidades e assume enquadramento negativo em relação à postura adotada pelo MEC.

Novamente o JN apresenta contingência na pasta da Educação. No dia 2 de Maio há o anúncio de que o Ministério da Educação iria avaliar por amostragem a alfabetização de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental. Dois dias depois, os cortes nas universidades e institutos federais de Educação fazem parte novamente da escalada do Jornal Nacional. A reportagem abordava o prejuízo nos serviços básicos e na qualidade de ensino com o bloqueio de 30% dos orçamentos para 2019. Outra vez o noticiário pauta circunstâncias sobre a Educação. Nesse sentido, reiteramos nossa percepção de que o JN não procura outras informações sobre Educação, sobre métodos de ensino, e apenas acolhe e veicula reportagens a partir daquilo que é enviado pela emissora ou salta aos olhos da sociedade e necessita ser divulgado.

Mais um exemplo que reforça nossa hipótese é veiculado pelo telejornal no dia 6 de maio: há o anúncio do início das inscrições para o Enem. Trata-se de uma reportagem de serviço, utilidade pública, mas não de Educação. Já no dia 7 de Maio uma notícia condiciona a liberação do dinheiro do orçamento das universidades federais à aprovação da reforma da Previdência. Novamente percebemos que a notícia está voltada mais para a editoria de Economia que de Educação. No dia 9 a informação sobre os critérios utilizados pela Capes nos cortes de bolsas de mestrado e doutorado é exibida pelo JN. Na terça-feira da semana seguinte, dia 14 de Maio, o telejornal veicula uma nota anunciando que o ex-ministro da Educação seria sabatinado pela Câmara dos Deputados sobre os cortes em sua pasta. Depreendemos, com a veiculação dessas reportagens, que a Educação não está em pauta no noticiário, mas sim as causalidades que acontecem em torno dela.

Os protestos a favor da Educação e contra o corte de verbas nas universidades federais, acontecidos ao longo do ano e que tiveram início nas ruas do país no dia 15 de Maio, foram apresentados em nosso terceiro capítulo como pré-teste da ficha de análise formulada. Em razão de já ter sido debatido, julgamos desnecessária a repetição. Já no dia seguinte à primeira manifestação, a escalada do JN destaca o resultado: a reunião de Abraham Weintraub com reitores para discutir os cortes de verbas. Outro destaque é o pedido de demissão do ex-presidente do Inep, Elmer Coelho Vicenzi, que aconteceu com menos de um mês na condução do cargo, demonstrando ainda mais os problemas no Ministério da Educação.

O dia 17 de Maio traz duas reportagens sobre Educação: a primeira, o anúncio do nome do então novo presidente do Inep, órgão responsável pelo Enem, envolvendo uma polêmica sobre o uso de dados sigilosos de alunos para o fornecimento de carteirinhas estudantis de forma gratuita pelo governo, reforçando uma crise de gestão na pasta. Já a segunda reportagem vem em forma de poema, ilustrando e trazendo leveza para o noticiário ao retratar a rotina de um casal de escritores mineiros que percorreu mais de cem mil quilômetros para ensinar e distribuir poesia, como se a Educação e o ensino, na visão do noticiário, e também do governo, acrescentamos, fosse uma opção individual e não uma obrigação do Estado.

Novamente o Enem é pauta no JN no dia 18 de Maio, quando o anúncio do término das inscrições é feito. Quatro dias depois, a escalada informa a liberação de mais de 1 bilhão e meio de reais das reservas para aumentar o repasse para a Educação feita pelo governo federal. Todavia, ressalta que o executivo não garante que o dinheiro seja destinado às universidades, promovendo um enquadramento negativo em relação ao governo de Jair Bolsonaro, visto que a verba havia sido cortada dessas instituições.

O dia 29 de Maio apresenta um triste cenário para a Educação, de forma subentendida: a censura a uma pesquisa realizada pela Fiocruz sobre o uso de drogas no Brasil é destaque no telejornal. Nesse sentido, salientamos que o noticiário se posiciona de maneira contrária ao governo, defendendo o avanço e a importância da pesquisa científica para o país. Contudo, o antigo governo mais uma vez se mostra inimigo da Educação ao condenar e não aceitar os resultados da pesquisa realizada pela Fundação.

O dia seguinte, assim como 15 de Maio, já foi abordado em nosso terceiro capítulo. Mais uma vez o JN posiciona-se a favor das manifestações e contra os cortes de verbas feitos nas universidades pelo governo. No dia 31 de Maio o noticiário revela que, pela primeira vez, uma mulher vai comandar a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A nota seca informando a posse da reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, é motivo de orgulho para o telejornal, que – nas notícias veiculadas, mas não em toda a linha editorial – prega a igualdade de gênero.

O último mês do segundo trimestre tem início com mais uma contingência na área de Educação: o aumento da oferta e da procura por faculdades à distância. Do mesmo modo, o dia 4 de Junho apresenta outras duas casualidades: o bloqueio de 2700 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado feito pela Capes, e a informação de que estavam abertas as inscrições para o Sisu, o Sistema de Seleção Unificada, para 59 mil vagas em mais de um milhão e meio de cursos em 76 instituições.

Ao analisar as reportagens exibidas, entendemos que essas versavam sobre assuntos importantes para a sociedade e confirmamos que deviam ter sido veiculadas pelo noticiário. Contudo, nossa insatisfação se dá ao não conseguirmos identificar notícias acerca da Educação como método, sobre os processos necessários e adequados para que ela se desenvolva, assim como a ausência de propostas para a área, nesse caso uma inação do governo federal. Entendemos que essa discussão se faz necessária e é imprescindível ao assistir a escalada do dia 19 de Junho informando que menos da metade dos brasileiros com 25 anos ou mais concluiu a Educação básica. A reportagem, baseada em uma pesquisa do IBGE, mostra a realidade de muitos cidadãos que abandonam as escolas para cuidar de suas famílias.

Já no dia 25 de Junho uma outra situação de descaso com o ensino foi destaque no JN: um levantamento sobre a Educação básica no Brasil mostrou a dimensão das deficiências de qualificação de professores. A reportagem revelou que quase 40% dos docentes do ensino fundamental não fizeram curso de licenciatura ou a complementação pedagógica para o ensino de uma disciplina específica e, no que concerne à parcela de professores do ensino médio, cerca de 30%. A notícia ressalta a falta de condições de trabalho para os docentes nas escolas públicas e os baixos salários, contribuindo para que cada vez menos pessoas se dediquem à missão de ensinar (JORNAL NACIONALm, 2019, 15min 26s).

Nesse sentido, julgamos que se notícias sobre a importância da Educação e da formação de pessoas fossem produzidas e veiculadas cotidianamente, maior seria o número de indivíduos conscientes sobre o valor da Educação e mais interesse teriam em continuar estudando. Para além desta discussão, secundária nesse trabalho, a importância de se discutir e cobrar propostas de Educação eficazes para a sociedade pelos noticiários acarretaria em um maior incentivo para que o governo de fato criasse projetos para a área.

A última notícia da editoria de Educação veiculada pelo JN no primeiro semestre de 2019 apresenta um número triste para o Brasil ao revelar que os gastos não obrigatórios com Educação, em 2018, foram os menores da última década, confirmando nossa proposição de que, sem investimentos, não pode haver ensino de qualidade.

Nesse contexto, confirmamos – com os dados coletados na tabela a seguir somados aos da tabela com a coleta de informações do primeiro trimestre – que as notícias veiculadas pelo Jornal ao longo do primeiro semestre disseram respeito a contingências relacionadas à Educação: burocracia, problemas operacionais e financeiros, e calendários acadêmicos, basicamente. A Educação, enquanto Política Pública, sequer foi anunciada, muito menos pautada e contextualizada, ou questionada, como deveria ser, na nossa opinião.

Tabela 4 – Notícias veiculadas pelo JN no segundo trimestre de 2019

<b>Abril</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
1	sim	Financiamento Fies	ECONOMIA
2	sim	Manutenção calendário Enem x falência de gráfica	PROBLEMA
4	sim	Protesto de educadores e historiadores: mudança em livros didáticos	PROBLEMA
		Estudantes poderão renegociar dívida do Fies	ECONOMIA
5	sim	Provável demissão de Vélez Rodriguez	PROBLEMA
8	sim	Demissão de Vélez Rodriguez e nomeação de Abraham Weintraub	PROBLEMA
9	sim	Posse de Weintraub	BUROCRACIA
11	sim	100 dias de governo + homeschooling	POLÍTICA PÚBLICA?
26	sim	Cortes de investimentos em faculdades de ciências humanas	ECONOMIA + PROBLEMA
27	sim	MEC renegocia dívidas do Fies	ECONOMIA
30	sim	MEC reduz verba de universidades federais	ECONOMIA
<b>Mai</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
1	não	Declaração de Weintraub = críticas	POLÍTICA
2	sim	Avaliação por amostragem da alfabetização	PROBLEMA
4	sim	Cortes do MEC = prejuízos nas UF's e IF's	ECONOMIA
6	sim	Inscrições para o Enem	CALENDÁRIO
7	não	Weintraub: orçamento das UF's x reforma da previdência	PROBLEMA
9	não	Capes: critérios usados nos cortes de bolsas	ECONOMIA
14	não	Sabatina da Câmara à Weintraub	PROBLEMA
15	sim	Manifestação a favor da educação	PROBLEMA
16	sim	Reunião de Weintraub com reitores	ECONOMIA
	não	Demissão Presidente do Inep pede demissão	BUROCRACIA - TROCA DE CARGO
17	sim	Dados sigilosos de estudantes = polêmica no MEC	PROBLEMA

18	não	Número de inscritos para o Enem	CALENDÁRIO / OPERACIONAL
22	sim	Governo libera reservas, mas não garante verba para UF's	ECONOMIA + PROBLEMA
29	sim	Governo censura pesquisa sobre uso de drogas	CENSURA
30	sim	Protestos a favor da educação	PROBLEMA
31	sim	Posse da 1ª reitora mulher na UFRJ	POLÍTICA
<b>Junho</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
1	sim	Cresce oferta e procura por faculdades à distância	ECONOMIA
4	não	Bloqueio de 2700 bolsas pela Capes	PROBLEMA
	não	Inscrições abertas para o Sisu	CALENDÁRIO
19	sim	Menos da metade dos brasileiros concluiu ensino médio	PROBLEMA
25	sim	Levantamento sobre Educação	PROBLEMA
26	não	Aumento na lista de dinossauros reconhecidos	DESCOBERTA / FAIT DIVERS
27	não	IPEA: gastos não obrigatórios com Educação	ECONOMIA

Fonte: Elaborada pela autora

O segundo semestre do Jornal Nacional continua adotando os mesmos critérios a respeito da Educação: notas, notícias e reportagens abordando os contingenciamentos da área. A primeira informação sobre a pasta do MEC, veiculada em 03 de Julho, diz respeito ao início da versão digital das provas do Enem em 2020 em 15 capitais brasileiras. Já no dia 8 uma notícia de 2 minutos revela que centenas de alunos de escolas públicas e privadas do país haviam recebido medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática e que, além de premiados, esses estudantes também conquistaram o ingresso em programas de iniciação científica. Mais uma reportagem sobre o desempenho – praticamente individual, visto se tratar de um pequeno grupo de alunos se comparado a um país de dimensões continentais como o Brasil – foi pautado no dia seguinte: a seleção, feita pela Nasa, de um projeto de estudantes goianos para um estudo mundial. A reportagem destaca a criação dos alunos para resolver o problema da falta de gravidade no espaço, a perda de sensibilidade do nariz: o chiclete de pimenta. A notícia, muito mais voltada para a editoria de Entretenimento que de Educação, revela como foi feita a pesquisa pelos alunos com o condimento, que é capaz de desbloquear as células do nariz e da boca dos astronautas. Julgamos que essa reportagem tenha tido

destaque, e sido pautada, em função do quão extraordinário é o tema pesquisado pelos estudantes podendo, dessa forma, ser considerada um *fait-divers*<sup>47</sup>.

No dia 11 de Julho o JN exhibe uma nota coberta informando as metas lançadas pelo MEC para a Educação Básica, que incluíam a criação de 108 escolas cívico-militares. Apesar de divulgar o plano da pasta, de construir 27 escolas por ano, o noticiário não esclareceu para seus espectadores como funcionariam essas instituições, citando apenas que a parte pedagógica ficaria a cargo dos professores civis e a administração, com os militares. Entendemos que, nesse tipo de informação, o Jornal Nacional deveria ter explorado melhor o tema, que de fato poderia se constituir em uma Política Pública de Educação do governo federal, para explicar como seria o funcionamento e quais as propostas apresentadas para a implementação dessas escolas, cumprindo com o papel da TV de informar, se o noticiário tivesse se aprofundado no assunto proposto pelo governo. Todavia, houve apenas a leitura da meta apresentada pela pasta da Educação, revelando mais um silenciamento sobre o tema.

Já no dia seguinte, alguns dos critérios utilizados na seleção e organização de informações na TV, como a imprevisibilidade e o interesse, por exemplo, são mais uma vez percebidos em uma reportagem que destaca os milhões de brasileiros da terceira idade que estão se dedicando aos estudos. O *fait-divers* apresenta personagens que decidiram melhorar e dar sentido às suas vidas por meio da Educação, seja por meio de cursos de jardinagem, informática e inglês, dentre outros, oferecidos pelo Programa Universidade Aberta, financiado pelo Fundo do Idoso, em diversas cidades do país. No fechamento da reportagem, a repórter Larissa Carvalho, sentada em uma cadeira junto dos idosos em uma palestra em Belo Horizonte-MG, apresenta a lição moral, um dos itens descritos por Iluska Coutinho (2012) na Dramaturgia do Telejornalismo: “não importa o que eles estudaram até aqui. Pra fazer um desses cursos e conquistar um desses certificados, com todo orgulho, só há uma exigência: ter passado dos sessenta anos só que com o olhar lá na frente, no futuro” (JORNAL NACIONALn, 2019, 36min 43s).

Em 15 de Julho o JN fez uma suíte<sup>48</sup> de uma notícia veiculada na semana anterior, no dia 08. A informação revelou que a invenção dos estudantes de Goiânia, o chiclete de pimenta,

---

<sup>47</sup> Em francês, fatos diversos. Diz-se de notícia que desperta interesse do leitor (nesse caso, do telespectador, ressaltamos) por implicar rompimento insólito ou extraordinário do curso cotidiano dos acontecimentos. Roland Barthes transforma o termo em conceito semiológico, para dar conta das notações muito aberrantes do real. Deste modo, é *fait-divers* o acontecimento caracterizado pela perturbação de uma causa (p. ex.: médico assassina moça com o estetoscópio) ou pela anomalia do caso (ganhou na loteria quarenta vezes). O *fait-divers* converte-se, a partir daí, numa verdadeira “grade” de sentido, através da qual o discurso jornalístico maneja uma certa ideia de destino. (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 296)

<sup>48</sup> Do francês, continuação, sequência. Ato ou efeito de desdobrar uma notícia já publicada anteriormente pelo próprio veículo ou por outro órgão de imprensa. Técnica de dar continuidade à apuração de um fato (já noticiado)

havia conquistado o primeiro lugar em um torneio de robótica realizado na Universidade da Nasa, em West Virgínia, nos Estados Unidos, superando 70 equipes de 12 países que estavam concorrendo ao maior prêmio da competição. Indo na contramão de praticamente todas as edições analisadas até o momento, nesse dia o Jornal Nacional exibiu 3 reportagens sobre a editoria de “Educação”: uma sobre o prêmio dos estudantes goianos; a segunda sobre um trabalho realizado por escolas municipais de Ibirá, no interior de São Paulo, incentivando seus alunos a deixar a cidade mais limpa, trocando latinhas de alumínio e garrafas pet<sup>49</sup> por um “dinheiro” criado pelas instituições. As notas, impressas pelas escolas, permitiam aos alunos fazerem compras nas lojinhas das instituições de ensino. Por fim, a terceira notícia de fato parecia abordar a Educação e a importância no incentivo para a sua excelência e também para a produção científica. Isso porque Renata Vasconcellos, na cabeça da reportagem, declara de forma contundente que “no mundo inteiro, não existe exemplo de excelência na produção científica que não seja por meio de investimento maciço em educação” (JORNAL NACIONALo, 2019, 26min 48s). Em seguida, assegura que os brasileiros queriam que a Educação estivesse em primeiro lugar no Brasil do futuro em uma pesquisa feita pelo próprio JN em 2018, à época da campanha eleitoral. Todavia, a notícia diz respeito a um problema recorrente no país: a evasão escolar. A reportagem tem início com uma personagem, agente de Educação, em Salvador, na Bahia, cuja missão é a de procurar estudantes faltosos das escolas municipais da cidade. Na sequência diversos exemplos do porquê pais deixaram de levar seus filhos para as aulas: fome, *bullying*<sup>50</sup> e dificuldade de acesso às instituições estavam entre os relatos. Depois de apresentar o conflito e apontar soluções, como a doação de cesta básica mensal e uma prótese dentária, por exemplo, a lição moral (COUTINHO, 2012) é noticiada: as iniciativas são bem-vindas e ajudam a manter crianças na escola, mas os investimentos na rede pública para a Educação são imprescindíveis. Nesse sentido, depreendemos que – apesar de abordar os problemas e encontrar recursos paliativos (porque o investimento maciço em Educação é a única solução possível, acreditamos, e é dever do Estado) – o noticiário poderia ter se debruçado um pouco melhor sobre o assunto e questionado o Poder Executivo sobre quais seriam as propostas apresentadas para tentar

---

que continue sendo de interesse jornalístico, mediante acréscimo de novos elementos para a publicização de notícias atualizadas. (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 699)

<sup>49</sup> Apesar de ser totalmente reciclável e de baixo custo de produção, a garrafa PET, quando não reutilizada ou reciclada, pode oferecer riscos ao meio-ambiente.

<sup>50</sup> Palavra de origem inglesa caracterizando atos de agressão e intimidação repetitivos contra um sujeito que não é aceito por um grupo, geralmente na escola. A prática do *bullying* consiste em um conjunto de violências que se repetem por algum período.

equacionar o problema, e não o fez, mantendo-se mais uma vez omissos no debate sobre a Educação brasileira.

Já no dia 17 de Julho a escalada do JN exhibe o que poderia vir a ser um projeto (questionável, em nosso ponto de vista) para a Educação nacional: o anúncio, feito pelo MEC, de um plano para incentivar a parceria entre Universidades Federais e a iniciativa privada. A reportagem tem início com o questionamento feito pelo presidente da UNE, Iago Montalvão, sobre o corte de verbas nas universidades: “é importante que tenha parceria, mas é sobretudo importante que tenha política pública para a universidade” (JORNAL NACIONALp, 2019, 11min 26s) para apenas depois apresentar o Future-se, cuja pretensão, de acordo com o Ministério da Educação, era ajudar universidades a receber dinheiro privado. Exibindo imagens de Abraham Weintraub fazendo em uma apresentação sobre o projeto, a reportagem explica que a adesão seria voluntária e que aquelas universidades que decidissem não aderir ao programa continuariam recebendo os recursos federais. Em seguida, apresenta o projeto – por meio de arte gráfica, simulando um quadro em uma sala de aula vazia, ressaltamos, visto que a sala de aula vazia representa muito sobre a falta de cuidado com a Educação brasileira –, enaltecendo que o MEC pretende criar um “fundo soberano do conhecimento” (JORNAL NACIONALp, 2019, 11min 59s). Há, ainda, outras explicações sobre o projeto e a informação de que ele deve ser enviado para consulta pública para apenas posteriormente ser apresentado pelo Congresso Nacional. A reportagem acrescenta, ainda, que o Ministério da Educação pretende enviar a proposta para votação em Setembro. Novamente o JN constrói uma reportagem que deveria se aprofundar em um projeto do governo federal (talvez uma Política Pública) para detalhar a forma como esse poderia ser implementado e se traria soluções para o ensino no país. Entretanto, cumpriu apenas o protocolo e fez o “dever de casa”: noticiou o que foi proposto, sem nenhum tipo de questionamento.

Três dias depois mais dois *fait-divers* sobre Educação: a criação de uma biblioteca em um cemitério por falta de espaço, na periferia de São Paulo, e a cumplicidade entre avó e neto que resultaram na alfabetização da idosa para ajudar o neto a fazer as lições de casa. O dia 27 de Julho aborda a maior feira de ciências da América Latina, promovida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A notícia de dois minutos mostra a feira, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e apresenta alguns personagens e suas descobertas com as “invenções” científicas, mostrando a disseminação do conhecimento e o aprendizado. Informa que mais de 80 milhões de brasileiros não visitaram feiras de tecnologias nem bibliotecas em 2019 e que mais de 70% apoiam os investimentos em pesquisa e acham importante ciência e tecnologia. Nesse sentido, fica a pergunta: por que não questionar a falta de incentivo para

mais eventos dessa natureza ou o porquê de esses acontecerem apenas para públicos específicos? O JN ainda destaca que o que os cientistas descobriram no século passado faz parte da vida das pessoas hoje; ressalta que a forma como a ciência beneficia a sociedade ainda não é percebida e ainda que conhecer o passado é importante para entender o presente e mostra cientistas ensinando as pessoas a montar alguns satélites, falarem sobre o valor da pesquisa. Dessa forma, notamos que a preocupação em mostrar os avanços e a importância da ciência existe. Todavia, reportagens como essa são exibidas apenas quando acontecem feiras que entram na pauta dos noticiários, mas não se constituem em uma prática comum nas redações, que esperam ser pautadas.

O último dia de Julho traz a informação da prorrogação do prazo para a renegociação de dívidas do Fies, divulgando um comunicado que interessa mais pelo viés econômico de quem o utiliza. Já a primeira reportagem do mês de Agosto só acontece no dia 13, mais uma vez por ter sido pautada pela sociedade em razão das manifestações contrárias ao corte de verbas na Educação proposto pelo MEC. Assim como ressaltamos nos dias 15 e 30 de Maio, a análise desta notícia já foi abordada por nós em nosso terceiro capítulo, como um pré-teste da ficha de análise elaborada.

Dois dias após a reportagem sobre os protestos contra os cortes de verbas nas universidades federais, a escalada do JN mais uma vez apresenta um enquadramento negativo no que diz respeito à pasta da Educação: a crítica feita por especialistas contrários à proposta apresentada pelo MEC para a alfabetização no país é destacada. A reportagem é exibida apenas ao final do terceiro bloco de notícias, o que revela a desimportância, assim como a forma como a Educação é percebida não apenas pelo governo, mas também pelo telejornal. Ao deixar uma informação fundamental para a população já quase para o encerramento do noticiário, percebemos que o tema não é caro para os editores. Apesar de ter sido relegada a um segundo plano no espelho do JN, Renata Vasconcellos condena a política de alfabetização proposta pelo governo federal e ressalta que a cartilha “não traz o detalhamento que (especialistas) consideram fundamental para implementar as mudanças (na Educação)” (JORNAL NACIONALq, 2019, 37min 19s). Utilizando-se de dados de uma pesquisa efetuada em 2016 que revelou que 54% das crianças de oito e nove anos termina o terceiro ano do ensino fundamental sem saber ler e com baixo desempenho em matemática, a notícia destaca que mudanças urgentes foram sugeridas pelo ex-ministro da Educação por meio de uma cartilha. A informação de que não existem detalhes sobre as instruções e orientações para prefeitos e governadores que, na prática, são aqueles que deveriam implementar as mudanças sugeridas pelo ex-chefe do executivo em um decreto foi ressaltada. Ademais, a saída de

Abraham Weintraub da Conabe (1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências) sem responder a perguntas dos jornalistas foi condenada. Diversos especialistas também fazem coro à falta de fundamentação do documento, considerando-o pouco prático, o que evidencia a inexistência de planejamento da pasta. No encerramento da notícia, a repórter Cláudia Bomtempo sentencia que apenas a partir daquele momento é que “um grupo de especialistas criado pelo MEC começa a definir o que vai mudar na prática e elaborar um guia para os professores em sala de aula. Mas, de acordo com o ministério, ainda não há prazo para essa mudança na alfabetização” (JORNAL NACIONALq, 2019, 39min 58s), o que corrobora o nosso entendimento de que não existem Políticas Públicas eficazes propostas para o ensino fundamental, quiçá para a Educação como um todo.

Finalizando o mês de Agosto a homenagem, na Bienal do Livro, às escritoras Ana Maria Machado e Ruth Rocha pelos 50 anos de carreira é pautada pelo telejornal. Há, ainda, destaque para uma descoberta feita por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás: um exame feito com cera de ouvido capaz de detectar câncer e, em um prazo de apenas cinco horas, conseguir verificar se o paciente tem ou não a doença. A pesquisa ainda revelou que o exame é capaz de descobrir o câncer ainda no estágio inicial. Reportagens como essa, que evidenciam pesquisas e destacam a importância da ciência, são mais frequentes no noticiário. Todavia, julgamos que essas pareçam se deslocar mais da editoria de Educação para a de Ciência e Tecnologia.

Setembro começa com mais um corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado feito pela Capes por falta de recursos. A nota seca, exibida no dia dois de Setembro, revela que, ao todo, serão 11 mil bolsas a menos e que não serão aceitos novos pesquisadores em 2019. E acrescenta que o CNPq também havia suspenso a concessão de novas bolsas e ainda que os atuais bolsistas poderiam não receber o benefício a partir de Setembro. Ao final da informação, Renata Vasconcellos, em tom contestatório, relata que a medida representa uma economia de quase R\$ 38 milhões até o fim do ano para o governo federal, como se o investimento em Educação fosse um gasto desnecessário. Já no dia seguinte o Jornal Nacional, seguindo uma série de reportagens em comemoração ao cinquentenário do telejornal, aborda os problemas e avanços da Educação no Brasil nos últimos 50 anos.

O segundo bloco de notícias é finalizado com a exibição de uma reportagem de 8 minutos exaltando a homenagem feita pela Câmara dos Deputados pelos 50 anos do Jornal Nacional e a chamada para a reportagem especial do dia, sobre Educação. O JN volta do intervalo exibindo várias de suas aberturas ao longo dos anos. Em seguida, em um cenário usado pelo telejornal entre 1981 e 1983, Renata Vasconcellos convida os telespectadores para

recordar reportagens que disseram respeito à Educação, “um tema essencial para qualquer sociedade organizada, para qualquer país” (JORNAL NACIONALr, 2019, 27min 16s). Willian Bonner, assumindo uma postura séria e preocupada com o futuro do país, declara que o caminho percorrido pelo país nos últimos 50 anos foi difícil.

Qualquer cidadão sabe o quanto o nosso país ainda sofre as consequências de um ensino deficiente. Alunos com dificuldade de chegar a uma escola, escolas com falta de estrutura e de professores, professores com salários achatados e sem condições de se aperfeiçoar, para citar só alguns exemplos de problemas comuns. São desafios que o Brasil ainda tem que vencer (JORNAL NACIONALr, 2019, 27min 53s).

Em seguida, volta uma Renata esperançosa, exaltando as conquistas do passado, como a garantia do acesso ao ensino fundamental para quase 100% das crianças, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a adoção de uma Base Curricular única em um país de dimensões continentais, assim como a criação de projetos com o objetivo de facilitar o acesso de negros e crianças pobres ao ensino superior, dentre outras, para ressaltar que atualmente, apesar das adversidades, muitos professores superaram obstáculos e se doam por amor à arte de ensinar, a uma profissão essencial para todas as outras. Mais contido, volta um Bonner antagônico:

As conquistas são muitas, mas não eliminaram desafios, como o de assegurar que todas as crianças concluam ao menos o ensino médio. E que a qualidade desse ensino atinja patamares que permitam ao país um crescimento sólido. No mosaico de trechos de reportagens sobre educação, os sons e imagens originais da época em que elas foram exibidas permitem enxergar, com clareza, tanto esses problemas, quanto os avanços do nosso país nesse setor. E mostram como é fundamental que educação continue a ser um tema sempre presente nas nossas reportagens. (JORNAL NACIONALr, 2019, 28min 56s).

Ao longo de 21 minutos, o JN reapresenta trechos de reportagens relatando tanto os avanços quanto as dificuldades enfrentadas por cidadãos para terem acesso à Educação, assim como em diversas das Políticas Públicas já implementadas em governos anteriores. Todavia, questionamos se, de fato, a Educação é um tema presente nas reportagens do noticiário como deveria ser: a de ser entendida como um direito de todos os indivíduos e um dever do Estado. As informações sobre o tema, veiculadas constantemente pelo noticiário, exaltam ações individuais ou apenas noticiam as contingências que atravessam a Educação e o ensino no Brasil?

Em 06 de Setembro, mais uma eventualidade sobre a Educação é noticiada: o início da emissão da carteirinha de estudantes pelo governo federal, diminuindo uma fonte de receita das uniões estudantis. No dia 09, outra “casualidade” é noticiada: a redução das verbas feita pelo MEC havia começado a prejudicar a rotina das universidades federais em todo o país. Já no dia 14 de Setembro um *fait-divers* encerra o noticiário, deixando uma atmosfera mais leve para o programa a seguir: a informação de que alunos de uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul haviam recebido uma carta da rainha Elisabeth em resposta aos estudantes sobre alguns hábitos da monarquia, questionados por eles em um trabalho, interessa aos espectadores por se tratar de um assunto incomum.

A edição do dia 19 de Setembro do Jornal Nacional apresenta mais uma contingência relacionada à pasta da Educação e fala muito mais sobre Economia: a informação de que o ensino superior à distância tem oferecido mais vagas que o presencial. Já a reportagem produzida para o dia 26 de Setembro revela um triste resultado para a Educação brasileira: a informação de que apenas 2% das escolas públicas de ensino médio no país oferecem as condições necessárias para um aprendizado satisfatório. Apesar de evidenciar o problema, a reportagem sequer se aprofundou no tema e não ofereceu mais informações sobre o que poderia ser feito para solucioná-lo ou quais e se algumas alternativas têm sido adotadas, o que reafirma a falta de interesse na divulgação de projetos e propostas para a Educação brasileira, tanto pelo governo federal quanto pelo próprio noticiário, que poderia questionar o Poder Executivo quanto à ineficácia do setor e cobrar soluções, cumprindo com o seu papel de agente de informação e de formação de pessoas.

A última reportagem veiculada no terceiro trimestre de 2019 anuncia que o MEC vai destinar quase dois bilhões de reais que estavam bloqueados para universidades e institutos federais. Dessa forma, percebemos que, novamente, as notícias relacionadas à editoria de Educação abordam temas extraordinários, incomuns, assim como problemas do setor. Há, ainda, a aproximação com a área econômica. Mas as informações sobre a importância do ensino – seja ele público ou privado, mas de qualidade –, a oferta de mais opções para os estudantes ou ainda alguma discussão sobre os rumos da Educação, como propostas de Políticas Públicas para a área no Brasil, como questionamos, não são aprofundadas, como podemos atestar com os dados da tabela abaixo:

Tabela 5 – Notícias veiculadas pelo JN no terceiro trimestre de 2019

<b>Julho</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
3	não	Versão Digital ENEM	OPERACIONAL
8	não	Olimpíadas de Matemática	EVENTO
9	sim	Nasa seleciona projeto de estudantes goianos	EVENTO
11	não	Metas para a Educação básica	POLÍTICA PÚBLICA?
12	não	Estudos na Terceira Idade	FAIT DIVERS
15	sim	Invento de estudantes premiado pela Nasa	EVENTO
	não	Investimento em Educação	ECONOMIA
17	sim	Parceria universidades federais com iniciativa privada	POLÍTICA PÚBLICA?
20	sim	Biblioteca em cemitério	FAIT DIVERS
	sim	Avó aprende a ler e escrever como incentivo para o neto	FAIT DIVERS
27	não	Feira de Ciências em Campo Grande – SBPC	CALENDÁRIO
30	sim	Aumento de prazo para renegociar dívidas do Fies	ECONOMIA
<b>Agosto</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
13	sim	Manifestação a favor da Educação	PROBLEMA
15	sim	Crítica à proposta do MEC para alfabetização	POLÍTICA PÚBLICA?
31	sim	Bienal do livro	EVENTO
<b>Setembro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
2	não	Terceiro corte de bolsas da Capes	ECONOMIA
3	sim	Problemas e avanços da Educação no país – 50 anos	JN 50 ANOS
6	sim	Carteirinha de estudante emitida pelo governo federal	PROBLEMA
9	sim	UFs sofrem com congelamento de gastos	PROBLEMA
14	não	Carta da Rainha Elisabeth para escola pública no RS	FAIT DIVERS
19	não	Ensino Superior à distância oferece mais vagas que sala de aula	ECONOMIA
26	não	Falta de estrutura para aprendizado satisfatório	DESCASO
30	sim	MEC desbloqueia recursos para UFs e IFs	ECONOMIA

Fonte: Elaborada pela autora

O último trimestre de 2019 tem início, no JN, no que diz respeito à Educação, com uma nota seca<sup>51</sup>, veiculada no dia 3 de Outubro para informar que o MEC havia anunciado o desbloqueio de mais de 600 bolsas de pós-graduação, destinadas a programas de universidades que tenham obtido nota 4 na avaliação da Capes<sup>52</sup>. A nota acrescentou que o objetivo do Ministério da Educação era o de contemplar estados fora de regiões centrais. No dia seguinte o noticiário anunciou que o governo havia divulgado o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade, e exibiu a crítica feita pelo então ministro da Educação aos universitários que tiraram notas baixas ao julgar que os estudantes que deveriam ser punidos diante do resultado fraco:

A lei não permite punir, a vontade seria essa, não permitir uma pessoa que não acertar 20% da prova se forme, a gente gostaria que essa pessoa não pudesse se formar, mas isso a gente não poderia fazer porque tem que mudar a lei. Uma pessoa vai e faz a prova e não consegue acertar, acerta 10% das questões, eu acho que a pessoa não deveria ter o diploma. Não deveria ter a colação. (JORNAL NACIONALs, 2019, 6min 01s)

Na mesma notícia, com dois minutos de duração, o ex-presidente do Inep revelou que o governo pretendia divulgar o nome dos alunos que tiveram os melhores resultados para incentivá-los a se empenhar durante o exame. Para contrapor os argumentos oficiais, o JN exibiu a sonora com a presidente anterior do Inep, Maria Inês Fini, argumentando não ser função do MEC punir alunos e ainda que o ministério deveria fazer uma campanha para o comparecimento dos alunos ao exame.

Os dias 8 e 9 de Outubro apresentam reportagens sobre inteligência artificial, mostrando, de forma subliminar, a importância da Educação na formação das pessoas. A primeira delas, veiculada no dia 8, mostra de que modo os computadores podem ajudar a salvar vidas. Já no dia seguinte a matéria revela quais são os possíveis impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho. O dia 10 de Outubro traz mais uma contingência na Educação: a informação de que o Enem 2019 será o último feito totalmente em papel e que, a partir de 2020, o exame passa a ser gradualmente digital, iniciando por 15 capitais. Apesar de se constituir em uma nota apenas informativa, o JN revela o viés doutrinário do novo governo: há a ressalva, feita quando Abraham Weintraub apresentou as mudanças no Enem, de que as provas não abordassem questões ideológicas (JORNAL NACIONALt, 2019, 25min 03s).

---

<sup>51</sup> Nota seca ou nota ao vivo: nota lida pelo apresentador ou âncora do telejornal ao vivo.

<sup>52</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior.

Como forma de homenagear os professores em seu dia e destacando que a qualificação de todos os trabalhadores depende da Educação, o JN produziu uma reportagem, veiculada na véspera do dia dos professores, revelando o que os docentes pensam sobre sua profissão. O *off*<sup>53</sup>, coberto por imagens exibindo diversos dos problemas atravessados por esses profissionais, demonstra os percalços encontrados: “escolas sucateadas, baixos salários, violência dentro e fora de sala. Quando se fala em educação no Brasil esses problemas estão quase sempre na lista. Mas existe algo, alguma coisa que faz o ato de ensinar valer a pena, apesar de todas as dificuldades” (JORNAL NACIONALu, 2019, 22min 25s). Em seguida, Danilo Vieira, em sua passagem dentro de uma sala de aula, revela que 77% dos professores brasileiros gostam do que fazem: ensinar. E destaca que esses profissionais acreditam fazer a diferença na vida dos alunos. Julgamos que essa reportagem tenha sido realizada não apenas para ressaltar a importância da Educação na vida de todos os indivíduos, mas ainda para demonstrar que sem ela muito pouco pode ser feito. Todavia, ressaltamos que, ao se utilizar de personagens que dedicam suas vidas à docência, alguns inclusive de forma voluntária, o JN romantiza uma profissão pouco valorizada no país e que deveria ser prioridade para qualquer governo. Mas não é e tampouco houve o questionamento do noticiário sobre esse assunto.

O dia 18 de Outubro apresenta mais uma contingência na área da Educação: a liberação de toda a verba que ainda estava bloqueada no orçamento das universidades federais. Já no último dia do mês o noticiário deu início a uma série de reportagens, que se estendeu pelos dias 1º e 2 de Novembro, sobre como o Exame Nacional do Ensino Médio facilitou a entrada de alunos nas universidades.

O Jornal Nacional, na primeira quarta-feira de Novembro de 2019, anunciou o “Programa Educação em Prática”, lançado pelo governo federal. Sem que a informação tivesse sido divulgada na escalada da edição do dia 6, como se a proposta de uma Política Pública da área da Educação não merecesse manchete no noticiário, e com os destaques seguindo os mesmos dos dias anteriores (propostas de Emenda Constitucional do ministério da Economia; extinção de municípios que não se sustentam com a própria arrecadação, proposta por Bolsonaro; e reforma da Previdência, dentre outros), a informação ocupou apenas 1 minuto da edição do telejornal. A notícia, veiculada apenas no terceiro bloco de notícias, informa que o programa prevê que universidades parceiras ofereçam seus espaços ociosos e alunos de licenciatura, que serviriam como supervisores dos estudantes das escolas públicas,

---

<sup>53</sup> Texto narrado pelo repórter e coberto por imagens.

com o objetivo de complementar a formação de estudantes do ensino médio e do ensino fundamental II. No encerramento, a repórter Zileide Silva revela que “em troca, o Ministério da Educação disse que as faculdades poderão ter um bônus na nota do Sinaes, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Seria um estímulo para que universidades participem do projeto e colaborem com a educação básica” (JORNAL NACIONAL<sup>v</sup>, 2019, 26min 25s). No nosso entendimento, a proposta feita pelo governo buscava barganhar algum tipo de “ajuda” das universidades, como se a promoção do ensino não fosse uma obrigação do próprio governo federal e devesse ser tratada com mais responsabilidade e seriedade. Mais uma vez a Educação fica em segundo plano, tanto para o governo quanto para o noticiário, que poderia ter questionado o projeto e o porquê de os investimentos em Educação não serem feitos pelo próprio Estado.

Já na edição do dia 9 de Novembro mais uma circunstância é apresentada na área de Educação: a divulgação da segunda etapa do Enem, em mais uma reportagem que mostrava a preparação de diversos estudantes, em todo o país, para a prova. O noticiário revela, no dia 13 de Novembro, que o IBGE divulgou que os negros eram a maioria nas universidades públicas em todo o país pela primeira vez. Todavia, a informação é acrescida do fato de que, apesar de estarem estudando mais, os negros ocupam menos de 30% dos cargos de chefia no Brasil. Ao veicular notícias com essa temática, o JN deveria, por obrigação, se aprofundar no assunto e destacar a falta de oportunidades de negros, e ainda abordar o racismo existente – e latente – no país, mas prefere, mais uma vez, se ater a noticiar dados, como se fosse um instituto de pesquisa.

No dia 23 de Novembro o JN promove o vestibular da USP, um dos mais concorridos do país, mostrando a rotina dos alunos que querem entrar para a universidade e as dicas dos professores para que os estudantes façam boas provas. Uma nova contingência na pasta da Educação é pauta na escalada do JN do dia 25 de Novembro: o aplicativo lançado pelo governo federal para emitir a carteirinha de estudante gratuita. A reportagem, veiculada na volta do comercial para o segundo bloco de notícias, anuncia que o estudante poderá, por meio do ID Estudantil<sup>54</sup>, acessar a sua carteira de estudante, bastando apenas fazer um cadastro no aplicativo e compartilhar seus dados com o Ministério da Educação. Após descrever o modo como os alunos deverão se cadastrar, a reportagem destaca que as carteirinhas continuarão a ser produzidas, também, pelas entidades estudantis e que os dados alimentados pelos estudantes no aplicativo fornecerão informações ao governo sobre quem está matriculado e

---

<sup>54</sup> Carteira de Identificação Estudantil.

frequentando as aulas, como uma forma de monitorar quem de fato é estudante. No encerramento da reportagem, Délis Ortiz revela que o aplicativo não funcionou para os alunos que tentaram baixá-lo na internet. De volta à bancada, Willian Bonner, irônico, repassa a informação fornecida pelo MEC: “(...) o ministério afirma que, por ter sido lançado hoje, há um período de espera até aparecer na lista de busca da loja” (JORNAL NACIONALw, 2019, 16min 09s), oferecendo ainda mais informações disponibilizadas no endereço eletrônico do JN, promovendo uma interação entre o noticiário e seus telespectadores, e ainda fidelizando seu público.

No início do último mês do ano, o JN apresenta um programa de incentivo à leitura para crianças anunciado pelo governo federal. A nota seca divulga que a proposta do MEC, com o projeto “Conta pra mim”, é a de que os pais sejam estimulados a ler para suas crianças. Observamos que, dessa forma, o governo novamente delega uma responsabilidade sua para as famílias brasileiras. Dessa forma, objetiva abrir mão de um dever seu e o transfere para os pais de alunos, como se as Políticas Públicas pudessem ser efetivadas dentro dos próprios lares brasileiros. Nosso questionamento, ademais, está na falta de abordagem adequada para a proposta feita pelo JN: em momento algum o noticiário contestou o projeto do governo federal, mais uma vez sendo omissos com a falta de compromisso com os estudantes e, ainda, com a Educação brasileira como um todo.

Também no dia 5 de Dezembro mais uma matéria sobre Educação objetivando cativar seus espectadores é veiculada pelo JN: uma reportagem mostrando moradores de rua do Rio de Janeiro tendo aulas de inglês, em uma escola da zona oeste da cidade. Construída promovendo uma Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012), a informação emociona o público.

Já o primeiro sábado de Dezembro de 2019 do JN revela que o Fantástico, revista eletrônica semanal da Rede Globo, vai apresentar uma denúncia contra o governo federal e o MEC ao exibir uma reportagem mostrando livros didáticos que nunca foram utilizados sendo triturados para virarem papel higiênico. No dia 12 de Dezembro mais um dado negativo relacionado à área da Educação é publicizado pelo Jornal Nacional: o resultado de um levantamento feito pelo MEC, com dados de 2016 a 2018 do Enade, revelando que menos de 2% dos oito mil cursos do ensino superior conseguiram atingir nota máxima.

Em 27 de Dezembro, uma nota seca com uma arte ao fundo informa que o MEC havia anunciado mudanças e redução de vagas no Fies, o programa de financiamento estudantil. Já no penúltimo dia do ano, o JN demonstra, novamente, o valor da Educação para o noticiário. No segundo bloco do telejornal, uma nota seca, lida por Ana Paula Araújo, sorridente e sem

parecer se afetar com os sérios problemas enfrentados pela área no Brasil, e Rodrigo Bocardi, apático, informam o resultado do censo escolar de 2019:

(...) 21 milhões 413 mil alunos estão matriculados no ensino fundamental, uma queda de 1,6% em relação ao ano passado. No ensino médio a queda foi maior: 4,2%. São 6 milhões e 200 mil estudantes matriculados hoje nesta etapa. Já em creches o número de matrículas aumentou: em 2018 eram 2 milhões 333 mil matrículas agora são 2 milhões 432 mil. (JORNAL NACIONALx, 2019, 23min 47s)

Tomando por base as expressões (ou a falta delas) dos âncoras no penúltimo telejornal do ano, que deu mais importância à comemoração da chegada do Ano Novo que aos vieses da Educação (e até mesmo de outras dificuldades do país nas mais diversas áreas), nossa hipótese é a de que a Educação não é prioridade, se não para o governo, tampouco para o JN.

Tabela 6 – Notícias veiculadas pelo JN no quarto trimestre de 2019

<b>Outubro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
3	não	Desbloqueio bolsas pós-graduação	ECONOMIA
4	sim	Resultado ENADE	CALENDÁRIO
8	sim	Série – Inteligência Artificial	FAIT DIVERS
9	sim	Série – Inteligência Artificial	FAIT DIVERS
10	sim	Último ENEM totalmente em papel	OPERACIONAL
14	não	Qualificação de trabalhadores	ECONOMIA
18	sim	Governo libera verba bloqueada para UF's	ECONOMIA
31	sim	ENEM como porta de acesso às universidades	CALENDÁRIO/OPERACIONAL
<b>Novembro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
1	sim	Regras ENEM	CALENDÁRIO
2	sim	Redação ENEM	CALENDÁRIO
6	não	Programa Educação em Prática	POLÍTICA PÚBLICA?
9	sim	Segunda etapa ENEM	CALENDÁRIO
13	sim	Estudo IBGE: negros como maioria nas UF's	VISIBILIDADE?
22	sim	Estudo sobre combate à dengue	DESCOBERTA
23	sim	Vestibular USP	CALENDÁRIO
25	sim	Aplicativo carteirinha estudantil	PROBLEMA/ECONOMIA
<b>Dezembro</b>			
<b>Datas</b>	<b>Escalada</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visão da Educação</b>
5	sim	Programa de incentivo à leitura para crianças	POLÍTICA PÚBLICA?
7	não	Livros didáticos triturados	PROBLEMA/DESCASO
12	não	Avaliação de cursos do ensino superior	PROBLEMA

27	sim	Mudanças no Fies	ECONOMIA
30	não	Censo escolar 2019	CALENDÁRIO

Fonte: Elaborada pela autora

A Educação enquanto proposta não é pautada, o que pode ser comprovado por meio das análises feitas ao longo de todo o ano. Durante o primeiro trimestre, o tema foi veiculado apenas em 14 dos 90 dias. Em Janeiro, férias escolares, o assunto foi destaque somente em função da construção do novo governo e para informar o calendário proposto. Ocupando uma média de 52 minutos e meio da programação da emissora no primeiro mês do ano, o JN destinou apenas 12 minutos e 20 segundos ao longo Janeiro para a Educação. Fevereiro, comparativamente, deu mais atenção ao assunto que o mês anterior. Todavia, isso aconteceu em função das decisões desastradas de Ricardo Vélez Rodrigues, pedindo para que alunos cantassem, perfilados, o Hino Nacional nas escolas e depois reconhecendo o erro. Em um total de 28 dias, a Educação foi assunto em cinco (5) deles e ocupou 16 minutos e 32 segundos durante o mês, enquanto o JN teve a duração de aproximadamente 45 minutos diários. Março foi o mês com menos informações sobre Educação: em 31 dias apenas três (3) pautaram o assunto, e foram destinados 10 minutos no total. A média das edições também foi menor: 43 minutos de noticiário, aproximadamente.

Já Abril trouxe 10 dias, com duas matérias em um deles, destinados a assuntos envolvendo a editoria de Educação. A quase totalidade das notícias versava sobre problemas com a pasta, troca de cargos, economia ou burocracias no MEC. As edições do mês de Abril ocupavam aproximadamente 47 minutos da grade de programação diária da Rede Globo de Televisão. Já as notícias a respeito da Educação, se somados os 10 dias em que foram pautadas pelo noticiário, 32 minutos e meio, muitos deles destinados à demissão de Vélez Rodriguez e à condução de Abraham Weintraub à frente do Ministério da Educação. Maio trouxe as críticas e as manifestações estudantis contra o corte de verbas das universidades federais feito pelo governo federal. Dos 31 dias, em quase a metade alguma informação foi veiculada sobre Educação. Questões envolvendo política e economia, como o corte de verbas das universidades federais e a sabatina de Weintraub na Câmara dos Deputados, dentre outras, além do calendário acadêmico foram os principais temas. Maio foi o mês que mais destinou tempo à Educação no Jornal Nacional: aproximadamente 56 minutos. No mês de Junho a Educação ocupou menos espaço no noticiário: dos 30 dias apenas seis (6) veicularam informações sobre o assunto, com temáticas mais leves que o mês anterior, versando sobre o calendário acadêmico, ofertas em cursos à distância, *fait-divers* e algumas informações sobre

resultados de pesquisas na área, como a que constatou a dimensão das deficiências de qualificação de professores, mas não apresentou soluções e sequer questionamento ao poder público.

O segundo semestre noticia algumas propostas de Políticas Públicas na área de Educação do governo federal. Todavia, nenhuma delas possuía sustentação ou qualquer tipo de ação que pudesse efetivá-la. Ademais, o noticiário não se aprofundou nas questões sobre as metas para a Educação Básica, tampouco no que dizia respeito à parceria entre Universidades Federais e a iniciativa privada, comprovando seu pouco comprometimento com a Educação brasileira. Ao longo de seus 31 dias, o JN de Julho veiculou informações sobre Educação em dez deles, sendo que em dois duas notícias foram produzidas, perfazendo um total de, aproximadamente, 24 minutos de informação sobre o tema, mas nenhuma investigação criteriosa acerca de algum deles. Agosto foi um mês fraco de notícias sobre Educação no Jornal Nacional: apenas três dias traziam algum assunto e, em um deles, uma crítica de especialistas à proposta do MEC para a alfabetização foi citada, mas também sem ser sido contextualizada ou sequer estudada pelo noticiário, assim como as demais matérias sobre o tema. As outras duas diziam respeito à manifestação contra o corte de verbas das universidades e a Bienal do Livro, contingências da pasta. O último mês do terceiro trimestre do JN pautou a Educação em oito dos 30 dias. Seguindo a mesma linha proposta pela emissora, os assuntos versavam sobre os problemas enfrentados pelo Ministério da Educação, além de alguns *fait-divers*.

O último trimestre do ano confirmou nossa hipótese da pouca preocupação, ou a falta de cuidado, com a Educação no país tanto pelo governo federal quanto pelo principal telejornal da TV aberta brasileira. Dos 31 dias de Outubro, a Educação foi pauta em apenas oito deles. Notícias sobre calendário acadêmico, resultado de provas, bloqueio e desbloqueio de recursos foram os tópicos principais. Nem a comemoração do Dia dos Professores fez com que o noticiário dedicasse algum tempo expressivo para discutir os rumos da Educação no país. Os assuntos que ganharam mais visibilidade e, portanto, maior espaço de tempo no telejornal diziam respeito a duas séries: uma sobre inteligência artificial e outra sobre o Enem, que se estendeu para o início de Novembro. Nesse sentido, o Jornal Nacional continuou a destacar, no penúltimo mês do ano, as provas do Enem como possibilidade de acesso de estudantes às universidades, assim como o calendário de provas de algumas universidades, como a USP. Uma única notícia que abordava uma proposta de Política Pública ocupou menos de três minutos do telejornal, e apresentou o Programa Educação em Prática como um tipo de barganha oferecida pelo governo federal para a conquista de pontos da Universidades.

Assim como em praticamente todos os demais meses do ano, o JN, em Dezembro, apresentou apenas problemas e calendários acadêmicos. A única exceção se deu no dia 5, quando o governo propôs um programa de incentivo à leitura para crianças, mas sob a orientação e execução dos pais, o que não se constitui em uma Política Pública, mas em uma delegação de responsabilidade. Dos 31 dias do último mês do ano, a Educação foi noticiada, de alguma forma, em seis deles e não ocupou mais de dez minutos do telejornal.

Dessa forma, confirmamos que o noticiário, ao final do primeiro ano do governo Bolsonaro e tomando por base a análise de todos os telejornais exibidos, produziu poucas reportagens versando sobre Educação. Entendemos que esse não foi um tema caro para o antigo governo, mas poderia ter sido melhor explorado, exatamente pela ausência de Políticas Públicas e, conseqüentemente, pela inação da pasta, pelo Jornal Nacional.

## **7 OUTROS OLHARES SOBRE A CIÊNCIA E OS RECORRENTES PROBLEMAS COM A EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA: O EMBATE DE NARRATIVAS ENTRE JN E GOVERNO BOLSONARO**

Negação, omissão, descaso, inação. Diversos são os substantivos que podem descrever a falta de atitudes do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia. Com praticamente 700 mil mortos em seu currículo, o ex-presidente não se preocupou com o avanço da Covid-19 no Brasil. Mostrou-se um pouco consternado apenas no período eleitoral, com receio de perder as eleições para o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, o que acabou se confirmando.

Ao longo de nosso processo de doutoramento, período mais letal da pandemia de coronavírus, diversos artigos foram publicados sobre o tema. Muitos deles abordavam o desprezo do governo brasileiro no combate à doença. Nesse sentido, em função desse atravessamento da Ciência e da Educação em função da pandemia, entendemos que era importante também abordarmos algumas das ações adotadas pelo então presidente, Jair Bolsonaro, assim como a postura pedagógica assumida pelo jornalismo da Rede Globo, principalmente do Jornal Nacional.

A doença respiratória aguda causada pelo vírus “SARS-CoV-2”, popularizado como coronavírus, teve seu primeiro caso oficializado no dia 01 de Dezembro de 2019 em Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou pelo mundo, chegando também ao Brasil. A Covid-19 chegou ao Brasil após causar milhares de mortes em diversos países do mundo, com destaque para China, primeiro epicentro do coronavírus e, posteriormente, nações europeias como Itália, França e Inglaterra. Cumprindo com sua proposta de fazer a cobertura das principais notícias no Brasil e no mundo, o Jornal Nacional noticiou o panorama da doença desde o surgimento dos primeiros casos no país asiático.

Foi no dia 26 de Fevereiro de 2020, em São Paulo, que houve a comprovação do primeiro caso de paciente infectado pelo coronavírus, notícia que foi anunciada pelo Jornal Nacional, nosso objeto de estudo. A partir daí, o telejornalismo brasileiro e mundial passou a conviver com a pandemia da Covid-19, que impôs a toda sociedade medidas de biossegurança como uso de máscaras, álcool em gel e de distanciamento social, práticas que se tornaram comuns também nas rotinas produtivas do jornalismo.

Nesse contexto, salientamos também o papel assumido por cada um dos personagens presentes nas matérias: a maioria absoluta das reportagens possuía com especialistas no assunto. A nosso ver, entendemos que isso tenha sido feito com o objetivo de conscientizar

e instruir os telespectadores sobre o tema. Poucas vezes houve povo fala ou intervenções com cidadãos comuns, exceto quando servia como gancho para esclarecer alguma dúvida ou auxiliar a instruir os indivíduos sobre as medidas de prevenção à doença ou, ainda, para humanizar as notícias e aproximá-las de seus telespectadores.

A cobertura sobre o avanço do coronavírus, feita pelo Jornal Nacional, foi se ampliando na proporção em que também havia um aumento de casos no país, mesmo que já houvesse uma cobertura significativa sobre a pandemia a nível mundial no noticiário. Em determinadas edições o JN abordou o assunto ao longo de praticamente todo o telejornal, informação que começamos a identificar já a partir do segundo dia da descoberta de paciente infectado pelo vírus no Brasil, quando o assunto foi tratado pelo JN com mais profundidade. Isso porque, desde que o vírus da Covid-19 chegou ao Brasil, a audiência dos noticiários – principalmente da Rede Globo de Televisão – aumentou consideravelmente, assim como foi reforçado o grau de confiabilidade dos brasileiros quanto às informações veiculadas pelos telejornais, de acordo com Pesquisa Datafolha feita por telefone de 18 a 20 de março com 1558 entrevistados em todas as regiões do país. Outro fator resultante do coronavírus foi a mudança na grade de programação da Rede Globo, que fez com que a emissora passasse a transmitir diariamente cerca de 11 horas de conteúdos jornalísticos, predominantemente ao vivo.

Percebemos que o JN produziu repetidamente materiais com caráter didático, informando como as pessoas deveriam se comportar e utilizando-se da Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012) para se aproximar dos espectadores e educar: apresentavam personagens, situações cotidianas e corriqueiras, hábitos frequentes e a necessidade da mudança de postura. Notamos que, quase diariamente, as orientações do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta foram veiculadas, destacando não apenas a importância da prevenção, mas também o reforço para a necessidade de os indivíduos consumirem informação criteriosa e combaterem as *fake news*. Ao longo das reportagens sobre o tema, diversos especialistas foram ouvidos, muitas vezes vários deles em uma mesma notícia. Houve também a informação, algumas vezes repetida, do telefone do Ministério da Saúde – 136 –, a ser utilizado pelos cidadãos para sanar quaisquer dúvidas. Diariamente, depois de informar sobre o avanço da epidemia<sup>55</sup> no Brasil, o JN também abordava o panorama da doença no mundo, promovendo um jornalismo educativo para os espectadores, sem causar pânico, e ajudando a população a se prevenir do novo vírus, promovendo o que

---

<sup>55</sup> A Covid-19 foi nomeada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia apenas no dia 11 de Março de 2020.

Coutinho (2012) destaca como o desfecho tendo sempre uma lição moral. Além disso, diversas reportagens deram voz aos cidadãos, com especialistas respondendo a questões simples apresentadas por eles de forma pedagógica, contribuindo para o correto exercício do jornalismo, em cumprimento aos princípios de educar, entreter e informar próprios da TV.

Importa destacar, também, que em algumas edições o JN adotou uma postura otimista em relação ao combate à doença. Ainda no dia 28 de fevereiro informou que, em apenas dois dias, cientistas<sup>56</sup> da Fapesp<sup>57</sup> conseguiram sequenciar o genoma do vírus, relatando a importância dessa descoberta por ajudar a monitorar o desenvolvimento e a mutação do vírus, contribuindo no desenvolvimento de testes e vacinas. Entretanto, apesar da adoção de postura otimista em relação ao enfrentamento da doença, o JN ressaltou inúmeras vezes o grande número de notícias falsas que haviam circulado a respeito da Covid-19 nas redes sociais, convidando os telespectadores a conferirem o que era verdade ou não no G1, o portal de notícias do Grupo Globo, além de todas as informações sobre o combate e a prevenção da doença, promovendo um jornalismo transmídia<sup>58</sup> ao convidar seus telespectadores para também consumirem as informações fornecidas pelo conglomerado de comunicação em outra plataforma, a Internet.

Dessa forma, o Jornal Nacional assumiu uma pedagogia do telejornalismo, como descrita por Vizeu e Cerqueira (2018), buscando instruir seus telespectadores quanto às novas práticas de comportamento a serem seguidas. Ao mesmo tempo, o JN também questionava os atos praticados pelo ex-presidente na condução da pandemia do país. O JN declarou, em diversas situações, que o Brasil se diferenciava dos outros países em gestos e em declarações do ex-presidente da República, veiculando reportagens com enquadramento noticioso negativo para o governo federal, mostrando Jair Bolsonaro descumprindo recomendações sanitárias internacionais ao se juntar a manifestantes em Brasília, participando de motociatas e ainda sem usar itens básicos de proteção, como as máscaras, e provocando críticas ao afirmar

---

<sup>56</sup> A reportagem de abertura do noticiário, no dia 02 de Março, ressaltou o trabalho feito pelas pesquisadoras vinculadas à USP (universidade pública mantida pelo Estado de São Paulo), debruçadas nos estudos sobre o coronavírus, que comprovaram que os vírus que infectaram os dois pacientes brasileiros vítimas de Covid-19 eram diferentes. A informação, que abriu a escalada e fez parte do primeiro bloco de notícias da edição, é de fundamental importância a nosso ver. Primeiro, porque o estudo desenvolvido chegou à conclusão de que o coronavírus poderia possuir diversos códigos genéticos diferentes porque sofre mutações no período de um mês e, em segundo lugar, porque destacou – e fortaleceu, na nossa visão – a pesquisa desenvolvida em universidades públicas brasileiras, tão desvalorizada pelo governo Bolsonaro.

<sup>57</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>58</sup> Carolina Dall’Agnese e Eugênia Barichello (2018, p. 1) explicam que o jornalismo transmídia não pode ser considerado recente, visto que o jornalismo sempre foi dotado de um caráter transmidiático, tendo em vista que notícias se expandem do rádio para a televisão, desses para o jornalismo impresso e para as revistas semanais. Para as autoras, a diferença está no fato de que, na atualidade, essa particularidade é intensificada pelo uso das tecnologias digitais, que facilitam a produção, distribuição e o acesso multiplataforma.

que “a Covid-19 não deve ser superdimensionada” (JORNAL NACIONALb, 2020, 0min 24s), indo de encontro ao que atestavam especialistas e líderes mundiais.

Em nosso breve olhar, algumas edições do noticiário merecem destaque. A do dia 17 de Março trouxe a informação sobre a primeira morte provocada pela Covid-19 no Brasil, a de um paciente que não havia viajado para o exterior<sup>59</sup> e a de que o Brasil havia atingido a marca de 8000 casos suspeitos da doença. A informação sobre a primeira morte trouxe consigo mais uma reportagem de cunho pedagógico, informando que a taxa de letalidade do coronavírus era maior entre as pessoas com doenças crônicas, mostrando didaticamente a taxa para diferentes enfermidades. Repetidamente, o noticiário assumiu postura didática ao instruir as pessoas a tomarem as precauções exaustivamente exibidas: evitem aglomerações, não fazerem visitas às pessoas idosas e a manterem os hábitos de higiene.

Já a escalada do Jornal Nacional do dia 18 de Março trouxe a informação de que o ex-presidente Jair Bolsonaro havia reunido seus ministros<sup>60</sup> no Palácio do Planalto para anunciar medidas contra a crise provocada pela pandemia no país. A edição teve início ressaltando a “drástica mudança de postura” (JORNAL NACIONALc, 2020, 1min 27s) do ex-presidente da República. Isso porque, 48h antes, Bolsonaro havia dito a vários veículos de comunicação que havia histeria e superdimensionamento da pandemia e, ao chegar à coletiva, todos os membros do governo estavam de máscaras<sup>61</sup>. Mais uma vez promovendo um jornalismo didático, Bonner anunciou – em tom irônico – que, durante a entrevista coletiva, Bolsonaro e

---

<sup>59</sup> A reportagem informou que se tratava de um paciente de 62 anos, de São Paulo, que tinha diabetes e hipertensão. E acrescentou que, no hospital em que ele estava, pacientes entubados ainda esperavam um resultado do teste do coronavírus.

<sup>60</sup> O ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou ser preciso que todos os brasileiros colaborem. Já o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou um auxílio no valor de R\$200,00 por mês para trabalhadores informais e autônomos de baixa renda durante 3 meses que não recebiam outros benefícios sociais.

<sup>61</sup> Bolsonaro explicou que o uso de máscaras se devia ao contato de diversos ministros com outros integrantes da comitiva que havia viajado com ele para os Estados Unidos e que haviam contraído o Coronavírus. A notícia reforçou que o segundo teste feito pelo ex-presidente havia dado negativo, mas que 17 pessoas que viajaram com ele contraíram o vírus. E prosseguiu destacando outros pontos da coletiva, como o momento em que Bolsonaro relatou ter sido um sucesso a operação de repatriamento dos brasileiros que estavam na China, mas ressaltou que essa ação havia sido descartada pelo presidente inicialmente, porque, segundo ele, custava caro e não havia lei de quarentena no país, mais uma vez assumindo um enquadramento noticioso desfavorável aos atos praticados pelo ex-chefe de Estado brasileiro. Novamente assumindo um viés contrário ao presidente, a reportagem veiculou um trecho da entrevista em que Bolsonaro disse não ter convocado a manifestação no dia anterior, mas não “abandonaria” o povo brasileiro. Contudo, o JN exibiu em seguida um discurso feito por ele, em Roraima, convidando as pessoas para participar do ato e exibiu imagens do ex-presidente no momento da manifestação, cumprimentando pessoas, apertando mãos e aproximando-se de cidadãos para tirar *selfies* enquanto ainda aguardava a contraprova de seu teste para coronavírus. Ainda durante a coletiva, Bolsonaro atacou a mídia, afirmando haver um superdimensionamento da doença por parte dos veículos de comunicação. O noticiário destacou que, apesar de defender as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, Bolsonaro reiteradamente desrespeitava as regras preconizadas pelos órgãos.

seus ministros deram “aula”<sup>62</sup> de como não usar uma máscara, desdobrando a matéria em um comparativo sobre as formas correta e incorreta para o uso do acessório, destacando os erros dos membros do governo: retiravam as máscaras quando falavam, colocavam as mãos sobre elas ou deixavam-nas penduradas nas orelhas, por exemplo.

Com o avanço da pandemia no Brasil, o noticiário deu cada vez mais importância ao coronavírus, inclusive com a informação de que não era mais possível detectar como ocorria a contaminação de pessoas em diversos estados do país. Em 23 de Março, o JN teve início com um editorial pedindo calma. Depois da escalada das matérias, os âncoras assumiram papel sóbrio, mas acolhedor, ao tratar da pandemia. Entre troca de câmeras, os apresentadores reconheceram a gravidade da situação, destacaram o trabalho de vários profissionais que não puderam se manter em isolamento, como preconizado pelo Ministério da Saúde, exaltaram sobretudo o trabalho dos jornalistas, mas reforçaram o pedido de serenidade para lidar com a situação.

Já no dia seguinte houve a informação sobre o adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão, para 2021. E novamente o anúncio, feito por Willian Bonner – em tom solene e contestatório – de que o ex-presidente, em um pronunciamento feito em Rede Nacional, havia contrariado o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo pregavam como forma de evitar que o coronavírus se espalhasse. Isso porque Bolsonaro criticou o pedido feito para que todos aqueles que pudessem, ficassem em casa, culpando os meios de comunicação por espalharem a sensação de pavor. Além disso, afirmou que, caso contraísse vírus, não pegaria mais do que uma gripezinha. No dia 25 de Março, o JN repercutiu, de forma crítica e contrária, mais uma vez o pronunciamento feito por Bolsonaro no dia anterior. Ainda na escalada, o JN assumiu uma postura negativa em relação às ações do ex-presidente, minimizando o perigo da Covid-19 ao dizer que outros vírus mataram mais sem provocar comoção. Por diversas vezes o noticiário voltou a criticar o pronunciamento feito por Bolsonaro no dia 24 de Março. Defendemos que o tema tenha sido abordado pelo Jornal Nacional de forma pedagógica, ao longo do período mais crítico da pandemia, quando ainda não haviam vacinas, com o objetivo de conscientizar e instruir os telespectadores sobre a gravidade do coronavírus, assim como diversas vezes também assumiu uma Dramaturgia do Telejornalismo, como a descrita por Iluska Coutinho (2012), com o mesmo propósito, e também para promover um telejornalismo mais humanizado, com a presença de personagens, em uma tentativa de aproximar a notícia de seus telespectadores.

---

<sup>62</sup> A expressão utilizada por Bonner nos chama a atenção exatamente porque, apesar de se utilizar de tom irônico, mobiliza o imaginário da Educação, nosso objeto de estudo.

Reiteramos que, como parte da agenda noticiosa, o Jornal Nacional realizou a cobertura dos pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro, observando, contudo, uma postura educativa e instrucional na tentativa de checar as afirmações proferidas pelo ex-presidente a respeito de assuntos que envolviam a Covid-19, temas aos quais o telejornal dedicou diariamente uma parcela do tempo para trazer dados atualizados da situação da pandemia no Brasil com informações sobre mortes, infectados e, posteriormente, vacinados com a 1ª e/ou 2ª doses.

A partir desta postura educativa adotada pelo Jornal Nacional, retomamos Paulo Freire para destacar os saberes preconizados pelo patrono da educação brasileira. A visão freireana de Educação estabelece uma autoconstrução de sujeitos conscientes de sua posição e de seu papel social, forjando sujeitos informacionais éticos e críticos que são levados a pensar a partir do conhecimento. Entendemos que esta consciência se daria por meio do noticiário que teria como intuito orientar os brasileiros sobre a importância da vacinação, assim como dos perigos da falta de imunização em um contexto pandêmico.

Em diversas edições o JN fez uma crítica contundente às ações de Bolsonaro. Ademais, julgamos que o Jornal Nacional, ao exibir reiteradamente notícias voltadas ao coronavírus, buscou assumir sua função de informar, levando esclarecimentos sobre o tema, assim como exibindo matérias de cunho didático para que as pessoas conseguissem se proteger do vírus.

### **7.1 A queda de Weintraub, o pior ministro da Educação brasileiro**

Para além da preocupação com a pandemia, em um embate com o ex-presidente questionando sua omissão no enfrentamento da Covid-19, o Jornal Nacional ainda noticiou diversas (in)ações do governo. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo nesta tese, a Educação foi praticamente esquecida: não houve preocupação do governo com os alunos que não tinham acesso à internet para acompanhar as aulas, tampouco alguma Política Pública emergencial foi implantada nesse sentido, para minimizar os danos causados pela pandemia tanto para alunos quanto para professores. Praticamente nada foi divulgado, muito menos executado. Nesse sentido, o JN também se manteve omissivo ao não buscar alternativas para a Educação em um contexto pandêmico, visto que poderia ter se posicionado e cobrado alguma ação efetiva do Estado.

Por outro lado, importa destacar que o ex-chefe do executivo também adotava posturas pouco ortodoxas, e agia de acordo com o que julgava melhor para sua própria imagem. Nesse

sentido, julgamos importante analisar a forma como a demissão de Abraham Weintraub<sup>63</sup> foi apresentada para os brasileiros: em um vídeo disponibilizado nas redes sociais do ex-presidente.

Em uma gravação com pouco mais de 3 minutos de duração (03min 13s), Weintraub inicia a produção audiovisual desculpando-se com Bolsonaro, que se mostra absolutamente incomodado com o momento, em posição ereta, com as mãos entrelaçadas e sério. O ex-gestor do MEC afirma, em tom irônico, que geralmente fala de improviso – o que certamente ajudou, e muito, na sua “saída” do ministério, visto que sua gestão foi repleta de polêmicas, como já anteriormente apresentado nesta tese – mas que nesse momento julgava melhor, por estar emocionado, usar uma “colinha”, deixando explícita a falta de importância do ex-ocupante do Ministério com a própria Educação. Acreditamos que seja importante expor o que Pavis (2008, p. 125) considera discurso da encenação, visto que “sempre tem uma palavra a dizer: intervenção capital pois será, para a representação, a ‘última palavra’”, exatamente porque silencia qualquer tipo de questionamento sobre a ação, acrescentamos.

Dessa forma, sem dar margem para argumentações que não a sua própria, Weintraub – com sua “cola” em mãos – começou agradecendo todo o apoio e carinho recebidos por ele e por sua família de toda a sociedade brasileira ao longo de sua gestão frente ao MEC. O economista ressaltou que a sociedade brasileira concordava e apoiava suas ações, e que por esse motivo todos os cidadãos passaram a fazer parte de sua família: “hoje eu acho que [o Brasil] têm muitos Weintraubs” (ABRAHAM, 2020, 0min 27s). Bucci (2009, p. 71) pondera que se entende “a condição imediata e permanente de estar ao vivo a qualquer instante: ‘a instância da imagem ao vivo’ não é a imagem ao vivo, em si, mas o lugar social que lhe serve de sede, a partir do qual ela se irradia e para o qual ela converge”. Dessa forma, ao “aparentar” estar ao vivo conversando com seus simpatizantes, tanto Weintraub quanto Bolsonaro se apresentam confortáveis no sentido de dizer o que lhes convém, sem precisar contra-argumentar ou explicar o que os levou à decisão tomada.

Sempre com uma das mãos no bolso (e a outra segurando sua lauda para consultar o texto que era lido), o ex-ministro da Educação, assim como o ex-chefe do executivo, mostraram-se desconfortáveis durante o ato; Weintraub foi filmado todo o tempo ao lado de Bolsonaro, que permanecia estático em sua posição, com o olhar constante para um ponto específico (e sem qualquer importância no contexto da filmagem, visto que o ex-presidente

---

<sup>63</sup> Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação do governo Bolsonaro. Assim como o primeiro nomeado para a pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, sua gestão foi marcada por diversas ingerências e falta de comprometimento com a Educação, como ressaltamos anteriormente.

parecia olhar fixamente para lugar algum, diferente do centro da câmera). Depois de começar com o agradecimento geral, destaca que “dessa vez é verdade” (ABRAHAM, 2020, 0min 31s) e que naquele momento deixava a gestão do MEC. Informou que iria iniciar a transição naquele momento<sup>64</sup> para, em seguida, “passar o bastão” para o ministro que iria, então, ocupar sua cadeira. Assim como Bolsonaro em suas *lives* e discursos, Weintraub apresentou um pronunciamento buscando proximidade com os seguidores do ex-presidente, com palavras de fácil compreensão, linguagem coloquial e como se estivesse mantendo uma conversa em uma roda de amigos.

Recorremos novamente à Eugênio Bucci (2009), para quem a imagem ao vivo cria um vínculo comunicacional entre sujeitos, assim como o laço social estudado por Wolton, criando uma espécie de laço invisível capaz de unir pessoas que tudo tende a separar. Isso porque entendemos que a gravação disponibilizada por Weintraub tenha sido feita com o objetivo de referendar sua (falta de) explicação sobre a saída do MEC, assim como do país.

Em resumo, a ‘instância da imagem ao vivo’ é posta como um laço simultaneamente tecnológico e social. É indiferente se essa comunicação ocorre por internet, por antena convencional, por antena parabólica, por fibra ótica ou, ainda, por um sistema que combine tudo isso. Ela concentra um vínculo comunicacional (tecnológico e social) entre sujeitos. (BUCCI, 2009, p. 71)

Entendemos que a postura teatral do então ministro da Educação tenha sido arquitetada para que os seguidores do ex-presidente continuassem a nutrir simpatia por ele, em um jogo cênico que pretendia causar “um efeito fácil sobre o espectador, efeito artificial e afetado, julgado pouco natural” (Pavis, 2008, p. 371), mas que sensibilizasse seu público, mantendo-o fiel. Weintraub prosseguiu sua fala ressaltando não querer discutir os motivos de sua saída do ministério, mostrando-se ainda mais desconfortável nesse momento, com um “dar de ombros” como se tivesse feito a escolha pela saída por suas conquistas à frente do MEC e não em decorrência de uma gestão atabalhoada, cheia de polêmicas e que não mais se sustentava. Mudando radicalmente de assunto, para não ter que explicar o seu pedido de exoneração, o ex-gestor do MEC revelou que havia recebido o convite para ser diretor de um banco mundial<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Após divulgar o vídeo no dia 18 de Junho de 2020, Weintraub só foi de fato exonerado pelo ex-presidente Bolsonaro no dia 20, depois de chegar em Miami. Não houve, portanto, transição ministerial como havia prometido na gravação, e o ex-ministro deixou o Brasil no mesmo dia em que o senador Fabiano Cantarato (Rede – ES) protocolou no STF um pedido de apreensão do seu passaporte para evitar que ele saísse do país.

<sup>65</sup> A verdade é que Weintraub foi indicado pelo governo Bolsonaro, e não convidado, como destacou. Ocupando a diretoria executiva do Banco Mundial como substituto desde junho de 2020, quando deixou o ministério da

Em seguida, o ex-ministro volta-se para Bolsonaro, tentando manter um diálogo cordial e aparentando uma proximidade nitidamente construída na narrativa da gravação ao destacar que “o presidente já referendou; obrigado, presidente!” (ABRAHAM, 2020, 1min 14s). Prontamente, o ex-chefe do executivo acena com a cabeça, em concordância, mas com o semblante fechado, cerrado. Weintraub prossegue sua fala: “com isso, eu, a minha esposa, os nossos filhos e até a nossa cachorrinha Capitu<sup>66</sup>, a gente vai poder ter a segurança que a gente hoje tá me deixando muito preocupado” (ABRAHAM, 2020, 1min 14s)”. Nesse momento, o ex-gestor do MEC acaba por questionar o próprio governo do qual ainda fazia parte e a [falta de] eficiência do ministério de Justiça e Segurança Pública, tão caro nas *lives* de Bolsonaro e um dos pilares de sua campanha eleitoral.

Weintraub então se volta para Bolsonaro com o olhar, mas mantém-se de lado para o ex-presidente, continuando com a mão no bolso e o olhar preso à sua “cola”:

Tô fechando um ciclo, presidente, e começando outro. E é claro que eu sigo apoiando o senhor, presidente Bolsonaro [que se mantém em postura ereta, séria, olhando fixamente para o mesmo não-lugar], como eu fiz nos últimos 3 anos, quando a gente se conheceu. Nesse período, eu vi um patriota, que defende os mesmos valores que eu sempre acreditei: a família, a liberdade, a honestidade, a franqueza, o patriotismo e que tem Deus no coração. Agradeço a honra que foi participar do seu governo, presidente, e desejo toda sorte e sucesso que o senhor merece nesse desafio gigante que é tentar salvar o Brasil.

[volta-se para a câmera] Eu continuarei lutando pela liberdade, só que eu vou continuar lutando de outra forma. (ABRAHAM, 2020, 2min 20s)

Nesse contexto, entendemos que a fala do economista consistiu em um discurso vazio, que supostamente tinha o propósito de relatar aos brasileiros o motivo de sua saída do MEC, mas apenas informou que havia pedido exoneração do cargo. Irônico, como sempre se portou à frente do ministério, Weintraub tentou parecer convincente, mas sua postura desconfortável, a mão no bolso e o papel para dar firmeza a seu pronunciamento comprovou sua falta de equilíbrio e sensatez, que marcaram sua passagem pelo MEC.

Assim que Weintraub terminou seu discurso e solicitou um último pedido ao ex-presidente, como quando os condenados se despedem de suas próprias vidas à beira da

---

Educação, Abraham Weintraub não foi reeleito diretor-executivo do conselho do Banco Mundial. O economista foi candidato a deputado federal pelo PMB (Partido da Mulher Brasileira) de São Paulo, nas eleições de 2022, mas não conseguiu ser eleito.

<sup>66</sup> Nesse momento o ex-ministro adota a postura de intelectual, destacando o nome da cachorra como se tivesse feito uma homenagem à Machado de Assis, considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira. Capitu foi a personagem principal do livro escrito por Machado de Assis, *Dom Casmurro*, de 1899, e um romance muito utilizado em aulas de literatura, no Ensino Médio, ainda na atualidade.

execução, Bolsonaro o interrompe, sério, perguntando se agora havia chegado sua vez de falar. Como costumeiramente age em qualquer situação, o ex-chefe do executivo diz ser

(...) um momento difícil. Todos os meus compromissos de campanha continuam de pé e busco implementá-los da melhor maneira possível. A confiança você não compra, você adquire. Todos que estão nos ouvindo agora são maiores de idade e sabem o que o Brasil está passando. O momento é de confiança. Jamais deixaremos de lutar por liberdade. Eu faço o que o povo quiser. (ABRAHAM, 2020, 2min 30s)

Nesse sentido, percebemos que o ex-presidente sequer comentou a fala de Weintraub, como se tanto o pronunciamento quanto o próprio ex-ministro fossem desimportantes ou irrelevantes para o seu governo. Dessa forma, destacamos aqui a resposta dada aos brasileiros por Bolsonaro: ao ignorar o ex-ministro, o ex-presidente acaba corroborando a suspeita de que a saída de Weintraub tenha sido necessária para diminuir a tensão causada pelo ex-gestor do MEC na Praça dos Três Poderes. Isso porque Abraham Weintraub havia se tornado um gerador de crises desnecessárias para o governo justamente no momento em que o ex-chefe do executivo se encontrava pressionado por pedidos de *impeachment*, inquérito e outras ações que poderiam levar à cassação de seu mandato.

Finalmente, entendemos que a gravação do vídeo tenha sido efetuada somente para informar aos cidadãos um ato que já se fazia necessário à própria manutenção do governo. Nenhum dos dois personagens, nem Weintraub, tampouco Bolsonaro, estavam confortáveis frente às câmeras, indo de encontro à postura amigável que ambos costumavam se portar ao conversar com seus seguidores ou mantinham frente à imprensa. Adotando posturas sérias, braços cerrados e rostos fechados, ambos cumpriam um forçoso protocolo.

Assim que Bolsonaro acaba de se manifestar para os brasileiros, Weintraub novamente questiona: “Presidente, posso fazer um pedido? Um abraço?” (ABRAHAM, 2020, 3m02seg). Nesse momento, ambos se abraçam de lado, entrelaçando seus braços sem se encostar, afastados, com sorriso forçado. Nesse momento, entendemos que a partir dali estava encerrada a era Weintraub, e ainda, no mesmo ato, também se apresentou mais uma derrota do ex-capitão do exército na condução do país. Apesar de afirmar confiar em Bolsonaro, Weintraub mostrou-se infiel ao governo também composto por ele quando destacou sentir-se inseguro no país.

Apesar de não exibir o teatro apresentado via redes sociais, entendemos que a preocupação do Jornal Nacional com o descaso do governo para com os brasileiros se fez mais presente na tela do noticiário. Tanto que, no mesmo dia em que o vídeo foi divulgado nas

redes sociais, 18 de Junho de 2020, tivemos o que Coutinho, Falcão e Martins (2020) denominaram uma Edição de Colecionador do Jornal Nacional ao noticiar tanto a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor do filho de Jair Bolsonaro, e a demissão do então ministro da Educação, Abraham Weintraub.

(...) o público se viu interessado no desenrolar de uma narrativa crítica, com enquadramento noticioso negativo tanto para Jair Bolsonaro quanto para seu governo, interpretada e construída de forma provocativa pelo noticiário. Os efeitos práticos desse interesse pela “trama” podem ser observados desde os comentários em redes sociais digitais, uso de gifs, memes, piadas, vídeos e boas doses de ironia disparadas à exaustão. A construção narrativa bem próxima a de uma telenovela salienta a pertinência da abordagem teórica de Coutinho (2012) acerca da dramaturgia do telejornalismo. Tais diálogos hipermídia partiam como nos motores narrativos da expectativa acerca da atuação do JN como personagem relevante na sociedade brasileira, e se materializaram nas redes sociais, com atenção aos elementos paratextuais – a utilização de gifs e memes, pelos internautas –, assim como chamadas e notícias para os telespectadores assistirem àquela edição do telejornal foram veiculadas ao longo da programação do dia pela emissora. (COUTINHO, FALCÃO, MARTINS, 2020, p. 17-18)

Dessa forma, foi em um contexto de pandemia, conflitos e desafios globais que a edição veiculada marcou de forma significativa a relação de disputa entre o ex-presidente e a Rede Globo: a queda de braço entre Rede Globo e Jair Bolsonaro tornou-se também assunto de interesse do público. Já na escalada<sup>67</sup>, William Bonner e Renata Vasconcellos abriram o noticiário em tom solene, dividindo as frases em falas intercaladas, como se estivessem desvendando um suspense. Os apresentadores dividiram a bancada com roupas sóbrias e vozes empostadas, revelando que aquela edição era, de fato, diferente das demais.

Tomando por base os estudos de Iluska Coutinho (2012, p. 99), entendemos que a notícia no Jornal Nacional foi “estruturada como um drama cotidiano”. Ao longo do primeiro

---

<sup>67</sup> Escalada da “Edição de Colecionador”, com as frases indicando as trocas de fala dos apresentadores na bancada e apresentando as informações como se estivessem participando de um evento comemorativo: “Chega ao fim o sumiço de Fabrício Queiroz. Por determinação da justiça do Rio, a Polícia Civil de São Paulo prende o ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro. Queiroz estava em Atibaia, em uma casa registrada em nome do escritório de advocacia de Frederick Wassef. Segundo o caseiro, há cerca de um ano. Mas Wassef, que é advogado do filho do presidente Bolsonaro, repetia não saber onde estava Fabrício Queiroz. O Ministério Público do Rio afirma que Flávio Bolsonaro exigia parte do salário de assessores quando era deputado estadual. O chamado “escândalo da rachadinha” teve origem na movimentação financeira de Fabrício Queiroz. Depois de uma viagem de helicóptero, o homem – que é peça chave nessa investigação – está agora no presídio de Bangu, no Rio. Abraham Weintraub não é mais ministro da educação. Ele cai depois de 14 meses entre erros de português e ataques aos outros Poderes e até a líderes estrangeiros. Como último ato, Weintraub suspende o incentivo de inclusão de minorias em cursos de pós-graduação. O presidente Jair Bolsonaro o indicou para uma diretoria no Banco Mundial. O STF mantém a investigação sobre a disseminação de *fake news* e ameaças a ministros da corte. Retratos da pandemia no Brasil: no capital do Rio Grande do Norte, faltam até ambulâncias para o transporte de pacientes de Covid. E na capital do Amazonas a diminuição de doentes permite liberar leitos para outras enfermidades. O Jornal Nacional começa agora”. (JORNAL NACIONAL, 2020)

minuto e meio de telejornal, durante a escalada, as informações sobre a prisão de Fabrício Queiroz e a demissão de Abraham Weintraub deixaram em segundo plano as notícias relacionadas à pandemia de Covid-19 no Brasil. Já na chamada para o segundo bloco de notícias, Renata Vasconcellos e William Bonner, na bancada, convidaram os espectadores para acompanhar o fim da expectativa gerada pelo “sumiço” do ex-assessor do filho do ex-presidente da República desde o começo do governo Bolsonaro (DESDE, 2020), aproximando a informação da narrativa dramática.

A reportagem de abertura do segundo bloco do Jornal Nacional destacou – com toques de filme de suspense – a prisão de Fabrício Queiroz, adotando uma postura crítica acirrada em relação ao ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro. Wilson Gomes (2004) acredita existir uma espetacularização da política. Segundo o autor, existem iniciativas para produzir um número constante de eventos, situações e textos voltados para o tema a fim de despertar atenção, conquistar imaginários e fixar memórias “que encham os olhos e deem o que falar” (GOMES, 2004, p. 394). Foi o que entendemos ter acontecido neste segundo bloco do JN, que se aproveitou dessa ação ao tratar a prisão de Queiroz como um espetáculo para dar ainda mais visibilidade ao caso ao adotar o enquadramento que melhor lhe convinha, o de assumir uma postura negativa em relação ao governo.

Já o encerramento do bloco teve como gancho dramático a mudança no comando da área educacional do país: “caí o Ministro da Educação, Abraham Weintraub” (JORNAL NACIONAL, 2020, 0min 54s). O enquadramento negativo ao governo foi evidenciado no anúncio de que, como último ato, o ex-ministro havia anulado uma portaria sobre a inclusão de minorias em cursos de pós-graduação. Na volta do intervalo comercial, Renata Vasconcellos mais uma vez assumiu postura solene ao anunciar que Abraham Weintraub não ocupava mais o Ministério da Educação<sup>68</sup>. Em seguida, o repórter Vladimir Netto declarou no *off* de abertura, coberto por imagens de Weintraub e do ex-presidente Jair Bolsonaro, que era uma demissão esperada por muitos integrantes do governo, anunciada em um vídeo gravado pelo ex-ministro<sup>69</sup> junto com Bolsonaro<sup>70</sup>, que não escondeu seu desconforto com a situação.

---

<sup>68</sup> “Abraham Weintraub não é mais Ministro da Educação. A queda de um dos integrantes mais polêmicos do governo Bolsonaro se dá 14 meses desde a chegada dele ao cargo. Um período que colecionou controvérsias”. (JORNAL NACIONAL, 2020, 55min 56s).

<sup>69</sup> “Sim, dessa vez é verdade. Eu ‘tô saindo do MEC e eu vou começar a transição agora e nos próximos dias eu passo o bastão pro ministro que vai ficar no meu lugar, interino ou definitivo. Nesse momento eu não quero discutir os motivos da minha saída, não cabe” (JORNAL NACIONAL, 2020, 56min 29s).

<sup>70</sup> “É um momento difícil; todos os meus compromissos de campanha continuam de pé e busco implementá-los da melhor maneira possível. A confiança você não compra, você adquire. Todos que estão nos ouvindo agora são maiores de idade e sabem o que o Brasil está passando. E o momento é de confiança. Jamais deixaremos de lutar por liberdade” (JORNAL NACIONAL, 2020, 57min 09s).

A reportagem assumiu ares questionadores quanto à postura do ex-ministro frente ao cargo e reiterou que o mesmo foi alvo constante de críticas, tanto pela série de erros de português em postagens nas redes sociais quanto pelos programas anunciados que não aconteceram, dentre outras posturas adotadas.

Desse modo, a cobertura do JN parece alertar para a falta de critérios de Bolsonaro para escolher seus auxiliares, exceto pela concordância política. Percebe-se, dessa forma, em mais de oito (8) minutos de reportagem, que a narrativa das inoportunas ações de Weintraub frente ao MEC comprovariam para os telespectadores a razão da emissora ao criticar o ministro demissionário e Jair Bolsonaro, que escolhia seus Ministros apenas por afinidade ideológica.

## **7.2 A negação da Ciência confrontada na tela do Jornal Nacional**

Foi no dia 8 de Agosto de 2020 que o Brasil atingiu a marca de 100 mil mortos pela Covid-19. A edição daquele dia, veiculada pelo Jornal Nacional, representou um marco significativo no avanço do vírus pelo país, causando mortes em todos os estados brasileiros. O impacto da edição esteve presente já na escalada do noticiário: além da matéria de abertura do JN foi ainda apresentado um editorial de 4 minutos e 19 segundos em que os âncoras iniciaram abordando o direito à saúde, garantido pela Constituição da República de 1988, em seu artigo 196, e lembrando que o país estava naquele momento há mais de uma semana sem um ministro da Saúde, desde a saída de Nelson Teich, em 15 de Maio.

Além disso, chamou a atenção algumas expressões corporais e faciais que Willian Bonner e Renata Vasconcellos demonstraram durante a leitura do editorial, apresentando também por meio da entonação de voz um tom de tristeza e indignação, principalmente em relação ao ex-presidente, com os apresentadores citando algumas das falas de Bolsonaro durante a evolução do quadro de óbitos no Brasil pelo coronavírus, como: “Gripezinha”, “Não sou coveiro”, “E daí?”, e “Covid é uma chuva e todos vão se molhar”, dentre outras.

No que diz respeito às fontes utilizadas pelo telejornal, observamos a concretização da Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012) nos modos pelos quais as fontes foram dispostas a todo momento como personagens que representaram as narrativas a serem contadas, à exceção da figura do especialista, que se apresentou como uma opinião técnica sobre o assunto, capaz de trazer maior credibilidade às histórias.

Em um momento de comoção e tristeza pelas mais de 100 mil mortes por coronavírus, grande parte dos cidadãos que se tornam personagens das narrativas eram pessoas vítimas da

Covid-19, assumindo principalmente os papéis de sobreviventes de vítimas, sendo os familiares desses personagens os entrevistados, ou de mocinhos ou heróis, por terem vencido o coronavírus mesmo com mais de 100 mil pessoas tendo perdido essa batalha.

Além disso, destacou-se, mais uma vez, o papel pedagógico que os jornalistas adotaram durante a construção das narrativas, revelando a importância dos cuidados e do distanciamento social, reforçando as medidas protetivas contra o coronavírus e mostrando em números o estrago que a pandemia de Covid-19 fez no país até aquele momento, mas destacando sempre o lado humano e personificado de cada uma das 100 mil mortes, evidenciado inclusive por uma fala de William Bonner que “O JN não vai tratar isso como números, mas sim se solidarizando com as mais de 100 mil famílias” (JORNAL NACIONALd, 2020, 5min 32s) que perderam um ente querido para a Covid-19.

No entanto, de forma contrária ao papel instrutivo adotado pelo noticiário, o ex-presidente da República continuava a debater pautas que não tinham como prioridade o combate ao vírus. Jair Bolsonaro ainda negava a ciência e a busca por tratamentos precoces, minimizando os efeitos do vírus, mesmo com mais de 250 mortes àquela altura. Um exemplo claro deste cenário ocorreu no dia anterior ao “aniversário” de um ano da Covid-19 no país, quando o Brasil atingiu número recorde mortos diários, de 1582 vidas perdidas para a doença e Bolsonaro apresentou, em sua *live* semanal, estudos feitos por uma Universidade Alemã - sem identificar quais estudos nem em qual Universidade - questionando a eficácia do uso de máscaras. Tais pesquisas supostamente concluíram que os acessórios eram prejudiciais a crianças.

A alegação do ex-presidente do Brasil para os seguidores de suas redes sociais consistiu em possíveis “efeitos colaterais” que o uso da proteção individual poderia gerar, ainda que o equipamento de proteção fosse preconizado por profissionais de saúde em todo o mundo e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Afirmando ter sua própria opinião sobre o uso de máscaras, Jair Bolsonaro promoveu, em sua transmissão, um desserviço à população, visto que – por meio de estudos anteriormente desenvolvidos e publicizados – as máscaras se constituem comprovadamente em uma das formas mais eficazes de prevenção à Covid-19.

Por outro lado, o JN enfatizou que, em uma vitória da ciência, pesquisadores desenvolveram em poucos meses as vacinas, ferramentas eficazes para enfrentar o vírus. Mais uma vez diversos especialistas foram convocados para explicar a gravidade da pandemia no país, promovendo uma pedagogia do telejornalismo (VIZEU; CERQUEIRA, 2018). Ainda destacando a pandemia em um contexto global, o noticiário, exatamente um ano depois da divulgação do primeiro caso de paciente infectado pelo coronavírus no Brasil, em 26 de

Fevereiro de 2020, informou que o país apresentava diariamente novos recordes de mortes, ultrapassando a marca de mil óbitos diários, em decorrência da Covid-19. Em sua escalada, o JN anunciou que “um ano depois do registro do primeiro caso, o Brasil chega ao pior momento da pandemia” (JORNAL NACIONAL, 2021, 0min 08s), notícia verbalizada com a seriedade e a condolência de Renata Vasconcellos para com o número de mortos. No período de um ano desde o primeiro caso, mais de 10 milhões e meio de cidadãos contraíram o coronavírus e o número de mortes já havia superado as 252 mil vidas perdidas.

Em tempos tão sombrios, de isolamento social, cautela e de infodemia (GARCIA; DUARTE, 2020), os brasileiros assistiram todos os dias na tela da TV - e também na internet - os âncoras do Jornal Nacional clamarem por precauções, medidas de restrição e proteção à vida. William Bonner e Renata Vasconcellos necessitavam, dia após dia, comprovar aos telespectadores a eficácia da ciência, mostrando-a fundamental para salvar vidas e indo na contramão de teorias conspiratórias que surgiram a respeito do coronavírus. O JN, desde o anúncio do primeiro caso de coronavírus no país, buscou reforçar o papel do jornalismo enquanto quarto poder (TRAQUINA, 2004) de esclarecer aos seus telespectadores as melhores formas de prevenção, os cuidados a serem tomados, a importância da vacinação e, principalmente, as descobertas da ciência para o combate à Covid-19 e à desinformação.

Já em 19 de junho, um sábado, o Jornal Nacional recorreu novamente a um editorial para tornar pública sua opinião sobre a gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil. O uso do formato, pouco recorrente pelo programa, ganhou espaço no enfrentamento do coronavírus e teve mais uma justificativa: o registro de meio milhão de mortos pela doença no país.

Dessa forma, a Análise da Materialidade Audiovisual de Coutinho (2018), enquanto método possível de análise do telejornalismo e utilizada por nós nesta tese, chama-nos a atenção novamente para o contato com o audiovisual em sua unidade pluritextual, englobando textos verbais (sujeitos de fala), sonoros (trilhas/sobe som/BGs) e visuais (fotos, vinhetas, imagens em movimento, logos, performances, etc.), perpassando, inclusive, pelas dimensões temporais e de edição. Assim, a autora assume o desafio de analisar produtos audiovisuais "(...) sem decomposições que descaracterizem a experiência do consumo e o dar o conhecer dos telejornais" (COUTINHO, 2018, p. 175).

O noticiário abre a edição adotando um tom crítico sobre a pandemia. Os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos, que geralmente não apresentam o telejornal aos sábados, fazem a ancoragem e anunciam logo na abertura:

Sábado, 19 de junho. A pandemia mata mais de meio milhão de brasileiros. Autoridades e políticos lamentam e criticam a demora do governo federal para comprar vacinas. A falta de coordenação nacional no plano de imunização. As apostas em remédios sem nenhuma eficácia em Covid. Os exemplos negativos do presidente da república no desprezo das medidas sanitárias. E o governo divulga uma lista de realizações em 900 dias de mandato. (JORNAL NACIONALb, 2021, 0min 31s)

Assim que termina a escalada, tem início um vídeo mostrando a evolução do número de mortos pela Covid-19 no Brasil, até finir com a expressão “500 mil ausências”. Em seguida, Bonner cita quais serão as matérias sobre a pandemia a serem, mas informa que só se darão em outro bloco de notícias.

O segundo bloco inicia com uma nota coberta, com duração de 5 minutos e 21 segundos, mostrando os protestos que aconteceram em várias cidades do Brasil, reivindicando vacina para todos e o *impeachment* do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não há sonoras, mas prevalecem, nas imagens e na narrativa, posições contrárias ao governo. Apesar da inclusão de pessoas vinculadas a partidos políticos, ocorre uma ênfase no cidadão comum, que decidiu ir às ruas se manifestar contra as ineficientes políticas adotadas por autoridades contra a Covid-19. Já no terceiro bloco, Renata Vasconcellos chama o jornalista Fábio Turci, que dentro de outro estúdio e com um telão ao fundo, mostra a evolução da Covid-19 no país desde março de 2020. Nesse momento, há a informação de que o Brasil é o segundo país com maior número de mortes, além de a média de mortes registrar, pelo terceiro dia consecutivo, alta, com 2073 mortes por dia. Posteriormente os apresentadores leem notas de políticos e órgãos que se manifestaram em solidariedade às pessoas que morreram na pandemia. Ao final, Vasconcellos diz que “O presidente Jair Bolsonaro não se manifestou sobre a tragédia das 500 mil mortes” (JORNAL NACIONALb, 2021, 27min 35s). Uma posição mais alinhada ao governo foi vista apenas em uma matéria que noticia que a Casa Civil divulgou uma nota fazendo um balanço sobre os 900 dias de governo. Nela, são detalhadas as ações que o governo diz ter tomado no combate à Covid-19 e em outras áreas estratégicas. Na passagem, o repórter mostra algumas lacunas do documento, como a não-menção ao atraso na entrega das vacinas. O Jornal Nacional ainda veicula, em uma outra reportagem, o trabalho dos profissionais de saúde que, numa relação com a Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012), são relacionados à figura de heróis - principalmente aqueles profissionais que aplicam as vacinas na população. O repórter diz em off: “meio ml, num frasco tão pequeno, cabe uma vida” (JORNAL NACIONALb, 2021, 40min 04s). O tom da notícia demonstra também a posição do telejornal diante da pandemia, aliando-se na defesa da ciência como forma de contornar os

prejuízos e as perdas da pandemia, numa clara oposição à posição do antigo governo federal, que frequentemente foi apontado na edição enquanto responsável pelo alto número de mortes pela Covid-19 no Brasil. O que mais chamou a atenção na edição analisada foi, ao término do telejornal, quando William Bonner e Renata Vasconcellos leram um editorial. Nele, foi adotada uma narrativa crítica, principalmente às autoridades que apresentaram discursos negacionistas, recomendaram remédios sem eficácia comprovada e atrasaram a compra de vacinas. O noticiário demonstrou perplexidade diante da marca atingida:

Em agosto do ano passado, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia em um editorial. Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Hoje são 500 mil, meio milhão de vidas brasileiras perdidas. O sentimento é de horror, e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados (JORNAL NACIONALb, 2021, 45min 31s).

Nesse sentido, reforçamos o tom educativo adotado pelo Jornal Nacional no enfrentamento da Covid-19, dando voz de autoridade à ciência, em contraponto ao desgoverno. O editorial, que ocupou 3 minutos e 12 segundos do noticiário, demonstrou – como nos demais apresentados durante o período de pandemia – como o Jornal Nacional flexibiliza um dos princípios descritos nas Políticas Editoriais do Grupo Globo, o relativo à isenção, para mostrar que o jornalismo diante de determinadas temáticas precisa se posicionar. Isso porque existem vários ângulos, e todos devem ser sempre acolhidos para discussão, mas há exceções, quando estão em perigo coisas tão importantes como a saúde, por exemplo, ou o direito de viver em uma democracia: em casos assim, não há dois lados, e esse é o norte que o jornalismo da Globo continuará a seguir (JORNAL NACIONALb, 2021, 47min 52s).

De maneira geral podemos afirmar que o JN assumiu postura didática na cobertura da Covid-19. Em matérias que recorriam a artes, especialistas e personagens ensinavam o caminho a ser percorrido pelas pessoas que apresentassem sintomas da doença, assim como medidas para reduzir riscos de contágio. Na Dramaturgia do Telejornalismo a lição moral foi da necessidade do envolvimento de todos no enfrentamento do vírus até que a vacina estivesse disponível, e que cidadãos-telespectadores deveriam seguir as orientações repassadas pelos especialistas e pela ciência, com a mediação do JN, para a prevenção da doença.

### 7.3 Mais um episódio descaso com a Educação: a prisão de Milton Ribeiro e a postura contraditória do ex-chefe do executivo em evidência no Jornal Nacional

Assumindo uma postura questionadora, os âncoras do JN abriram a edição do dia 22 de Junho de 2022 do noticiário em tom condenatório ao destacar existir “suspeita de corrupção e tráfico de influência no Ministério da Educação” (JORNAL NACIONAL, 2022, 0min 09s). Entre troca de câmeras e apresentadores, a operação da Polícia Federal foi o destaque do telejornal.

Por ordem da Justiça a Polícia Federal prende o ex-ministro Milton Ribeiro (...) e também os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. As prisões foram três meses depois da denúncia de irregularidades com dinheiro da Educação (...) e noventa dias depois de uma defesa enfática, (“eu boto a minha cara no fogo pelo Milton; a minha cara toda no fogo pelo Milton”, inserindo parte da *live* exibida) (...) o presidente Jair Bolsonaro muda de discurso (“o caso do Milton, pelo que eu estou sabendo, é aquela questão que ele estava de... estaria, né? com uma conversa meio informal demais com algumas pessoas de confiança dele e daí houve denúncia que ele teria buscado prefeito, gente dele, pra negociar, pra liberar recursos, isso e aquilo”<sup>71</sup>). (JORNAL NACIONAL, 2022, 0m50s)

A escalada seguiu com os assuntos de destaque, mas já a reportagem de abertura do telejornal estava a relacionada à prisão de Milton Ribeiro. Willian Bonner, na bancada e em tom crítico, denunciou que a “suspeita de tráfico de influência e de corrupção com dinheiro da Educação [ressalta a palavra, para enfatizar a importância da Educação para toda a sociedade, destacamos] levou a justiça a ordenar a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura” (JORNAL NACIONAL, 2022, 01min 48s).

A notícia teve início com imagens do pastor sendo conduzido por policiais federais na porta de um prédio, ratificando que o ex-ministro havia cometido um crime contra o país e condenando-o pelo desvio de verbas, apesar de ainda ser tratado como “suspeito”. O *off*, coberto por imagens, informou que agentes da PF haviam prendido Milton Ribeiro ainda no início da manhã no prédio onde morava, em Santos. Entendemos que a construção narrativa produziu um efeito de sentido em que se torna plausível para o espectador a hipótese de fuga do pastor caso a ação policial ocorresse mais tarde, já que o suspeito supostamente teria acesso a informações privilegiadas.

---

O *off* do repórter Artur Bernardi esclareceu que a PF pediu a prisão do ex-ministro na operação Acesso Pago, que investigava a prática de tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE. Em uma construção didática, e com enquadramento noticioso negativo em relação ao antigo governo federal, uma sequência de imagens contendo o prédio do MEC e Milton Ribeiro, além de os pastores sendo presos, a reportagem noticiou que o juiz federal Renato Borelli havia determinado a prisão de Milton Ribeiro por suposto envolvimento nos crimes de corrupção passiva, prevaricação – quando um funcionário público deixa de cumprir o seu dever para atender a interesses pessoais –, advocacia administrativa – quando o servidor usa o cargo para defender interesses privados –, e tráfico de influência. O texto da reportagem destacou ser essa a primeira vez que um ex-ministro da Educação foi preso por denúncias de corrupção no MEC desde a redemocratização, confirmando a crítica às irregularidades cometidas pela gestão de Jair Bolsonaro à frente da presidência da República.

Referendando tanto o trabalho executado pela Polícia Federal quanto o do Supremo Tribunal Federal, por meio da ministra Carmen Lúcia, que autorizou a abertura de inquérito em atendimento a um pedido da Procuradoria Geral da República para investigar a existência de um gabinete paralelo dentro do MEC, o noticiário comprovou sua suposta “isenção” e o consequente compromisso de informar os espectadores sobre o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo (MEMÓRIA GLOBO, online). Reafirmou esse (auto)compromisso ao publicizar uma conversa gravada pelo ex-ministro em uma reunião com prefeitos afirmando que o governo federal priorizava prefeituras que solicitavam recursos por intermédio do pastor Gilmar Santos. Em uma arte destacando uma foto em 3x4 do ex-ministro, com caracteres – Milton Ribeiro, em 23 de Março de 2022, e com o texto também por escrito – o áudio revelou que “a prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos que são amigos do pastor Gilmar. Foi um pedido especial que o presidente da República fez pra mim sobre a questão do Gilmar” (JORNAL NACIONAL, 2022, 3min 30s).

A reportagem ainda destacou que, ao exibir imagens dos pastores em reuniões com Milton Ribeiro, mesmo sem ocupar nenhum cargo público, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura tinham trânsito livre no ministério e participavam de eventos oficiais, ressaltando que ambos costumavam marcar encontros de prefeitos com o ex-ministro. Ademais, revelou que, de acordo com denúncia de prefeitos, os pastores prometiam facilitar a liberação de recursos da Educação para municípios em troca de compra de bíblias, propina em dinheiro e até ouro. Veiculando imagens de bíblias com fotos de Milton Ribeiro e de

Arilton Moura, o JN informou que as publicações chegaram a ser distribuídas em um evento do MEC em Julho de 2021, em Salinópolis, no Pará, exibindo imagens do ex-ministro e dos dois pastores presentes na solenidade.

Em seguida, a notícia acrescentou que a polícia ainda havia prendido, no mesmo dia e preventivamente, o ex-assessor do MEC, Luciano Musse, e o ex-assessor da prefeitura de Goiânia, Helder Bartolomeu, cumprindo ao todo 13 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Goiás, Pará e em Brasília. Antes da passagem, o *off* do repórter revelou que um dos alvos da operação deflagrada pela Polícia Federal foi o prédio do Ministério da Educação para, em seguida, o repórter Artur Bernardi, em frente ao prédio do MEC, em Brasília, ressaltar que os agentes permaneceram por mais de quatro horas naquele local para saber quem frequentava o gabinete do ex-ministro.

A sequência da reportagem acrescentou que os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos também frequentavam o Palácio do Planalto. Apresentando registros oficiais do prédio do gabinete do ex-presidente da República, divulgou que, de 2019 a Fevereiro de 2022, Arilton Moura esteve 35 vezes no Palácio, em sua maioria sozinho. Todavia, destacou que, em dez visitas, Gilmar Santos também acompanhava o pastor, com dois dos encontros registrados na agenda oficial de Bolsonaro. E acrescentou, em um enquadramento noticioso negativo para o antigo governo, que os dois pastores também foram ao Planalto e à presidência do FNDE fora da agenda. A notícia ainda denunciou que, para coibir a divulgação das visitas ao ex-presidente, o gabinete de segurança institucional da presidência da República chegou a vetar a divulgação de informações oficiais, mas, após repercussão na imprensa o próprio GSI, recuou e divulgou os dados.

O noticiário deu voz à defesa de Milton Ribeiro, transcrevendo a nota divulgada à imprensa, condenando a prisão do pastor:

(...)inexiste razão para a prisão preventiva editada. A custódia é injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária. Vamos entrar com o pedido de Habeas Corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta, especialmente porque os fatos são pretéritos e sem contemporaneidade. Não se poderia decretar a medida excepcional. (JORNAL NACIONAL, 2022, 06min 00s)

De volta à bancada, a segunda reportagem continuou abordando o assunto, mas dessa vez com enfoque em Bolsonaro e em sua mudança de discurso. A notícia questionava a alteração na posição do ex-chefe do executivo no que diz respeito ao ex-ministro Milton Ribeiro, sugerindo que o ex-presidente modificou sua argumentação para não perder força

política. Isso porque Delis Ortiz iniciou o *off* da notícia – coberto por imagens da prisão do ex-ministro – enfatizando que, no dia 24 de Março, quando as denúncias contra o pastor estavam em seu auge, e quatro dias antes de Milton Ribeiro se ver “obrigado” a deixar o cargo, Bolsonaro havia defendido o membro de sua equipe em uma de suas *lives*<sup>72</sup>: “eu boto a minha cara no fogo pelo Milton; minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia com ele!” (JORNAL NACIONAL, 2022, 06min 27s).

A repórter ressaltou, entretanto, que após ser informado sobre a prisão de Milton Ribeiro, Bolsonaro havia modificado seu discurso em uma entrevista concedida à Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte-MG, na manhã do dia 22 de Junho de 2022. Com a reportagem exibindo imagens de Bolsonaro na entrevista, Delis Ortiz destacou que o ex-presidente defendeu que Milton Ribeiro respondesse por seus próprios atos, paradoxalmente ao discurso adotado por ele no final de Março. O *off* coberto por imagens da entrevista concedida pelo presidente à rádio mineira também ressaltou a afirmação de Bolsonaro de que cada ministério tinha seu próprio “conjunto de regras éticas usado para prevenir e reduzir desvios de conduta” (JORNAL NACIONAL, 2022, 6min 54s), assim como a defesa reiterada de que não havia corrupção em seu governo.

O caso do Milton, pelo o que eu estou sabendo, é aquela questão que ele estava de (estaria, né?) com uma conversa meio informal demais com algumas pessoas de confiança dele. E daí houve denúncia de que ele teria buscado prefeito, gente dele, para negociar, para liberar recursos, isso e aquilo. Bem, o que acontece? Nós afastamos ele. Se tem prisão, é Polícia Federal. É sinal de que a Polícia Federal está agindo. Ele responda pelos atos dele. Peço a Deus que não tenha problema nenhum, mas se tem algum problema a PF está agindo, está investigando. É um sinal que eu não interfiro na PF, porque isso aí vai respingar em mim, obviamente”. (JORNAL NACIONAL, 2022, 07min 47s).

A reportagem continuou compartilhando trechos da entrevista do ex-presidente à Rádio Itatiaia ao salientar a revelação de Bolsonaro de que era impossível saber o que acontecia em todos os ministérios: “(...) é o que eu disse pra você. Eu tenho 23 ministros, tenho mais uma centena de secretários, mais de 20 mil cargos em comissão. Se alguém faz algo de errado, pô, vai botar a culpa em mim? Vinte mil pessoas! Logicamente, a minha responsabilidade é afastar e colaborar na investigação” (JORNAL NACIONAL, 2022, 08min 11s). Todavia, contrapõe a afirmação do ex-presidente ao revelar uma parte de seu discurso, em Julho de 2021, sobre a atuação do seu governo no enfrentamento da pandemia, em Porto

---

<sup>72</sup> Desde o início de seu mandato, Bolsonaro faz *lives* semanais em suas redes sociais para “conversar” com seus apoiadores sobre os assuntos que julga serem mais importantes.

Alegre, quando relembrou escândalos de gestões anteriores à sua, enfatizando que não havia corrupção em seu governo porque ele mesmo havia chamado para si a responsabilidade sobre o que acontecia em seus ministérios, publicizando o momento em que afirma que “(...) eu sou o responsável por tudo que acontece ou deixa de acontecer nos meus ministérios. Eles querem de toda maneira nos rotular de corruptos” (JORNAL NACIONAL, 2022, 08min 44s).

Na sequência, a notícia apresentou o então ministro da Educação, Victor Godoy, ex-secretário executivo de Milton Ribeiro, e, portanto, o segundo mais importante da pasta na gestão do pastor, destacando que o MEC estava auxiliando nas investigações da Polícia Federal sobre o caso. Entretanto, acrescentou que Godoy esteve presente em pelo menos cinco das reuniões entre Milton Ribeiro e os pastores presos, mas ratificou a afirmação do ex-ministro de que não sabia das irregularidades.

(...) Nunca tive conhecimento ou qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente que pudesse me levar a qualquer tipo de desconfiança. Naturalmente, os órgãos de investigação têm mecanismos de investigação mais robustos e a gente espera que, se alguém for culpado, se for comprovada de fato a culpa de quem quer que seja, que seja responsabilizado. (JORNAL NACIONAL, 2022, 09min 32s)

Logo após enfatizar os discursos de Bolsonaro e de Victor Godoy sobre a prisão de Milton Ribeiro e das investigações em curso da Polícia Federal, o JN ainda destacou a defesa de Milton Ribeiro feita pelo ex-líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em uma rede social, ao afirmar que “muitos dos que foram presos hoje estão inocentados após a conclusão das investigações. Espero que seja esse o caso do reverendo Milton Ribeiro” (TWITTER, 2022), logo após a manchete “corrupção”, informando que o ex-ministro havia sido preso em uma operação que investigava desvios no MEC.

Já na passagem, Delis Ortiz ressaltou que a prisão de Milton Ribeiro reativou a movimentação para a implantação de uma CPI a fim de averiguar o escândalo no Ministério da Educação no governo Bolsonaro. A jornalista enfatizou que a coleta de assinaturas feita por parlamentares filiados a partidos de oposição havia começado ainda em Março de 2022, quando as denúncias tiveram início, depreendendo que esse fato se deu visto que “políticos consideram que para a Justiça chegar à ordem de prisão é porque a investigação chegou a fatos muito graves” (JORNAL NACIONAL, 2022, 9min 50s). Em seguida, comprovou sua afirmação ao veicular a cobrança feita pelo ex-presidente da Comissão de Educação, senador Marcelo Castro (MBB-PI): “Lamentando a prisão deles. Isso é uma coisa que envergonha

todos nós, à sociedade brasileira, mas evidente que providências precisam ser tomadas” (JORNAL NACIONAL, 2022, 10min 35s).

Confirmando um enquadramento desfavorável às ações do governo federal, principalmente àquelas relativas ao Ministério da Educação do governo Bolsonaro, a reportagem acrescentou que a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados entrou com um pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal. Com tom inquisitório, a notícia destacou parte do discurso feito no plenário da Câmara pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em que trata a questão como

uma notícia crime, pedindo para investigar quem mandou o ex-ministro Milton Ribeiro transformar o MEC e o FNDE em um balcão de negócios. O ministro falou várias vezes ‘eu recebi os pastores a mando do presidente da República’. Por isso, o Supremo Tribunal Federal deve autorizar esta casa a investigar imediatamente o presidente da República (JORNALNACIONAL, 2022, 11min 11s).

Em seguida, a reportagem acrescentou, ao pronunciamento do deputado, uma nota emitida pelo ex-presidente da Frente Parlamentar da Educação, deputado Israel Batista (PSB-DF) ratificando ser a prisão de Milton Ribeiro resultado de denúncias feitas pelo órgão, requerendo a investigação e a punição dos responsáveis. Para encerrar a notícia, mas persistindo na adoção de um enquadramento negativo para o então governo federal, apresentou um discurso do presidente do senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), propondo uma apuração rigorosa tanto das ações do ex-ministro quanto do governo de Jair Bolsonaro ao destacar que

esse episódio precisa ser suficientemente esclarecido, porque ele tem contornos de grande gravidade. Obviamente que isso tem, além do impacto jurídico, também um grande impacto político. E o governo, naturalmente, deve dar as suas explicações, sobretudo o atual Ministro da Educação, em relação àquilo que possa ter acontecido nesse ministério (JORNAL NACIONAL, 2022, 11min 56s)

Em uma nota pé, Renata Vasconcellos – em uma postura condenatória – destacou que o presidente Jair Bolsonaro havia alterado, além do discurso favorável ao pastor, a versão oficial para a saída de Milton Ribeiro do MEC ao afirmar que o ex-ministro foi afastado do cargo. Isso porque, quando da saída de Ribeiro do Ministério da Educação, em Março de 2022, o governo anunciou que o pastor havia pedido demissão, mais uma vez ressaltando um comportamento descompromissado do ex-presidente com a verdade, visto que modificava seus argumentos quando era de seu próprio interesse.

Ademais, a nota informou que a justiça chegou a determinar a transferência do ex-ministro para Brasília, mas que decidiu mantê-lo em São Paulo por questões de logística, acrescentou que o pastor Arilton Moura estava preso no Pará e sua defesa decidiu se pronunciar apenas nos autos do processo e que ainda não haviam obtido resposta da defesa do pastor Gilmar Santos.

Depreendemos, nesse contexto, que, ao dedicar mais de 12 minutos iniciais de sua edição ao fato da prisão de Milton Ribeiro e ainda aos discursos controversos de Bolsonaro, o Jornal Nacional persistiu adotando um enquadramento negativo em relação ao antigo governo federal. O telejornal, sob o nosso ponto de vista, sugeriu a seus espectadores que questionassem as ações do governo, condenando os atos por ele praticados.

Nesse sentido, consideramos que o espaço destinado à prisão de Milton Ribeiro foi menor que àquele voltado para as mudanças de discurso de Bolsonaro, em uma tentativa de desabonar o comportamento do ex-chefe do executivo para que perdesse credibilidade em um ano eleitoral. Dos pouco mais de 30 minutos da edição do dia 22 de Junho de 2022, o Jornal Nacional dedicou quatro deles à prisão do ex-ministro do MEC e mais de sete às respostas controversas de Jair Bolsonaro, notoriamente condenando as ações tomadas por ele à frente do governo federal.

Dessa forma, percebemos que toda a construção noticiosa sobre o fato, assim como seu desdobramento, em uma cobrança de postura do ex-presidente, foi negativa, mais uma vez assumindo um posicionamento crítico em relação a Bolsonaro e seus ministros. Ao abordar as ações equivocadas e irregularidades da gestão de Milton Ribeiro à frente do MEC, o JN procurou validar sua presença questionadora e informativa para seus espectadores, em uma oposição explícita ao governo de Jair Bolsonaro, assim como quando da saída dos demais ex-ministros da Educação, como a de Abraham Weintraub, por exemplo. No caso de Weintraub o contraponto estabelecido pelo noticiário foi não pelo que estava oculto, mas por atitudes e condutas inadequadas que o próprio ex-ministro orgulhosamente exibia, como as agressões dirigidas ao Supremo Tribunal Federal. Espécie de vilão trapalhão, um tanto jocoso, Weintraub foi confrontado por autoridades do legislativo, do judiciário e por especialistas na área de Educação (FALCÃO, MARTINS, COUTINHO, 2020). O Jornal Nacional assumiu nesse caso o papel do arauto, que anunciou, a partir dos sentidos que produziu em sua edição, mais um fracasso do governo Bolsonaro.

Assim, como exercício de análise sobre o descaso do governo Bolsonaro com a Educação, a Ciência e, certamente, com o povo brasileiro, no enfrentamento da Covid-19, podemos assegurar que o Jornal Nacional reforçou seu lugar de poder fiscalizador. Ao mostrar

“o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”, na sua receita eternizada em entrevistas do apresentador e editor chefe, William Bonner, o telejornal também buscou contribuir para a legitimação de seu papel como fonte de conhecimento acreditado, como quarto poder central em uma sociedade que teria passado da cultura oral para a audiovisual sem experimentar plenamente a cultura escrita.

## 8 CONCLUSÃO

As emissoras de TV, diante do avanço das novas tecnologias e da amplificação da internet, têm buscado alternativas para manter suas audiências, tornando seus espectadores fieis à programação ofertada, buscando adequar seus produtos aos anseios de seus públicos. Ester Hamburger (2014), ao discorrer sobre a televisão e sua importância para a sociedade, explica que em menos de meio século a mídia predileta dos brasileiros para informação se expandiu e, atualmente, compartilha elementos discursivos com outros meios. A autora ressalta que “(...) a história crítica da TV ainda é fragmentária. Articula diversas histórias: de programações, de relações sociais e políticas, de emissoras, de relações intertextuais com o cinema, o rádio e meios digitais” (HAMBURGUER, 2014, p. 298).

O telejornal, nosso objeto de estudo e um dos principais gêneros ofertados pela programação televisiva, apresentado ainda hoje sobretudo como uma fonte confiável de informação, é consumido por grupos sociais distintos, que se sentem pertencentes à sociedade e, conseqüentemente, cidadãos do mundo. Corroboramos a preposição de Alfredo Vizeu e de João Carlos Correia (2017) de que o noticiário televisivo ocupe um lugar de referência para seus públicos e de que seja, ainda hoje e apesar do avanço de outras mídias, o principal meio de informação da sociedade brasileira. Para além da identificação de seu lugar de referência, os autores ainda ponderam que o telejornal assumira um lugar de segurança, comprovado por meio da segurança e da familiarização que oferece, visto que os indivíduos encontram nele um espaço de referencialidade e, principalmente, de confiança, estabelecendo relações de cumplicidade entre jornalistas, telejornais e audiências.

Ao abordar as novas tendências estruturais dos telejornais, Elizabeth Bastos Duarte (2020) reforça a importância dos noticiários televisivos, conceituando-os como “programas com presença e audiência garantida na programação televisiva brasileira” (DUARTE, 2020, p. 122). A autora ressalta que, apesar da concorrência com as novas tecnologias e o abundante fluxo de informações disponibilizado pela internet, os telespectadores mantêm-se fieis aos noticiários.

Flávio Porcello (2020) acrescenta que os noticiários televisivos se constituem no “antídoto perfeito para o esclarecimento da verdade dos fatos, desvendando mistérios, denunciando escândalos, desmentindo inverdades e combatendo uma das piores ameaças à verdade: as *fake news*” (PORCELLO, 2020, p. 273). O autor pondera que as informações veiculadas pelas emissoras de TV, apuradas com critério, ética e verdade, portanto confiáveis, combatem as notícias falsas que alimentam desinformação.

Nesse contexto, ratificamos nosso entendimento de que o telejornalismo se constitua em uma fonte de saber. Mais que informar, deve também formar cidadãos plenos para poderem viver e se posicionar em sociedade. Fabiana Siqueira e Alfredo Vizeu (2020), ao debater a quebra de paradigmas nas rotinas produtivas dos noticiários televisivos ao longo dos anos, e principalmente em tempos de pandemia, reconhecem que a essência do telejornalismo se mantém. Os autores entendem que “o jornalismo na TV e fora deste meio segue como uma atividade essencial, que tem uma função importante, tanto de ajudar no processo de reconstrução da realidade e de entendimento da mesma, quanto de trazer à tona assuntos que nem sempre agradam autoridades, mas que precisam ser colocados publicamente” (SIQUEIRA; VIZEU, 2020, p. 154).

Para além da discussão sobre a importância inquestionável da televisão e do telejornalismo, abordada ao longo deste trabalho, importa-nos ainda questionar os modos de produção dos noticiários televisivos, suas rotinas produtivas e seus critérios de noticiabilidade. Isso porque, como pudemos perceber, muitas vezes as edições exibidas parecem considerar apenas aquelas informações ofertadas por agências de notícias ou acontecimentos de grande repercussão na sociedade. No caso específico de nosso objeto de estudo, o Jornal Nacional, outros assuntos, também importantes, muitas vezes são praticamente desconsiderados ou visibilizados de forma rasa, sem aprofundamento.

Assim como Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2020), entendemos que as notícias devam ocupar lugar de verdade nas edições dos telejornais. Mas é preciso ir além. Mais que apurar com critério, ética, comprometimento com a verdade e o real, é ainda necessário discutir assuntos que não são pautados cotidianamente pelos noticiários, como discutimos em nosso sexto capítulo.

Nesse sentido, como pudemos verificar ao longo de nossa pesquisa, a Educação sempre foi tema secundário no que diz respeito às Políticas Públicas brasileiras. Pensar a Educação em sua totalidade, no sentido de fazer com que os cidadãos se tornem críticos e que a Educação seja de fato libertadora, como pretendia Paulo Freire, chega a ser contraditório se compararmos tal perspectiva com as práticas adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e ainda pela visibilidade dessas informações pelo JN. Isso porque, como demonstramos por meio da análise empírica da materialidade audiovisual, na maioria absoluta das vezes, as reportagens abordavam mais sobre a infraestrutura do Ministério da Educação e as contingências relacionadas à pasta do que tematizavam algum modelo de Educação. Isso permitiu confirmar nossa hipótese de que, também por meio da representação em telas, a

Educação é entendida no Brasil muito mais como uma oferta individual do que como uma política pública.

Para além da cobertura da dimensão educacional cabe, em perspectiva conclusiva dessa tese, uma pergunta provocação: essa dimensão individualizada, apresentando a questão como um problema de cada cidadão/consumidor, também de produtos audiovisuais, seria uma exclusividade da área de Educação no governo de Jair Bolsonaro? E ainda, será que em outros períodos históricos haveria distintos modos de narrar? Ou, por outro lado, esse tipo de abordagem seria uma constante, considerando-se o modelo de exploração comercial da TV, com predomínio consequente de uma abordagem neoliberal dos noticiários? No caso da cobertura política e eleitoral, por exemplo, autores como Porto (2002) e Gomes (2004) apontam que o enquadramento do tipo corrida de cavalos é aquele hegemônico, em diferentes mídias.

Tais questões surgem à medida que os dados da pesquisa realizada evidenciaram nas múltiplas telas do JN, consumido atualmente em diferentes dispositivos, a cobertura das inações e omissões tanto do governo de Jair Bolsonaro frente à pandemia de Covid-19, seja quanto ao negacionismo da pesquisa e da ciência, ou ainda quando era proposta a solução de um “caminho para a prosperidade” atrelado ao crescimento econômico a qualquer custo. E qualquer semelhança com o discurso de alcance do paraíso na terra por denominações religiosas que deram apoio ao governo Bolsonaro não terá sido mera coincidência nesse caso.

Por outro lado, os noticiários televisivos não questionaram a ausência de alternativas para diminuir a perda educacional/emocional tanto para alunos quanto para professores em tempos de enfrentamento da pandemia. As ações exibidas consistiam, na maioria das vezes, em ofertas de ensino a pequenas camadas da população, com acesso à internet, sem problematizar a sobrecarga dos docentes para que conseguissem atender a um público específico. A elas se associavam histórias de superação ou de reinvenção, palavra usada à exaustão, e por isso desgastada, no contexto da pandemia. Tais episódios, mais uma vez, tinham como marca o caráter individual, e não coletivo da(s) solução(ões).

Nesse contexto, depreendemos que a Educação como Política Pública não foi abordada. A Educação foi pautada com o objetivo de valorização de aspectos outros, como acesso a sistemas e cargos, e não com a proposta de promover o ensino de maneira abrangente, com qualidade para todos e todas. No Jornal Nacional, a criticidade foi dirigida ao governo como um todo, em um julgamento sobre as responsabilidades de Jair Bolsonaro, a quem deveria estabelecer Políticas Públicas de Educação fundamentadas sobretudo nos prometidos critérios técnicos, o que não aconteceu. Por outro lado, também não houve por parte do

noticiário nenhuma contrapartida mais propositiva para o setor. Não houve busca por reportagens que colocassem em foco a ausência de Políticas Públicas de Educação ou que, talvez, pudessem apontar alternativas para o ensino de qualidade para o país, sobretudo em tempos de pandemia.

Assim, confirmamos nossa hipótese inicial, de que não houve Políticas Públicas de Educação no Brasil no governo de Jair Bolsonaro, e nem visibilidade para essa ausência nas telas do JN. E, considerando a perspectiva da construção social da realidade e o lugar pedagógico do telejornalismo, entendemos que a Educação como Política Pública não foi apresentada aos brasileiros e ao país como questão essencial.

Depois de analisadas as edições do Jornal Nacional no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (2019), e em outros períodos significativos de sua gestão (2019-2022), concluímos que a Educação foi de fato relegada a um segundo plano, tanto para o governo quanto para o noticiário. Nossos resultados, interpretados à luz do referencial teórico mobilizado, sinalizam que o JN reforça seu local de poder fiscalizador, procurando ainda auxiliar para a validação de seu papel como fonte de conhecimento acreditado, como quarto poder central em uma sociedade que teria passado da cultura oral para a audiovisual sem experimentar plenamente a cultura escrita (MARTINS; FALCÃO; COUTINHO, 2022).

Confirmada a hipótese de que a Educação não mereceu destaque no governo de Jair Bolsonaro, comprovamos ainda que o telejornalismo oferecido pelo JN, que deveria servir como uma ferramenta de informação e formação para os cidadãos, também não cumpriu plenamente o “dever de casa”, etapa importante em processos educacionais. As reportagens analisadas durante a pesquisa empírica tiveram como foco os problemas enfrentados pelo Ministério da Educação no tempo presente, períodos de férias/retorno às aulas e situações inusitadas, o *fait divers* como componente da receita padrão do Jornalismo.

Em momento algum percebemos a preocupação do noticiário com o tema da Educação como um caminho para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus papéis na sociedade. Nesse sentido, o JN não atuou como fórum de debate público, e audiovisual, sobre as Políticas Públicas Educacionais. Em lugar disso contribuiu para reforçar a abordagem da Educação como um problema individual, e como moeda de troca em disputas por cargos políticos, abordagem que também acaba por privatizar questões que deveriam envolver políticas públicas.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM Weintraub anuncia saída do Ministério da Educação. **Jornalismo TV Cultura**. 18/06/2020. Disponível em [\(765\) Abraham Weintraub anuncia saída do Ministério da Educação - YouTube](#). Acesso em Acesso em 10/09/2021.

ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel. **Televisão: das audiências aos públicos**. Livros Horizonte, 2006.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARJORIE, Marona (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ACESSO à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. **IBGE**. PNAD Contínua. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf). Acesso em 18/01/2021.

AGÊNCIA BRASIL. 26/03/2022. **Escândalo no MEC: PF abre inquérito para investigar Milton Ribeiro**. Disponível em [Escândalo no MEC: PF abre inquérito para investigar Milton Ribeiro | Política | iG](#). Acesso em 01/07/2022.

AGÊNCIA BRASIL. 08/09/2019. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**. Disponível em [Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21 | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em 27/01/2021.

AGENDA DO PRESIDENTE. **TV Brasil**. 09/04/2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oBZnrxy8Yw>. Acesso em 25/06/2022.

A GLOBO e a Proconsult. **Memória**. Observatório da Imprensa, 06/07/2004. Disponível em [A Globo e a Proconsult | Observatório da Imprensa \(observatoriodaimprensa.com.br\)](#). Acesso em 24/06/2021.

ALVES, Kellyane; VIZEU, Alfredo. Conceito de notícia no novo ecossistema midiático dos telejornais no Brasil e Espanha: transformações e permanências. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (orgs.). **Telejornalismo contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020.

ANDES. 19/04/2022. **Bolsonaro oficializa Victor Godoy Veiga como novo ministro da Educação**. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-oficializa-victor-godoy-veiga-como-novo-ministro-da-educacao1>. Acesso em 01/07/2022.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de; CASSINI, Simone Alves. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (inep.gov.br), V. 98, n. 250, 2017. Disponível em [Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a](#)

[compreensão da educação como serviço, direito e bem público | Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos \(inep.gov.br\)](#). Acesso em 20/05/2022.

BACCEGA, Maria Aparecida; ROCHA, Camilla Rodrigues Netto da Costa. A importância da inter-relação entre o campo da Comunicação/Educação e os estudos de recepção: um olhar para a comunicação a partir dos sujeitos. In: KUNSCH, Margarida; FÍGARO, Roseli (orgs.). **Comunicação e educação: caminhos integrados para um mundo em transformação**. São Paulo: Intercom, 2017.

BARBERO, Jesús Martín-. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

BARBERO, Jesús Martín-; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BECKER, Beatriz. Tendências e desafios da produção noticiosa audiovisual: contribuições do Grupo de Pesquisa Mídia, Jornalismo Audiovisual e Educação – diálogos possíveis do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

BECKER, Beatriz; MATEUS, Lara. O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOLSONARO, Jair. O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo. Eleições Presidenciais, 2018. Disponível em [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em 23/11/2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina Zamith. **Comunicação e educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL, Antônio. **A revolução das imagens: uma nova proposta para o telejornalismo na Era Digital**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 03/05/2022.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: promulgada em 20 de Dezembro de 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 03/05/2022.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001. Disponível em [http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/441/POLIS\\_direitos\\_humanos\\_politicas\\_publicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/441/POLIS_direitos_humanos_politicas_publicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 02/05/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Weintraub explica declarações de que há plantações de maconha em universidades**; acompanhe. 11/12/2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/623281-weintraub-tera-que-explicar-declaracoes-de-que-ha-plantacoes-de-maconha-em-universidades>. Acesso em 27/06/2022.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L & M, 1982.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício de. **Comunicação e Televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CANAVILHAS, João. Televisão. **O domínio da informação-espetáculo**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf>. Acesso em 29/01/2021.

CARTA CAPITAL, 27/05/2020. **Educação**. Weintraub compara ações da PF no inquérito de fake news a perseguições nazistas: o ministro da Educação criticou a ação de busca e apreensão realizada nesta quarta que envolveu empresários e apoiadores de Bolsonaro. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/weintraub-compara-acoes-da-pf-no-inquerito-de-fake-news-a-persegicoes-nazistas/>. Acesso em 08/07/2022.

CASTRO, Gabriel; VIEIRA, Maria Clara. Faxina ideológica. **Veja online**. 1/02/2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>. Acesso em 30/05/2022

CERQUEIRA, Laerte. **A função pedagógica no telejornalismo** – e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística. Insular: Florianópolis, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CNN Brasil. 19/06/2020. **Weintraub era estratégico para ala ideológica do governo, diz analista de risco**. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/weintraub-era-estrategico-para-ala-ideologica-do-governo-diz-analista-de-risco/>. Acesso em 01/08/2022.

CNN Brasil. 23/06/2022. **Milton Ribeiro deixa a Polícia Federal em São Paulo onde estava preso**. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/milton-ribeiro-deixou-a-policia-federal-em-sao-paulo-onde-estava-preso/>. Acesso em 01/07/2022.

COUTINHO, Iluska. **Telejornal e narrativa dramática**: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia; PORCELLO, Flávio (orgs.). **Telejornalismo**: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, Iluska. Lógicas de Produção do real no Telejornalismo. In: GOMES, Itânia Maria Mota (Org.). **Televisão e Realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

COUTINHO, Iluska. Programa e público brasileiros: a trajetória do Jornal Nacional nas vozes de seus personagens. In: 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2008. Niterói, RJ: UFF, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Programa%20e%20publico%20brasileiros.pdf>. Acesso em 05/11/2018

COUTINHO, Iluska. **O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade**: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016. São Paulo, SP. **Anais eletrônicos...** Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>. Acesso em 29/06/2019.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Um telejornal e um método para chamar de nossos: uma reflexão sobre telas, fronteiras e modos de olhar. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 2018. São Paulo: FIAM-FAAM, 2018. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1423/707>. Acesso em 29/06/2019.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena. In: Revista FAMECOS. V. 17, n. 1, 2010. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6881>. Acesso em 14/08/2020.

COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárlica. Lugares, espaços, telas e reconhecimento: o local do telejornalismo na contemporaneidade. In: COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárlica (orgs.). **Telejornalismo local**: teorias, conceitos e reflexões. Florianópolis: Insular, 2019.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane. A dor da gente agora sai no jornal: o discurso de poder na dramaturgia do telejornalismo. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane. O telejornalismo que estudamos e fazemos nos cursos de graduação. Um olhar sobre as produções estudantis nos congressos científicos. In: EMERIM, Cárilda; FINGER, Cristiane; PORCELLO, Flávio (orgs.). **Desafios do telejornalismo: ensino, pesquisa e extensão**. Florianópolis: Insular, 2017.

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luiz Felipe; MARTINS, Simone. Dos eixos à análise da materialidade: o audiovisual observado, compreendido e experimentado em toda sua complexidade. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019. Belém, PA: UFPA. **Anais eletrônicos...** Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2135-1.pdf>. Acesso em 08/07/2022.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia a dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Cidadania na Comunicação e na Educação. In: KUNSCH, Margarida; FÍGARO, Roseli (orgs.). **Comunicação e educação: caminhos integrados para um mundo em transformação**. São Paulo: Intercom, 2017.

DALL'AGNESE, Carolina T. W.; BARRICHELLO, Eugenia M. M. da R. Por uma abordagem ecológica e contextual da comunicação em tempos de midiatização profunda. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2018.  
D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. São Paulo, Faro Editorial: 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em 26/09/2019.

DESDE que foi flagrado por revista em SP, Queiroz “sumiu” por 293 dias: acusação de esquema de rachadinha de salários de servidores de Flávio Bolsonaro estourou em 2018 e o ex-assessor foi pouco visto desde então. BRASIL. METRÓPOLIS, 19/06/2020. Disponível em [Desde que foi flagrado por revista em SP, Queiroz “sumiu” por 293 dias | Metrôpoles \(metropoles.com\)](https://www.metropoles.com/brasil/queiroz-sumiu-por-293-dias). Acesso em 07/01/2021.

DUARTE, Elizabeth Bastos. À guisa de apresentação. In: JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

DUARTE, Elizabeth Bastos. Telejornais: novas tendências estruturais. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

É #FAKE que Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos. **G1**. 16/10/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em 08/10/2020.

EMERIM, Cárilda. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC/SC), V. 14, n. 02, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p113>. Acesso em 14/08/2021.

ENTMAN, Robert. **Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents.** Journal of Communication, Vol.41, 1993.

ERRO no Enem 2019 ‘rouba’ até 454 pontos de candidatos entre 2018 e 2019, veja relatos. **G1.** Educação. Globo.com, 20/01/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/enem/2019/noticia/2020/01/20/erro-no-enem-2019-rouba-ate-454-pontos-de-candidatos-entre-2018-e-2019-veja-relatos.ghtml>. Acesso em 30/06/2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa.** Disponível em <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em 30/03/2022.

ESQUENAZI, Jean-Pierre. **Sociologia dos públicos.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2006.

FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar.** Socializando através de comunicações. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FOLHA. 26/06/2022. **Bolsonaro defende Milton Ribeiro e diz não haver o “mínimo indício” contra ex-ministro.** Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/bolsonaro-defende-milton-ribeiro-e-diz-nao-haver-o-minimo-indicio-contr-ex-ministro.shtml>. Acesso em 01/07/2022.

FOLHA, 18/06/2020. **Abraham Weintraub é demitido por Bolsonaro após insultar Supremo.** Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/abraham-weintraub-e-demitido-por-bolsonaro-apos-insultar-supremo.shtml>. Acesso em 01/08/2022.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira; SEIBT, Taís. A contribuição de Max Weber para os estudos de jornalismo: um ensaio teórico-metodológico. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.34, 2015. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/58506>. Acesso em 10/01/2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, 2020. Disponível em [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000400001&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 15/03/2022.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOVERNO FEDERAL. **Currículo Victor Godoy Veiga**. Disponível em [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/se/pdf/curriculoSE28\\_01.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/se/pdf/curriculoSE28_01.pdf). Acesso em 01/07/2022.

GOVERNO oficializa saída de Milton Ribeiro, quarto ministro da Educação de Bolsonaro. **G1**. Globo.com, 28/03/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/28/governo-oficializa-saida-de-milton-ribeiro-quarto-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 01/07/2022.

GUTMANN, Juliana Freire. Formas do telejornal: um estudo das articulações entre valores jornalísticos e linguagem televisiva. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8806/1/Juliana%20Gutmann.pdf>. Acesso em 30/10/2018.

GUTMANN, Juliana F. Articulações entre Dispositivos Televisivos e Valores Jornalísticos na Cena de Apresentação do Jornal Nacional. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2009. Curitiba, PR 2009. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://intercom.org.br/premios/2009/Gutmann.pdf>. Acesso em 05/06/2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAMBURGUER, Ester. Televisão. In: CITELLI, Adilson (et al.). **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem Contínua**. PNAD Contínua. 2019. Disponível em <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em 09/08/2022.

JORNAL DA RECORD (2019). **Jornal da Record, íntegra**. 15/05/2019. São Paulo: Record TV. Programa de TV. Disponível em [\(705\) Jornal da Record News com Heródoto Barbeiro - 15/05/2019 - YouTube](#). Acesso em 20/12/2019.

JORNAL DA RECORD (2019). **Jornal da Record, íntegraa**. 30/05/2019. São Paulo: Record TV. Programa de TV. Disponível em [Jornal da Record News - 30/05/2019 - YouTube](#). Acesso em 02/01/2020.

JORNAL DA RECORD (2019). **Jornal da Record, íntegrab.** 13/08/2019. São Paulo: Record TV. Programa de TV. Disponível em [\(721\) Jornal da Record News com Heródoto Barbeiro - 13/08/2019 - YouTube](#). Acesso em 18/02/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegra.** 15/05/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7618764/>. Acesso em 15/07/2019.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegraa.** 30/05/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em [Jornal Nacional, Íntegra 30/05/2019 | Jornal Nacional | Globoplay](#). Acesso em 15/07/2019.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrab.** 13/08/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em [Jornal Nacional, Íntegra 13/08/2019 | Jornal Nacional | Globoplay](#). Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrac.** 05/01/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7279970/>. Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrad.** 08/01/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7285891/>. Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrae.** 24/01/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7326914/>. Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegráf.** 04/03/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7514920/>. Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrág.** 05/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7518369/>. Acesso em 03/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegráh.** 08/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7524795/>. Acesso em 04/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrái.** 11/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7534300/>. Acesso em 04/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegráj.** 11/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7572413/>. Acesso em 04/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrak.** 11/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7580913/>. Acesso em 04/01/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegral.** 11/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7583681/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegram.** 11/04/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7719542/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegran.** 12/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7761824/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrao.** 12/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7767475/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegráp.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7773417/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegraq.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7815268/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrar.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7891926/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegras.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7973146/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrat.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7993417/>. Acesso em 05/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrau.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8002653/>. Acesso em 06/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegrav.** 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8066793/>. Acesso em 06/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2019). **Jornal Nacional, íntegraw**. 17/07/2019. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8112429/>. Acesso em 06/05/2020.

JORNAL NACIONAL (2020). **Jornal Nacional, íntegra**. 18/06/2020. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8636825/>. Acesso em 07/07/2020.

JORNAL NACIONAL (2020). **Jornal Nacional, íntegrab**. 18/03/2020. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8404392/>. Acesso em 07/08/2021.

JORNAL NACIONAL (2020). **Jornal Nacional, íntegrac**. 24/03/2020. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8411138/>. Acesso em 07/08/2021.

JORNAL NACIONAL (2020). **Jornal Nacional, íntegrad**. 08/08/2020. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8763064/>. Acesso em 08/08/2021.

JORNAL NACIONAL (2021). **Jornal Nacional, íntegra**. 26/02/2021. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9305896/>. Acesso em 08/08/2021.

JORNAL NACIONAL (2021). **Jornal Nacional, íntegrab**. 26/02/2021. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9619931/>. Acesso em 08/08/2021.

JORNAL NACIONAL (2021). **Jornal Nacional, íntegra**. 22/06/2022. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Programa de TV. Disponível em [Edição de 22/06/2022 | Jornal Nacional | Globoplay](#). Acesso em 30/08/2022.

JOST, François. **Seis lições sobre a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JOST, François. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

JÚNIOR, Eduardo B. L.; OLIVEIRA, Guilherme S. de; SANTOS, Adriana C. O. dos; SCHNEKENBERG, Guilherme F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*. Monte Carmelo, MG, v. 20 n. 44, 2021. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/issue/view/174>. Acesso em 09/07/2022.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DERMARCHI, Carlos Henrique. Marco regulatório da comunicação no Brasil: atores envolvidos e políticas públicas. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo, UMESP, v. 39, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/6755/5906>. Acesso em 14/08/2021.

KILPP, Suzana. **A traição das imagens**: espelhos, câmeras e imagens especulares em reality shows. Porto Alegre: Entremeios, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEAL, Plínio. M. V. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Disponível em [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc\\_jp-plinio.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-plinio.pdf). Acesso em 20/12/2019.

LEGROS ET AL, Patrick. **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LIMA, Venício A de. **A direita e os meios de comunicação**. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar>. Acesso em 05/10/2020.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIS 33 servidores do Inep pedem demissão; 29 são ligados ao Enem. **UOL**. Educação, 08/11/2021. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/11/08/coordenadores-inep-pedido-demissao-enem.htm>. Acesso em 30/06/2022.

“MAMADEIRA erótica de Haddad” – a fake news que viralizou nas redes sociais. **Pragmatismo Político**. Eleições 2018, 05/10/2018. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/mamadeira-erotica-de-haddad-fake-news.html>. Acesso em 08/10/2020.

MATA, Jhonatan. **O amor no audiovisual**: conteúdos gerados por cidadãos comuns na televisão brasileira. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2019.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e Poder Simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Simone; FALCÃO, Luiz Felipe; COUTINHO, Iluska. Baile noticiado em horário nobre: a dança das cadeiras no Ministério da Educação na tela do Jornal Nacional. In: KNEIPP, Valquíria; SUING, Abel; PICCININ, Fabiana (orgs.). **Movimentos**. Aveiro, Portugal: Ria Editorial, 2022. Disponível em <http://www.riaeditorial.com/index.php/movimentos/>. Acesso em 29/08/2022.

MATOS, Júlia Silveira. **Análise documental**. Disponível em [http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1739/1/An%C3%A1lise\\_documental.pdf](http://sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1739/1/An%C3%A1lise_documental.pdf). Acesso em 08/08/2022.

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950 – 2000)**. Salvador: Ianamá, 2002.

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MATUOKA, Ingrid. **Por que o Escola sem Partido vai contra o papel da escola**. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contra-o-papel-da-escola/>. Acesso em 09/11/2018.

MEDITSCH, Eduardo (1997). **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 05/10/2020.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. **O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia**. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.26, n.1. 2003. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1031/932>. Acesso em 28/01/2021.

MELLO, Edna. Fases do Telejornalismo: uma proposta epistemológica. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: História**. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghhtml>. Acesso em 07/07/2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Francisco Campos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em 07/06/2022.

MENEZES, Maria Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-posições**. Campinas, SP, v. 25, n. 3, p-45-62, 2015. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642432>. Acesso em 02/06/2022.

MESQUITA, Giovana. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13152>. Acesso em 10/06/2021.

MESQUITA, Giovana; VIZEU, Alfredo. A audiência potente e as novas relações no jornalismo. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11. 2014. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/287594941\\_A\\_audiencia\\_potente\\_e\\_as\\_novas\\_reacoes\\_no\\_jornalismo](https://www.researchgate.net/publication/287594941_A_audiencia_potente_e_as_novas_reacoes_no_jornalismo). Acesso em 18/06/2021.

MESQUITA, Giovana; VIZEU, Alfredo. Em tempo de coronavírus nos telejornais: o “lugar de referência” e a “audiência potente”. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (orgs). **A (re)invenção do telejornalismo em tempos de pandemia**. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

MÍDIA NINJA. **Câmara dos deputados vota projeto da escola sem partido nesta quarta-feira**. Disponível em <http://midianinja.org/news/camara-dos-deputados-vota-projeto-da-escola-sem-partido-nesta-quarta-feira/>. Acesso em 10/11/2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **História**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em 07/05/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O que é o programa nacional das escolas cívico-militares?** Disponível em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>. Acesso em 23/05/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Future-se**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em 23/05/2022.

MINISTRO da Educação defende que universidade seja ‘para poucos’. **G1**. Educação. Globo.com, 10/08/2021. Disponível em [Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos' | Educação | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos-educacao-g1-globo.com). Acesso em 25/05/2022.

MINISTRO da Educação diz que gays vêm de ‘famílias desajustadas’ e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC. **G1**. Educação. Globo.com, 24/09/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghhtml>. Acesso em 30/06/2022.

MINISTRO da Educação pede desculpas após dizer que há crianças com grau de deficiência em que é ‘impossível a convivência’. **G1**. Educação. Globo.com, 19/08/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-pede-desculpas-apos-dizer-que-ha-criancas-com-grau-de-deficiencia-em-que-e-impossivel-a-convivencia.ghhtml>. Acesso em 30/06/2022.

MINISTRO da Educação envia carta a escolas do Brasil. **Portal MEC**, 25/02/2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/73671-ministro-da-educacao-envia-carta-a-escolas-do-brasil>. Acesso em 03/07/2021.

MONTUORI, Carla. Rede Globo de Televisão: hegemonia e poder na trajetória do telejornalismo brasileiro. **Punto Cero**. Cochabamba, Bolívia, v. 18, n. 27, 2013. Disponível em [http://www.scielo.org/bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1815-02762013000200004](http://www.scielo.org/bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762013000200004). Acesso em 17/08/2021.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

NAZARENO, Cláudio. A implantação da TV pública no Brasil. 2007. Disponível em [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1104/implantacao\\_tv\\_nazareno.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1104/implantacao_tv_nazareno.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em 12/06/2021.

O QUE é jornalismo chapa branca? **Diário do Centro do Mundo**. Blog, 24/11/2016. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-que-e-jornalismo-chapa-branca-por-paulo-nogueira/>. Acesso em 08/10/2020.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **Texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS. In: **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas>. Acesso em 02/05/2022.

POLTRONIERI, Roberta; ASSOLINI, Elaine. **Escola Sem Partido: porque somos contra**. Disponível em <https://www.revive.com.br/blog/elaine-assolini/escola-sem-partido-porque-somos-contra/>. Acesso em 12/11/2018.

PORCELLO, Flávio; GADRES, Débora L.. A TV no Brasil: influência política e o discurso de poder. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska. **Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012.

PORCELLO, Flávio. A credibilidade do telejornalismo como antídoto às fake news. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

PORTO, Mauro. P. Enquadramentos da mídia e política. In: 26º Encontro anual ANPOCS. Caxambu, 2002. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>. Acesso: 20/12/2019.

PRINCÍPIOS Editoriais do Grupo Globo. **G1**. Institucional. Globo.com, 06/08/2011. Disponível em Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em 13/11/2018.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no twitter. **Galáxia**, São Paulo, n. 41, 2019. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-25532019000200031](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000200031). Acesso em 15/01/2021.

REVISTA VEJA, 01/02/2019. **Faxina Ideológica**: o ministro da Educação diz que o sistema de cotas deve acabar, defende a volta da educação de moral e cívica e mensalidade nas universidades federais. Disponível em <https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>. Acesso em 20/06/2019.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

REZENDE, Guilherme Jorge de. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas Públicas** (introdução). Porto Alegre: Jacarta, 2021.

ROSSY, Elizena de Jesus Barbosa; MOURA, Dione Oliveira. A narrativa moralizante do Jornal Nacional: uma leitura em diálogo com as propostas de Robert Park. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

SAMPAIO, Adriano de Oliveira. A construção do posicionamento discursivo no telejornalismo: um estudo comparativo das estratégias discursivas dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11286/1/Adriano%20de%20Oliveira%20Sampaio.pdf>. Acesso em 19/02/2020.

SAUL, Ana Maria. A construção do currículo na teoria e prática de Paulo Freire. In: APPLE, Michael; NÓVODA, Antônio (org.). **Paulo Freire**: política e pedagogia. Porto, Portugal: Porto Editora, 1998.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. Uma trama conceitual centrada no currículo inspirada na Pedagogia do Oprimido. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v.16, n.4, p. 1142-1174 out./dez.2018. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/39550/27689>. Acesso em 11/06/2022.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning Editora, 2014.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 2, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em 18/01/2021.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso de Posse**, 2023. Disponível em <https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>. Acesso em 07/01/2023.

SIQUEIRA, Fabiana; VIZEU, Alfredo. As quebras de paradigmas nas rotinas produtivas do telejornalismo. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009. p. 79-148.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v.21, nº 15, abril de 2021. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em 03/05/2022.

SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Telejornalismo e Responsabilidade Social: a análise de conteúdo e a análise de discurso como base para a leitura crítica da mídia. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Fronteiras híbridas: o jornalismo e suas múltiplas delimitações. In: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; SANTOS, Marli dos (orgs.). **Fronteiras híbridas do jornalismo**. Curitiba: Appris, 2015.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume I- Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili, 1983.

TV TRADICIONAL perde força em 2020, mas Globo ainda domina o mercado. **Portal UOL**. Notícias da TV, 06/01/2021. Disponível em <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/tv-tradicional-perde-forca-em-2020-mas-globo-ainda-domina-o-mercado-48932>. Acesso em 29/06/2021.

**Twitter**. RIBEIRO, Milton. 14/07/2020. Disponível em [\(19\) Milton Ribeiro on Twitter: "Cheguei ontem a Brasília. Minha intenção é dedicar o melhor dos meus esforços, conhecimento e dedicação, para auxiliar o presidente Bolsonaro a oferecer educação que projete esperança ao futuro do nosso país através da formação de nossos filhos. Assim Deus nos ajude." / Twitter](#). Acesso em 30/06/2022.

**Twitter**. BARROS, Ricardo. 22/06/2022. Disponível em [\(21\) Ricardo Barros on Twitter: "Muitos que foram presos , hoje estão inocentados após conclusão das investigações. Espero que seja esse o caso do reverendo Milton Ribeiro. https://t.co/41ul6SKAFR" / Twitter](#). Acesso em 08/09/2022.

VERÓN, Eliseo. El análisis del “contrato de lectura”: un nuevo método para los estudios del posicionamiento de los soportes de los media. In: VERÓN, Eliseo. **Les medias: experiences, recherches actuelles, applications**. Paris: IREP, 1985.

VIZEU, A. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 4ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do Discurso (AD). . In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003a. Belo Horizonte, MG. **Anais...** Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18152405243277328293805250673257682310.pdf>. Acesso em 28/07/2021.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: SBPJor 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2006. Disponível em [https://www.academia.edu/385852/A\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_real\\_no\\_telejornalismo\\_do\\_lugar\\_de\\_seguran%C3%A7a\\_ao\\_lugar\\_de\\_refer%C3%Aancia](https://www.academia.edu/385852/A_constru%C3%A7%C3%A3o_do_real_no_telejornalismo_do_lugar_de_seguran%C3%A7a_ao_lugar_de_refer%C3%Aancia). Acesso em 17/07/2019.

VIZEU, Alfredo; ROCHA, Heitor; SIQUEIRA, Fabiana. Telejornalismo: da audiência presumida aos coprodutores da notícia. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2010. Caxias do Sul, RS. **Anais...** Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3124-1.pdf>. Acesso em 01/07/2021.

VIZEU, Alfredo; SIQUEIRA, Fabiana. O telejornalismo: o lugar de referência e a revolução das fontes. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

VIZEU, Alfredo; CERQUEIRA, Laerte. Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo. In: EMERIM, Cárilda; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

WEINTRAUB quer expansão do ensino técnico: ‘Brasil está cheio de doutores desempregados’. **Jovem Pan**. São Paulo, 08/10/2019. Notícias. Brasil. Disponível em <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/weintraub-quer-expansao-do-ensino-tecnico-brasil-esta-cheio-de-doutores-desempregados.html>. Acesso em 25/05/2022.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Público**. São Paulo: Editora Ática, 2006.